

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Escola de Arquitetura  
Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Diva Maria Freire Figueiredo

**A patrimonialização da paisagem da Serra da Capibara-PI**

Belo Horizonte

2022

Diva Maria Freire Figueiredo

## **A patrimonialização da paisagem da Serra da Capibara-PI**

### **Versão final**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para o título de Doutor em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Orientadora: Myriam Bahia Lopes

Belo Horizonte

2022

## FICHA CATALOGRÁFICA

F475p

Figueiredo, Diva Maria Freire.

A patrimonialização da paisagem da Serra da Capivara-PI [manuscrito] / Diva Maria Freire Figueiredo. - 2022.

317 f. : il.

Orientadora: Myriam Bahia Lopes.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Arqueologia - Teses. 2. Patrimônio Cultural - Teses. 3. Monumentos naturais - Teses. 4. Paisagens - Teses. 5. Parques nacionais - Teses. I. Lopes, Myriam Bahia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 720.288



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE ARQUITETURA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**"A patrimonialização da paisagem da Serra da Capivara-PI"**

**DIVA MARIA FREIRE FIGUEIREDO**

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **vinte e oito de março de dois mil e vinte e dois**, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

**Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee**

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

**Profa. Dra. Margareth Aparecida Campos Silva Pereira**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

**Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

**Profa. Dra. Staël de Alvarenga Pereira Costa**

Escola de Arquitetura/UFMG

**Profa. Dra. Myriam Bahia Lopes**

Orientadora PPG- ACPS/UFMG

Belo Horizonte, 28 de março de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Winter Ribeiro, Usuário Externo**, em 29/03/2022, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Myriam Bahia Lopes, Professora do Magistério Superior**, em 29/03/2022, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Stael de Alvarenga Pereira Costa, Professora do Magistério Superior**, em 30/03/2022, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira, Usuário Externo**, em 08/06/2022, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Rosenthal Schlee, Usuário Externo**, em 22/06/2022, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1343316** e o código CRC **62CEF1B8**.

**Referência:** Processo nº 23072.216425/2022-12

SEI nº 1343316

Criado por [danielbbicalho](#), versão 2 por [danielbbicalho](#) em 29/03/2022 13:55:47.

Aos meus pais,

Quinzinho e Gloria (*in memoriam*), que me cercaram de amor e, ao mesmo tempo, me permitiram voar através do apreço ao conhecimento.

Aos meus filhos,

Laura e Ivan, sempre presentes nos projetos da minha vida, mesmo de longe.

## AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas e instituições que me auxiliaram no decorrer da elaboração desta Tese, de diversas maneiras. A todas, manifesto minha sincera gratidão.

Em primeiro lugar, a Manuel Domingos, pelo exemplo, amor e confiança na minha capacidade de trilhar o caminho da pesquisa acadêmica.

À Myriam Bahia, por ter me escolhido para propor desafios e me ajudar enfrentá-los durante toda a pesquisa e escrita da Tese.

À Niède Guidon, pelo acolhimento amigo e disponibilização de vasto material sobre a Serra da Capivara.

À Beatriz Couto, à Gabriela Martin e à Mila Simões de Abreu pelas valiosas observações durante o processo de qualificação da pesquisa.

À Rosa Trakalo, pela presteza e disponibilidade com as quais sempre respondeu às minhas solicitações quanto a documentos, pesquisas e dados sobre a Serra da Capivara.

Às companheiras de trabalho de muitos anos na Serra da Capivara, Conceição Lage (UFPI), Eugênia Medeiros (IBAMA), pela gentileza em aceitar colaborar com a pesquisa.

À Ana Stela de Negreiros Oliveira (IPHAN), Cristiane Buco (IPHAN e FUMDHAM), Anna Carolina Ferreira Borges (IPHAN), Elisabeth Buco (FUMDHAM), Fernando Tizianel (IBAMA), Fátima Barbosa (IBAMA), por sua cooperação.

À Marian Rodrigues, chefe do Parque Nacional da Serra da Capivara, que me recebeu com interesse e facilitou o meu acesso a vários documentos institucionais acerca da gestão do Parque.

Ao Demócrito Barreto, pelos contatos e materiais disponibilizados.

Ao Bernardo Grillo, pela prestimosa companhia e apoio logístico nas viagens de campo.

À Elane Coutinho, amiga, ex-aluna e colega do IPHAN, sempre disponível para me ajudar no aprimoramento das ilustrações dos trabalhos acadêmicos, em especial, os desta Tese.

A todas as pessoas das comunidades do entorno do PARNA SC que, gentilmente, dispuseram-se a me conceder entrevistas.

Ao IPHAN, ICMBIO e FUMDHAM pelas fontes documentais. Ao IPHAN-PI, particularmente, pelo apoio na realização da pesquisa de campo.

Un paysage a le bonheur de nous présenter  
une naturalisation du social et une socialisation  
de la nature (SANSOT, 2009, p. 36).



## RESUMO

Neste estudo indicamos o encontro de quatro campos envolvidos no tema proposto: história, patrimônio cultural, ciência arqueológica e proteção ao meio ambiente. Encontro necessário para tratar a paisagem e os sítios arqueológicos e compreender suas concepções e práticas, tendo como estudo de caso a patrimonialização da Serra da Capivara. Lançamos mão do aporte da Geografia e da História para realizar um estudo da história do Parque Nacional Serra da Capivara (PARNA SC) e dos antecedentes históricos da ocupação humana na região. A revisão da literatura científica e de fontes documentais — processos de proteção e administrativos do IPHAN e ICMBIO, documentos da UNESCO, reportagens impressas, audiovisuais — acrescida de fonte oral compõe um mosaico sobre mudanças físicas e percepções diversas da paisagem da Serra da Capivara. Nosso recorte acolhe depoimento de pessoas envolvidas, de forma direta e indireta, com o PARNA SC, por sua relação de moradia, trabalho, pertencimento, vizinhança, pesquisa científica, exercício profissional e turismo. Os relatos de antigos moradores e vizinhos sobre esta paisagem, hoje desabitada e tutelada pelo Estado, assim como as visões dos pesquisadores, auxiliam-nos a compreender a singularidade desse lugar. Em uma abordagem mais ampla, destacamos os significados atribuídos à paisagem nas narrativas patrimoniais internacionais e brasileiras desde a instituição da preservação do patrimônio. Em uma abordagem restrita ao tema, estudamos as narrativas usadas na proteção e na gestão da Serra da Capivara. Revisão bibliográfica e análise das narrativas patrimoniais em documentos públicos, ancoradas em noção polissêmica de paisagem, permitem observar uma tensão entre duas linhas de argumentação. Por um lado, a perspectiva que considera o ser humano integrado à natureza, como elemento interativo, e, de outro, a perspectiva que considera o ser humano separado da natureza. A interpretação da paisagem em documentos relacionados à tutela nacional e internacional do patrimônio revela a permanência de ambiguidades. O uso do binômio natureza/cultura como fundamento dos textos precisa ser superado.

Palavras-chaves: Lugar. Patrimônio. Paisagem. Percepção.

## **ABSTRACT**

In this study we indicate the meeting of four fields involved in the proposed theme: history, cultural heritage, archeological science and environmental protection. Necessary meeting to treat the landscape and archaeological sites and understand their conceptions and practices, taking as a case study the Serra da Capivara's patrimonialization. We used geography and history to study the history of the Serra da Capivara National Park (PARNA SC) and the historical background of human occupation in the region. The review of scientific literature and documentary sources - IPHAN and ICMBIO protection and administrative processes, UNESCO documents, printed, audiovisual reports - plus an oral source composes a mosaic on physical changes and different perceptions of the Serra da Capivara landscape. Our section welcomes the testimony of people involved, directly and indirectly, with PARNA SC, for their relationship of housing, work, belonging, neighborhood, scientific research, professional practice and tourism. The reports concerning this landscape, today uninhabited and protected by the State, made by former residents and neighbors together with the researchers' views help us to understand the uniqueness of this place. In a broader approach, we highlight the meanings attributed to the landscape in the Brazilian heritage narratives since the institution of heritage preservation. In a restrict approach to the theme, we study the narratives used in the protection and management of Serra da Capivara. Bibliographic review and analysis of the heritage narratives in public documents, anchored by polysemic notion of landscape, allow us to observe a tension between two lines of argument. On the one hand, the perspective that considers the human being integrated with nature as an interactive element and, on the other, the perspective that considers the human being detached from nature. The interpretation of landscape in documents related to the national and international protection of heritage reveals the permanence of ambiguities. The use of the nature/culture binomial as the foundation of texts needs to be overcome.

Keywords: Place. Heritage. Landscape. Perception.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1	- Mapa de localização do PARNA SC.....	41
Figura 2	- Vista de um dos vales do PARNA SC durante a estiagem, mostrando o relevo e o contraste da vegetação seca do planalto e verde do fundo do vale.....	42
Figura 3	- Fundo do Desfiladeiro da Capivara onde a umidade se concentra e mantém a flora mais exuberante.....	42
Figura 4	- A vegetação arbustiva e ressequida do alto da chapada.....	43
Figura 5	- Canaletas de drenagem do entorno do sitio BPF/PARNA SC.....	44
Figura 6	- No primeiro plano, a foto mostra espécie da caatinga convivendo com espécies características de outros biomas no fundo dos vales. No segundo, parte das canaletas de drenagem, e, no terceiro, o tanque de armazenagem de água do Centro de Visitantes do PARNA SC.....	45
Figura 7	- Mapa da Imagem com localização do PARNA SC, rio Piauí, sítios areníticos, sítios calcários e lagoas do entorno.....	46
Figura 8	- Concentração de ossos da megafauna associados a vestígios líticos recobertos por sedimentos datados de 17000 anos BP na Lagoa dos Porcos.....	47
Figura 9	- Vista panorâmica do Sítio Boqueirão da Pedra Furada, no PARNA SC, mostrando paredão com diversidade de pinturas e escavação onde foram encontrados registros de ocupação humana de vários períodos e os vestígios mais antigos da ocupação humana no continente americano.....	48
Figura 10	- Toca do Barrigudo, um dos sítios calcários do entorno do PARNA SC onde foram encontrados fósseis da megafauna associados a instrumentos líticos.....	49
Figura 11	- Conjunto de imagens de capivaras do estilo Serra Branca (cerca de 9000 anos BP) da Toca do Caldeirão do Rodrigues I	50
Figura 12	- Painel de pinturas estilo <i>Serra da Capivara</i> do Sítio Boqueirão da Pedra Furada. Detalhe do dinamismo da cena à esquerda.....	51
Figura 13	- Toca da Entrada do Pajaú. PARNA SC.....	51
Figura 14	- Pinturas estilo Serra Branca na região de mesmo nome do PARNA SC.....	51
Figura 15	- Toca da Onça, Complexo Estilístico Serra Talhada, PARNA SC.....	52
Figura 16	- Mapa de Distribuição dos sítios arqueológicos com registros rupestres.....	53
Figura 17	- Mapa das Bacias Hidrográficas do Piauí.....	57
Figura 18	- Parte das ilustrações da viagem de Pena e Neiva em 1912 e complementam o registro das condições do rio Piauí no início do séc. XX.....	59

Figura 19	- Mapa da Logística de comercialização da pecuária piauiense e seus mercados consumidores - 1750-1825.....	62
Figura 20	- Mapa dos Povos Indígenas do Sudeste do Piauí.....	65
Figura 21	- Mapa da Localização do Sertão das Pimenteiras sobreposta à atual configuração político-administrativa do Estado do Piauí e sua relação territorial com os Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões.....	66
Figura 22	- Mapa do Estado do Piauí e microrregião de São Raimundo Nonato.....	67
Figura 23	- Olho d'água da Serra Branca.....	71
Figura 24	- Mapa de localização de sítios históricos na Serra Branca ocupados pelos maniçobeiros.....	72
Figura 25	- Vista de parte da região da Serra Branca.....	73
Figura 26	- Vista de parte da região da Serra Branca.....	73
Figura 27	- Raiz de uma árvore de maniçoba recém-cortada pela léga, com a seiva escorrendo. Exposta ao ar, a seiva coagula formando o látex, conhecido como lapa à época da extração. No fundo do buraco era colocada uma argila impermeável para recolher a seiva, que gotejava por três dias, formando a lapa, quando era retirada pelo maniçobreiro (CÂMARA, 2019)	75
Figura 28	- Cemitério do antigo Povoado Zabelê no PARNA SC.....	82
Figura 29	- Vista aérea das chapadas, dos cânions, das planícies e da vegetação do PARNA SC no período chuvoso.....	84
Figura 30	- Vista panorâmica do sítio BPF, famoso pela concentração de pinturas elaboradas ao longo de milênios de ocupação do sítio e pelas datações antigas dos vestígios de fogueiras pré-históricas.....	84
Figura 31	- Vistas de diferentes abrigos preparados para visitação e da variedade das cores da caatinga.....	84
Figura 32	- Vistas de diferentes abrigos preparados para visitação e da variedade das cores da caatinga.....	84
Figura 33	- Antropomorfos da Toca da Sebastiana, importantes para testes de datação devido ao escorrimento da calcita sobre as figuras.....	85
Figura 34	- Parte de Relatório do IPHAN mostrando fotos da caieira e fiscais do IBAMA e IPHAN frente às paredes com pinturas da Toca da Sebastiana.....	86
Figura 35	- Baixão das Andorinhas em São Raimundo Nonato.....	94
Figura 36	- Vista da Pedra Furada, um dos cartões postais do PARNA SC.....	96
Figura 37	- Museu do Homem Americano, em São Raimundo Nonato.....	99
Figura 38	- Vista aérea do Museu da Natureza, em Coronel José Dias.....	99

Figura 39	- Museu da Natureza visitado por estudantes em 27 nov. 2019	100
Figura 40	- Vista aérea de São Raimundo Nonato, mostrando, no primeiro plano à esquerda, o Museu do Homem Americano e à direita o Centro Cultural Sérgio Mota. Um pouco mais à frente, em segundo plano, estão as instalações da UNIVASF.....	100
Figura 41	- Placa indicando a Trilha: Caminhos dos Maniçobeiros na Serra Branca, PARNA SC. Mostra uma foto da árvore de Maniçoba, no período de estiagem, quando perde todas as folhas.....	108
Figura 42	- A moradia em pleno uso por maniçobeiros do abrigo pré-histórico Toca do Juazeiro da Serra Branca no PARNA SC....	109
Figura 43	- A mesma casa preservada no PARNA SC (2018).....	109
Figura 44	- Forno de fabricação de farinha localizado na proximidade da residência da figura 39, na mesma toca pré-histórica do Juazeiro da Serra Branca no PARNA SC.....	110
Figura 45	- Sítio Igrejinha, Serra Branca. Trilha: Caminhos dos Maniçobeiros.....	111
Figura 46	- Placa do Sítio da Toca da Igrejinha no circuito dos maniçobeiros na Serra Branca mostrando vários tipos de tabuleiros de jogos gravados nas rochas do chão.....	111
Figura 47	- Pilão e Tabuleiro de jogo gravado nas rochas do chão da toca da Igrejinha na Serra Branca, parte da Trilha: Caminhos dos Maniçobeiros.....	112
Figura 48	- Pilão e Tabuleiro de jogo gravado nas rochas do chão da toca da Igrejinha na Serra Branca, parte da Trilha: Caminhos dos Maniçobeiros.....	112
Figura 49	- Toca do João Sabino, outra residência de maniçobeiro na Serra Branca.....	112
Figura 50	- Toca do João Sabino mostrando o forno de farinha e entrada da residência sob a rocha.....	112
Figura 51	- Toca do João Sabino, vista da fachada de frente, com as vedações de taipa de mão .....	113
Figura 52	- Panorâmica da Toca do João Sabino localizada em uma chapada. Era local de festa e de encontro dos maniçobeiros nos fins de semana, no descanso da lida com a extração do látex da maniçoba.....	113
Figura 53	- Seu Nôca na Toca de João Sabino.....	114
Figura 54	- Os diferentes momentos em que o Estudo de Paisagem pode dar contributos significativos para a revisão e implementação do plano (CANCELA D'ABREU <i>et al.</i> , 2011).....	167

Figura 55	- Vista panorâmica dos painéis com pinturas rupestres do Boqueirão da Pedra Furada, uma amostragem da evolução pictural de milhares de anos, iniciada há 12.000 anos BP.....	195
Figura 56	- Mapa do Parque Nacional da Serra da Capivara e municípios abrangidos pelos seus limites.....	207
Figura 57	- Mapa das unidades de conservação do Piauí. Mostra os limites do PARNA SC e do PARNA Serra das Confusões e a localização do corredor ecológico entre os dois.....	209
Figura 58	Limite oficial e limite com Área de Preservação Ambiental (APP) do PARNA SC.....	210
Figura 59	- Mapa de Localização do PARNA SC no Sudeste do Piauí....	210
Figura 60	- Elementos do Plano de Manejo segundo o <i>Foundation Document</i> . Processo estruturado, no qual todos os elementos, embora compartimentados, estão interligados.....	213
Figura 61	- Mapa de Zoneamento do PARNA SC.....	221
Figura 62	- Mapa de uso e ocupação do solo nas bacias do Parnaíba-PI	247
Figura 63	- Mapa do Território da Serra da Capivara formado por dois aglomerados e 18 municípios, segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba.....	250
Figura 64	- Mapa de Infraestrutura hídrica superficial do Estado com os reservatórios estratégicos e os sistemas adutores.....	259
Figura 65	- Cidades do Sistema adutor do Garrincho.....	261
Figura 66	- Cidades, reservatórios e elevatórias do Sistema adutor do Garrincho.....	261
Figura 67	- Vista aérea do Aeroporto Internacional de São Raimundo Nonato.....	269
 <b>GRÁFICOS</b>		
Gráfico 1	- Motivações para visitar o Brasil como destino de turismo arqueológico.....	264
Gráfico 2	- Número de visitantes do PARNA SC de 1992-2002.....	273
Gráfico 3	- Série histórica de 2000 a 2019 com a visitação total das unidades de conservação monitoradas, nos parques nacionais e nos parques nacionais com serviços de apoio a visitação concessionados.....	278
 <b>QUADROS</b>		
Quadro 1	- Síntese das alusões à paisagem nos documentos internacionais até a década de 1990.....	139
Quadro 2	- Critérios do Comitê do Patrimônio Mundial para avaliação do valor universal excepcional.....	142

Quadro 3	- Critérios de enquadramento das paisagens culturais da UNESCO.....	146
Quadro 4	- Critérios Culturais e Naturais até 2002 e a partir de 2005 (UNESCO).....	148
Quadro 5	- PARNA SC e Paisagens Culturais de Arte Rupestre do Patrimônio Mundial.....	159
Quadro 6	- Definições (Conselho da Europa, 2000).....	164
Quadro 7	- Políticas da Paisagem da Região Autônoma da Catalunha ....	165
Quadro 8	- Evolução da avaliação do caráter da paisagem em Inglaterra (NOGUÉ; PUIGBERT; BRETCHA, 2009).....	165
Quadro 9	- Bens arqueológicos tombados e classificados em categorias no SICG do IPHAN.....	175
Quadro 10	- Jardins Históricos e Patrimônios Naturais (SICG) tombados em ordem cronológica.....	179
Quadro 11	- Quadro cronológico dos quatro movimentos da arte rupestre na Serra Branca.....	196
Quadro 12	- Avaliação dos registros rupestres.....	218
Quadro 13	- Questões-chaves para planejamento.....	219
Quadro 14	- O uso das zonas segundo categorias de unidades de conservação.....	220
Quadro 15	- Composição do Conselho do PARNA SC por setores (2018)..	230
Quadro 16	- Dinâmica sobre a gestão pública participativa (2018).....	232
Quadro 17	- Funcionamento do Conselho do PARNA SC de 2010 a 2021	238
Quadro 18	- Nomenclatura local e caracterização dos reservatórios de água da região do PARNA SC.....	242
Quadro 19	- Características fisiográficas e ambientais do Território da Serra da Capivara.....	251
Quadro 20	- Tendências das atividades produtivas do Território da Serra da Capivara.....	256
Quadro 21	- Áreas de interesse coletivo do AG 17.....	257
Quadro 22	- Sítios de arte rupestre inscritos na Lista do Patrimônio Mundial até 2009.....	265
Quadro 23	- Principais atrações turísticas do Polo das Origens - São Raimundo Nonato.....	267
Quadro 24	- Avaliação do Turismo Sustentável.....	275

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Composição da população do Piauí por etnia e cor - 1697-1723.....	60
Tabela 2	- Composição da população das fazendas do Piauí - 1762.....	60
Tabela 3	- Number of World Heritage Properties by Region.....	143
Tabela 4	- Unidades de Conservação Federais do Brasil.....	203
Tabela 5	- Participantes da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo do PARNA SC por instituição/comunidade.....	215
Tabela 6	- Composição do Conselho do PARNA SC em 2010 e em 2012	226
Tabela 7	- Autuações das Unidades de Conservação Federal no Piauí de 2008 a 2017.....	234
Tabela 8	- Distribuição de reservatórios naturais construídos no PARNA SC e entorno até 2007.....	243
Tabela 9	- Variação populacional de 2000 a 2020 dos municípios do PARNA SC.....	248
Tabela 10	- Características gerais e socioeconômicas do Território Serra da Capivara.....	252
Tabela 11	- Infraestrutura básica e condições sanitárias dos municípios do entorno do Parque.....	252
Tabela 12	- Variação do IDHM nos municípios do entorno do PARNA SC de 1991 a 2010.....	253
Tabela 13	- Ranking IDHM 2010 do entorno do PARNA SC em relação ao maior e menor IDHM brasileiro.....	253
Tabela 14	- Trabalho e Rendimento nos municípios do entorno do PARNA SC.....	254
Tabela 15	- Dados sociodemográficos dos visitantes do PARNA SC EM 2014.....	267
Tabela 16	- Visitação nas unidades de conservação (2000-2020).....	272



## LISTA DE SIGLAS

ACOVESC	- Associação dos Condutores de Visitantes Ecoturísticos do Parque Nacional da Serra da Capivara
ACTUR	- Associação de Condutores de Turismo
AID	- Área de Influência Direta
AME	- Associação das Mulheres Empreendedoras
APP	- Área de Preservação Permanente
BP	- <i>Before Present</i> (Antes do Presente) medida de tempo
BPF	- Boqueirão da Pedra Furada
CR	- Coordenadora Regional
CEP	- Convenção Europeia da Paisagem
CEPRO	- Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais
CNA	- Centro Nacional de Arqueologia
CNRS	- <i>Centre National de la Recherche Scientifique</i>
CODEVASF	- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco
CPCB	- Chancela da Paisagem Cultural Brasileira
CPM	- Convenção do Patrimônio Mundial
CPRM	- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
DEPAM	- Departamento de Patrimônio e Material
DETUR	- Delegacia de Turismo
DUDA	- Declaração Universal dos Direitos da Água
EHES	- <i>École des Hautes Études en Sciences Sociales</i>
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FIOCRUZ	- Fundação Oswaldo Cruz
FUNCOR	Fundação Nordestina de Cordel
FUMDHAM	- Fundação Museu do Homem Americano
FUNSEDH	- Fundação Social de Educação e Desenvolvimento Humano
GT	- Grupo de Trabalho
IAB	- Instituto de Arqueologia Brasileira
IBAMA	- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBDF	- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	- Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
ICMBIO	- Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade
ICOMOS	- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Médio

IFPI	- Instituto Federal do Piauí
IN	- Instrução Normativa
INCRA/PI	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Piauí
INCR	- Inventário Nacional de Referências Culturais
INDL	- Inventário Nacional da Diversidade Linguística
INPE	- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPARJ	- Instituto Antropológico do Rio de Janeiro
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN	- União Nacional para a Conservação da Natureza
LTAEP	- Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
NAC	- Núcleos de Apoio às Comunidades
NUC	- Núcleo de Unidades de Conservação
OAB	- Ordem dos Advogados
OSCIP	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PARNA SC	- Parque Nacional Serra da Capivara
PDM	- Planos Diretores Municipais
PETROBRÁS	- Petróleo Brasileiro
PERH	- Plano Estadual de Recursos Hídricos
PLANAP	- Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba
PNPI	- Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PRONAPA	- Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
RGG	- Rede Global de Geoparques
ROUANET	- Lei Federal de Incentivo à Cultura
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMAR	- Secretaria de Marina
SICG	- Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SISNAMA	- Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPHAN	- Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UESPI	- Universidade Estadual do Piauí
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIVASF	- Universidade do Vale do São Francisco
ZA	- Zona de Amortecimento

## CRONOGRAMA DA PAISAGEM DA SERRA DA CAPIVARA

<b>Antes da patrimonialização (Antes de 1970)</b>			
<b>Tempo geológico</b>		<b>Tempo histórico</b>	
Duração		Duração	
<b>Muito longa</b>	<b>Longa</b>	<b>Média</b>	<b>Curta</b>
Bilhões e milhões de anos BP	Cerca de 20000 anos BP até o século XVII	Século XVII até o final do XIX	Século XX até 1970
Bilhões e milhões de anos	milênios	séculos	décadas
Moldagem natural da paisagem por processos fisiográficos e biológicos	Moldagem da paisagem pela ação de grupos de caçadores/coletores e ceramistas no período pré-colonial.	Moldagem da paisagem pelos colonizadores e vaqueiros através da criação extensiva de bovinos	Moldagem da paisagem pelos agricultores e extratores da maniçoba
<b>Depois da patrimonialização (A partir de 1970)</b>			
Década	Contexto e marcos legais da patrimonialização da paisagem		
<b>1970</b>	<p><b>1970</b> – Primeira visita da arqueóloga Niède Guidon ao sudeste do Piauí, quando foram registrados cinco sítios arqueológicos, segundo Lei 3924/1961.</p> <p><b>1973</b> – Primeiros trabalhos da Missão Franca Brasileira no Piauí.</p> <p><b>1979</b> – Decreto nº 85.548, de 5/06/1979, cria o Parque Nacional da Serra da Capivara com área de aproximadamente 129.140 ha.</p>		
<b>1980</b>	<p><b>1986</b> – Criação da Fundação Museu do Homem Americano, organização social para atuar na pesquisa e preservação do patrimônio cultural e da biodiversidade do Parque Nacional da Serra da Capivara.</p>		
<b>1990</b>	<p><b>1990</b> – Decreto nº 99.143, de 12/03/1990, que cria Áreas de Preservação Permanentes e amplia a proteção ao PARNA SC;</p> <p>– É inaugurado o Museu do Homem Americano em São Raimundo Nonato, que expõe e guarda o acervo arqueológico proveniente das pesquisas.</p> <p><b>1991</b> – Primeira proposta de Plano de Manejo elaborada pela FUMDHAM.</p> <p>– A 15ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Cartago, aprova a inclusão da Serra da Capivara na lista do Patrimônio Mundial pelo critério III na categoria de patrimônio cultural.</p> <p><b>1992</b> – Instituída a tipologia de paisagem cultural na Convenção do Patrimônio Mundial, que vai influenciar a adoção instrumento específico pelo IPHAN.</p> <p><b>1993</b> – Incrição do Parque Nacional da Serra da Capivara no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico previsto pelo Decreto/Lei 25 de 1937.</p> <p><b>1994</b> – Elaborado o Plano de Gestão Emergencial do PARNA SC.</p> <p><b>1998</b> – Criado o Parque Nacional da Serra das Confusões.</p>		
<b>2000</b>	<p><b>2000</b> – Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC</p> <p>– Instituída pelo Conselho da Europa a Convenção Europeia da Paisagem, que também exercerá influência no instrumento de Chancela da Paisagem Cultural Brasileira</p> <p><b>2003</b> – 27ª seção do Comitê do Patrimônio Mundial, em 10/12/2003 decide não inscrever o PARNA SC na Lista do Patrimônio Mundial com base em critérios naturais, mas observa que sua inscrição anterior como patrimônio cultural não é afetada por esta decisão. Considera o parque uma das áreas mais bem gerenciadas da América Latina.</p> <p><b>2005</b> – Portaria MMA nº 76, de 11/03/2005, que cria um Mosaico de Unidades de Conservação abrangendo os Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões.</p> <p><b>2009</b> – Portaria 127, de 30/05/2009 que estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, sobrestada desde 2014.</p>		
<b>2010</b>	<p><b>2010</b> – Portaria ICMBio nº 128, de 14/12/2010, que cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Capivara.</p> <p><b>2018</b> – Lei nº 13.668 de 28/05/2018 fornece amparo legal para concessão de serviços, áreas e instalações nas unidades de conservação federais à iniciativa privada;</p> <p>– Inaugurado em novembro de 2018 o Museu da Natureza, em Coronel José Dias.</p> <p><b>2019</b> – Aprovado o Plano de Manejo do PARNA SC.</p>		

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
2	<b>O SER HUMANO NA PAISAGEM DA SERRA DA CAPIVARA ANTES DA PATRIMONIALIZAÇÃO (20000 anos BP à década de 1970)</b> .....	29
2.1	SERRA DA CAPIVARA PRÉ - PATRIMÔNIO .....	29
2.1.1	<b>Lugar</b> .....	30
2.1.2	<b>Patrimônio</b> .....	32
2.1.3	<b>Paisagem</b> .....	34
2.1.4	<b>Percepção</b> .....	37
2.2	O SER HUMANO NA PAISAGEM DA SERRA DA CAPIVARA ANTES DA COLONIZAÇÃO.....	40
2.3	OS ÍNDIOS E OS VAQUEIROS NA PAISAGEM DO SUDESTE DO PIAUÍ.....	55
2.4	OS MANIÇÓBEIROS NA PAISAGEM DO SUDESTE DO PIAUÍ.....	68
3	<b>O SER HUMANO NA PAISAGEM DA SERRA DA CAPIVARA DEPOIS DA PATRIMONIALIZAÇÃO (A partir da década de 1970)</b> .....	77
3.1	CRIAÇÃO, HISTÓRIA E PERCEPÇÃO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA.....	77
3.2	HISTÓRIA E PERCEPÇÃO DO PARNA SC.....	78
3.3	A PERCEPÇÃO DA SERRA BRANCA COMO LUGAR SIGNIFICATIVO E PERSISTENTE.....	104
3.4	A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM PATRIMONIALIZADA PELOS PESQUISADORES.....	115
4	<b>O ENCONTRO DAS DISCIPLINAS NA PAISAGEM</b> .....	130
4.1	A PAISAGEM NAS DISCIPLINAS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO.....	130
4.1.1	<b>A paisagem na Geografia</b> .....	133
4.2	A PATRIMONIALIZAÇÃO DA PAISAGEM NO CONTEXTO INTERNACIONAL.....	138
4.2.1	<b>A paisagem cultural na Convenção do Patrimônio Mundial</b> .....	140
4.2.2	<b>A Serra da Capivara, as paisagens culturais e os sítios de arte rupestre do Patrimônio Mundial</b> .....	151
4.2.3	<b>A Convenção Europeia da Paisagem</b> .....	161
4.3	A PAISAGEM E O BEM ARQUEOLÓGICO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO.....	168
4.3.1	<b>A proteção do patrimônio arqueológico</b> .....	171
4.3.2	<b>Os tombamentos paisagísticos</b> .....	177
4.3.3	<b>O tombamento da Serra da Capivara</b> .....	181

4.3.4	<b>A chancela da paisagem cultural brasileira.....</b>	183
4.4	A PAISAGEM NA ARQUEOLOGIA.....	189
4.4.1	<b>A paisagem de arte rupestre na arqueologia brasileira.....</b>	191
4.5	NORMA AMBIENTAL NA POLÍTICA DE ESTADO.....	196
<b>5</b>	<b>O MANEJO DA PAISAGEM</b>	206
5.1	PLANO DE MANEJO DO PARNA SC E PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	206
5.1.1	<b>Antecedentes do Plano de Manejo do PARNA SC.....</b>	207
5.1.2	<b>O manejo das unidades de conservação federais.....</b>	211
5.1.3	<b>O Plano de Manejo do PARNA SC.....</b>	213
5.1.4	<b>Componentes fundamentais do Plano de Manejo do PARNA SC: propósito, significância e valores.....</b>	216
5.1.5	<b>Componentes dinâmicos do Plano de Manejo do PARNA SC.....</b>	217
5.1.6	<b>Componente normativo: zoneamento.....</b>	219
5.1.7	<b>Componente normativo: normas gerais, atos legais e administrativos.....</b>	223
5.2	O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DO PARNA SC.....	224
5.2.1	<b>Atas das reuniões do Conselho do PARNA SC de 2011 a 2014.....</b>	225
5.2.2	<b>Atas das reuniões do Conselho do PARNA SC de 2016 a 2018.....</b>	229
5.2.3	<b>Atas das reuniões do Conselho do PARNA SC de 2019 a 2021.....</b>	235
5.2.4	<b>Visão geral do funcionamento do Conselho do PARNA SC.....</b>	237
5.3	O MANEJO DA ÁGUA NO PARNA SC.....	241
5.4	O LUGAR E A POPULAÇÃO NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO	245
5.4.1	<b>Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba.....</b>	249
5.4.2	<b>Plano Estadual de Recursos Hídricos do Piauí: Bacia Canindé/Piauí.....</b>	257
5.4.2.1	O sistema adutor do Garrincho.....	260
5.4.3	<b>O Turismo no PARNA SC.....</b>	262
5.4.3.1	O turismo arqueológico no PARNA SC.....	263
5.4.3.2	Infraestrutura turística do PARNA SC.....	267
5.4.3.3	O perfil do turista do PARNA SC.....	270
5.4.3.4	O turismo sustentável no PARNA SC.....	274
5.4.3.5	A iniciativa privada na administração das unidades de conservação.....	277
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	281
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	291

## 1 INTRODUÇÃO

O Parque Nacional da Serra da Capivara (PARNA SC) foi criado pelo Decreto nº 85.548, de 5 de junho de 1979, com área de aproximadamente 129.140 ha no semiárido nordestino do Piauí. Seu território abrange atualmente os municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Coronel José Dias e Brejo do Piauí. Faz fronteira com duas formações geológicas, o planalto da bacia sedimentar no Maranhão-Piauí, que resulta de movimento tectônico do Siluriano-Devoniano, e a planície pré-cambriana da depressão periférica do rio São Francisco, com serras, planícies e vales íngremes que englobam áreas de vegetação de Caatinga, Cerrado e Mata Úmida. Possui inúmeros sítios arqueológicos com predomínio de arte rupestre, em sua maioria pinturas, e quatro cavernas, com uma história de ocupação humana resultante de eventos geológicos e climáticos no Brasil e na América Latina (GUIDON, 2014a).

Quando ingressamos no Programa de Doutorado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da UFMG, buscávamos realizar outra pesquisa. Contudo, a Serra da Capivara estava presente na maior parte da nossa trajetória profissional no IPHAN. Além de servidora de carreira, estivemos à frente do IPHAN no Piauí de 1983 a 2010 e enfrentamos os desafios da gestão da paisagem da Serra da Capivara. Lidamos com a proteção de um patrimônio de grandes escalas de tempo e de espaço e que envolvia o patrimônio cultural, o meio ambiente e a pesquisa arqueológica. Por isso, a patrimonialização da paisagem nos interessou, tendo integrado comissão do IPHAN para a elaboração do instrumento de Chancela da Paisagem Brasileira. A consciência de que este instrumento era apenas um passo inicial na política da paisagem brasileira sempre nos acompanhou. Era preciso ir além. Por isso, não opusemos muita resistência quando recebemos a provocação de mudar o objeto de nossa pesquisa. Assim, nos dispusemos a estabelecer diálogos interdisciplinares com a geografia, a história, a arqueologia, o patrimônio cultural e a proteção do meio ambiente para estudar a paisagem, tendo como estudo de caso a patrimonialização da Serra da Capivara.

Nosso objetivo geral foi chamar a atenção para a construção da paisagem como um problema constituído pela dicotomia entre natureza e cultura, uma questão que se coloca para a atuação da sociedade e do Estado. Para atingir esse objetivo estudamos o entendimento da Serra da Capivara como paisagem durante seu processo de patrimonialização, ciente do seu reconhecimento como sítio cultural e

não como paisagem cultural, a tipologia patrimonial adotada pela UNESCO na Convenção do Patrimônio Mundial, em 1992. Assim, pretendemos afirmar a importância da paisagem como patrimônio, vista como um fato cultural, como observou Meneses (2002). Como produção cultural, Besse (2014) defendeu que suas significações vão além das estéticas e devem considerar outros olhares sobre a natureza, outros conceitos e práticas. São significações múltiplas sujeitas às particularidades dos saberes e vivências de quem a olha, como atestam as diversas percepções da Serra da Capivara que captamos na presente pesquisa.

Segundo Meneses (2012), a grande novidade relativa à definição de patrimônio cultural da Constituição de 1988 foi o deslocamento da definição do valor cultural que se transfere do Estado para a sociedade. Os valores culturais não são imanentes às coisas e estão contidos nas práticas sociais. Ainda, para esse autor, o valor cultural é composto por dimensões cognitivas, formais, afetivas, pragmáticas e éticas. O componente cognitivo seria de fruição intelectual, relativo ao conhecimento e percebido como documento; o formal, ligado à percepção estética; o afetivo, o que envolve vínculos afetivos; o pragmático seria o valor de uso percebido como qualidade; o ético buscaria o respeito às diferenças culturais.

Neste estudo, não se tratou de abordar a paisagem simplesmente como mais uma tipologia patrimonial, mas de reconhecê-la em suas características sistêmica e integrada como uma nova abordagem na preservação do patrimônio cultural. Também não era aconselhável aprisioná-la ao campo patrimonial e desconhecer a potência integradora que sua polissemia sugere. Logo, fez-se necessário considerar a forma de atuação integrada e não exclusiva da patrimonialização no estudo de caso da paisagem da Serra da Capivara. O seu principal atributo é o de testemunhar interações entre o ser humano e a natureza desde épocas remotas.

A Serra da Capivara é emblemática para o estudo dos registros entre natureza e cultura. Os inúmeros sítios arqueológicos ali presentes são considerados bens da União e objeto de proteção desde 1961 pela Lei 3924. Contudo, essa proteção só pôde se tornar efetiva a partir de seu conhecimento. O patrimônio arqueológico começou a ser desvelado pelas primeiras pesquisas empreendidas na década de 1970 e posterior inscrição no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), mantido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ademais, ela foi transformada em Parque Nacional em 1979; reconhecida como Patrimônio Mundial em 1991 e inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e

Paisagístico em 1993. As múltiplas proteções, três nacionais e a internacional, fazem da Serra da Capivara um recorte propício ao estudo da paisagem na articulação/dicotomia das políticas de preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural.

Analizamos o processo de patrimonialização da paisagem a partir da interação entre natureza e cultura. O processo envolve dois campos patrimoniais regulados por leis, procedimentos e rituais específicos, conduzidos por cientistas, intelectuais e agentes empenhados em construir referências à memória dos grupos que constituem a sociedade brasileira e conservar a biodiversidade. A análise foi realizada na perspectiva do ser humano integrado à dimensão natural da paisagem, em contínua interação do organismo e do meio em oposição ao ser humano separado dessa dimensão, numa postura antropocêntrica e utilitária (MEYER, 2008).

Neste sentido, questionamos: Em que medida a interação ou relação de dependência entre o bem arqueológico e a paisagem, em última análise, cultura e natureza, são determinantes na adoção de algumas formas de proteção inseridas na política patrimonial e/ou ambiental internacionais? E, particularmente, nas políticas brasileiras durante as últimas décadas e virada do século XX para o XXI, quando o país vivia um processo de redemocratização? Qual é a perspectiva dessa relação entre natureza e cultura nessas duas políticas e como elas se articulam? Superposição, complementaridade ou interação?

Segundo Meyer (2008), as concepções que separam o ser humano da natureza revelam a ruptura da sua interação com o mundo natural, na tentativa de distingui-lo dos demais seres. A maioria das acepções empregadas sempre a apresentam como objeto do usufruto, da extração, do domínio, do controle e do uso dos recursos naturais e não fazem parte do conviver. A autora observa que a paisagem é tratada nos diálogos dos vaqueiros na obra de Guimarães Rosa como sujeito e não como objeto de troca e mercadoria. Meyer ressalta o entrelaçamento entre cultura e natureza e o papel importante da literatura e da imaginação criadora para o debate ecológico.

Para Collot (2013, p. 15) a paisagem está presente em toda parte. Ela expressa o 'espaço vivido', a experiência. É "a mais forte expressão do 'espaço vivido'", digno de atenção cada vez maior pelas ciências humanas e pelas sociedades, preocupadas em proporcionar um ambiente repleto de sentidos e qualidades duráveis para as pessoas que a habitam. A paisagem é uma forma de ver o mundo. Collot (2003, p. 17)



a define como “um espaço percebido, ligado a um ponto de vista: é a extensão de uma região (de um país) que se oferece ao olhar de um observador”.

A polissemia da paisagem, conforme observou Besse (2014), é uma questão antropológica que não a reduz à representação subjetiva. Segundo o autor, a ruptura da Modernidade (ciência e arte, razão e emoção, sujeito e objeto, homem e natureza) não se efetivou desde o início em todos os campos do saber. A geografia do século XIX, por exemplo, manteve na paisagem profunda relação entre ciência e arte, possuindo para o geógrafo um significado existencial e político. A partir dela, o geógrafo pretendia o conhecimento e a intervenção. A paisagem se tornou objeto de uma interpretação pelo olhar geográfico, que se baseou no conceito de fisionomia do alemão Alexander von Humboldt e nas elaborações do francês Paul Vidal de La Bacle, definindo um programa científico e uma exigência metodológica. Besse (2014) considerou a paisagem submetida ao olhar geográfico um artefato, ou seja, uma impressão das intervenções e interações humanas com as características objetivas que definem a fisionomia de um território terrestre.

As noções distintas de paisagem que indicamos no texto ancoraram as narrativas patrimoniais usadas nas práticas e nos fundamentos teóricos que orientaram a condução das políticas federais e internacionais do patrimônio cultural e do meio ambiente. Por vezes, são noções que ora revelaram interação entre natureza e cultura, ora revelaram antagonismo e conflito. Ou ainda, são noções que privilegiaram apenas uma delas, ora fundamentadas nos aspectos culturais, ora nos aspectos naturais. Buscamos evidenciar essas noções em vários documentos relacionados a essas políticas.

Também analisamos a pesquisa interdisciplinar desenvolvida na Serra da Capivara, intitulada “O homem no Sudeste do Piauí, da Pré-História aos dias atuais. A interação Homem-Meio” (GUIDON, 2014a, p. 38). Há quarenta anos, seus idealizadores, membros da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), realizam pesquisas, protagonizam a proteção e continuam a participar da gestão de um amplo território do Sudeste do Piauí. A atuação dos pesquisadores impactou e vem modificando essa paisagem, substituindo com frequência o Estado, ao desempenharem papéis de agentes de órgãos do patrimônio cultural e do meio ambiente.

Braudel (1965) observou que o trabalho de história presumia recortes temporais segundo formas distintas de espessura. Para ele o historiador deve buscar

níveis diferentes de observação, que vai do coletivo estrutural, das estruturas de longa duração para o tempo individual, dos fatos e personagens da história. O aporte dessa alternância de tempos de duração como método de trabalho e dos conceitos de estrutura e conjuntura foram fundamentais para o estudo da moldagem e patrimonialização da paisagem da Serra da Capivara (PORTO, 2010). O tempo longo ou muito longo é o das estruturas e relações estáveis da vida social, que permanecem por séculos e modificam muito lentamente. O médio é próprio da história econômico-social, explicada no intervalo de dezenas de anos, distinguindo os movimentos da economia. O tempo curto evidencia os indivíduos e o cotidiano, as oscilações breves e os acontecimentos.

Para Ribeiro (2014) essa inovação temporal formulada por Braudel está associada ao papel que a Geografia representou na apreensão dos fenômenos de longa duração. A escrita da história é cadenciada pela lentidão dos processos geológicos, pelos ciclos da natureza, pelas mudanças no clima, pelo relevo, por distâncias e acidentes geográficos, pela posição do sítio, pelo crescimento demográfico, por doenças epidêmicas, por alimentação etc que devem ser apreendidas pelo processo histórico como um ajuste entre os binômios alternância e estabilidade, celeridade e vagareza, evento e estrutura (RIBEIRO, 2014; SANTOS, FOCHI e SILVA, 2016).

O historiador francês, Fernand Braudel, foi representante importante da segunda geração da “escola dos Annales”, entre 1946 e 1968, tendo sucedido Lucien Febvre como diretor da revista de mesmo nome. Ele propôs teorizações fundamentais sobre a percepção temporal e cronológica da História e dialogou com as Ciências Sociais, renovando os métodos historiográficos com sua tríplice temporalidade, de curta, média e longa duração. Na sua tese de doutorado defendida na Sorbonne em 1947, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, usou essa pluralidade temporal para estabelecer um diálogo que contrapôs a História dos eventos, do tempo individual, curto e rápido, e os estudos biográficos a uma história baseada na Geografia, do tempo de longa duração. Esse diálogo baseou-se também na Economia e Sociologia, do tempo conjuntural ou médio (RORIZ, 2009). Na defesa que Braudel faz da longa duração como âncora da História, ele não desvaloriza os acontecimentos, apenas observa que o entendimento da dinâmica dos eventos exige a compreensão de uma temporalidade mais duradoura e resistente a mudanças.

Assim, por meio do caráter multifacetado do tempo histórico, Braudel (1965) nos forneceu um esboço para contar a história da paisagem da Serra da Capivara, em seus ritmos alternados. A síntese dos tempos que usamos na presente pesquisa está expressa no “Cronograma da paisagem da Serra da Capivara”, que apresentamos no início da tese, entre a Lista de Siglas e o Sumário. Usamos o tempo muito longo para uma abordagem anterior à presença do ser humano na paisagem da Serra da Capivara, definido como tempo geológico. O tempo histórico, a partir da atuação humana na paisagem, foi abordado segundo a tríplice temporalidade proposta por Braudel, de longa, média e curta duração. O marco conjuntural da patrimonialização estruturou a forma de contar essa história, dividida nos capítulos 2 e 3 desta Tese: o ser humano na paisagem da Serra da Capivara antes e depois da patrimonialização.

No capítulo 2, antes da patrimonialização, a Arqueologia, a Geografia, a História e outras ciências mostraram que, ao longo de milênios, a paisagem acolheu grupos humanos pré-histórico, num processo social de longa duração. Em seguida, um processo de amplitude secular organizou a vida social durante a colonização europeia, quando os criadores de gado se insinuam pelo vale do rio Piauí, na bacia do rio Parnaíba, em contato com os povos originários. No tempo curto, os ciclos de dezenas de anos nos revelaram as contingências econômicas que deram origem à ação dos maníbeiros, em interação com a mesma paisagem.

No capítulo 3, focamos o tempo curto de depois da patrimonialização, iniciado há pouco mais de quarenta anos, quando surgiram os protagonistas das pesquisas arqueológicas da Serra da Capivara em suas relações com diversas instituições, atores e pessoas do lugar. Eles nos revelaram as variadas percepções, coletivas e individuais, sobre esta paisagem protegida, com diferentes objetivos e por diferentes valores. Concomitantemente, destacamos as mudanças estruturais ocorridas nessa paisagem, decorrentes da patrimonialização.

A pesquisa tratou o Parque Nacional Serra da Capivara (PARNA SC) como patrimônio. A partir de pesquisa bibliográfica e de fontes documentais, processos de tombamento, processos administrativos do IPHAN e ICMBIO, documentos da UNESCO, reportagens impressas e audiovisuais e de fontes orais, entrevistas, apresentaremos a história do Parque, as mudanças físicas e percepções diversas da paisagem da Serra da Capivara decorrentes da sua patrimonialização. E assim tentaremos responder a seguinte questão: — O que muda com a criação do Parque, ou seja, na percepção e no próprio lugar?

O relato dos habitantes da região e vizinhos da paisagem, hoje desabitada e tutelada pelo Estado, nos auxiliou a compreender a singularidade do lugar. Nossa atenção se voltou para os depoimentos de pessoas envolvidas, de forma direta e indireta, com o PARNA SC, por sua relação de moradia, trabalho, pertencimento, vizinhança, pesquisa científica, exercício profissional e turismo. Consideramos graus diferentes de compreensão da Serra da Capivara ao captar óticas variadas de percepção, que variaram do olhar afetivo enraizado na experiência do habitante (TUAN, 1980) ao desenraizado do turista que apenas passou por ela (RALPH, 1976).

No Capítulo 4, abordamos o encontro das disciplinas na paisagem. O termo paisagem é extremamente polissêmico; ele foi apropriado de maneiras diferentes pela arte e diversos campos do saber. A paisagem foi usada como argumento decisivo no discurso da patrimonialização da Serra pelos cientistas e agentes técnicos da preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural. Os significados que lhe foram atribuídos nas narrativas patrimoniais internacionais e brasileiras desde a instituição da preservação do patrimônio foram discutidos. Particularmente, as narrativas selecionadas para legitimar a instituição da proteção e as práticas de gestão da Serra da Capivara também foram investigadas. Não menos importante, foi destacar o que mudou com a patrimonialização, e conhecer as várias percepções locais e nacionais da imagem da região decorrentes da sua instituição como patrimônio.

Discutimos a patrimonialização da paisagem através do conceito de paisagem cultural. O conceito, originalmente desenvolvido pela abordagem positivista da Geografia Cultural, limitava-a seus aspectos materiais. Depois de reelaborado pela Nova Geografia Cultural, ele assumiu enfoque mais interpretativo da produção simbólica da cultura que morfológico (PAES, 2017). Em 1992, a paisagem cultural foi adotada pela UNESCO na Convenção do Patrimônio Mundial e exerceu forte influência na política do patrimônio cultural brasileira.

Em 2000, a paisagem também se tornou objeto de política pública por meio da Convenção Europeia da Paisagem (CEP) com o objetivo da promoção de qualidade de vida dos cidadãos europeus. Em 2009, o Iphan instituiu a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira sob a influência dessas experiências internacionais. O objeto de trabalho desse instrumento de tutela resulta das interações dos grupos sociais com a natureza. A participação social na delimitação e gestão compartilhada da paisagem cultural, o reconhecimento da sua dinâmica e a ênfase no ordenamento territorial são características da CEP que foram assumidas pelo novo instrumento brasileiro. Essas

características representam um grande desafio para as nossas práticas institucionais e sociais.

E, finalmente, no Capítulo 5, procuramos evidenciar os limites e as oportunidades do Turismo como proposta (aporte, redes, acesso, visibilidade, participação social) e suas articulações com o Plano de Manejo do PARNA SC, aprovado em 2019 (ICMBIO, 2019). A exploração dos serviços turísticos nos parques nacionais, através de concessões, foi priorizada pela atual gestão do Ministério do Meio Ambiente, que incluiu o PARNA SC.

Em 2006, o Turismo também fez parte do plano de desenvolvimento integrado concebido para o território da Serra da Capivara. Apesar do plano de desenvolvimento, a crônica ausência de saneamento básico nos aglomerados urbanos do entorno do PARNA SC continua. No Parque, prestes a ser disponibilizado à iniciativa privada para exploração turística, a realidade é outra. Ainda em 2003, sua gestão compartilhada com a sociedade civil foi elogiada pela UNESCO e considerada a área protegida mais bem estruturada da América Latina.

## **2 O SER HUMANO NA PAISAGEM DA SERRA DA CAPIVARA ANTES DA PATRIMONIALIZAÇÃO**

### **2.1 SERRA DA CAPIVARA PRÉ-PATRIMÔNIO**

Nesta pesquisa, lançamos mão do aporte da Geografia e da História para realizar um estudo da paisagem da Serra da Capivara, elevada à condição de patrimônio natural e cultural brasileiro e patrimônio cultural mundial. O presente capítulo situa a paisagem antes da patrimonialização. Iniciamos por meio da revisão de uma variada bibliografia, produzida por sistemáticas pesquisas arqueológicas e interdisciplinares, desenvolvidas desde a década de 1970, na região da Serra da Capivara, no Sudeste do Piauí. A pesquisa se fundamenta em conceitos e noções basilares da Geografia, como lugar, paisagem e percepção, que serão primeiramente abordados, assim como a noção de patrimônio, cujo campo específico e prática política possuem longa duração.

Há milhares de anos BP, os caçadores coletores e, em seguida, os povos ceramistas começaram a moldar essa paisagem, herança de processos naturais iniciados há milhões de ano BP. Da revisão da historiografia regional, uma concepção de paisagem, focada na apropriação política e econômica da terra, revela o encontro de dois mundos, iniciado com a colonização do território do Piauí: o contato dos povos nativos com o branco de origem europeia. Após os caçadores coletores e os ceramistas pré-coloniais, os indígenas, os vaqueiros, os agricultores e os maníobeiros continuaram a interagir com esta paisagem. A paisagem, dessa forma, funciona como um documento importante que nos auxilia a compreender as culturas do passado. As fontes historiográficas variam entre vestígios materiais e as fontes escritas e orais; estas últimas, principalmente trabalhadas no Capítulo 3.

O estudo não se limita ao ponto de vista de uma disciplina sobre a paisagem, mas de várias que contribuíram para a sua instituição como patrimônio. Assim como a paisagem, o campo do patrimônio se estabeleceu a partir de diferentes olhares. No entanto, nos documentos dos organismos encarregados da tutela nacional e internacional desse patrimônio, permanecem ambiguidades na interpretação da noção de paisagem, entendida como noção postulada primeiramente pela Geografia, e que precisa superar a oposição ainda persistente nesses registros entre natureza e cultura.

### 2.1.1 Lugar

Seamon (2017) afirma que a obra de Relph (1976) *Lugar e Lugar-sem-lugaridade* tem posição de destaque entre os trabalhos de Geografia Humanística dos anos 1970, por tratar o lugar como uma fenomenologia existencial, ao concebê-lo como uma fusão da ordem humana e natural e a experiência vivida de um indivíduo ou grupo social. Sua influência foi duradoura em razão de assentar a experiência do lugar transitando entre *insiderness*, quando o indivíduo ou grupo social possui algum grau de identificação e pertencimento com o lugar, e *outsiderness*, quando se dá a alienação e ruptura do indivíduo ou grupo com o lugar. Além desses dois termos, Relph ainda propõe o *lugar-sem-lugaridade*, exemplificado pelas paisagens padronizadas e sem distinção, resultantes da ausência do sentido de lugar.

Lugar, para Tuan (1983), é delineado pela percepção, experiência e valores. Como centro de valor, os lugares são experimentados totalmente por meio da combinação de relações próprias, internas (*insider*) e relações externas (*outsider*). Foi na década de 1970 que lugar se tornou uma noção importante na perspectiva da Geografia Humanística. Ao tratar do espaço e do lugar, esse geógrafo humanista os diferencia, mas admite a transformação do espaço em lugar, atribuindo-lhe valor e significado, e distinguindo que o lugar só pode ser compreendido a partir da experiência.

O autor sintetiza essas duas concepções com um paralelo entre liberdade e segurança; estamos sempre almejando a liberdade associada ao espaço enquanto atados à segurança do lugar. Lugar é o espaço que se torna familiar em toda sua inteireza para uma pessoa, ele é fruto da sua experiência, é por ela valorizado e carregado de significado, possuindo mais concretude do que espaço (TUAN, 1983).

A partir de 1990, a noção de lugar tornou-se um tema muito debatido e importante não só na Geografia, mas em várias outras disciplinas, e interpretado nas perspectivas comportamental, humanista e fenomenológica. O aumento de interesse pelo lugar é contemporâneo ao aumento de interesse pelo patrimônio, como forma de reagir às perdas de personalidade dos locais provocadas pela arquitetura moderna, que não se conecta com a história local, o ambiente ou as tradições, homogeneizando-os (RELPH, 2012).

Segundo Relph (2012), entre as diversas abordagens existentes sobre lugar, o essencial é sua prática comum de resistência contra a prática neoliberal de ganhos,

que impacta todos os locais e diminui a qualidade de vida. Porém, ele adverte: lugar tem que ser abordado criticamente para que iniciativas bem-intencionadas de defesa do local não se tornem formas de exclusão e opressão. Os lugares são pontos em que os indivíduos e as sociedades se relacionam com o mundo e esta relação pode ser ao mesmo tempo responsável e transformadora.

Lugar é um microcosmo. É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco. O que acontece aqui, neste lugar, é parte do processo em que o mundo inteiro está de alguma forma implicado. Isso é muito existencial e ontológico. Mas é também econômico e social, pois em toda parte estamos presos em maior ou menor grau nas forças neoliberais e da globalização. É o caso das comunicações eletrônicas que não conhecem fronteiras. É o caso do meio ambiente, pois evidente que tudo contribui e é afetado pela mudança climática (RELPH, 2012, p. 31).

A crise da Amazônia em chamas, em agosto de 2019, e, recentemente, com mais eloquência, a crise da pandemia do COVID-19, são exemplos claros dessa implicação do mundo no lugar e de como este último deve ser abordado criticamente (RELPH, 2012). A primeira crise provocou alerta na comunidade internacional e pressão sobre o governo brasileiro em razão do alto incremento dos índices de queimadas registrado pelo próprio órgão de monitoramento do governo federal, o INPE, que foi insistentemente negado pelo mesmo governo, comprometido com o desenvolvimentismo nos moldes da Ditadura Militar de 1964, para a região, sob o pretexto de defesa da soberania e da pátria. A pandemia do Covid-19, que tem paralisado progressivamente o mundo, dado o necessário isolamento social para combater as mortes provocadas pelo vírus, cujo desfecho é ainda incerto, escancarou ainda mais o risco da opressão e exclusão no Brasil e no Mundo na relação mundo/lugar.

A história do Parque Nacional Serra da Capivara (PARNA SC) possui laços profundos com a trajetória profissional e pessoal da arqueóloga Niède Guidon, na sua relação com a Região Sudeste do Piauí e as pessoas do lugar. A partir da chegada dos pesquisadores na década de 1970, ali se operou o contato com os habitantes, com as instituições científicas e preservacionistas brasileiras e estrangeiras, com o poder local, e se manifestaram os conflitos e interdependência de interesses e mútuas transformações de todos os envolvidos. Observamos que uma “relação contraditória e combinada de cooperação e conflito” caracteriza então a construção socioespacial desse lugar, como ressaltam Moreira e Hespanhol (2007, p. 58) sobre o conceito de lugar na contemporaneidade.



Essas autoras problematizam a abordagem humanística do conceito de lugar, visto como espaço vivido, de tendência fenomenológica, pela corrente crítica da Geografia, que o considera uma construção social. Para essa corrente, a construção do lugar fundamenta-se em relações espaciais diretas, no cotidiano, em análises mais abrangentes que consideram a articulação entre variáveis externas e internas, articulação entre cooperação e conflito. Lugar é ao mesmo tempo expressão de resistência e de adaptação à globalização, que não provoca a esperada homogeneização, mas, ao contrário, destaca suas singularidades. Assim, de espaço vivido se torna uma construção socioespacial, em uma “integração de ações e atores, dos grupos e das trocas (materiais e imateriais)” (MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p. 58).

Na Geografia Humanística, lugar é considerado produto da experiência humana (TUAN, 1983); na dialética marxista é entendido como espaço de singularidade, com características históricas e culturais decorrentes do processo de sua formação e que pode também ser expressão de globalidade (LEITE, 1998).

Para Santos (2014, p. 158), a consciência do mundo é obtida por meio do lugar. Este, como funcionalização do mundo, permite sua percepção empírica; as mudanças no mundo e nos lugares são concomitantes e interdependentes; no lugar há “um acontecer solidário”, é o espaço de criação da solidariedade e interdependência provocadas pela situação presencial do cara a cara. A repercussão dos eventos globais se materializa no lugar, é o seu depósito final (SANTOS, 2006). “O entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências” (SANTOS, 2006, p. 104).

### **2.1.2 Patrimônio**

Patrimônio está associado à herança, legada por ancestrais de sociedades ou grupos sociais, a ser salvaguardada ou protegida para usufruto de gerações presentes e futuras dessas sociedades. É um termo normalmente ligado ao ser humano, à sua cultura, aos bens cujas propriedades são seletivamente mobilizadas para socializar suas crenças, juízos, visões de mundo, expectativas, afetos e valores (MENESES, 2012).

Dessa relação resulta a proteção dos monumentos, sítios, e paisagens como patrimônios culturais e patrimônios naturais. Os patrimônios culturais e naturais são protegidos em função de valores históricos, documentais, artísticos, afetivos, simbólicos, e de valores ecológicos, decorrentes de sua criação por processos naturais de transformação da Terra.

Os patrimônios culturais e naturais, associados aos artefatos humanos, tornam-se objeto de política de Estado frente a ameaças de destruição dos monumentos do passado e o interesse político de cultivar a nação (FONSECA, 1997). Os patrimônios naturais surgem com a consciência do ser humano da sujeição da natureza às suas ações que a transformam e, com isto, podem degradar e deteriorar sua qualidade de vida a uma velocidade cada vez maior. As paisagens são também socializadas por valores que as instituem como patrimônio cultural, por seus valores de contemplação ligados à estética, seu papel nos costumes, nas crenças, enfim, os mesmos valores mobilizados para os artefatos humanos.

Por patrimonialização chamamos os processos de tutela da União sobre determinada área ou paisagem. A Serra da Capivara foi objeto de vários desses processos. Primeiramente, os sítios arqueológicos dessa paisagem foram considerados bens da União e protegidos por lei federal desde 1961. Depois, foi transformada em um Parque Nacional, uma unidade de conservação da natureza, instituída pela política ambiental. Em seguida, foi tombada pelo Decreto-Lei 25 de 1937 e recebeu o título de Patrimônio da Humanidade por seu valor cultural, conferido pela UNESCO, com base na Convenção do Patrimônio Mundial de 1972.

Segundo Paes (2017), o processo de patrimonialização da natureza e da cultura sempre tem como fundamento uma razão social, seja ela a sobrevivência biológica do ser humano ou do seu universo simbólico; ambas, razões para a patrimonialização da Serra da Capivara. A razão social é um recurso recorrente para toda uma gama de objetos, dos mais simples e banais aos mais complexos, como cidades, sítios e paisagens naturais e culturais, assim como outras diversas manifestações da cultura, incluindo o saber fazer e as línguas.

Em 1992, a noção de paisagem cultural assumiu papel importante no campo do patrimônio ao ser incorporada como tipologia de patrimônio cultural na Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO. No nosso País, instrumento similar foi adotado em 2009 com a instituição da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira (IPHAN,

2009).<sup>1</sup> A paisagem cultural, originalmente desenvolvida pela abordagem positivista da Geografia Cultural, que a limitava a seus aspectos materiais, foi reelaborada pela Nova Geografia Cultural e assumiu enfoque mais interpretativo que morfológico da produção simbólica da cultura (PAES, 2017).

Atualmente, a doxa ou senso comum do patrimônio cultural brasileiro é proteger por diversificadas formas diversas categorias e tipologias de bens e práticas culturais. Assim, novas formas de acautelamento se unem ao tombamento (registro e programa nacional do patrimônio imaterial, inventário de línguas, leis específicas do patrimônio arqueológico e ferroviário, licenciamento ambiental e chancela da paisagem cultural) para aplicação sobre bens e manifestações “dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, como valor cultural a ser herdado por gerações futuras” (FIGUEIREDO, 2018, p. 15).

Para Ribeiro (2007), a grande vantagem da abordagem do patrimônio através da paisagem cultural é o caráter integrador e relacional entre os aspectos duais, sempre presentes nas políticas patrimoniais, estrangeiras e nacional. Segundo o autor “[...] são ressaltados aspectos da integração entre *o homem* e *a natureza*, entre *o patrimônio material* e *o imaterial*, na definição e escolha dos bens que pertenceriam à categoria de paisagem” (RIBEIRO, 2007, p. 9-10, grifos nossos).

### 2.1.3 Paisagem

A paisagem é a parcela de uma região que se oferece a um observador, ou seja, espaço percebido através de um ponto de vista. Então, a noção de paisagem para Collot (2013, p. 18), como “o produto do encontro entre o mundo e um ponto de vista”, está inserida em uma relação complexa de três componentes – local, olhar e imagem – que foram tratados de forma desigual pelas teorias da paisagem, dando ênfase ora ao local, ora à imagem, negligenciando o olhar.

É na percepção que o fenômeno da paisagem possibilita um movimento de nosso interior para o mundo exterior e lhe dá sentido, experimenta a alteridade e constitui nossa subjetividade. É a “[...] mediação entre o mundo das coisas e o da subjetividade humana [...]” (BERQUE, 1995, p. 22 apud COLLOT, 2013, p. 27).

---

<sup>1</sup> Portaria IPHAN nº 127/2009, que regulamenta a paisagem cultural brasileira. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>>. Acesso em: 8 set. 2019.

Para o geógrafo francês Berque (1994), há clara diferença entre uma abordagem paisagística e a morfologia do ambiente. Ambas necessitam do suporte objetivo, mas o que a primeira evoca é subjetivo e imaginário. Essa relação, em variadas escalas de tempo e espaço, não privilegia apenas o sujeito ou objeto; ela envolve tanto a ideia que se constrói da realidade quanto a materialidade das coisas, estando no complexo entrecruzamento desses dois termos.

A interpretação de determinada sociedade sobre o seu ambiente é datada e marcada por seu modo de vida, que o organiza de acordo com essa interpretação. A experiência da paisagem é uma tentativa de recuperação da unidade orgânica do ser humano com o meio, perdida com a revolução científica; ela nos dá a percepção do sentido do mundo em que vivemos. Berque (1998) observa que a paisagem funciona ao mesmo tempo como matriz e marco; a primeira, por meio de elementos da paisagem que perpetuam usos e significados pelas gerações; e a segunda pela gravação no espaço dos sinais e símbolos das atividades de cada grupo ou geração.

A escolha das abordagens de paisagem pertinentes na discussão sobre a história do PARNA SC e as percepções do lugar, antes e depois de sua criação como unidade de conservação, foram requisitos da pesquisa. A patrimonialização sobressai como primeiro critério de abordagem dessa paisagem, indissociável dos sítios arqueológicos, vista tanto pela perspectiva ambiental quanto cultural. Entretanto, as duas perspectivas sobre a paisagem, a ambiental e a cultural, são tratadas setorialmente nas políticas públicas brasileiras. A setorização reflete o paradigma da ciência moderna, que tudo divide, categoriza, especializa para conhecer.

Descola tomou os estudos de Merleau-Ponty como “garantia filosófica” para legitimar seu questionamento sobre a “universalidade da distinção entre natureza e cultura” (DESCOLA, 2016, p. 260) e estudar a maneira como o Ocidente realiza o corte entre natureza e cultura, com suas consequências epistemológicas e políticas. Segundo Merleau-Ponty (2000, p. 10), “não foram as descobertas científicas que provocaram a mudança da ideia de Natureza. Foi a mudança da ideia de Natureza que permitiu essas descobertas”. Para Descola (2016), a Antropologia consiste no estudo das diferentes formas de composição do mundo por meio de “propriedades totalmente reais, mas cuja natureza e combinação são diferentes” (DESCOLA, 2016, p. 262).

Entretanto, a perspectiva holística e de abertura do sujeito para o mundo que a paisagem convoca, lugar de expressão privilegiada dessa aliança, conforme observa

Collot (2013), aponta para a superação da dicotomia entre natureza e cultura. Na construção do nosso objeto de pesquisa adotamos esse recorte.

Nessa direção, destacamos a importância do conceito de paisagem proposto pela CEP, assinada em 2000 pelos Estados signatários, na cidade de Florença, na Itália. A CEP estabeleceu um suporte teórico e metodológico e uma prática da paisagem que se preocupa com todo o território, por meio da gestão e ordenamento das paisagens ordinárias e do cotidiano tal como são apreendidas pelas populações. Dessa forma, ela vai além da proteção de paisagens destacadas e de conceitos de excepcionalidade e exclusividade que imperam nas políticas protecionistas praticadas pelo Brasil e pela UNESCO. A CEP destaca o papel da percepção da paisagem e nela inclui a dinâmica de sua transformação:

- a) «Paisagem» designa uma parte do território, **tal como é apreendida pelas populações**, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos;
- b) «**Política da paisagem**» designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adoção de medidas específicas tendo em vista a **proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem**;
- c) «**Objetivo de qualidade paisagística**» designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das **aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida**;
- d) «**Proteção da paisagem**» designa as ações de conservação ou **manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem**, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e ou da intervenção humana;
- e) «**Gestão da paisagem**» designa a ação visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de **orientar e harmonizar as alterações** resultantes dos processos sociais, econômicos e ambientais;
- f) «**Ordenamento da paisagem**» designa as ações com forte caráter prospectivo visando a **valorização, a recuperação ou a criação** de paisagens (CEP, 2000, grifos nossos).

A incorporação de mudanças nas paisagens, por processos naturais e culturais, e a opção por sua gestão e ordenação democráticas tornam esta política mais um instrumento de planejamento do que de proteção, diferenciando os tratamentos mais restritivos dos mais flexíveis de acordo com o caráter e valores que as caracterizam, suas especificidades e objetivos acordados.

De acordo com Santos (2012), para interpretar a paisagem, são fundamentais as noções de tempo e de escala, sendo insuficiente interpretá-la nos seus movimentos ou exclusivamente sobre seus elementos constitutivos. A noção de tempo, porque a

paisagem é composta por formas atuais e do passado, e a de escala, porque não se pode falar em paisagem total, tal qual o espaço. Sendo o processo social de produção socialmente seletivo, a paisagem resulta variada.

Cauquelin observa o desempenho importante da paisagem para a encenação dos elementos naturais – água, terra, fogo e ar – que separadamente são invisibilizados, mas são retomados e assumidos no conjunto pela arte de enquadrar e compor. Seu significado ultrapassa em muito o rótulo estético ao assegurar “os quadros de uma percepção comum” (CAUQUELIN, 2007, p. 10) e unir em uma só visão os diversos setores da política ambiental.

#### 2.1.4 Percepção

Corbin (2001) nota que os geógrafos evocavam a paisagem para descrevê-la pelo mais evidente, que se impôs com a morfologia e a ecologia. Assim, uma ciência objetiva e a noção de paisagem definida por sua materialidade dominaram por longo tempo a produção do conhecimento até o advento de novas abordagens da paisagem por filósofos, sociólogos e antropólogos. Entre as questões levantadas por Corbin, temos que a paisagem é definida como “uma maneira de experimentar e apreciar o espaço” (CORBIN, 2001, p. 9).<sup>2</sup> E que a leitura da paisagem varia de acordo com indivíduos e grupos. A maneira de olhar a paisagem está em contínua transformação desde a Renascença e sua historicidade deve ser relevada:

A noção de panorama, como a mecânica do olhar que determina a admiração despertada pelo jardim inglês, pertence à história. Mas a paisagem não se reduz a um espetáculo. O toque, o odor, especialmente a audição, também são importantes para a apreensão do espaço. Todos os sentidos contribuem para construir as emoções que ela proporciona (CORBIN, 2001, p. 9, tradução nossa).<sup>3</sup>

Em uma perspectiva semelhante, o geógrafo Tuan (1980), de linha humanista, considera que a paisagem é percebida de formas diferentes pelos indivíduos. A percepção é feita por meio de estímulos cerebrais emitidos pelos cinco sentidos (olfato, audição, visão, tato e paladar), num processo que gera sensações permeadas pela experiência de vida de cada sujeito. Ele concebe a percepção atrelada às atitudes

<sup>2</sup> Le paysage est façon d'éprouver et d'apprécier l'espace” (CORBIN, 2001, p. 9).

<sup>3</sup> La notion de panorama, comme la mécanique du regard qui conditionne l'admiration suscitée par le jardin anglais, appartient à l'histoire. Mais le paysage ne se réduit pas à un spectacle. Le toucher, l'odorat, l'ouïe surtout, sont aussi concernés par la saisie de l'espace. Tous les sens contribuent à construire les émotions que celui-ci procure (CORBIN, 2001, p. 9).

e valores suscitados nas relações com o meio ambiente, no que denominou de *topofilia*. *Topofilia* é

um neologismo útil quando pode ser definido em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal (TUAN, 1980, p. 107).

Para Tuan, *percepção* é a reação a estímulos externos pelos sentidos quando alguns fenômenos são registrados e outros sombreados ou esquecidos pelo sujeito, a depender dos valores suscitados para a sua sobrevivência ou atados a sua cultura. *Atitude* é uma tomada de posição frente ao mundo, mais estável que a *percepção*, por ser lastreada na experiência, ou seja, em sucessivas percepções. O autor ainda ressalta nesse processo o conceito de *visão de mundo* como um sistema estruturado de crenças, mais social do que pessoal.

Para esse autor, há diversas maneiras de expressar os laços afetivos com o lugar ou meio ambiente, que também variam em intensidade e sutileza. As respostas ao meio ambiente podem variar de uma efêmera sensação de prazer estético pela contemplação de uma vista até uma sensação de beleza também fugaz, mas bem mais intensa. Dos prazeres táteis, ao sentir o ar, a água e a terra, os laços e sentimentos mais permanentes e profundos se estabelecem com o lugar do lar, do exercício profissional e do meio de sobrevivência econômica. Invariavelmente, a *topofilia* quando desperta sentimento forte e irresistível, torna o lugar palco de acontecimentos importantes e é percebido como símbolo.

As mais intensas experiências estéticas da natureza possivelmente nos apanham de surpresa. A beleza é sentida, como o contato repentino com um aspecto da realidade até então desconhecido; é a antítese do gosto desenvolvido por certas paisagens ou o sentimento afetivo por lugares que se conhece bem (TUAN, 1980, p. 108).

Tilley (1994) afirma que a percepção e a cognição das pessoas sobre o mundo não operam a partir de uma tela em branco ambiental, mas sim com base na historicidade das experiências dos sujeitos, o que corrobora o argumento de Meneses (2002), que considera a paisagem culturalizada um fato cultural. Berque (1995) também valoriza as determinações culturais, sociais e históricas da percepção, ao considerar essencial para a compreensão da paisagem conhecer o que é construído pela subjetividade humana, indo além do agenciamento morfológico dos componentes do ambiente, bem como do funcionamento fisiológico da percepção.

O enfoque na experiência dos sujeitos com a paisagem, envolvendo a percepção da Serra da Capivara de formas diferentes e compartilhadas, assim como sua historicidade são questões essenciais neste estudo, tendo nas perspectivas da Geografia seu ponto de partida. Possui a mesma relevância para este estudo o aporte de outras disciplinas na interseção ou encontro dos três campos envolvidos: patrimônio cultural, ciência arqueológica e proteção ao meio ambiente. Esse tema será aprofundado no capítulo que versa sobre algumas abordagens da paisagem que confluem para a interseção dos três campos, no capítulo intitulado “O encontro das disciplinas na paisagem”.

Na sequência dos temas ora explorados, que apresentam os conceitos e noções em jogo na pesquisa, fazemos uma abordagem da paisagem do Sudeste do Piauí antes da colonização e na perspectiva de sua ocupação histórica pelos colonizadores em contato com as tribos nativas. São estudos preliminares que contextualizam e justificam o ponto de vista para discutir a criação, a história do Parque Nacional da Serra da Capivara e as percepções do lugar, temas tratados no capítulo seguinte.



## 2.2 O SER HUMANO NA PAISAGEM DA SERRA DA CAPIVARA ANTES DA COLONIZAÇÃO

De acordo com Ab'Saber, a paisagem

é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (2003, p. 9)

Então, herdamos paisagens e ecologia, configuradas por dinâmicas de longa duração na modelagem dos relevos, definição dos cursos dos rios e evolução biológica, remodelados e modificados por atuação mais recente. Para o autor, somos todos corresponsáveis, governos e cidadãos, pela preservação do equilíbrio fisiográfico e ecológico, por meio do uso não predatório da paisagem terrestre que herdamos.

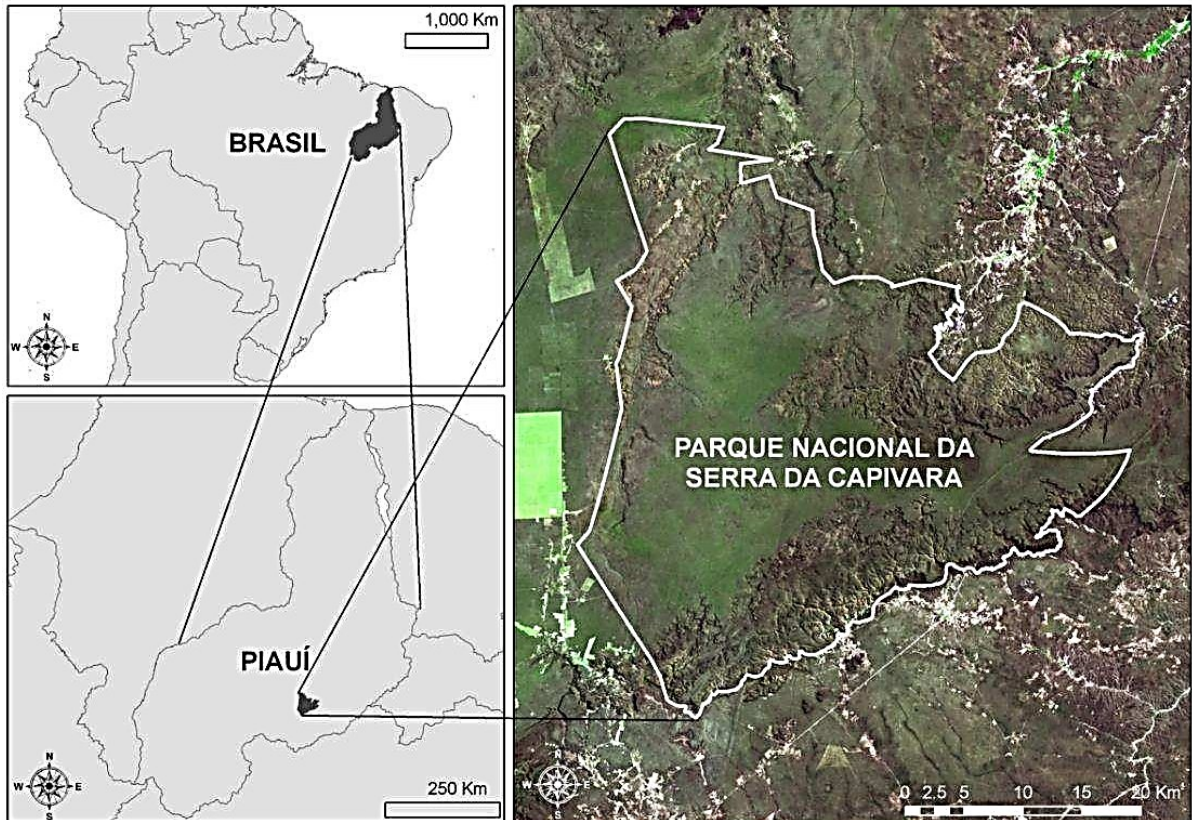
A noção de paisagem *supracitada* está associada principalmente à morfologia e ecologia, pois prescinde da percepção humana a imprimir-lhe uma complexa e rica simbologia, como observaram Berque (1994; 1995), outros geógrafos humanistas e pesquisadores ligados a outras disciplinas, a exemplo de Corbin (2001), Cauquelin (2007), Collot (2013) etc. Entretanto, ela nos permite uma visão do ambiente encontrado pelos primeiros grupos humanos na Serra da Capivara, ao iniciar ali sua aventura integrada à paisagem.

Abordamos um ambiente e uma paisagem cambiantes, forjados em diferentes temporalidades: há milhões de anos, pela natureza e na Pré-História, por processos naturais e ações de grupos humanos muito antigos, segundo revelam as pesquisas sistemáticas de caráter interdisciplinar na região da Serra da Capivara. Os aspectos da vida cotidiana desses grupos foram inferidos, de acordo com metodologia própria da arqueologia, a partir da caracterização da natureza e de suas transformações, bem como da relação que grupos humanos de diversas temporalidades mantiveram com a paisagem, deixando nela as marcas da sua cultura material. Então, conhecer o ecossistema é um requisito para conhecer o ser humano como elemento integrante da paisagem. Esse conhecimento se articula aos estudos de seus vestígios materiais, sejam pinturas, gravuras, restos líticos e cerâmicos para uma melhor compreensão do ser humano na paisagem.

Como mencionado na Introdução, o PARNA SC, criado em 1979 no Sudeste do Piauí, faz fronteira com duas formações geológicas (Figura 1). Uma delas é o

planalto da bacia sedimentar Maranhão-Piauí, resultante de movimento tectônico do Siluriano-Devoniano; a outra é a planície pré-cambriana da depressão periférica do rio São Francisco. O PARNA SC é constituído por serras, planícies e vales íngremes que englobam áreas de vegetação de Caatinga, Cerrado e Mata Úmida (GUIDON, 2014a).

Figura 1 - Mapa de localização do PARNA SC



Fonte: Pessis, Cisneiros e Mutzenberg (2018, p. 35).

Nos vales e canyons estreitos, a concentração de umidade manteve ilhas de floresta tropical remanescentes de épocas mais úmidas anteriores. Essas ilhas formam um contraste com a vegetação arbustiva e ressequida do alto da chapada (Figuras 2, 3, 4). A diversidade visual confere imponência e destaque à paisagem. E a topografia acidentada, que dificulta o acesso, foi determinante para a preservação dos sítios arqueológicos e das características naturais dessa paisagem por longo tempo (GUIDON, 2014a). As tocas, nome vulgar dos abrigos sob rocha que formam uma concavidade entres as paredes e o teto, apresentam diversidade de pinturas rupestres produzidas por populações pré-históricas.

Figura 2 - Vista de um dos vales do PARNA SC durante a estiagem, mostrando o relevo e o contraste da vegetação seca do planalto e verde do fundo do vale



Fonte: Acervo da autora (10 jul. 2018).

Figura 3 - Fundo do Desfiladeiro da Capivara onde a umidade se concentra e mantém a flora mais exuberante



Fonte: Acervo da autora (11 jul. 2018).

Figura 4 - A vegetação arbustiva e ressequida do alto da chapada



Fonte: Acervo da autora (11 jul. 2018).

Segundo Pessis, Cisneiros e Mutzemberg (2018), uma escarpa, o *front* de uma *cuesta*,<sup>4</sup> marca a fronteira geológica entre a Província Sedimentar do Parnaíba, caracterizada por rochas paleozoicas, e a Província da Borborema, por rochas metamórficas e ígneas proterozoicas. No reverso da *cuesta*, a 600 m de altitude, a superfície do planalto sedimentar, formado por arenitos, siltitos, folhelhos e conglomerados, é um divisor de águas das drenagens do Parque.

Como consequência do clima atual, não há cursos d'água permanentes no Parque. Há apenas o gotejamento de água no sopé dos cânions, proveniente de algumas fontes do alto da chapada arenítica, conhecidas como olhos d'água. Tais condições faz a ampla rede de canaletas de drenagem construída permanecer seca praticamente durante todo o ano (Figuras 5, 6).

<sup>4</sup> “Forma de relevo assimétrico, muito comum em sequências de camadas sedimentares com mergulho fraco intercalando níveis mais resistentes à erosão do que outros e que controlam, assim, o desenvolvimento geomorfológico com uma topografia plana e de gradiente suave segundo o sentido do mergulho das camadas, contraposta por **escarpas de cuesta** no sentido contrário” (WINGE, 2021). Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/glossario/verbete/cuesta.htm>>. Acesso em: 15 de out. 2021.

Figura 5 - Canaletas de drenagem do entorno do Sítio BPF/PARNA SC



Fonte: Acervo da autora (26 nov. 2019).

O rio Piauí, afluente do rio Parnaíba, é a principal drenagem da região, mas é intermitente e escoar temporariamente apenas nos torrenciais períodos chuvosos próprios de um regime pluviométrico irregular.

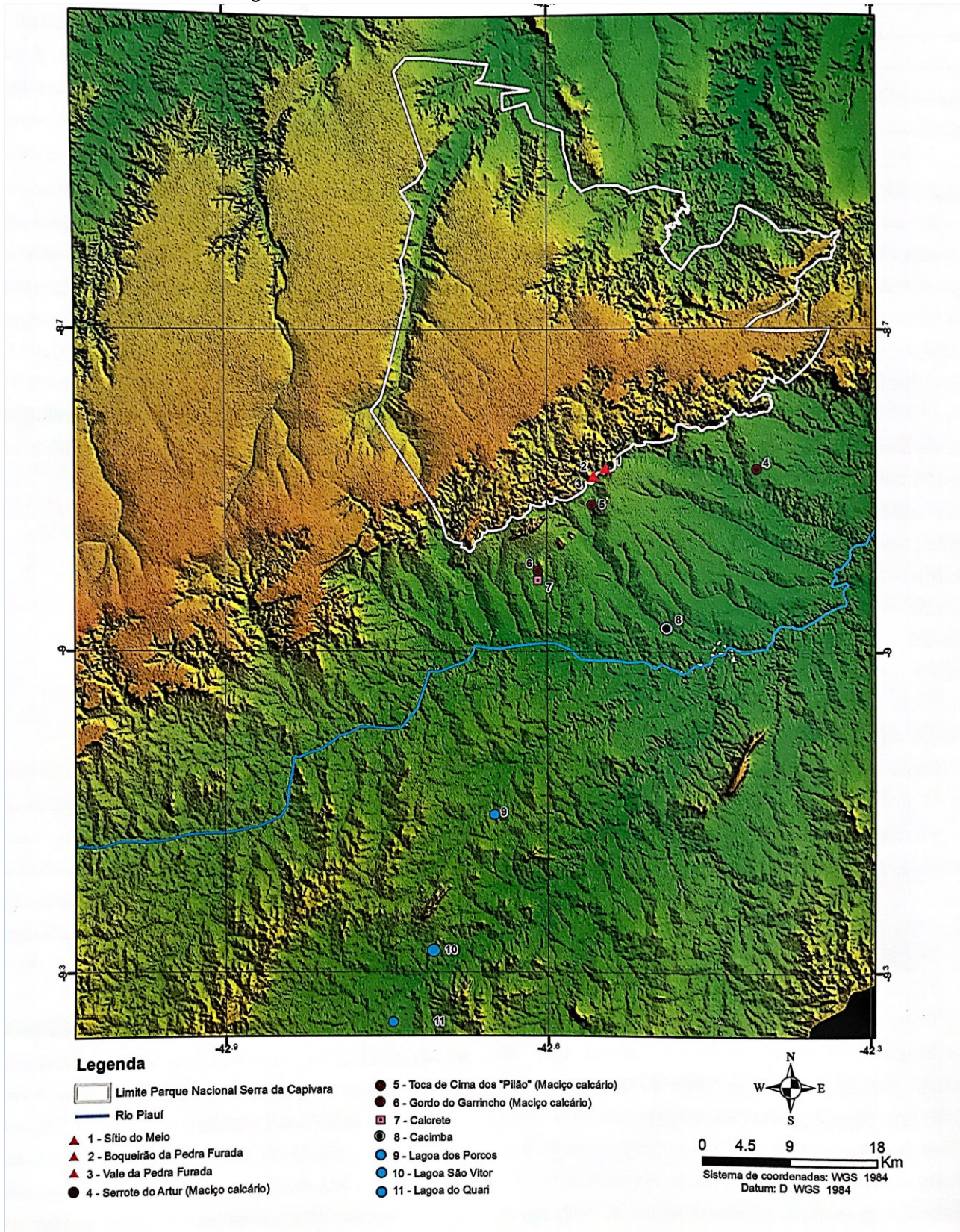
Na vasta área que se estende da borda da *cuesta* até o rio Piauí, diversos ambientes formados por terraços, colinas, paleolagoas, relevos residuais tipo “pães de açúcar”, maciços calcários, filões de quartzo e afloramentos de gnaisses, micaxistos e granitos revelam a presença antiga do ser humano em distintos sítios arqueológicos (FELICE; GUIDON; MENDES, 2014). No Parque e seu entorno, “cavernas calcárias, lagoas, abrigos sob rocha arenítica, sítios pleistocênicos a céu aberto e aldeias de grupos ceramistas apresentam significativos vestígios da ocupação humana, da presença da megafauna e das condições ambientais” (Figuras 7 e 8) (PESSIS; MARTIM; GUIDON, 2014a, p. 55).

Figura 6 - No primeiro plano, a foto mostra espécie da caatinga convivendo com espécies características de outros biomas no fundo dos vales. No segundo, parte das canaletas de drenagem, e, no terceiro, o tanque de armazenagem de água do Centro de Visitantes do PARNA SC



Fonte: Acervo da autora (26 nov. 2019).

Figura 7 - Mapa da imagem com localização do PARNA SC, rio Piauí, sítios areníticos, sítios calcários e lagoas do entorno



Fonte: Felice, Guidon, Mendes (2014, p. 76).

Figura 8 - Concentração de ossos da megafauna associados a vestígios líticos recobertos por sedimentos datados de 17000 anos BP na Lagoa dos Porcos



Fonte: Felice, Guidon, Mendes (2014, p. 78).

O projeto inicial de pesquisa arqueológica da década de 1970, que culminou com a criação do PARNA SC em 1979, transformou-se numa pesquisa interdisciplinar intitulada: “O homem no Sudeste do Piauí: da Pré-História aos dias atuais. A relação homem-meio” (GUIDON, 2014a, p. 38). Uma das hipóteses levantadas pelo projeto, segundo Guidon (2014a), foi que as características diversificadas dessa paisagem de fronteira teriam provocado um estímulo para o desenvolvimento técnico cultural dos povos que ali viveram, no seu processo de adaptação ao meio ambiente.

Durante cerca de 40 anos, as pesquisas arqueológicas realizadas em 49 sítios do PARNA SC e imediações evidenciaram vestígios diversos da cultura material de sucessivos grupos humanos ali presentes em diferentes épocas, que vão do Pleistoceno, atravessam o Holoceno e terminam no período de contato com os colonizadores. Os criadores de gado, que chegaram tardiamente, em 1830, determinariam o desaparecimento dos grupos humanos autóctones refugiados na Serra da Capivara, vindos de outras regiões do Nordeste durante o período colonial (GUIDON, 2014b).

As pesquisas em vários sítios, principalmente as escavações do sítio emblemático do Boqueirão da Pedra Furada (Figura 9), pela antiguidade das datações



obtidas, revelaram a presença do ser humano na região durante o Pleistoceno (100000 a 12000 anos BP)<sup>5</sup>. Nesse extenso período, a região apresentou clima úmido. O semiárido prevaleceu desde 5000 anos BP e, além de moldar a paisagem atual, foi elemento decisivo no processo de transformação de espécies mais adaptadas.

Figura 9 - Vista panorâmica do Sítio Boqueirão da Pedra Furada, no PARNA SC, mostrando paredão com diversidade de pinturas e escavação onde foram encontrados registros de ocupação humana de vários períodos e os vestígios mais antigos da ocupação humana no continente americano



Fonte: Acervo da autora (10 jul. 2018).

De um total de 156 estruturas resultantes da ação humana, algumas fogueiras estruturadas continham carvões e seixos, que foram aquecidos a mais de 450°C. As datações dos conjuntos de vestígios levaram à classificação da cultura humana local em duas fases: Pedra Furada, num total de 86 estruturas do Pleistoceno (entre mais de 50000 anos a 11000 anos)<sup>6</sup> e Serra Talhada, do Holoceno inferior (11000 anos a 5000 anos BP) (GUIDON, 2014b).

Segundo Guidon (2014), os instrumentos utilizados pelos grupos humanos mais antigos, cortantes ou pontiagudos, são tipos de facas, raspadores e perfuradores. Esses instrumentos, fabricados em quartzo ou quartzito, guardam características similares às encontradas no Paleolítico europeu, africano e australiano.

O clima tropical úmido teria perdurado até aproximadamente 10000 BP, no final do Pleistoceno e início do Holoceno, quando as chuvas diminuem e um clima de transição prevaleceu a partir 9000 anos BP. A megafauna que havia convivido com o ser humano na região desapareceu aos 8000 anos BP, junto com as espécies dos ecossistemas úmidos. A sua presença, concomitante à do ser humano, foi deduzida

<sup>5</sup> As datas do Pleistoceno superior obtidas nesse sítio tornaram-no um dos mais antigos das Américas. As polêmicas geradas por essas datações ofuscaram a quantidade de outros dados fornecidos pelas inúmeras pesquisas ali realizadas sobre o contexto e o comportamento do ser humano na região entre o final do Pleistoceno superior e o Holoceno inicial, dados extremamente valiosos para a história do povoamento do continente (LOURDEAU, 2019).

<sup>6</sup> Ver Lourdeau (2019) sobre as polêmicas em relação às datações mais antigas da Serra da Capivara.

pelos achados de fósseis de animais extintos associados a instrumentos líticos e ossos humanos datados de cerca de 12.000 anos BP (Figura 10). A diminuição da vegetação do cerrado e a participação humana provocaram a sua extinção (OLMOS *et al.*; 2001; GUIDON, 2014) e de animais de médio porte.

Figura 10 - Toca do Barrigudo, um dos sítios calcários do entorno do PARNA SC onde foram encontrados fósseis da megafauna associados a instrumentos líticos



Fonte: Acervo da autora (19 ago. 2010).

As drásticas mudanças determinaram o desaparecimento de várias espécies, inclusive da capivara, típica de clima úmido, cuja presença ali é registrada na imagem gravada pelo ser humano pré-histórico sobre a rocha (Figura 11) (GUIDON, 2014b).

Convivendo com a evolução climática, os grupos humanos se adaptaram às mudanças desse ambiente, alimentando-se das espécies sobreviventes de pequeno porte. Entre 12000 e 3500 anos BP, as populações humanas da região desenvolveram uma cultura material com técnicas mais aprimoradas e fases adaptativas refletidas pela riqueza temática das pinturas rupestres.

As pesquisas arqueológicas confirmaram que os variados perfis gráficos encontrados no parque indicavam a existência de várias etnias; assim, como hipóteses de trabalho, esses perfis foram classificados pelos arqueólogos em tradições, subtradições e estilos. Esse período é considerado um novo período cultural, e os povos que viveram nele, denominados de *Tradição Nordeste*,

permaneceram como caçadores-coletores, ou seja, com a mesma estrutura econômica dos povos do Pleistoceno (GUIDON, 2014).

Figura 11 - Conjunto de imagens de capivaras do estilo Serra Branca (cerca de 9000 anos BP) da Toca do Caldeirão do Rodrigues I



Fonte: Pessis (2013, p. 162).

De acordo com Prous (2007), pertencer a uma tradição não significa ser de uma mesma etnia, ter comportamentos iguais ou falar a mesma língua. A exemplo de diferentes etnias que hoje compartilham uma mesma religião, povos muito diferentes na Pré-História podem ter compartilhado certas referências nos grafismos rupestres.

Segundo Pessis, Cisneiros e Mutzenberg (2018), as pinturas da *Tradição Nordeste*, definidas inicialmente a partir de critérios muito gerais, abrangem uma faixa cronológica de 15000 a 6000 anos BP. São dominantes no PARNA SC, onde teriam se originado e se espalhado por todo o Nordeste. Prous (2007) a estende por um território ainda maior que vai do Sul do Piauí a Goiás e Mato Grosso, aproxima-se dos Andes na Bolívia, do Peru e da Colômbia Meridional. E chega mais tarde em Minas Gerais. Diferenciam-se nessa tradição dois estilos: *Serra da Capivara* e *Serra Branca*.

O estilo *Serra da Capivara*, mais antigo, teve início no final do Pleistoceno e se caracteriza pela dinamicidade das figuras humanas simplificadas, mas reconhecíveis. Ele se identifica pela representação de muitas cenas de caça, sexo, dança, saltos, roda em volta de árvore, rituais cerimoniais e coleta de mel (Figuras 12 e 13). Uma qualidade importante das cenas retratadas, além da diversidade de planos (horizontais, verticais e oblíquos), é o tratamento das distâncias entre figuras, que lhes imprimem profundidade.

Figura 12 - Pannel de pinturas estilo *Serra da Capivara* do Sítio Boqueirão da Pedra Furada. Detalhe do dinamismo da cena à esquerda



Fonte: Acervo da autora (10 jul. 2018).

Figura 13 - Toca da Entrada do Pajaú. PARNA SC



Fonte: Acervo da autora (27 dez. 2005).

O estilo *Serra Branca* apareceu por volta de 9000 anos BP e se caracteriza pela complexidade da ornamentação das figuras simples anteriores, às quais foram acrescentadas mais informações e componentes gráficos de preenchimento das figuras. As figuras antropomorfas são ornamentadas com cocares e vestimentas, e há uma multiplicidade de objetos e relações entre figuras em cenas mais complexas, sendo reiteradas as de violência, que representam lutas individuais ou coletivas. As figuras humanas e de animais fora das cenas se destacam por suas formas gráficas retangulares (Figura 14) (PESSIS; CISNEIROS; MUTZENBERG, 2018).

Figura 14 - Pinturas estilo *Serra Branca* na região de mesmo nome do PARNA SC



Fonte: Acervo da autora (11 jul. 2018).

Um grupo de pinturas residuais define o *Complexo Estilístico Serra Talhada*. Elas são consideradas inicialmente de transição, do início do Holoceno, quando houve um expressivo aumento da população na região, coincidente com as mudanças

climáticas. As mudanças são perceptíveis nas representações das pinturas, nas quais se distinguem também cenas de violência (Figura 15). Contudo, a sua diversificação de elementos apresenta dificuldades para a definição de nova classe. Encontra-se nesse complexo as figuras antropomorfas e zoomorfas de contorno aberto, com certo dinamismo, que se apresentam de forma isolada por todo o parque (PESSIS, 2013; PESSIS; CISNEIROS; MUTZENBERG, 2018).

Figura 15 - Toca da Onça, *Complexo Estilístico Serra Talhada*, PARNA SC



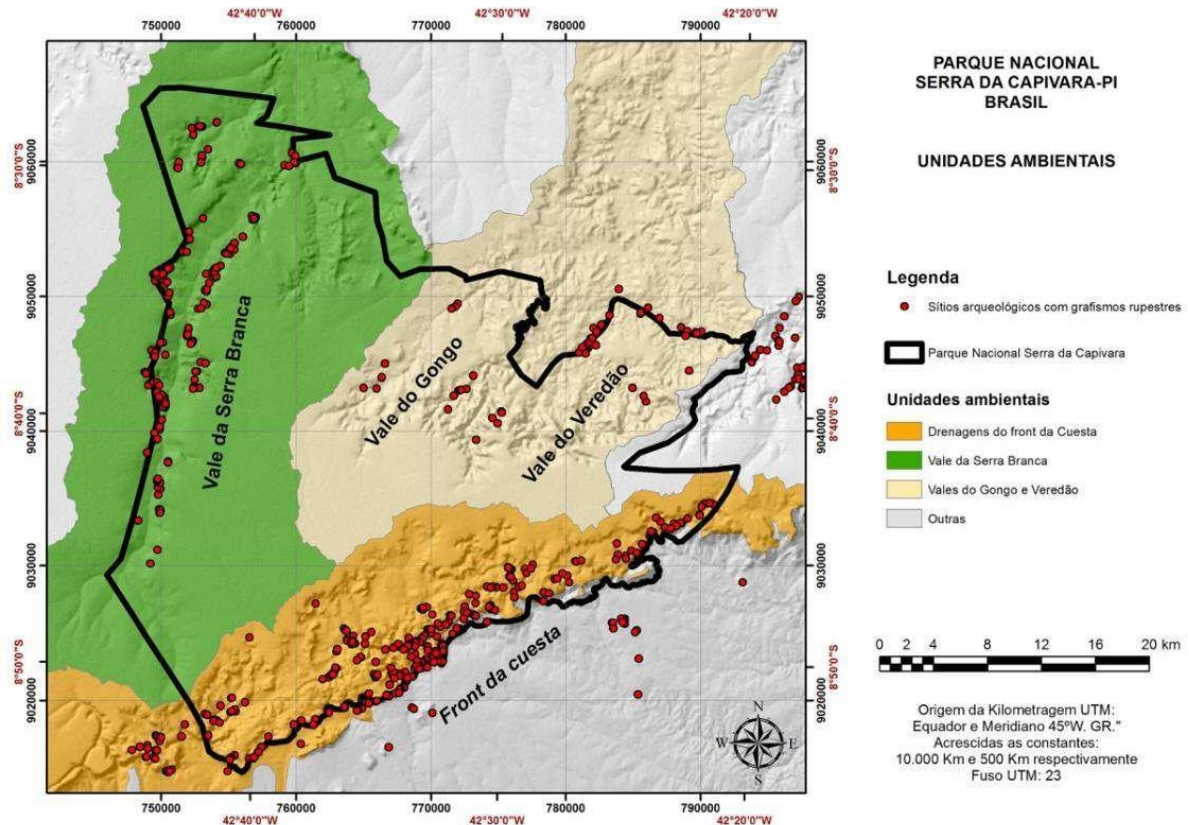
Fonte: Acervo da autora (19 ago. 2010).

Além da *Tradição Nordeste*, encontram-se grafismos cujas características configuram duas outras tradições dentro do PARNA da Serra da Capivara. A *Tradição Agreste* é formada por pinturas de figuras predominantemente irreconhecíveis, que aparecem isoladas. Mesmo quando reconhecíveis (antropomorfos), raramente representam ações, formando cenas. A *Tradição Itacoatira* é de gravuras em baixo-relevo, raspadas ou picotadas, com predomínio de figuras também irreconhecíveis e com raras representações isoladas de zoomorfos, como os lagartos (PESSIS; CISNEIROS; MUTZENBERG, 2018).

A linha de pesquisa atual no PARNA da Serra da Capivara trabalha com as relações entre as variáveis geoambientais e os variados perfis gráficos presentes nos sítios de pintura rupestres da Serra da Capivara. Ela tem o objetivo de confrontar novas hipóteses explicativas com os resultados de novas técnicas de aproximação cronológica. A articulação entre variáveis espaciais e temporais é uma estratégia para entender a evolução das diferentes identidades gráficas, de separar e de estabelecer as identidades culturais e suas transformações no espaço e no tempo.

Os variados perfis gráficos encontrados no parque, associados à sua dispersão temporal, foram articulados a três unidades ambientais distintas ali presentes (Figura 16).

Figura 16 - Mapa de distribuição dos sítios arqueológicos com registros rupestres



Fonte: Pessis, Cisneiros e Mutzenberg (2018, p. 37).

O estilo *Serra da Capivara* prevalece nos sítios localizados na Unidade I, denominado Drenagens do *front de cuesta*, e nos dois lados dos vales largos e dos boqueirões; o estilo *Serra Branca* prevalece na Unidade 2 ou *Vale da Serra Branca*. Na Unidade 3, *Vales do Congo e Varedão*, existem grafismos similares aos de outros setores do Parque e é onde atualmente se concentram prospecções de sítios com pinturas e gravuras.

Segundo Guidon (2014b), a indústria lítica evolui lentamente com o aprimoramento das técnicas na manufatura dos instrumentos, que se adequa à especificidade funcional de cada objeto e utilização de novas matérias-primas, além do quartzo e quartzito, predominantes na região desde a época pleistocênica. Alguns materiais, pela facilidade de serem lascados, especialmente o sílex, que é de origem exógena, tornaram-se privilegiados na confecção de ferramentas muito trabalhadas, as quais, portanto, eram usadas por um longo tempo; O quartzito, pelo contrário, pela

dificuldade de ser lascado, era usado na confecção de ferramentas que eram usadas por pouco tempo. Os grupos humanos continuavam a interagir regularmente com a paisagem, transitando entre os aldeamentos de pequeno porte, próximos às fontes de água, localizados em vales abertos e acampamentos situados em abrigos sob a rocha das serras.

Os primeiros vestígios de povos agricultores surgiram na região do PARNA SC aproximadamente há 3500 anos BP e ali permaneceram até a chegada dos colonizadores. Eram povos conhecedores das técnicas de cerâmica, usada em cerimônias funerárias e como peça utilitária. Viviam em aldeias e praticavam a agricultura de subsistência, cultivando o milho, o feijão, a cabaça e o amendoim, adicionados aos recursos alimentares de seus antecessores. Utilizavam instrumentos líticos similares aos fabricados pelos povos do Pleistoceno nas atividades básicas, mas aprimoraram vários outros como machados e discos polidos, mãos de pilão e tembetás de jadeíte (GUIDON, 2014b).

Em 1994, a Caverna de Chauvet foi descoberta no Sul da França. Ela permaneceu lacrada por um deslizamento de rochas durante milhares de anos. A descoberta revelou uma cápsula do tempo perfeita, criada pela natureza, cujas paredes internas apresentam inúmeras pinturas rupestres bem conservadas, além de ossos de muitos animais, alguns extintos. Nessas pinturas, predominava a representação da fauna, feita pelo ser humano pré-histórico há cerca de 32.000 anos BP, as mais antigas pinturas datadas conhecidas.

Herzog (2010) entrevistou o diretor do projeto de pesquisa da Caverna de Chauvet, Jean-Michel Geneste, para seu filme intitulado *A caverna dos sonhos esquecidos*, que tem a paisagem do seu interior como tema. Herzog perguntou: se “as pinturas da Caverna Chauvet, de alguma forma, foram o princípio da alma moderna humana, o que constituiria a humanidade?” (HERZOG, 2010) e o arqueólogo respondeu:

A humanidade é uma adaptação muito boa com o mundo. A sociedade humana precisa adaptar-se à paisagem, aos outros seres, aos animais e a outros grupos humanos e a comunicar algo, a comunicar e registrar memória em coisas muito específicas, como paredes, pedaços de madeira, ossos. Essa é a invenção do *Cro-Magnon*<sup>7</sup> [...] E também canções, mitologia, música. Mas, com a invenção da representação figurativa de animais, homens e de objetos. É uma forma de comunicação entre seres humanos que, além de ecoar o passado para transmitir informação, é melhor do que a

<sup>7</sup> *Cro-Magnon* é o fóssil mais antigo de *Homo sapiens* encontrado na Europa, que vivia em grupo, habitava cavernas no Período Paleolítico Superior (entre 40 mil e 10 mil BP, aproximadamente), nas quais praticava arte rupestre (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2020).

linguagem, do que a comunicação verbal. E esta invenção continua idêntica em nosso mundo atual com esta câmera<sup>8</sup> por exemplo (HERZOG, 2010,1: 22: 50 h).

Para Herzog (2010), as imagens de arte rupestre do interior da Caverna de Chauvet “são lembranças de sonhos há muito esquecidos. Esta é a batida do coração deles ou a nossa? Seremos capazes de compreender a visão dos artistas através desse abismo do tempo?” Prous (2007, p.111), um pouco antes, recorreu ao *Mito da Caverna* de Platão, para comparar os arqueólogos aos homens dessa caverna que sonham interpretar a sombra de uma realidade inacessível: “um passado que foge de nós cada vez que acreditamos alcançá-lo”.

Pessis (2013) observa que a escrita e a imagem são obras humanas que se materializaram nas pinturas rupestres. Mas a palavra que muitas vezes acompanha o desenho figurativo, por meio de signos de morfologia irreconhecível, perdeu-se no tempo. Seus códigos de significação desapareceram junto com as etnias autoras e não poderão ser recuperados.

As pinturas rupestres foram realizadas segundo regras que refletem formas de expressão com as quais se participa da rede de comunicação social. Quando são narrativas podem ser reconhecíveis por qualquer observador; representam entidades de caráter universal, tais como figuras humanas, animais, objetos e vegetais. Essas diferentes temáticas e cenografias são resultados de uma escolha orientada por uma hierarquia concreta de valores. A finalidade dessa prática é contribuir para a manutenção de uma organização social, de regras de comportamento e, finalmente, do princípio de dominação que caracteriza os diferentes grupos culturais (PESSIS, 2013, p. 81).

### 2.3 OS ÍNDIOS E OS VAQUEIROS NA PAISAGEM DO SUDESTE DO PIAUÍ

Conforme Santos (2012), interpretar corretamente o espaço exige mais do que interpretar os movimentos da paisagem e os elementos que a compõem. São também necessárias as noções de tempo e de escala, pois a paisagem é composta de atualidades e de vestígios do passado e não há paisagem total, característica do espaço. “Não se pode falar de paisagem total, pois o processo social de produção é espacialmente seletivo. O espaço construído que daí resulta é variegado” (SANTOS, 2012, p. 59-60).

---

<sup>8</sup> O arqueólogo referia-se à câmera que o filmava naquele momento da entrevista para o filme de Herzog.



No período histórico, a colonização pelo criatório do gado foi determinante para a formação de paisagens de fazendas de pastoreio no Piauí. As fazendas, além de posseiros, eram povoadas por vaqueiros e escravos, onde os descendentes dos antigos grupos humanos não mais encontrarão lugar. A história de encontro de culturas do período colonial é essencial para entendermos a paisagem que os pesquisadores encontram no Sudeste do Estado, quando descobriram a riqueza de testemunhos de ocupação humana pré-histórica e iniciaram as pesquisas arqueológicas. O primeiro enfrentamento de mundos diferentes no período colonial foi marcado por conflitos e pela supressão dos povos autóctones, segundo Mott (1979), Silva (1997), Oliveira (2007; 2014), Oliveira, Negreiros e Assis (2014) e Pessis (2013).

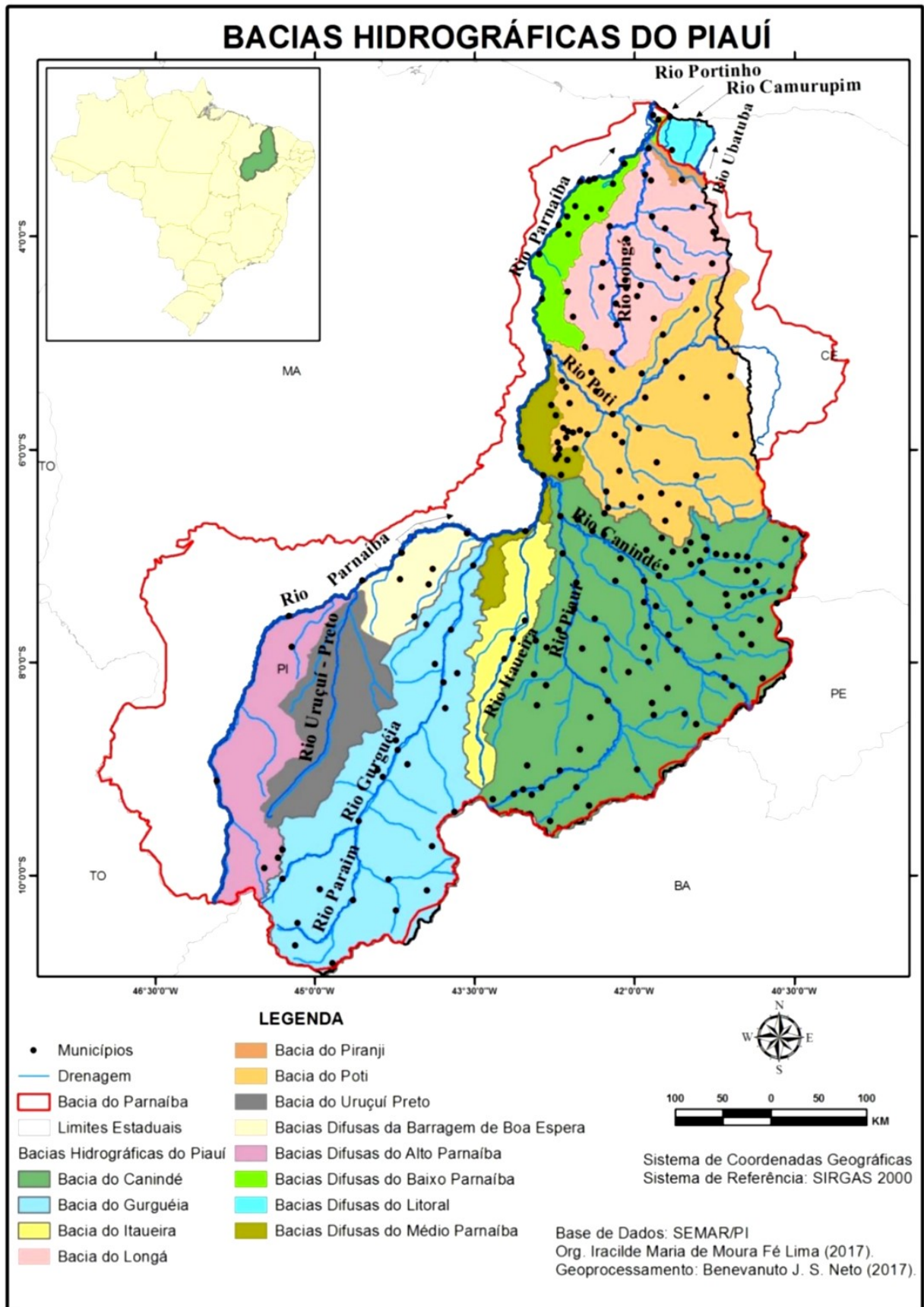
Os episódios de genocídio das populações aborígenes permeiam todo o século XVIII e a inexistência em nossos dias de sequer um grupo indígena no Piauí fala por si só da violência e do quão deletério foi o contato dos brancos com os diversos povos tribais que ocupavam aquelas brenhas (MOTT, 1979, p. 74).

A oposição desses dois mundos por meio de um choque cultural de valores é destacada por Pessis (2013). De um lado, descreve a organização social dos europeus baseada na acumulação de riquezas, através do comércio de bens retirados da natureza ou produzidos pelo trabalho humano. Seu saber, partilhado, segundo uma estratificação social rígida, era hierarquizado pela acumulação de capital e controle do conhecimento técnico. Do outro lado, ao contrário de dominadores da natureza, os indígenas possuíam valores que os colocavam como seres integrados à natureza:

Os indígenas tinham privilegiado o aprimoramento de procedimentos que aproveitavam os recursos da natureza para uma qualidade de vida que preservasse seu potencial de sobrevivência [...] Esse saber, transmitido pela tradição oral e partilhado por toda a comunidade dividida em pequenos grupos, permitiu **manter um tipo de vida que tendia a conservar o equilíbrio com outras comunidades humanas e com o meio ambiente**. Eram sociedades sem classes e sem castas (PESSIS, 2013, p. 29, grifo nosso).

O rio Piauí, o curso d'água mais próximo da Serra da Capivara, é integrante da bacia do Canindé (Figura 17), que, por sua vez, forma a bacia do rio Parnaíba. Por sua importância na penetração do sertão, embora não se constitua um rio de destaque por seu caráter intermitente, emprestou seu nome para designar toda a região que compõe a bacia do rio Parnaíba, este, sim, um dos principais rios do Nordeste brasileiro. Conforme acentua Porto (1974, p. 34), o rio Piauí é “referência obrigatória das entradas sertanejas” no contexto do fato histórico relevante que foi a penetração do interior do Piauí.

Figura 17 - Mapa das Bacias Hidrográficas do Piauí



Fonte: Lima (2017, p. 54).

A colonização do território do Piauí é ligada ao criatório de gado, tomado dos índios à força pelos bandeirantes e prepostos da Casa da Torre na Bahia. A atividade pecuária extensiva foi o vetor de colonização do seu território desde a segunda metade do século XVII. Com o consentimento da Coroa Portuguesa, a penetração dos vastos sertões habitados pelos indígenas se deu, primeiro, na busca de metais preciosos e apresamento de índios por bandeirantes paulistas. Eles saem de São Paulo, descendo o rio das Velhas e, em seguida, o São Francisco; após a grande volta do rio, fizeram uma deflexão pelos afluentes da margem direita do rio Parnaíba (MOTT, 1979). Domingos Jorge Velho chegou em 1622 às terras que viriam a constituir o Piauí. Ele se estabeleceu na confluência do rio Poti com o rio Parnaíba, onde funda algumas fazendas de gado. O rio Parnaíba foi assim denominado em homenagem à sua terra natal.

Possuindo grande parte de seu território ocupado por caatingas e cerrados, dispondo de poucos rios perenes e baixa pluviosidade, o Piauí, se de um lado apresentava fracas possibilidades para o desenvolvimento de uma agricultura exportadora, veio a transformar-se na principal área pastoril do Nordeste, sendo considerado durante séculos como o curral e açougue das áreas canavieiras (MOTT, 1979, p. 61).

A afirmação de Mott quanto aos poucos rios perenes refere-se principalmente à bacia do Canindé, área de predomínio das caatingas dentro da bacia do rio Parnaíba. A baixa disponibilidade de água desta região (Figura 18) foi registrada por Pena e Neiva (1916), nos seus relatos de viagem, realizada em 1912, pela região central do Brasil, compreendendo o Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás:

De Petrolina até a vila de Paranaguá, não se encontra um único curso perene; o rio Piauí, encontramos-lo todo "cortado" (com o curso interrompido) na vila de São Raymundo Nonato; o Curimatá completamente seco, apenas para citar os maiores (PENA; NEIVA, 1916, p. 76).

A bacia do Parnaíba forma o território de toda a Capitania de São José do Piauí e a disponibilidade hídrica de suas outras regiões para o criatório garantiu, desde o século XVIII, o fornecimento de matrizes para recomposição do gado nos criatórios das demais capitanias nordestinas, dizimado pelas secas periódicas. Também castigado pelas graves secas registradas desde o Período Colonial, o rebanho do Piauí sofreu menos perdas do que os rebanhos das demais capitanias, a exemplo do Ceará que perdeu 90% na seca sucessiva de três anos, de 1791 a 1793. A função de fornecimento de matrizes dos criatórios piauienses foi perpetuada pela

modinha que coloca o boi do Piauí no imaginário nacional: “meu boi morreu, que será de mim? Manda buscar outro, maninha, lá no Piauí” (DOMINGOS NETO, 2010, p. 20).

Figura 18 - Parte das ilustrações da viagem de Pena e Neiva em 1912 que complementam o registro das condições do rio Piauí no início do séc. XX



Fonte: Pena e Neiva (ESTAMPA, 1916, 23).

No final do século XVII, um censo realizado pelo primeiro sacerdote, cronista e censor do Piauí, Padre Miguel de Carvalho, contava menos de 500 pessoas, incluindo escravos negros e índios dominados, dispersos em 129 fazendas. A colonização do Nordeste encontrou resistência por povos indígenas, principalmente pelos que não falavam a língua geral. Nesse processo, tribos inteiras foram dizimadas, quando não se conseguia seu aldeamento ou sua pequena incorporação aos trabalhos das fazendas, que foram exercidos, segundo Mott (1979), principalmente pela mão de obra escrava.

Essa conclusão de Mott (1979), baseada em consulta sistemática em arquivos brasileiros e portugueses, contesta a historiografia tradicional que colocava o índio mais afeito e adaptado ao criatório de forma extensiva, que oferecia mais liberdade. Para corroborar essa afirmação, apresenta uma tabela com os levantamentos da população do Piauí, entre o final do século XVII (Tabela 1) e o começo do século XVIII, e outra com a população das fazendas na segunda metade do XVIII (Tabela 2). Nas duas tabelas, o índio aparece em porcentagens muito mais baixas em comparação com o negro e escravo.

Então, entre o último quartel do século XVII e o primeiro do século XVIII, expedições de conquista foram organizadas com tropas mercenárias de bandeirantes paulistas, já experientes no apresamento e genocídio das populações nativas dos sertões dos vales do Tietê e do Paraíba do Sul. A intensificação das guerras de extermínio e/ou escravização dos indígenas resultou na abertura de uma imensa área de pastagens para a pecuária entre o São Francisco e o Parnaíba (SILVA, 1997).

Tabela 1 - Composição da população do Piauí por etnia e cor – 1697-1723

<b>Tipo</b>	<b>1697</b>	<b>%</b>	<b>1723</b>	<b>%</b>
Branco	155	35,3	3.205	16,7
Índios	59	13,5	1.131	5,9
Negros	210	48,0	6.343	33,0
Mamelucos	-	-	1.354	7,0
Mulatos	4	0,9	4.050	21,1
Mestiços	10	2,3	3.108	16,3
<b>Total</b>	<b>438</b>	<b>100</b>	<b>19.191</b>	<b>100</b>

Fonte: Mott (1979, p. 68).

Tabela 2 - Composição da população das fazendas do Piauí – 1762

<b>Tipo</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Branco	882	36,7
Índios	101	4,2
Negros livres	49	2,0
Mamelucos	4	0,1
Mulatos livres	15	0,6
Mestiços livres	31	1,3
Escravos	1.324	55,1
<b>Total</b>	<b>2.406</b>	<b>100</b>

Fonte: Mott (1979, p. 69).

Segundo Mott (1985), em 1674, Domingos Afonso Mafrense, conhecido como Sertão, liderou expedição à procura de indígenas e os atacou em direção ao rio Parnaíba. Retornou pela bacia do rio Canindé em serviço da Casa da Torre. Como recompensa por suas conquistas, ganhou cerca de trinta fazendas de gado localizadas às margens dos rios Canindé e Piauí. As sesmarias eram concedidas com base somente nas alegações do requerente, tendo como consequência a formação de potentados senhoreando enormes extensões de terras, caso de Domingos Afonso Mafrense (SILVA, 1997). Essas fazendas, com a morte de Mafrense em 1711, foram legadas aos padres da Companhia de Jesus do Colégio da Bahia. O legado de Mafrense tornaria a Companhia de Jesus do Colégio da Bahia a maior latifundiária do Piauí e os jesuítas grandes criadores de gado, atividade intercalada ao ofício do sacerdócio. Com a expulsão dos jesuítas em meados do século XVIII, as fazendas foram incorporadas à Coroa, e, sob a sua administração, a pecuária apresenta acentuado declínio (FERREIRA *et al.*, 2009).

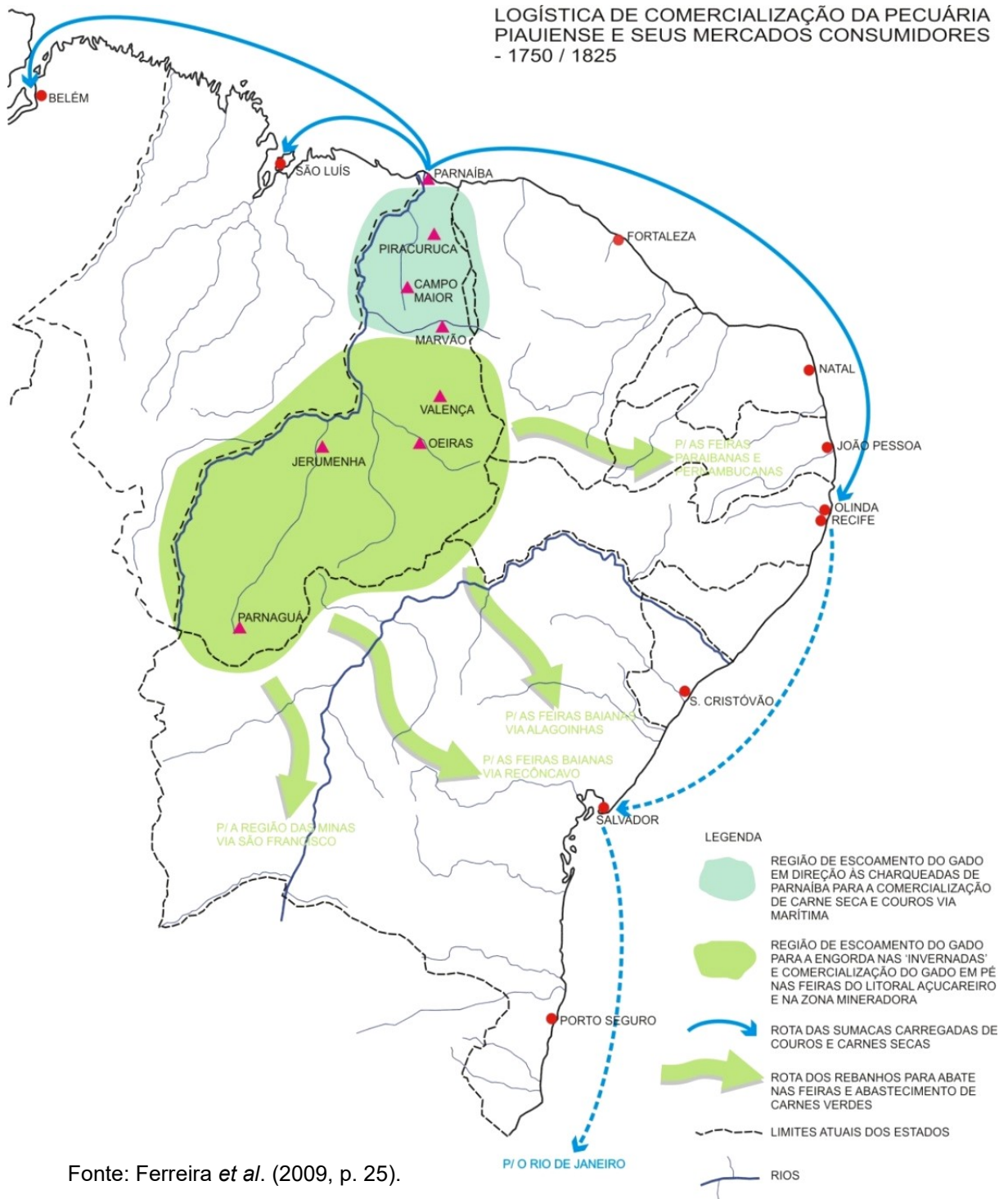
No início do século XVIII, o pagamento de foros pelo uso das terras pelos posseiros aos sesmeiros foi motivo de conflitos entre eles. Os conflitos levaram a Coroa Portuguesa a limitar a concessão de cada data de sesmaria em três léguas e reservar uma légua entre elas para fins comunais. Paulatinamente, o sertão se converteu em um grande pasto, onde a população lutou por um regime de terras que não se baseasse exclusivamente no sistema de sesmarias, da apropriação individual e privada (SILVA, 1997).

Assim, o autor aponta formas diferenciadas de posse e uso da terra no território da pecuária sertaneja. A primeira forma, a grande propriedade com origem na sesmaria e exploração direta do trabalho escravo, assim como sítios e terras arrendadas por foro contratual, geridas pelos foreiros e com uso do trabalho escravo. A segunda forma, as terras indivisas e de propriedade comum, que não eram devolutas, nem da Coroa, com exploração direta de pequena produção voltada muitas vezes ao criatório do gado de pequeno porte e uso da mão de obra escrava ou familiar. Houve também as de uso coletivo – malhadas e pastos comunais – exploradas como pasto tanto pelos grandes criadores quanto pelas comunas rurais. Entretanto, o arrendamento se sobrepôs como forma de posse da terra, praticado inclusive pelos jesuítas.

Spix e Martius (1981) observam, com base no Registro de Juazeiro, atual cidade de Petrolina (PE), que, no apogeu do criatório de gado no Piauí, de 50000 a

60000 reses eram enviadas para os mercados de Salvador e do Recôncavo Baiano. O Registro de Juazeiro era passagem tributada do rio São Francisco na Estrada Real do Gado (Figura 19).

Figura 19 - Mapa da Logística de comercialização da pecuária piauiense e seus mercados consumidores – 1750-1825



Fonte: Ferreira *et al.* (2009, p. 25).

No início do século XIX, o cultivo do algodão para exportação mudou o perfil das fazendas do sertão para a exploração do binômio gado/algodão. O cultivo do

algodão já começara no final do século anterior, entre o Maranhão e Pernambuco. O crescimento da cultura do algodão no Maranhão e o declínio da pecuária no Ceará fizeram crescer a demanda pelo gado do Piauí por Recife e São Luís. Em torno de 1820, caiu para 20000 cabeças por ano o número de reses tributadas pelo Registro de Juazeiro com destino à Bahia.

A pecuária foi, por longo tempo, o principal meio de vida da população, e moldou as relações sociais na Capitania e Província, tendo o vaqueiro tradições culturais e hábitos peculiares relacionados à lida com o gado, como símbolos da identidade piauiense, segundo indica a modinha já citada anteriormente. A partir da segunda metade do século XVIII, embora a quantidade de reses exportadas tenha sido grande, o valor unitário era muito baixo. Segundo Mott (1985), podia-se comprar três frascos de aguardente ou cinco galinhas pelo preço de uma vaca gorda. A agricultura limitou-se à subsistência, à exceção do algodão que tinha valor para a exportação, mas que não propiciou crescimento econômico. Contudo, a criação de gado permaneceu como definidora de sociabilidades no Piauí, prolongando-se no tempo.

Em meados do século XVIII, alguns núcleos urbanos se destacavam na Capitania do Piauí. A Vila da Mocha (Oeiras), por centralizar o controle das fazendas do Fisco, sediar os poderes e a burocracia, situar-se no entroncamento de caminhos entre várias capitanias. Porto das Barcas (Parnaíba), pelo grande comércio marítimo de charque e couros com as praças de Recife, Salvador, Belém e Rio de Janeiro. Piracuruca e Campo Maior, localizadas em caminhos de ligação entre o Ceará e o Maranhão eram menores, mas apresentavam população e comércio consideráveis (FERREIRA *et al.*, 2009).

As três primeiras foram tombadas entre 2008 e 2010 como patrimônio nacional, tendo como justificativa a reocupação do interior do Brasil durante o século XVIII, que através do criatório de gado caminhou do litoral para o interior. No Piauí, o processo de reocupação foi tratado pela Carta Régia de 1761, “que determinava a instalação de novas vilas a partir dos povoados brancos já estabelecidos, visando um controle e domínio do seu território pela Coroa” (FONSECA NETO *et al.*, p. 4, 2009).

Ao longo do século XIX, a pecuária se desenvolveu no Sul e Centro-Oeste do País, substituindo o gado do Nordeste no abastecimento dos centros urbanos. No final do regime monárquico e nas primeiras décadas da República, a bacia do rio Parnaíba garantiu a sobrevivência e melhores condições à sua escassa população do que



outras áreas de criação extensiva do Nordeste. Nas primeiras décadas da República, o Piauí exportava látex de maniçoba,<sup>9</sup> cera de carnaúba e amêndoas de babaçu (DOMINGOS NETO, 2010).

Nesse quadro, insere-se a região da Serra da Capivara e a principal cidade de sua vizinhança, São Raimundo Nonato. A ocupação da região foi feita por criadores vindos do Ceará, Pernambuco e Bahia, a partir da expansão da pecuária extensiva do Período Colonial pelo vale do rio Piauí. A ligação importante que a região mantém com Petrolina e Juazeiro é herança da relação de comércio do boi iniciada no século XVIII, quando a boiada passava pelo Registro de Juazeiro para tributação.

A partir de relatos, mapas e documentos que registravam as tribos indígenas do Sudeste do Piauí, Oliveira (2007) apresenta o mapa de sua distribuição (Figura 20), ao tempo em que destaca sua concentração nas cabeceiras do rio Piauí, no Norte da Bahia e no Sul do Piauí. Segundo Oliveira, Negreiros e Assis (2014), há a possibilidade de os Pimenteiras terem sido uma nova etnia formada da fusão de outras duas, Coripó e Prassaniú, fugidas das frentes pastoris do rio São Francisco, em período de pós-contato com os colonizadores. A região era rota de irradiação da pecuária, partindo de Pernambuco e da Bahia, bem como o inverso, levando o gado do sertão do Piauí para ser comercializado na Bahia e em Minas Gerais.

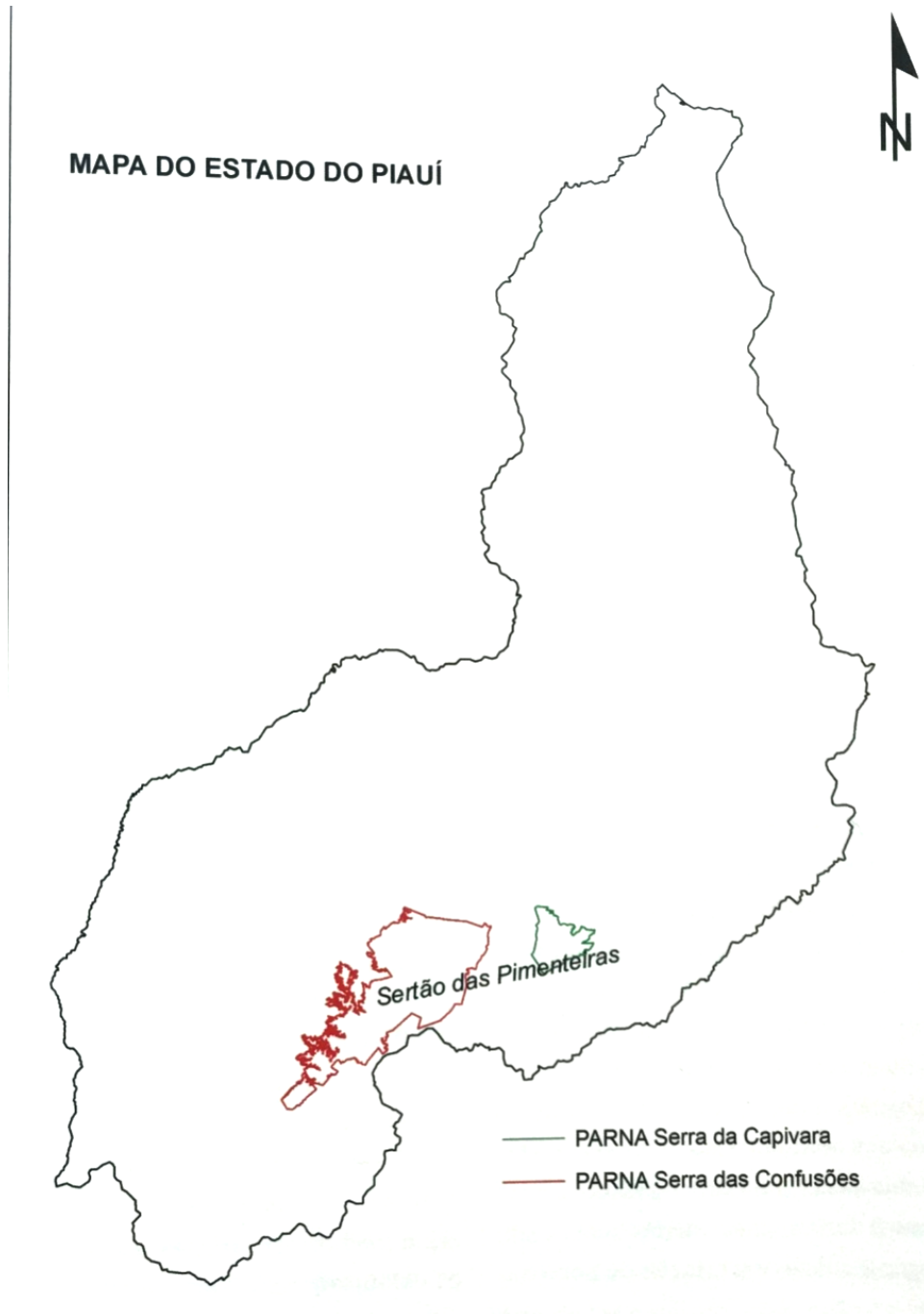
As características culturais dos Pimenteiras apontavam para alterações de seus costumes por influência de outras etnias ou da cristianização, que pode ter sido introduzida pelos jesuítas. As primeiras referências a esse grupo de indígenas não apresentavam o seu nome. Somente algum tempo depois, foi-lhe atribuído o nome da região onde permaneceu por mais tempo, na segunda metade do século XVIII. Portanto, foi uma atribuição geográfica (Figura 21) (OLIVEIRA; NEGREIROS; ASSIS, 2014).

---

<sup>9</sup> Látex usado na fabricação de borracha como alternativa ao látex da seringueira amazonense, extraído da árvore do gênero botânico *Manihot*, da família das Euforbiáceas. As plantas são bastante resistentes à seca e reservam água nas raízes e caules neste período, quando perdem as folhas para economizar a água armazenada no seu interior. Produzem o látex o ano todo, mas sua extração é melhor após o período chuvoso, geralmente de março a novembro (OLIVEIRA, 2014, p. 26).



Figura 21 - Mapa da localização do Sertão das Pimenteiras sobreposta à atual configuração político-administrativa do Estado do Piauí e sua relação territorial com os Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões



Fonte: Oliveira, Negreiros e Assis (2014, p. 815).

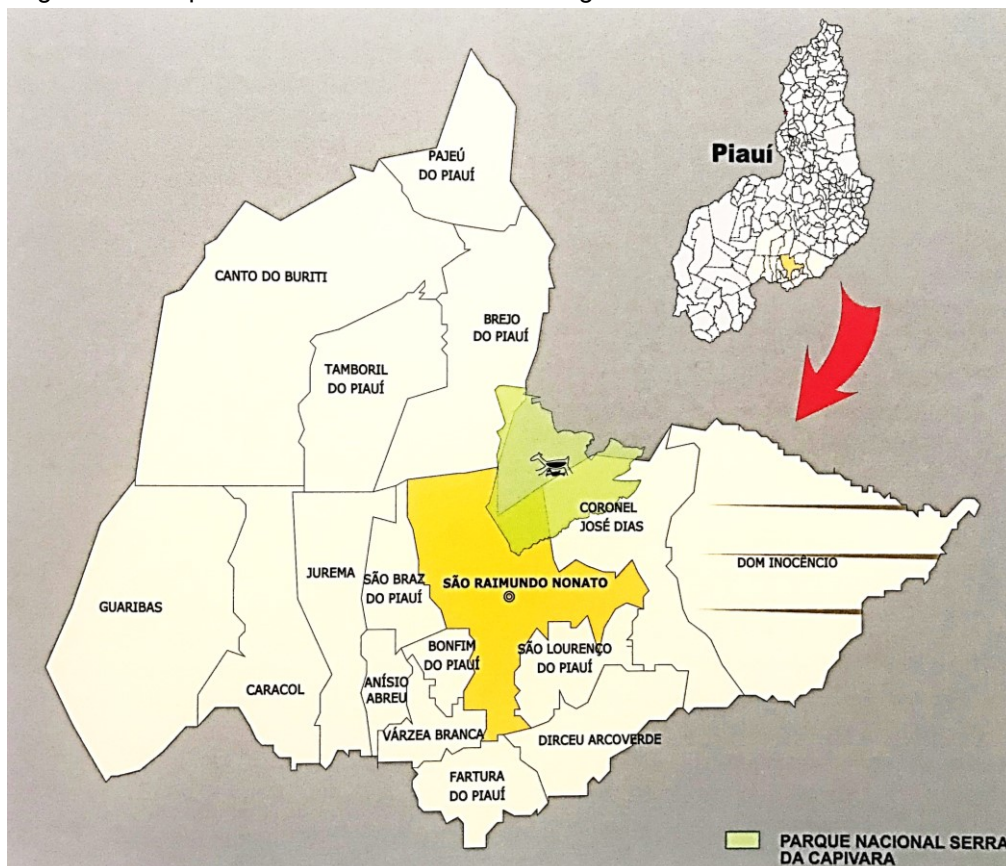
As hostilidades entre os colonizadores e os Pimenteiras começaram depois da expulsão dos jesuítas e com a expansão das fazendas de gado sobre as terras que ocupavam. Em 1819, 35 fazendas nas margens do rio Piauí encontravam-se abandonadas em decorrência de seus ataques. A desocupação dessas fazendas só

iria parar com a guerra dos colonizadores contra os indígenas no começo do século XIX. A resistência dos Pimenteiros retardou a colonização da região da Serra da Capivara e a história oficial declarou a extinção deste último grupo indígena no Piauí ainda no século XIX (OLIVEIRA; NEGREIROS; ASSIS, 2014).

Os Pimenteiros habitavam as cabeceiras do Pihauy, e terras confinantes com a província de Pernambuco. As raças menos numerosas emigraram com as primeiras conquistas ou entradas, e as que por muito numerosas não o puderam fazer, ou consentiram ser aldeiadas, ou foram aniquiladas pelo ferro dos conquistadores. Os Gueguez, Acoroás (Coroados), Aruzaes, Jaicoz, e Pimenteiros subsistiram até há bem poucos annos, porém já completamente degenerados com o cruzamento, e outras razões geralmente sabidas, que fazem perder a primitiva feição, o caráter, os hábitos e costumes (D'ALENCASTRE, 1857, p. 23-24).

A implantação do núcleo urbano de São Raimundo Nonato foi trágica para o grupo étnico que ocupava o território, que foi dizimado sob o mando de José Dias Soares (MAIOR, 2016). Ele se tornou distrito eclesiástico de São Raimundo Nonato com o nome de Freguesia em 1832 e Vila em 1912. Hoje é polo da microrregião de mesmo nome (Figura 22).

Figura 22 - Mapa do Estado do Piauí e microrregião de São Raimundo



Fonte: Maior (2016, p. 66).

## 2.4 OS MANIÇOBEIROS NA PAISAGEM DO SUDESTE DO PIAUÍ

No final do século XIX, as mudanças políticas, econômicas, sociais e demográficas dos primeiros anos de República acarretaram dificuldades de adaptação ao regime para os novos Estados. No Piauí, com população rarefeita, Queiroz (1994) assinala escassez de mão de obra e de capital e a falta de infraestrutura de transporte e comunicação. A exploração do látex de maniçoba representou a sobrevivência para os trabalhadores do Piauí, que, por falta de alternativas, migravam para a Amazônia. Esse látex surgiu na década de 1890 como alternativa ao látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) para a fabricação da borracha.

Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, a exploração de maniçoba para a produção do látex se tornou viável do ponto de vista econômico. A viabilidade econômica foi possível graças aos altos preços que a borracha alcançou no mercado internacional durante um curto período de tempo. A Inglaterra era a principal compradora e distribuidora dessa matéria-prima, cujo incremento decorre da expansão da indústria automobilística no início do século XX. Como o Brasil possuía a principal área produtora, os mercados da Europa e Estados Unidos tornaram-se dependentes dessa produção que, por sua vez, relacionava-se com o desempenho do setor industrial destes dois países (QUEIROZ, 1994).

Das várias espécies nativas da maniçoba que ocorrem no Nordeste brasileiro, a predominante no Sudeste do Piauí e a mais explorada foi a *manihot piauhyensis*. A espécie aparece em região de caatinga, em terras devolutas do Estado, nos municípios de São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Caracol e Canto do Buriti. O governo do Estado, preocupado com o declínio da pecuária e o aumento da pobreza, incentivou a atividade. Era uma forma de promover a economia local, atraindo pessoas de outras localidades para a região. Houve também o cultivo da maniçoba, mas a nativa era considerada mais produtiva pelos maniçobeiros.

As pessoas se articularam para arrendar as terras devolutas do Estado para a exploração do látex da maniçoba nativa. A atividade exigia poucos investimentos, apenas a construção dos barracões e despesas com alimentação. O arrendamento concedido pelo governo estadual variava geralmente entre os períodos de quatro a dez anos (OLIVEIRA, 2014). A exploração econômica da maniçoba no Piauí se desdobrou em dois períodos mais expressivos, sempre orientados pela demanda internacional.

O primeiro período, compreendido entre 1897 e 1913, foi o mais rentável, quando representou 62% das exportações do Piauí, preferencialmente para os Estados Unidos, Inglaterra e França (OLIVEIRA, 2014). O segundo período teve início em 1940, com o incremento da demanda da borracha brasileira pelos Estados Unidos da América em decorrência do controle japonês da produção no Sudeste Asiático durante a Segunda Guerra Mundial (QUEIROZ, 1994). A produção do látex de maniçoba, que sofrera uma depreciação a partir de 1911, resistiu até ser novamente valorizada durante o conflito mundial e perdura até 1960.

No final do século XIX, as áreas de caatinga de uma região, que hoje pertence ao PARNA SC, Serra Branca, livre de seus antigos habitantes, com a expulsão dos grupos étnicos autóctones, foram ocupadas por exploradores da maniçoba ou catingueiros da borracha, como os designou Oliveira (2014). Nas chapadas da região, a espécie era abundante e a exploração dos maniçobais nativos se tornou possível por causa da valorização econômica da borracha e do aprimoramento de suas técnicas de extração. Oliveira (2014) concorda com Empeaire (1989) ao atribuir a colonização da Serra Branca e zonas mais recuadas da região à economia da maniçoba.

Conforme Souza (2010), o látex da maniçoba, no auge da sua exploração, chegou a representar 51,54% das receitas de exportação e 23,28% da receita total do estado do Piauí, pressionando as terras existentes.

A necessidade de ampliar as terras para a extração e exploração da maniçoba fez camponeses de “dentro” e de “fora” romperem uma espécie de contrato sicionatural e simbólico, em que a área da serra estava sob regramento da natureza, enquanto o seu sopé era o domínio da cultura [...] (SOUSA, 2010, p.155).

Para GODOI (1993),<sup>10</sup> as terras de chapada, devolutas, situadas nos limites das fazendas de gado e agricultura de subsistência, eram consideradas pelos camponeses terras de uso comum, usadas para a coleta de mel, madeira e para a caça. A extração do látex da maniçoba determinaria sua exploração mais intensa, quando foi totalmente percorrida e reconhecida pelos trabalhadores da borracha, de acordo com Empeaire (1989) e Oliveira (2014).

---

<sup>10</sup> A autora estuda os camponeses do Sudeste do Piauí frente à criação do Parque Nacional Serra da Capivara, por meio da história oral, nas localidades Zabelê, Barreirinho e Barreiro Grande, pertencentes a São Raimundo Nonato e Várzea Grande, atual município de Coronel José Dias.

Parte das terras da Serra da Capivara foi habitada por descendentes de uma pessoa chamada “veio Vitorino”, que recebera do governo um sítio em recompensa à conquista dos índios que habitavam aquelas caatingas no primeiro quartel do século XIX. Três irmãos, netos de Vitorino, o dono do Sítio do Curral Novo, fundaram o povoado Zabelê. Eles e as primeiras famílias do povoado habitavam originalmente as terras de uma primitiva fazenda. Foram compelidos a saírem no início do século XX à procura da maniçoba (*manihot piauhyensis*), a fim de atender a demanda do mercado automobilístico estrangeiro, fundando o povoado em 1902 (GODOI, 1993).

O primeiro homem que entrou aqui e que produziu a grande família se chamava Vitorino. Então foi ele que situou aqui. E aí o que é certo, é que esta beirada de serra era cheia de índio nesse tempo. Índio quer dizer que é caboclo brabo, você sabe, os índio. E aí os índio mataram um filho dele. Aí ele encostou nesta beirada de serra, era morada deles. Ele encostou pra aí e arrastou o bacamarte ... os bicho correram e ele pôs bagaço deles ai, aqui e acolá, matando, até que desterrou eles daqui. E então, ele começou a produzir a grande família (GODOI, 1993, p. 63).<sup>11</sup>

Convém enfatizar que em 1855 Victorino Paes Landim registrou,<sup>12</sup> em São Raimundo Nonato, a posse de um sítio que recebeu do poder público, denominado Serra Nova,<sup>13</sup> em recompensa à sua participação na “conquista dos índios que habitaram essas caatingas” em 1829 (GODOI, 1993, p. 65). Posteriormente, o sítio foi chamado de fazenda Serra Nova e Fazenda Várzea Grande, depois povoado Várzea Grande e mais tarde município de Coronel José Dias. O sítio foi habitado por sua descendência de nove filhos e 49 netos, que se espalharam pelas outras localidades da região (RODRIGUES, 2011, p. 49).

Emperaire (1987, p. 261-262 apud GODOI, 1993, p. 65-66) constata a inexistência de quaisquer referências à exploração agrícola na região da Serra da Capivara nas crônicas anteriores a 1850, o que a faz supor a prática de agricultura de subsistência no Vale do rio Piauí e encostas da serra como provimento das fazendas. Godoi (1993, p. 66) lança a hipótese de que foi o cultivo que predominou desde o início no sítio e posterior fazenda devido à localização das terras da Fazenda Serra Nova nos “baixões próximos ao ‘pé da serra’, propícios à agricultura”.

<sup>11</sup> Depoimento de Z. L., de 95 anos, antigo morador do Zabelê, em entrevista concedida a Godoi (1993).

<sup>12</sup> “[...] Registro Eclesiástico instituído com a Lei de Terras 601, em 1850, que põe fim ao regime jurídico de posse no Brasil e vem legitimar as posses até então adquiridas por concessão do poder público, ou por ocupação primária [...]” (GODOI, 1993, p. 64).

<sup>13</sup> Registro Eclesiástico de 1855, fls4v e 5. Arquivo da Casa Anísio Brito, Teresina.

Em 1911, segundo Oliveira (2014), a concessão de terras devolutas na Serra Branca para um requerente da Bahia foi recusada por autoridade local devido à presença de um olho d'água no centro da área requerida. Além de invadir terras de fazenda consolidada na região, o olho d'água era considerado logradouro público (Figura 23), única fonte de abastecimento de inúmeros exploradores da maniçoba e suas famílias, que viviam na região. O acesso a esse logradouro era vital para todos os habitantes dos povoados vizinhos que ocupavam os abrigos sob rocha pré-históricos para ficarem mais perto e usufruir de sua água, no aguardo do período chuvoso ou inverno, como é designado pelo sertanejo (GODOI, 1993).

Figura 23 - Olho d'água da Serra Branca



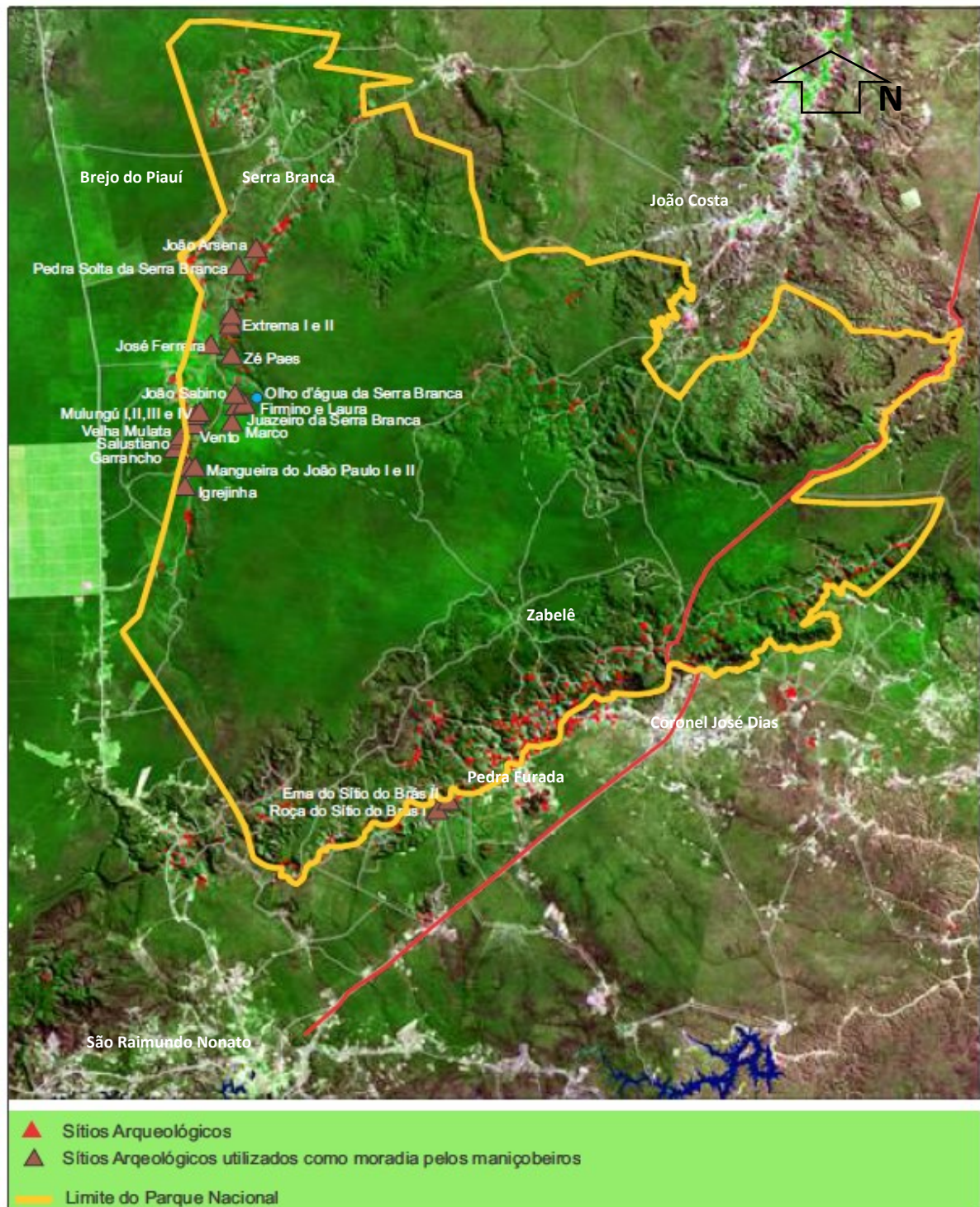
Fonte: Landim (2014, p. 65).

Entre o final dos anos 1990 e 2000, houve um processo de recadastramento dos sítios arqueológicos do PARNA SC, quando o IPHAN do Piauí solicitou aos arqueólogos pesquisadores atuantes na região que adotassem a ficha própria do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). Nesse processo, houve a preocupação de incluir a ocupação histórica sucessiva nas tocas pré-históricas, como também registrar a ocupação maniçobeira na região antes da criação do PARNA SC. Sua presença ali havia sido evidenciada pela pesquisa de Oliveira (2001) sobre o



tema, que se encontrava em pleno desenvolvimento. Dos 90 sítios históricos cadastrados, 46 apresentavam indícios de terem sido habitados por maniçobeiros, sendo predominantes na Serra Branca e suas imediações, dentro do PARNA SC (Figura 24).

Figura 24 - Mapa de localização de sítios históricos na Serra Branca ocupados pelos maniçobeiros



Fonte: Oliveira (2014, p. 82)

A Serra Branca é uma área situada a noroeste do PARNA SC, que margeia seus limites oeste e norte, com aproximadamente 40 km de extensão no sentido sul-norte e território pertencente aos municípios de Brejo do Piauí e João Costa (Figuras 25, 26).

Figura 25 - Vista de parte da região da Serra Branca



Fonte: Acervo da autora (12 jul. 2018).

Figura 26 - Vista de parte da região da Serra Branca



Fonte: Acervo da autora (12 jul. 2018).

A exploração exaustiva da caatinga pelo ser humano do século XX coloca em risco de extinção espécies da fauna, da flora e provoca a destruição dos vestígios arqueológicos. A diminuição dos predadores naturais dos cupins, das vespas e das formigas fizeram-nos proliferar, causando destruição das pinturas rupestres e impacto negativo sobre a flora. Além do mais, teria sido um dos fatores que contribuiu para o fim do comércio do látex da maniçoba no Sudeste do Piauí, na visão de muitos maniçobeiros.

A forma predatória de sua extração, além da prática de sujar o látex com terra para pesar mais, teria contribuído para extinguir a principal fonte de renda dos habitantes e famílias da região e da Serra Branca, segundo depoimentos de alguns maniçobeiros prestados a Oliveira (2014). A autora faz referência à Lei Estadual de 1911, que proibia a exploração da maniçoba de dezembro a março. Ela também observa a preocupação do governador do Estado do Piauí, através de mensagem à Assembleia Legislativa, em 1902, com “a devastação da mata em razão da exploração dos maniçobais, bem como do esgotamento das árvores, pelo uso de técnicas primitivas na extração do látex” (OLIVEIRA, 2014, p. 129).

O depoimento de um maniçobeiro, Gracindo Vieira, de 69 anos, concedido à autora, é bastante ilustrativo:

Se tirava o leite muitíssima vezes, se fazia uma pinicada de maniçoba e por acaso se fazia agora pelo mês de abril e aí ia trabalhar e trabalhava aquela seca toda e ela ficava...aqueles pés que não morria ficava e você trabalhava o outro ano, trabalhava dois, três anos com a mesma, no mesmo local, agora quando estragava muito ela, ela morria mesmo, tinha gente que estragava ela demais, que tinha aquela batatinha no pé que botava aquele barreirinho ali pra furar ela, mas não estragava a madeira dela assim pra cima não, mas tinha muita gente que tinha aquela usura de render muito leite que tocava a léga<sup>14</sup> e furava o tronco dela tudo e assubia e rate e rate e ia dando aquele leite que morria (OLIVEIRA, 2014, p. 129).

A década de 1960 marcou o final da exploração do látex da maniçoba no Sudeste do Piauí (Figura 27). Na região, as desigualdades sociais são evidentes, frutos da economia de consumo do mundo capitalista em zonas rurais (GODOI, 1993). Pouco a pouco, os habitantes da Serra Branca foram se mudando para os povoados e cidades vizinhas: Zabelê, Várzea Grande (cidade de Coronel José Dias) e São Raimundo Nonato. Maior (2016) aponta as péssimas condições socioeconômicas dos

---

<sup>14</sup> Instrumento de trabalho dos maniçobeiros, usado para fazer incisão na raiz da planta para sangrar o látex (OLIVEIRA, 2014).

trabalhadores rurais como vetor do processo de ocupação urbana de São Raimundo Nonato.

Figura 27 - Raiz de uma árvore de maniçoba recém-cortada pela léga, com a seiva escorrendo. Exposta ao ar, a seiva coagula formando o látex, conhecido como lapa à época da extração. No fundo do buraco, era colocada uma argila impermeável para recolher a seiva, que gotejava por três dias, formando a lapa, quando era retirada pelo maniçobeiro (CÂMARA, 2019)



Fonte: Câmara (2019). Foto: Fellipe Abreu.

Na busca de melhores condições de vida para as famílias e sem ter onde morar, esses trabalhadores ocuparam, por meio de assentamentos informais, terras públicas ou particulares de baixo valor no mercado imobiliário. Na década seguinte, a chegada dos pesquisadores da Pré-História e a criação do PARNA SC irão transformar profundamente a vida do ser humano no Sudeste do Piauí ao enunciar seu dever.

Em meados do século XX, a natureza passou a ser percebida como frágil, e seus recursos, necessários à vida humana, finitos. Tanto a natureza quanto os artefatos humanos deviam ser doravante protegidos de acordo com os valores atribuídos por cada sociedade. A patrimonialização da natureza e dos bens culturais foi contemplada pela UNESCO na Convenção do Patrimônio Mundial em 1972. No Brasil, a Constituição de 1988, em seu artigo 225, prescreveu que o ser humano devia ter direito a um “meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Pelo artigo 215, o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes

de cultura”, e o artigo 216 definiu um conceito abrangente de patrimônio cultural. As narrativas para justificar a patrimonialização de uma extensa área no Sudeste do Piauí, rica em atributos culturais pré-históricos e recursos naturais, encontraram contexto favorável e respaldo legal.

Como observou Menezes (2012), o deslocamento da matriz do valor cultural do Estado para a sociedade, trazido pela definição de patrimônio cultural na Constituição 1988, impôs novas práticas políticas. Uma vez que os valores do patrimônio estão contidos nas práticas sociais e não nas coisas, não há fronteiras demarcadas, o que pressupõe conflitos e transforma o processo de acautelamento de bens culturais pelo Estado Brasileiro numa arena política. Segundo o autor, por serem criações dos grupos sociais, esses valores devem ser explicitados, discutidos e podem ser transformados, mas não podem ser impostos (MENESES, 2012).

### 3 O SER HUMANO NA PAISAGEM DA SERRA DA CAPIVARA DEPOIS DA PATRIMONIALIZAÇÃO

#### 3.1 CRIAÇÃO, HISTÓRIA E PERCEPÇÃO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA

Neste capítulo, recorreremos à pesquisa bibliográfica, fontes documentais e de história oral para traçar uma trajetória do PARNA SC e apresentar as mudanças físicas e as diversas percepções da sua paisagem decorrentes da patrimonialização. A pesquisa empírica realizada, por meio de entrevista estruturada e semiestruturada, visou complementar as percepções das pessoas acerca do lugar, captadas através de outras fontes documentais textuais de domínio público. O universo de participantes que atingiu foi de apenas 29 participantes.

Consideramos graus diferentes de compreensão da Serra da Capivara ao captar óticas variadas de percepção. A partir da categorização sugerida por Relph (1976), registramos a compreensão mais enraizada ou *insider*, própria dos habitantes do lugar, do morador de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias e a desenraizada ou *outsider*, externa ao lugar, a exemplo do turista que frequentou eventualmente o PARNA SC. Entre as duas visões extremas, registramos as compreensões dos diversos pesquisadores e dos agentes públicos diretamente envolvidos em trabalhos com o parque e imediações.

Consideramos de igual relevância o aporte de outras disciplinas na interseção ou encontro de três campos envolvidos: patrimônio cultural, ciência arqueológica e proteção ao meio ambiente. A patrimonialização compareceu com particular influência no prisma de abordagens da paisagem da Serra da Capivara, à medida que a tornou objeto de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural e natural.

As variadas percepções da paisagem da Serra da Capivara são requisitos para a participação social na adoção de políticas públicas de paisagem, considerada em sua dinâmica, em suas dimensões materiais e simbólicas e em sua interação entre natureza e cultura. Tanto em uma abordagem restrita ao tema quanto numa abordagem mais ampla, tais políticas públicas visam promover uma relação harmônica e de integração do ser humano na paisagem.

### 3.2 HISTÓRIA E PERCEPÇÃO DO PARNA SC

Em 1970, a ida da arqueóloga Niède Guidon ao Sudeste do Piauí havia sido provocada pelo interesse científico diante de fotos de pinturas rupestres que lhes foram apresentadas pela primeira vez no Museu Paulista em 1963. Ela organizava ali uma exposição de pinturas rupestres com Paulo Duarte, um dos responsáveis pela criação da Lei de Proteção ao Patrimônio Arqueológico Brasileiro. E por meio de contato com o prefeito da cidade de São Raimundo Nonato, a de maior influência na região, pôde observar a singularidade das pinturas da Serra da Capivara, diferentes de tudo o que Niède conhecia até então.

Em 1973, após contato com os registros fotográficos dessas pinturas, a arqueóloga conseguiu organizar junto ao Governo da França e à Universidade de São Paulo (USP) a formação de uma equipe dentro da Missão Franco-Brasileira para realizar os primeiros trabalhos de pesquisa no Sudeste do Piauí. Além de Niède, que era vinculada profissionalmente à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris, pela qual se aposentou em 2000, participaram das primeiras prospecções Silvia Maranca e Águeda Vilhena de Moraes, da USP (BORGES; SANTANA, 2015). A Missão Franco-Brasileira foi interrompida pela aposentadoria de Niède Guidon e retornou em 2009, sob a responsabilidade de Eric Böeda, da Université de Paris X Nanterre, França.

Por meio de variadas entrevistas concedidas a pesquisadores e repórteres (BORGES, SANTANA, 2015) e de depoimentos em documentários (SERRA DA CAPIVARA, 2013) veiculados por programas de Televisão, o prefeito, Gaspar Dias Ferreira, e a arqueóloga contaram como foi este primeiro contato com as “pinturas dos índios”. Nas palavras do prefeito:

Tornei-me prefeito da cidade ainda jovem, com 28 anos, e um dia recebi um memorando do Museu Paulista. E nós estávamos falando sobre turismo, pontos turísticos da região, se aqui existia algum. E nós aqui na época discutindo: rapaz, vamos mandar para São Paulo essas pinturas dos índios, que isso é novidade! Eu sei que nós tiramos, talvez, mais de uma dúzia de retratos! E fiz uma carta para São Paulo, lá para o endereço que eles me deram, dizendo que era uma serra **muito bonita**, que todo mundo que passava admirava e que tinha essas pinturas que a gente chamava “**pintura dos índios**”. (SERRA DA CAPIVARA, 2013, 16: 39 min., grifos nossos).

Na fala do prefeito, o acento na beleza da paisagem da Serra coaduna-se a uma percepção comum das pessoas que por ali passavam. As “pinturas dos índios”

são descritas com distanciamento, coisa produzida pelo “outro” e consideradas exotismo e novidade a serem exibidas aos de fora do lugar.

A primeira menção a essas pinturas foi assinalada no final do século XVIII, no diário escrito por Antônio do Rego Castelo Branco, encontrado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; denominadas pinturas de tauá<sup>15</sup>. Elas são relatadas pelos soldados como representação de “pássaros, onças, ratos e algumas desonestas”. Eram consideradas pinturas muito antigas e não pertencentes aos indígenas daquele tempo (OLIVEIRA; NEGREIROS; ASSIS, 2014, p. 810). O julgamento moral das representações se coaduna com a visão católica do colonizador e a presença dos jesuítas no sertão do Piauí, a garantir a permanência dos valores cristãos e a cuidar da catequese dos gentios. Trata-se também de uma percepção da alteridade, de uma representação que é estranha à crença e práticas sociais do observador.

A convivência anterior à criação do Parque e a percepção que as pessoas do lugar tinham da paisagem podem ser observadas em algumas falas de antigos moradores da região:

[...] As pinturas não eram nem todo mundo que conhecia, e quando eu era da idade de oito anos a dez anos eu gostava de andar mais meu avô nas pedras, aí eu via aquelas pinturas, aí eu perguntava: vô e o que é isso? Ele disse – isso aqui? Isso aí foram os índios que fizeram, aí as pinturas traduzindo, traduzindo era dos índios, então eu achava muito bonito e toda toca que eu chegava, eu ia olhar se os índios tinham andado, tinham escrito aquilo ali, então tomei conhecimento daquilo, daquelas pinturas, desde menino, então na região que eu andava tinha muitas, então eu conheci várias e várias tocas com aquelas pinturas<sup>16</sup> (BORGES; SANTANA, 2015, p. 117).

Os pesquisadores encontraram uma paisagem exaurida pela exploração predatória, provocada pela situação de miséria da população local, que não se reconhece como descendente dos povos originários. Os habitantes atuais são os descendentes dos criadores de gado, agricultores e extratores do látex da maniçoba, atividades que exauriram os recursos naturais.

Segundo Borges e Santana (2015), nas incursões de campo da Missão Franco-Brasileira, foram constatadas as condições inóspitas para a preservação dos ecossistemas regionais, sobretudo decorrentes das atividades agrícolas e da caça. A ameaça crescente de destruição de registros rupestres levou Niède a protagonizar o pedido ao então governador do Piauí, Dirceu Arcoverde, para a criação do Parque

<sup>15</sup> Tinta amarela extraída da argila aluvional de óxido de ferro, de origem tupi (MICHAELIS, 2015).

<sup>16</sup> Entrevista de Nilson Alves Parente concedida a Borges e Santana (2015) no Novo Zabelê, set. 2013.



Nacional na região, através de uma carta, cujos trechos os referidos autores destacaram:

Senhor Governador [...] minha intenção é realizar a cobertura dessas lapas antes que elas sejam destruídas, de modo que fiquem documentadas para sempre. [...] Tenho verificado de 1970 para 1973 e para 1975 que certas pinturas foram destruídas. Lapas imensas cobertas de desenhos hoje estão nuas nas paredes erodidas, pedaços de rochas com restos de figuras caídas no solo. Procurando saber as razões, obtivemos a informação de que durante a seca os habitantes queimaram a vegetação dos baixões e, às vezes, o vento empurrava o fogo de tal modo que ele chegava até as lapas das beiradas das falésias e o calor fez explodir as paredes, estragando para sempre esse patrimônio cultural brasileiro. Seria impensável proibir essas queimadas, mas talvez a solução que o governo do Piauí conseguisse junto ao Governo Federal que toda essa região, incluindo zonas dos Municípios de São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Canto do Buriti e Caracol, fosse transformada em Parque Nacional (BORGES; SANTANA, 2015, p. 113).

De acordo com Guidon (2014a), o objetivo da criação do PARNA SC foi proteger a maior concentração brasileira de sítios pré-históricos por meio de instrumentos jurídicos adequados. No dia 5 de junho de 1979, foi criado, pelo Decreto 63548, o Parque Nacional da Serra da Capivara, publicado no Diário Oficial da União em 06/06/1979, com uma área de 100000 hectares por ocasião de sua delimitação. A proposta inicial dos pesquisadores era de uma área mais abrangente formada por terras devolutas. Essa área englobaria os atuais PARNA SC, Parque Nacional da Serra das Confusões e o corredor ecológico situado entre eles. Essa proposta não foi acatada pelo governo federal (PESSIS, CISNEIROS E MUTZENBERG, 2018). Posteriormente, outras áreas foram acrescentadas ao território do PARNA SC.

A criação do Parque permaneceu no papel por muitos anos. A ausência do Estado como agente fiscalizador provocou a destruição da floresta e o extermínio de espécies que se encontravam em risco de extinção. A área se tornou objeto de exploração da caça de animais silvestres e de obtenção de madeira pelos moradores da região. Essa situação levou os pesquisadores, de diversas formações, ligados a instituições brasileiras e estrangeiras atuantes na região a trabalhar pela preservação do acervo cultural e natural da área protegida. Em 1986, instituíram a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) com esse objetivo. Desde então, a FUMDHAM celebrou reiterados contratos de cogestão do Parque com o IBAMA e o ICMBIO (ICMBIO, 2019). Estabeleceu também diversas outras parcerias com o mesmo objetivo, inclusive com o IPHAN.

Além de sua fundadora, Niède Guidon, alguns dos membros da FUMDHAM participaram dos conselhos editoriais de 20 edições de sua revista científica

FUMDHAMentos, entre 1996 e 2020. Entre eles estão Adauto J. G. de Araújo – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); Anne-Marie Pessis – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Claude Guérrin – Centre des Sciences de la Terre, Université de Lyon 1 France; Gabriela Martin Ávila – Fundação Seridó e UFPE; Marcia Chame – FIOCRUZ-RJ; Maria Conceição Soares Meneses Lage – Universidade Federal do Piauí (UFPI); Martine Faure – Laboratoire d’Anthropologie et d’Ethnologie, Université de Lyon 2; Silvia Maranca – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP).

Embora a criação legal do PARNA SC tenha sido em 1979, somente em 1984 o então órgão ambiental, o IBDF, providenciou a sua demarcação por meio de convênio. Naquela oportunidade, os responsáveis por sua execução perceberam que erros de informação levaram a considerar a área delimitada livre de ocupação humana (PESSIS, 1990, IPHAN, 1992a). As consequências causadas por um erro dessa natureza foram graves. Selaram o destino das famílias do povoado Zabelê, que foram expropriadas de seus lugares de moradia e de práticas econômicas e sociais e sofreram com a desagregação da Comunidade, tendo ainda que enfrentar um difícil processo de indenização.

Os moradores do Zabelê, por terem a posse e não a propriedade da terra que foi considerada devoluta, só tiveram as benfeitorias realizadas como objeto de indenizações, recebidas muito lentamente. Muitos foram os ex-moradores que se sentiram ofendidos e reclamaram da necessidade de pedir autorização ao IBAMA para visitar os túmulos de seus ancestrais e, durante a visita, serem acompanhados por agentes de fiscalização (Figura 28) (BORGES; SANTANA, 2015; SERRA DA CAPIVARA, 2013). Tal situação teve reflexos na relação dos pesquisadores com os moradores da Comunidade, antes muito colaborativos com as primeiras pesquisas.

Como o trabalho de demarcação não foi concluído com a extinção do convênio, um novo<sup>17</sup> foi celebrado para realizar os “serviços de identificação, demarcação e aviventação de limites, levantamentos ocupacionais e documentais, com vistas a promover a regularização fundiária” (PESSIS, 1990, p. 9; IPHAN, 1992a, p. 26).

Quando saiu este pagamento, o povo já estava tudo desanimado, o povo já estava tudo cansado de esperar, e o pagamento já desvalorizado daquelas coisas que já com muito tempo. Aí, você sabe o que foi que aconteceu? Foi

---

<sup>17</sup> Desta vez com o Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro.

pago um pé de laranja por uma dúzia que é paga lá na feira se São Raimundo Nonato (SOUSA, 2010, p.87).<sup>18</sup>

Figura 28 - Cemitério do antigo Povoado Zabelê no PARNA SC



Fonte: Acervo da autora (26 nov. 2019).

Em 1988, a desocupação do povoado Zabelê foi regulada por desapropriação. O processo gerou uma complexa situação fundiária pela demora, pelos dados discrepantes e pelos baixos valores recebidos. Além disso, nem todos receberam indenizações. Somente em 1997, foi criado o assentamento Novo Zabelê, a 10 km de São Raimundo Nonato, para abrigar pessoas da Comunidade desapropriada (BORGES, SANTANA, 2015).

Eu acho que é uma questão muito humana de todos nós. Tudo tem o fechamento de um ciclo. O processo de desapropriação foi um processo muito traumático. Ele se arrastou por muito tempo, ele continua ainda, as mágoas existem, ainda existem as pessoas que não foram indenizadas. Então, enquanto esse processo todo não estiver concluído a gente não pode dizer que é unanimidade, que as pessoas não têm mais as mágoas. Têm, as pessoas falam, as pessoas contam, as pessoas choram ainda, mas não foi resolvido. O Estado não conseguiu resolver isso e eles não conseguiram se libertar disso. E isso foi passando para a outra geração. Eu sou uma das pessoas dessa geração, a minha família foi desapropriada. Meu pai depois que eu assumi o ICMBIO, eu acho curioso que todo dia ele pergunta: E aí como é que está nosso processo? Eu vejo que isto não é uma coisa simples, isto não aconteceu só aqui, não é? Acontece em várias outras partes, em todos. Mas existe sim, isto não foi resolvido, não foi feito o pedido de desculpa, um simples pedido de desculpa e muitas pessoas ainda têm

<sup>18</sup> PARENTE, José Clementino Alvez, conhecido como Quelé. Entrevista concedida a Sousa (2010), no assentamento Lagoa - Novo Zabelê, em 25 maio 2007.

resistência de se aproximar, têm muita resistência e têm mágoas ainda, bastante (RODRIGUES, 2019).<sup>19</sup>

Cabe assinalar a principal mudança que se impôs diante do enorme interesse científico despertado pelas descobertas das pinturas e a criação do PARNA SC. A visibilidade ampliada da Serra da Capivara se destacou, em seus diversos desdobramentos, do ponto de vista conceitual e de suas consequências.

A visibilidade conquistada chamou a atenção sobre a paisagem, em suas características naturais de grande beleza cênica, diversidade ecológica e sobre o rico acervo arqueológico. O encontro entre a planície pré-cambriana da depressão periférica do São Francisco e o planalto da bacia sedimentar Maranhão-Piauí produziu múltiplas formações geológicas, ecossistemas e recursos naturais. No Devoniano, a região era mar, cujo fundo foi soerguido por um movimento tectônico ocorrido na era Mesozoica, dando origem ao relevo. A ação dos ventos e a da água abundante durante o clima úmido existente até a 10000 anos B.P. modificaram o relevo ao longo do tempo. As chapadas foram recortadas por cânions profundos, paredões ruinformes, aglomerados de seixos e afloramentos rochosos, onde os povos pré-históricos e a fauna encontraram abrigo. No transcorrer das estações, o colorido da caatinga se transforma do verde para o avermelhado e o cinza e lilás da “Mata Branca”, como era conhecida pelos indígenas (ICMBIO, 2019) (Figuras 29, 30, 31, 32).

Entretanto, a visibilidade obtida também evidenciou o contraste entre os recursos destinados ao Parque e a vida precária da população do entorno, esquecida pelo poder público. A população, submetida a longos períodos de estiagem que afetavam as práticas de agricultura, vivia pressionada pelos escassos meios de sobrevivência. Vivia distanciada do suporte de serviços e equipamentos dos grandes centros populacionais. A alternativa de exploração dos recursos do ambiente, através da caça de animais para consumo próprio e comercialização, principalmente de tatus, e o costume de destocar terrenos para o plantio por meio de queimadas sem controle entraram em conflito com os pressupostos, práticas e instrumentos legais de preservação da paisagem e do patrimônio arqueológico.

---

<sup>19</sup> RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes, chefe do PARNA SC a partir de nov. 2018. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada em São Raimundo Nonato, na sede do ICMBIO, em 26 nov. 2019.

Figura 29 - Vista aérea das chapadas, dos cânions, das planícies e da vegetação do PARNA SC, no período chuvoso.



Fonte: FUMDHAM, s. d. Disponível em: < <http://fumdham.org.br/wp-content/uploads/2018/08/fumdham-parque-nacional-serra-da-capivara-parque-nacional-serra-da-capivara-600x402.jpg>.>. Acesso em: 15 maio 2021.

Figura 30 - Vista panorâmica do sítio BPF, famoso pela concentração de pinturas elaboradas ao longo de milênios de ocupação do sítio e pelas datações antigas dos vestígios de fogueiras pré-históricas.



Fonte: Diva Figueiredo (2018).

Figura 31 e 32 - Vistas de diferentes abrigos preparados para visitação e da variedade das cores da caatinga.



Fonte: Diva Figueiredo (2018).

E, mais grave, para a consternação da ciência arqueológica e da conservação, houve a destruição de sítios de pinturas rupestres para a fabricação da cal. Foi o que ocorreu com as pinturas da Toca do Serrote da Sebastiana<sup>20</sup> (Figura 33), localizada nas zonas de afloramentos calcários do município de Coronel José Dias, que apresentavam importantes condições favoráveis à datação. Essa exploração, pela qual as pessoas obtinham irrisórios rendimentos, gerou uma tensão entre a população e autoridades locais. Segundo Rodrigues (2011, p. 50), “era uma prática ilegal e tida como escravista, pelo fato de como eram distribuídos as horas de trabalho e o pagamento dos trabalhadores”. Ademais, as fragilidades das pessoas nessas condições de vida as expunham a diversos riscos. Entre eles, os riscos de saúde e outros tipos de exploração, inclusive ao do voto como moeda de troca de mínimos favores pessoais em detrimento da prestação de serviços coletivos eficientes como garantia de direitos do cidadão e dever do Estado.

Figura 33 - Antropomorfos da Toca da Sebastiana, importantes para testes de datação devido ao escorrimento da calcita sobre as figuras



Fonte: FUMDHAM (s. d.).

---

<sup>20</sup> Notícia sobre datações contraditórias, mais antiga e mais recente da *calcita* que recobre as pinturas desse sítio, pode ser verificada na edição do jornal eletrônico *Folha de São Paulo* de 19 de junho de 2003, página de Ciência (BONALUME NETO, 2003). Posteriormente, novos testes resultam em uma datação mais recente das *calcitas* desse e de outros sítios da região, sugerindo a idade das pinturas menores que 12000 anos BP (FONTUGNE et al., 2013).

Entre as décadas de 1980 e 1990 e início do século XXI, o IPHAN do Piauí lutou contra a exploração clandestina dos afloramentos calcários e a destruição de suas pinturas rupestres. As rochas dos afloramentos, depois de quebradas manualmente ou por explosão de dinamite, o que aumentava sobremaneira o perigo de acidentes com os trabalhadores (Figura 34), eram queimadas em fornos conhecidos como “caieiras” (FIGUEIREDO, 2003).

Figura 34 - Parte de Relatório do IPHAN mostrando fotos da caieira e fiscais do IBAMA e IPHAN frente às paredes com pinturas da Toca da Sebastiana



Fotos 09 (12/04/99) – Fiscal do IBAMA, Dimas Batista de Oliveira, contando o sacos para apreensão no Serrote da Sebastiana.



Foto 10 (12/04/99) – Toca do Serrote da Sebastiana. No centro da foto verifica-se o furo na parede rochosa, com pinturas, para a colocação de dinamite, denunciado pela Dra. Niéde.

Fonte: Figueiredo (2003).

A parceria com outras instituições, como o Ministério Público Federal, a Advocacia da União, a Polícia Federal, o IBAMA, a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal, determinou a paralisação da extração do calcário para a produção da cal em toda a Região Sudeste do Piauí. A paralisação foi fundamental para salvar da destruição as pinturas rupestres do Serrote da Sebastiana e dos demais sítios da região. José Pedro do Nascimento, de 57 anos, morador de Coronel José Dias, antigo explorador das caieiras desse serrote, cuja posse era de sua avó Sebastiana, testemunha:

As caieiras, elas deixaram de funcionar em 1999. Dia 12 de abril de 1999, quando foi proibida a quebra de pedra no município de Coronel José Dias. [...] As caieiras, elas foram atividades que tiveram muitas consequências para as pessoas, principalmente as consequências de saúde. Porque no momento a gente achava que seria uma ótima coisa, mas o final foi muito triste, porque ela levou à morte muitas pessoas. Muitas pessoas tiveram problema de saúde, que morreram e não sabiam nem o que era na época. Porque há uns anos atrás, sabe, o problema de Câncer era coisa muito difícil até pegar o diagnóstico. Então hoje a gente tá vendo como evoluiu mais a Medicina, então a gente está vendo o que foi que a gente passou. Por exemplo, no meu caso eu tive problema de Câncer, uma lesão nesse braço foi gerada da fumaça das caieiras. A médica que cuida do meu caso me perguntou se eu já tinha sido forneiro. Eu disse: queimei muito, doutora. [...] Ela disse: porque esse tipo de Câncer seu é um tipo de Câncer muito raro e ele é gerado de fumaça. E eu trabalhei muito. Isso me deixou assim um pouco triste porque eu sei que muitos trabalhadores, que trabalharam na minha época, que já se foram, tiveram esses problemas e nem sabiam de que estavam morrendo, não é? De pessoas que perderam a mão no trabalho de caieiras, enfim também muitos problemas de barbeiro, Doença de Chagas. Morreu muita gente novinha, aí com cinquenta e poucos anos de idade, com problemas sérios de saúde. Então o que acontece? Hoje as pessoas que ainda tem são muito gratas à Dra. Niède por ter mostrado às pessoas outro caminho para viver (NASCIMENTO, 2019).<sup>21</sup>

O retorno da atividade da extração da cal posterior ao ano 2000 não foi constatado por três gestores do ICMBIO que atuaram como chefes do Parque em diferentes períodos posteriores. Eugênia Medeiros<sup>22</sup> – chefe do PARNA SC de outubro/1991 a março/1995, coordenadora da Área Técnica do IBAMA e Núcleo de Unidades de Conservação a partir de 1990 e Coordenadora Regional do ICMBIO-CR, de 1995 até 2015 –, afirmou que a exploração dos sítios calcários do entorno do Parque foi intensa nos anos 1980 e 1990. Na sua visão, os afloramentos calcários

---

<sup>21</sup> NASCIMENTO, José Pedro do. Entrevista sobre a Serra da Capivara, concedida à autora, realizada na sua residência, em Coronel José Dias, em 26 nov. 2019. Infelizmente, terminada sua licença do INSS para tratamento de saúde, seu contrato de trabalho com a FUMDHAM não foi renovado em decorrência da pandemia do COVID-19.

<sup>22</sup> MEDEIROS, Eugênia Vitória e Silva de. Entrevista sobre a Serra da Capivara [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <divamff@gmail.com>, em 30 set. 2019.



ficavam fora do Parque, cuja formação rochosa é arenítica, mas a exploração da cal para venda à construção civil causava impacto direto sobre a unidade de conservação pela grande quantidade de madeira necessária para a queima dos fornos.

Os depoimentos de outros chefes do PARNA SC em períodos diferentes corroboraram a circunscrição da atividade entre o final do século XX e primeiros anos do século XXI. O primeiro depoimento, relativo à gestão de Fátima Barbosa,<sup>23</sup> de 2005 a 2006, observa que “os conflitos sobre a destruição dos sítios com afloramentos calcários ocorreram anteriormente à minha gestão”. E, segundo Fernando Tizianel,<sup>24</sup> gestor de 2012 a 2015, “Isto foi num tempo anterior. Fazia mais tempo que isto tinha acontecido, já estava paralisado. Então, a gente não teve nada semelhante”.

A destruição de pinturas rupestres, além do grande impacto ambiental com a queima dos fornos, chamou à responsabilidade o IPHAN. Os sítios dos afloramentos calcários, apesar de estarem fora do Parque e, portanto, da área tombada, eram igualmente protegidos de destruição por legislação própria, como veremos no próximo capítulo. A paralisação das “caieiras” foi confirmada pelas três representantes<sup>25</sup> da unidade local do IPHAN, de 2004 aos dias atuais, ao responderem questionamentos sobre esta atividade para a presente pesquisa.

Os valores e costumes de arqueólogos e outros pesquisadores entraram em choque com o exercício do poder local, personificado na figura dos “coronéis” que se colocavam no papel do próprio Estado. A forma encontrada pela arqueóloga Niède Guidon de se defender com o mesmo tipo de ameaça de morte feita por um desses coronéis, que se sentiu afrontado pelas atividades e ações da pesquisadora na região, foi relatada por ela durante entrevistas. Uma dessas entrevistas foi ao Programa “Roda Viva” da TV Cultura, em 29/09/2009 e, recentemente, ao Programa “Conversa com Bial”, da Rede Globo de Televisão, exibido em 24/06/2019.

Enquanto um dos repórteres que participaram do Programa “Roda Viva” exprimiu sua reprovação e lamentou o fato narrado, Pedro Bial o exaltou exclamando: “isto é uma poliglota que fala *coronelês!*”. O entrevistador criou o neologismo

<sup>23</sup> Barbosa, Fátima. Entrevista sobre a Serra da Capivara [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <divamff@gmail.com> em: 30 set. 2019.

<sup>24</sup> TIZIANEL, Fernando. Entrevista sobre a Serra da Capivara [mensagem pessoal]. Mensagem oral recebida no aplicativo *WhatsApp* <86999991982> por Diva Maria Freire Figueiredo, em 11 out. 2019.

<sup>25</sup> BUCO, Cristiane (2004-2006), OLIVEIRA, Ana Stella Negreiros de (2006-2018), BORGES, Anna Carolina Ferreira (2018-atual). Entrevistas sobre a Serra da Capivara [mensagens pessoais]. Mensagens orais de BUCO e BORGES recebidas no aplicativo *WhatsApp* <86999991982> por Diva Maria Freire Figueiredo em 17 out. 2019 e 21 out. 2019, respectivamente. Mensagem recebida de OLIVEIRA por <divamff@gmail.com>, em 16 out. 2019.

“coronelês” para designar uma forma análoga à dos coronéis usada pela arqueóloga para enfrentar a lógica machista do patriarcado presente na sociedade local. A violência na região já havia sido notada durante o início do século XX, no primeiro período do extrativismo da maniçoba, devido aos conflitos das pessoas do lugar com os forasteiros atraídos pelo látex da borracha (OLIVEIRA, 2014).

Em novembro de 2001, uma das funcionárias da FUMDHAM, Ivani de Jesus Sousa Ramos, que trabalhava em uma das guaritas do PARNA SC, foi assassinada por seu irmão que caçava dentro da unidade de conservação. Esse assassinato revela a face violenta do patriarcado.

O município de São Raimundo Nonato, no Piauí, conhecido mundialmente por abrigar o Parque Nacional Serra da Capivara, atualmente é palco de uma guerra entre os caçadores e transgressores de leis ambientais e os responsáveis pela unidade de conservação. A arqueóloga e presidente da Fundação Museu do Homem Americano (Fundham), Niéde Guidon, e o gerente do parque, o biólogo Isaac Simão Neto, estão sendo ameaçados de morte pelo caçador Paulo de Jesus Souza, preso desde novembro passado, após matar a irmã e funcionária do parque, Ivani de Souza Ramos. Ivani era viúva e deixou três filhos. Ela trabalhava em uma das portarias de saída do parque, onde primeiro foi agredida a facção pelo irmão, no rosto e nos braços, depois assassinada com um tiro de espingarda de caça calibre 12, pelas costas. Após matar a irmã, Souza dirigiu-se a um bar da cidade e lá repetiu as ameaças de morte, dizendo que Niéde e Simão Neto seriam os próximos [...] (AGÊNCIA ESTADO, 22/01/2002).

Eu tenho um sobrinho que matou a irmã dele e ela [Niéde Guidon] está com ele na prisão, diz que não solta mais, [...] um sobrinho meu que é delegado de polícia, o Salvador, me disse bem aqui, na noite passada, que o Paulo não está solto porque a família dele é muito pobre [...] E a pobre da mulherzinha dele aí, lutando, trabalhando para criar a filhinha [...] Ele matou ela aí dentro do parco, mas a prisão do Paulo mais é porque ele matou ela dentro do parco, ele matou mulher dentro do parco, uma vigia do parco. Se ele queria matar, eu ia ensinar a ele como fazer, sair fora do parco, mas no parco, ave-Maria, dentro da propriedade do governo, como é que pode ser solto? [...] (SOUSA, 2010, p. 85).<sup>26</sup>

Em 2004, a FUMDHAM realizou no “Museu do Homem Americano” o “Seminário Internacional sobre Violência de Gênero”, com o objetivo de analisar a situação da mulher na região do PARNA SC e apoiar a criação de uma associação para combater a violência de gênero na região.<sup>27</sup> O seminário, apoiado financeiramente pela Embaixada da Espanha no Brasil e pela Secretaria de Políticas Públicas para a Mulher da Presidência da República, teve como desdobramento o livro de atas “Marcadas a Ferro”, de grande repercussão nacional e internacional (GUIDON, 2014a).

<sup>26</sup> NASCIMENTO, Norberto Pinto do. Entrevista concedida a Sousa (2010), no Bairro São Pedro, em 28 maio 2004.

<sup>27</sup> Fonte: DADOS SOCIAIS POR DATA DE INÍCIO, manuscrito da FUMDHAM, s. d.

Há bastante tempo, a arqueóloga Niède Guidon tem defendido que compete ao governo federal, através de seus dois órgãos do meio ambiente e do patrimônio cultural, ICMBIO e IPHAN (RODA VIVA, 2014), a dotação orçamentária para a manutenção do PARNA SC. O principal argumento é de que a dependência de projetos para esse tipo de despesa é de difícil captação. Em passado recente, entre 2009 e 2016 aproximadamente, uma de suas principais financiadoras era a PETROBRÁS, através da Lei ROUANET, lei federal de financiamento empresarial de projetos culturais, por meio de incentivo fiscal. Essa informação foi dada por Trakalo (2019),<sup>28</sup> pessoa ligada à FUMDHAM que trabalha desde 1992 no auxílio às pesquisas, à gestão e à promoção do turismo no Parque.

Em 2016, segundo Wenzel (2018), a justiça federal bloqueou R\$ 3,8 milhões da União em prol da FUMDHAM, resultado de uma ação movida pela FUMDHAM e OAB-Piauí, perante a omissão do ICMBIO e do IPHAN em destinar recursos para o PARNA SC. Diante do entrave burocrático e recusa do ICMBIO de repassar parcela dos recursos diretamente à FUMDHAM e indicar uma empresa terceirizada, a advogada da OAB argumentou que a Fundação realizava um trabalho social ao contratar mulheres para trabalhar nas guaritas, assegurando que os salários recebidos iriam beneficiar suas famílias. Ao final, coube à empresa terceirizada pelo ICMBIO a responsabilidade pela contratação dos mesmos funcionários do PARNA SC da época de gestão da FUMDHAM, como atestam os depoimentos de Trakalo (2019) e de um dos guarda-parque, Landim (2019a)<sup>29</sup>. Sobre a contratação de mulheres para o trabalho das guaritas, Trakalo (2019) assinala que era também uma forma de contribuir para a prevenção da violência de gênero, à medida que assegurar sua independência econômica as liberta da sujeição à violência “para não morrer de fome”.

A Serra da Capivara talvez seja o exemplo mais emblemático da articulação das duas tipologias de patrimônio inscritas em 1993 no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, apesar das particularidades de seu registro nesse livro. Uma inscrição tardia e imposta externamente e *a posteriori*, já que seu reconhecimento internacional como patrimônio cultural da humanidade, por seu rico acervo de inscrições rupestres, foi anterior. A Lista do Patrimônio Mundial é composta

---

<sup>28</sup> TRAKALO, Rosa. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada em sua residência em São Raimundo Nonato, em 27 nov. 2019.

<sup>29</sup> LANDIM, Mario Afonso Pereira Paes, morador do sítio do Mocó, guia e guarda-parque. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada no Sítio do Mocó, localizado no município de Coronel José Dias, em 27 nov. 2019.

por patrimônios nacionais com interesse internacional, organizada e estruturada em torno dos Estados Nacionais. Os Estados Nacionais indicam a candidatura e se responsabilizam posteriormente por sua gestão, por meio de uma patrimonialização baseada em um discurso de construção da nação (RIBEIRO, 2017).

O título internacional foi conquistado em 1991, porque além de atender a um dos critérios<sup>30</sup> estabelecidos pela Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Governo brasileiro tinha se comprometido com sua preservação. Havia a proteção prevista pela Lei 3924/61, mas, principalmente, havia aquela propiciada pela criação do Parque Nacional da Serra da Capivara. Trata-se de uma unidade de conservação integral sob a responsabilidade do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF, depois Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e, posteriormente, Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Quais são os papéis da Lei 3924/61 e do tombamento no contexto de proteção da Serra da Capivara? A Lei da Arqueologia é de conhecimento bem restrito, limita-se ao ambiente acadêmico especializado. Os efeitos de sua proteção recaem sobre todos os sítios arqueológicos, considerados bens da União. Eles devem ser cadastrados junto ao IPHAN à medida de sua descoberta pela pesquisa científica, que também é permitida ou autorizada pelo órgão. A fiscalização desses sítios sempre foi um desafio muito grande para o IPHAN, dada a crônica falta de pessoal qualificado durante a maior parte da trajetória institucional.

Além do mais, a aplicação do tombamento a conjuntos urbanos e cidades tornou o marco legal mais conhecido e associado ao IPHAN. O tombamento envolve um processo eletivo de bens e valores a serem preservados mediante critérios de excepcionalidade, singularidade e autenticidade conduzidos por decisões técnicas, geralmente proferidas por especialistas. Na Serra da Capivara, o tombamento é desvalorizado perante o título de patrimônio mundial e pela proteção como Parque Nacional; é pouco citado nos documentos científicos e propagandas turísticas. Essa desvalorização gera interpretações confusas, observáveis em artigo científico (MAGALHÃES, 2013) e dentro do próprio IPHAN, que chegou a divulgar no seu site

---

<sup>30</sup> O Comitê de assessoramento da UNESCO define os critérios para a inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Mundial. Estes critérios são regularmente revistos pelo Comitê do Patrimônio Mundial a fim de refletirem a evolução do conceito de Patrimônio Mundial.

na Internet ser o PARNA um patrimônio mundial natural ao invés de patrimônio cultural, como na verdade é reconhecido pela UNESCO.

A forma de proteção escolhida *a priori* pelos cientistas interdisciplinares, protagonistas na sua postulação ao Governo brasileiro, efetivada em 1979, com a criação de uma unidade de conservação na forma de um parque nacional sugere conclusões e aponta desdobramentos. Essa escolha nos indicou as dificuldades enfrentadas pelo IPHAN na proteção da grande diversidade de pinturas e gravuras rupestres da Serra da Capivara, protegidas apenas pela Lei 3924/61. Ela também pode explicar ou, no mínimo, reforçar o quadro tão pouco representativo dos registros dos bens arqueológicos e da paisagem no livro criado para esse fim? Pouco uso se fez desse livro até a década de 1970.

Em que medida a interação ou relação de dependência entre o bem arqueológico e a paisagem, em última análise, cultura e natureza, foram determinantes na instituição de determinadas formas de proteção inseridas na política patrimonial e/ou ambiental internacionais e, particularmente, nas brasileiras durante as últimas décadas e virada do século XX para o XXI, quando o Brasil vivia um processo de redemocratização? Qual é a perspectiva da relação entre natureza e cultura nessas duas políticas e como elas se articulam? Superposição, complementaridade ou interação?

A fala a seguir pode iniciar as respostas buscadas e sugerir outras questões. Faz parte de um documentário produzido pela Representação da UNESCO no Brasil e feito pela arqueóloga, Niède Guidon, coordenadora responsável pelas pesquisas arqueológicas e cogestão do Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC) à frente da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), que há quarenta anos realiza pesquisas interdisciplinares na Região Sudeste do Piauí.

É o que estamos procurando desenvolver aqui, desde que o Banco Interamericano fez um estudo sobre a questão econômica da região, como fazer para obter o desenvolvimento econômico e social. Então, eles chamaram a atenção para o fato de que agricultura aqui nunca seria uma solução definitiva, porque o solo é muito raso, é salgado, cheio de pedras e temos secas muito grandes. Já passei aqui cinco anos sem chuva, não? Então, eles recomendaram que se investisse no turismo, porque nós temos um **patrimônio arqueológico** fantástico e temos uma **paisagem** que é belíssima (SERRA DA CAPIVARA, 2013, 31: 08 min.- 31: 40min. grifos nossos).

Nesse depoimento, a paisagem, associada ao turismo, foi destacada primeiramente como uma realidade percebida empiricamente pelo sentido da visão,

de uma maneira externa ao observador. Segundo Corbin (2001), de uma maneira distanciada, numa atitude espectral, uma vez submetida à primazia da visão, que já havia interrompido sua leitura polissensorial desde o Renascimento. Da percepção da paisagem, que a traduz em espaço percebido por um “golpe de vista” (CORRÊA, 2013, p. 58), decorrem seus sinônimos mais usuais, baseados no senso comum: cena, panorama e imagem. Essa forma de percepção apenas sugere a complexidade de suas variadas abordagens, que podem ser extraídas na instituição da Serra da Capivara como patrimônio.

A FUMDHAM elaborou uma proposta de Plano de Manejo sob a coordenação de Pessis (1991), do qual participaram vários especialistas brasileiros e estrangeiros que integram essa instituição. Um dos autores é o biólogo Fábio Olmos, defensor intransigente das unidades de conservação restritiva à presença humana como requisito para preservar a biodiversidade (OLMOS *et al.*, 2001). Esse plano, embora tenha sido usado como base de informações para os dossiês que postulam tanto o título *patrimônio cultural mundial* quanto o *nacional*, jamais foi acatado e assumido oficialmente pelo órgão do meio ambiente. O PARNA ficou sem esse instrumento de gestão até julho de 2019, quando foi adotado novo Plano de Manejo.

De acordo com o Plano de Manejo de 1991 (IPHAN, 1992a), os atributos da área que suscitaram a criação do PARNA foram ordenados segundo três categorias: ambientais, culturais e turísticas. Na primeira categoria estava a preservação das paisagens variadas – serras, vales e planície – das duas formações geológicas fronteiriças e do bioma caatinga (Figura 35).

A categoria seguinte destacava a concentração de sítios arqueológicos, com predomínio das pinturas e gravuras rupestres, vestígios da presença humana com datações muito antigas, numa riqueza e variedade de manifestações: sítios ao ar livre (acampamentos e aldeias) de caçadores-coletores, aldeias de ceramistas agricultores, ocupações em grutas ou abrigos, sítios funerários etc.

Na terceira categoria apareciam as “[...] paisagens de uma beleza surpreendente, com pontos de observação privilegiados [...]” (IPHAN, 1992a, p. 24), consideradas como recursos para um turismo ecológico e cultural, com destaque à contemplação, proposto desde a concepção do parque.

Figura 35 - Baixão das Andorinhas em São Raimundo Nonato



Fonte: Acervo da autora (10 jul. 2018).

A paisagem também apareceu como justificativa para o título de patrimônio mundial no dossiê submetido ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, preparado pelo IBAMA e a FUMDHAM em dois dos critérios postulados como valores naturais:

iii - representar fenômenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excepcionais. Contém belas paisagens exibindo formações rochosas únicas esculpidas pela erosão da chuva para formar caldeirões, boqueirões, pingas e falésias de *cestas*.

iv - conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação *in situ* da diversidade biológica, nomeadamente aqueles em que sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação. Serra da Capivara é reconhecida como uma das poucas áreas protegidas dentro da província biogeográfica da caatinga, que inclui um tipo de vegetação endêmica no nordeste do Brasil. Constam espécies únicas de animais desconhecidos em outros lugares (IPHAN, 1992b, p. 95, tradução nossa).

Contudo, a avaliação técnica da União Nacional para a Conservação da Natureza-IUCN<sup>31</sup> não acatou a justificativa apresentada pelo Governo brasileiro para a designação do PARNA SC como patrimônio mundial baseada em valores naturais. Observou que havia poucas informações sobre esses valores e seu manejo e os considerou secundários em relação aos valores culturais. A IUCN apontou a análise do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) mais decisiva (IPHAN, 1992b, p. 98). E assim a recomendação final do ICOMOS indicou a inscrição fundamentada no critério “III- constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida” (UNESCO, 2021, p.29, tradução nossa):

Os abrigos no Parque Nacional da Serra da Capivara são testemunhos excepcionais das mais antigas comunidades humanas que povoaram a América do Sul e preservam os exemplos mais antigos de arte rupestre no continente. Além disso, a decifração da iconografia dessas pinturas rupestres, que está sendo realizada gradualmente, revela aspectos importantes das crenças e práticas religiosas desses povos (IPHAN, 1992b, p. 90, tradução nossa).

Esse critério III sofreu transformações. Até a década de 1980, ele referia-se às propriedades que eram consideradas “um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma civilização que desapareceu” (UNESCO, 1980). Era restrito a sítios arqueológicos raros e de grande antiguidade. Na década de 1990, passa a ter a definição que contempla as civilizações e tradições vivas, além das desaparecidas, com destaque aos bens culturais de natureza imaterial e a incorporação das paisagens culturais continuadas.

O enquadramento nesse critério exige do bem a excepcionalidade da antiguidade e da raridade de uma tradição desaparecida, caso da Serra da Capivara. Ou da tradição viva, a exemplo da paisagem cultural Sukur, na Nigéria, inscrita depois, em 1999, que mantém a tradição do uso da terra de forma particular através de séculos.

O parecer jurídico da Procuradoria Federal do IPHAN quanto à aplicação do tombamento do PARNA (IPHAN, 1992c), homologado em 1993, sustentou uma posição dual. Ele foi elaborado antes de a candidatura ser submetida à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e recomendou que o tombamento

---

<sup>31</sup> A IUCN e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) são organizações consultivas do Comitê do Patrimônio Mundial que estabelecem critérios para a inclusão dos bens na Lista do Patrimônio Mundial.



recaísse preferencialmente sobre as áreas públicas do PARNA, mas pelos seus valores paisagísticos, não pelos arqueológicos. O parecerista justificou esse posicionamento por considerar a Lei 3924/61 mais adequada à proteção de sítios arqueológicos. Essa lei da arqueologia considera a necessidade de intervenções mais profundas que mudam a feição dos sítios durante o processo de pesquisa científica. Por isso, os sítios arqueológicos não se adequam às regras de preservação previstas no Decreto Lei 25/37. Assim, o parecerista considerou o tombamento para a paisagem circundante aos sítios arqueológicos e a proteção da Lei 3924/61 para esses sítios, desconhecendo toda a riqueza das inscrições rupestres da região, principal atributo cultural que motivou o seu reconhecimento mundial.

Depreende-se do contexto da proteção do PARNA a importância da percepção visual na fruição da paisagem, usada também como forma de convencimento/sedução para a proteção da área (Figura 36). Os objetos selecionados para constituírem o patrimônio, segundo Gonçalves (1996), são submetidos às ações de preservação com o objetivo de exibição e contemplação, numa forma de conceber o conhecimento autenticado pela exibição como representação visual.

Figura 36 - Vista da Pedra Furada, um dos cartões postais do PARNA SC



Fonte: Acervo da autora (10 jul. 2018).

Na concepção de Sansot, o princípio da visibilidade que rege a apreciação da paisagem não está dissociado da percepção social. A fidelidade a um princípio de visibilidade ou uma prevalência daquilo que se oferece aos sentidos admite todos os desvios, uma vez que “uma paisagem tem o prazer de nos apresentar uma naturalização do social e uma socialização da natureza”<sup>32</sup> (SANSOT, 2009, p. 36, tradução nossa).

O fotógrafo André Pessoa se projetou junto com a Serra da Capivara, tendo trabalhado em parceria com redes de Televisão em diversos documentários. Sua trajetória foi objeto de reportagem do jornal eletrônico “Meio Norte.com”, em 2019, com a seguinte manchete: “André Pessoa pôs o Piauí nos jornais e revistas do mundo”. Ele atua na região desde 1993, quando recebeu convite para criar um jornal local “Raízes do Piauí”. Realizou também trabalhos de documentação científica para a FUMDHAM. Na referida reportagem, definiu sua relação com a Serra da Capivara: “Comecei ali uma longa história de paixão e dedicação às belezas, problemas e peculiaridades do sertão”. No ano anterior, ainda cursando Fotografia em Curitiba, fez uma visita ao Sudeste do Piauí, numa segunda tentativa de conhecer os desfiladeiros e serras do PARNA SC, já que na primeira tentativa, em 1989, não havia sido possível: “Agora, sim, desbravei a Caatinga selvagem, fiz centenas de fotos dos sítios arqueológicos e das paisagens e voltei para o Sul ainda mais impressionado” (DURÃES, 2019).

Contudo, a visibilidade conquistada pelo PARNA SC deveu-se à sua própria criadora, a arqueóloga Niède Guidon, dada a paixão com que defende sua criação. Os documentários, entrevistas e reportagens escritas que protagonizou, de iniciativa própria ou de terceiros, divulgados na mídia nacional e internacional, foram muitos. Expôs suas ideias e trabalhos de defesa da flora, fauna e vestígios arqueológicos com clareza, simplicidade, energia, e fez denúncias quando viu seu trabalho ameaçado, sem constrangimentos, nas quais demonstrou enorme facilidade de comunicação.

O Parque chama a atenção não somente pelos resultados inéditos das datações muito antigas dos vestígios de fogueiras encontrados nas escavações arqueológicas, que ainda provocam polêmica no meio científico. Igualmente notório é o caráter interdisciplinar das pesquisas desenvolvidas sistematicamente pela FUMDHAM desde a década de 1970 do século XX, com o apoio de agências

---

<sup>32</sup> “Un paysage a le bonheur de nous présenter une naturalisation du social et une socialisation de la nature” (SANSOT, 2009, p. 36).

brasileiras e estrangeiras. Entre os países parceiros, destaca-se a França, desde o início das pesquisas, em decorrência do vínculo de trabalho de Guidon com universidade francesa. Mas chama a atenção, sobretudo, a capacidade de agenciamento da equipe da FUMDHAM, tendo à frente a personalidade carismática e controvertida de Guidon. Ela também conseguiu apoio e financiamento para a preservação do patrimônio cultural e ambiental, tecendo parcerias, das mais variadas espécies e com inúmeras instituições governamentais e privadas, para o desenvolvimento das várias frentes de trabalho abertas.

Essas parcerias permitiram dotar o PARNA SC de uma ampla infraestrutura para a pesquisa e para o turismo. A vocação para o turismo foi apontada pelo Banco Interamericano, conforme relato de Guidon. No Plano de Manejo, elaborado pelos pesquisadores em 1991, essa vocação foi citada como um dos motivos de criação do Parque. Numa parceria entre várias instituições, fazem parte da estrutura do parque: três acessos públicos dotados de portões supervisionados, com espaço amplo para os agentes e turistas e banheiros para pessoas com deficiência; mais de 400 km de estradas e trilhas; 128 sítios preparados com escadas e passarelas para visitação; 16 destes sítios adaptados às pessoas com deficiência (BUCO; GUIDON, 2008). A realização do projeto *Patrimônio Acessível a Todos: Interpretação e Conservação dos Sítios Arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara*, objeto de parceria entre a FUMDHAM e o IPHAN, dotou o Parque de três circuitos adaptados para pessoas com deficiência: Pedra Furada, Jurubeba e Perna.

No entorno do PARNA SC, há dois museus. O Museu do Homem Americano (Figura 37), inaugurado em 1990, em São Raimundo Nonato, expõe e guarda o acervo arqueológico da região. O Museu da Natureza (Figuras 38, 39, 40), inaugurado em 2018, no município de Coronel José Dias, foca-se na criação do universo e nos impactos das mudanç as climáticas nas transformações da fauna e da flora, expondo vestígios da megafauna extinta.

Em novembro de 2019, pessoas entrevistadas na região mostravam-se particularmente animadas com o sucesso de visitação desse Museu, que teria atingido cerca de 45.000 visitantes, número inédito se comparado aos números do Parque, de 29.733 em 2019 (ICMBIO, 2021c) e do Museu do Homem Americano. Esse número, atingido quando o museu completava um ano de funcionamento, já havia trazido

melhorias para os povoados e a sede do município (LANDIM, 2019b;<sup>33</sup> NASCIMENTO, 2019;<sup>34</sup> TRAKALO, 2019<sup>35</sup>).

Figura 37 - Museu do Homem Americano, em São Raimundo Nonato



Fonte: Acervo da autora (27 nov. 2019).

Figura 38 - Vista aérea do Museu da Natureza, em Coronel José Dias



Fonte: Acervo FUMDHAM (2018).

<sup>33</sup> LANDIM, Leandro Santos Paes, de 34 anos, morador de São Raimundo Nonato. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada no Museu da Natureza, localizado no município de Coronel José Dias, em 25 nov. 2019b.

<sup>34</sup> NASCIMENTO, Irislany da Silva, de 34 anos, funcionária do Museu da Natureza e moradora de Coronel José Dias. Entrevista concedida à autora, realizada em sua residência, na cidade de Coronel José Dias, em 26 nov. 2019.

<sup>35</sup> TRAKALO, Rosa. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada em sua residência, na cidade de São Raimundo Nonato, em 27 nov. 2019.

Figura 39 - Museu da Natureza visitado por estudantes em 27 nov. 2019



Fonte: Acervo da autora (27 nov. 2019).

Um Centro Cultural para atividades técnico-científicas fica situado ao lado do Museu do Homem Americano, além do verdadeiro Museu a céu aberto, formado pelos sítios preparados para a visitação turística em trilhas interpretativas, dotadas de ampla infraestrutura. E, a partir de 2004, a criação dos cursos de Arqueologia e Ciências da Natureza pela Universidade do Vale do São Francisco - UNIVASF, cujo campus se instalou em São Raimundo Nonato, nas proximidades do Museu do Homem Americano e do Centro Cultural Sérgio Mota (Figura 40) (MAIOR, 2016).

Figura 40 – Vista aérea de São Raimundo Nonato. No centro do primeiro plano mostra o Museu do Homem Americano e, à direita, o Centro Cultural Sérgio Mota. Em segundo plano, mostra a UNIVASF.



Fonte: FUMDHAM (s. d.).

A Missão Arqueológica Francesa, instituição composta inicialmente por pessoas dessa nacionalidade e que passou, com o tempo, a reunir pesquisadores de várias outras nacionalidades e de diversas áreas, iniciou pesquisas no Piauí em 1975. Os pesquisadores logo perceberam a necessidade de integrar as circunstâncias sociais e econômicas do meio rural de sua atuação com as pesquisas ambientais e arqueológicas. Assim, procuraram parcerias e desenvolveram projetos, tendo como objetivo a inclusão social aliada à preservação do ambiente e do patrimônio arqueológico. A aliança foi necessária diante dos graves riscos de destruição que estes enfrentavam em razão das práticas de agricultura e de exploração predatória dos recursos naturais, das quais a população rural dependia para sua sobrevivência.

Percebeu-se que a tríade Arqueologia, meio ambiente e sociedade era a chave para captar recursos, preservar os sítios arqueológicos e incutir na população um sentimento de preservação que culminasse na manutenção e guarda dos mais de 1000 sítios arqueológicos identificados até então (MAIOR, 2016, p. 40).

Ao longo dos anos, uma quantidade de ações foi desenvolvida através de projetos que tinham como objetivo a preservação do patrimônio cultural, do meio ambiente e do turismo associados à inclusão social dos trabalhadores locais. Tais ações foram descritas por Maior (2016) na elaboração do Plano Diretor do município de São Raimundo Nonato: algumas foram descontinuadas, por não terem conseguido sobreviver aos entraves políticos, administrativos e financeiros, mas outras venceram os obstáculos e hoje respondem pelo sustento de várias famílias da região, além de contribuir com a formação das pessoas do lugar. Vejamos: Núcleos de Apoio às Comunidades (NAC) (1989-2001); Cerâmica Artesanal Serra da Capivara (1992-2001-Atual); Desenvolvimento da Apicultura Sustentável e Familiar (1993-Atual); Perfil Socioeconômico da área de Preservação Permanente do Parque Nacional Serra da Capivara (1997-1998); Pro-Arte FUMDHAM (2002- 2012); Cursos de Arqueologia e Ciências da Natureza no campus da UNIVASF de São Raimundo Nonato (2004-Atual); Recuperação dos ecossistemas da região dos Oitenta, SRN (1992-2002); Frentes Ecológicas do Parque Nacional Serra da Capivara (1998); A água e o berço do Homem Americano (2007-2010).

BUCO (2014; 2019)<sup>36</sup> trabalhou para a FUMDHAM e foi, depois, representante do IPHAN local, tendo a oportunidade de participar de algumas, e acompanhar outras,

---

<sup>36</sup> BUCO, Cristiane. Entrevista sobre a Serra da Capivara [mensagem pessoal]. Mensagem oral recebida no aplicativo *WhatsApp* <86999991982> por Diva Maria Freire Figueiredo, em 17 out. 2019.

das ações de inclusão social desenvolvidas. Entre essas ações estão os NAC, posteriormente transferidos para o poder público, que abandonou sua concepção original de funcionamento ou destinou algumas das suas instalações a outras finalidades.

Se você tiver oportunidade de fazer entrevista com algumas pessoas que foram alunas de um dos NAC e que hoje, assim, uns são arqueólogos, outros são técnicos em Arqueologia, outros trabalham na cerâmica. Teve aquele excelente trabalho de desenvolvimento da cerâmica da comunidade ali do Barreirinho que hoje emprega mais de 40 pessoas e pelo menos 70% daquelas pessoas participaram dos projetos sociais da FUMDHAM. Infelizmente sempre teve uma separação entre o que é lidar com a sociedade e o que é pesquisa acadêmica, mas isto não é um problema da FUMDHAM, isto é um problema geral, isto é um problema da academia que separa essas coisas. Infelizmente a academia funciona assim (BUCO, 2019).

O funcionamento de um desses NAC foi descrito por um ex-aluno, morador do Sítio do Mocó, que hoje trabalha como guia e vigilante do PARNA SC:

Dentro das escolas, a gente tinha tempo integral, que foi iniciado em 1989. Naquela época não se ouvia falar em escola em tempo integral. Tinha a grade curricular normal da escola, tinha oficina, tinha reforço e várias outras coisas. E essas oficinas terminaram preparando o pessoal para ser o profissional que é hoje. Muitos funcionários da cerâmica, muitas pessoas saíram da escola. Trabalhavam os desenhos, trabalhavam a moldagem da argila, tinham vários trabalhos lá dentro que terminaram... este pessoal hoje... Eu agradeço muito como o trabalho conduzia nestas escolas naquela época. Eu sou da primeira turma de condutores do PARNA SC. Foi em 1993, quando foi criado o primeiro curso de condutor de visitantes do PARNA SC (LANDIM, 2019a).<sup>37</sup>

Landim (2019b),<sup>38</sup> nascido na comunidade de Serra Vermelha, do entorno do PARNA SC, funcionário do Museu da Natureza antes do surgimento da pandemia do COVID-19, é hoje morador de São Raimundo Nonato e falou também sobre os NAC:

Então, eu nasci e me criei por ali [Serra Vermelha], mas o conhecimento mesmo, de ter consciência do que era o Parque e tudo, veio com a criação das escolas, com a construção das escolas que a FUMDHAM [Fundação Museu do Homem Americano] Dra. Niède, na verdade, construiu em torno do Parque, que eram cinco escolas. Eram na comunidade da Serra Vermelha, Barreirinho, Sítio do Mocó, Porteirinha e Alegre. Então eram cinco NAC - Núcleos de Apoio às Comunidades. Nas escolas, a gente não tinha essa base, não tinha escola. A gente não ia para a escola porque, na verdade, o governo municipal não tinha ônibus, a gente tinha toda uma dificuldade, então não tinha transporte para ir, então lá a gente não tinha escola (LANDIM, 2019b).

<sup>37</sup> LANDIM, Mario Afonso Pereira Paes, de 41 anos, morador do Sítio do Mocó, guia e guarda-parque. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada no Sítio do Mocó, localizado no município de Coronel José Dias, em 27 nov. 2019a.

<sup>38</sup> LANDIM, Leandro Santos Paes, de 34 anos, morador de São Raimundo Nonato. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada no Museu da Natureza, localizado no município de Coronel José Dias, em 25 nov. 2019b.

Sobre o Pro-Arte FUMDHAM, pelo qual foi diretamente responsável, Buco (2014; 2019) também informou que o Programa ganhou, em 2006, “o Prêmio Unicef como melhor experiência em trabalhos fora do horário curricular no Brasil”, e passaram por ele mais de 500 crianças e jovens. Souza (2019), recepcionista do Hotel Real, revelou-nos, durante a entrevista, que havia frequentado o Pró-Arte FUMDHAM, e, ao ser questionado se o projeto educacional havia influenciado sua vida de alguma forma, respondeu:

Demais. Minha família é de músicos, aí eu fazia aula de bateria lá. Três anos estudando lá e chegou a faltar um tempo e eu parei. Mas meu irmão, hoje em dia ele trabalha em Recife. O grupo Bola Certa, ele é sanfoneiro dele e ele aprendeu aqui (SOUZA, 2019).<sup>39</sup>

Quanto à apicultura, segundo palavras de um dos produtores de mel que encontramos fazendo a coleta no entorno do PARNA SC: “Não há outra atividade melhor do que o mel aqui, melhor inclusive do que o bode” (COELHO, 2019).<sup>40</sup>

O artesão Silva (2019)<sup>41</sup> informou que a Cerâmica do Barreirinho é uma empresa particular que trabalha de forma sustentável e utiliza a queima a gás desde o seu início. Ela emprega moradores das comunidades do entorno do PARNA SC, sendo 35 artesãos e mais 40 pessoas distribuídas no albergue, na venda de cerâmicas e na fabricação e venda de camisetas e outros produtos inspirados na arte rupestre da Serra da Capivara. Além do sustento para as famílias, Souza (2019) salientou a educação ambiental e outras formas de convivência com a paisagem que o trabalho lhes propicia.

A gente tem mais de cem modelos de peças diferentes e a maioria foi criada por nós. Alguns outros foram criados por empresas, que nos mandaram os desenhos, os modelos, e a gente passou a fazer os protótipos e produzir. E aí a gente também tem livre criação, podemos criar para colocar na linha de produção também. Sempre inspirado, toda a nossa produção tem o desenho rupestre (SILVA, 2019).

---

<sup>39</sup> SOUZA, Waldemiro Conceição, de 28 anos. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada em São Raimundo Nonato, no Hotel Real, em 27 nov. 2019.

<sup>40</sup> COELHO, Marcelo Oliveira, neto do Sr. Nivaldo, artesão da Cerâmica do Barreirinho. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada no entorno do PARNA SC, em 27 nov. 2019.

<sup>41</sup> SILVA, Antônio Francisco Pereira da, 46 anos. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada no entorno do PARNA SC, na Cerâmica do Barreirinho, em 27 nov. 2019.



### 3.3 A PERCEPÇÃO DA SERRA BRANCA COMO LUGAR SIGNIFICATIVO E PERSISTENTE

Perceber as coisas é captar e reconhecer o traçado que as conduziram até nós e que as permitiram se perpetuar. [...] A percepção expõe o primeiro plano e tudo que o envolve confusamente; ela se situa no instante, mas ela não se reduz aos aspectos retidos. Em consequência, o apreciador de paisagens tem o direito (e o dever) de exibir esse “fundo” espacial e temporal à condição de mostrar as ligações as quais sua sensibilidade lhe enseja (SANSOT, 2009, p. 39, tradução nossa).<sup>42</sup>

A paisagem da região semiárida foi percebida pelos médicos da Fundação Oswaldo Cruz ( FIOCRUZ) , Belisário Pena e Artur Neiva, que a percorreram em 1912. Imbuídos de sentimentos a serviço da ciência, eles salientaram o abrasamento das matas e condenaram o uso do fogo, técnica de limpeza da terra herdada dos povos originários, como agravante dos problemas acarretados pela seca na região:

Àqueles que como nós conhecem as zonas secas em pleno período de estiagem, acode a ideia de que a reflorestação do Nordeste brasileiro é o complemento indispensável da açudagem, que, com o estancar progressivo dos mananciais, não terá senão efeito transitório.

Quando o Brasil foi descoberto, certamente aquelas zonas vinham sofrendo já a influência das forças naturais da dessecação progressiva: a civilização invadiu aqueles sertões, abrasando as matas. Hoje a destruição continua sempre em maior escala; o sertanejo inconsciente está preparando o deserto; é esta a verdade. – Os aborígenes que habitavam no Brasil antes do descobrimento só conheciam um único meio de amansar a terra e que era o fogo; deles, os invasores não só herdaram a técnica, como ainda perpetuaram a tecnologia absorvida pelo vernáculo, como se verifica pelos vocábulos ‘capueira, caiçara e coivara’ (PENA; NEIVA, 1916, p. 83).

O texto acima faz parte dos muitos relatos antigos sobre o uso do fogo pelas comunidades indígenas que, segundo Falleiro, Santana e Berni (2016), acentuam uma visão preconceituosa da prática indígena baseada no conhecimento científico do colonizador e que permanece inalterada diante das ““evidências de que as Terras Indígenas estão entre as áreas mais bem conservadas (WELCH, 2013) e onde são verificados os menores índices de desmatamento no País (FUNAI, 2014)”” (FALLEIRO; SANTANA; BERNI, 2016, p. 90).

A política pública do “fogo zero”, até o início do século XXI amplamente disseminada, não é mais considerada uma prática universal pelo IBAMA, que reconhece o saber ancestral dos indígenas no manejo do fogo. O órgão ambiental

---

<sup>42</sup> “Percevoir les choses, c’est entendre et reconnaître le chemin qui les a menées jusqu’à nous et qui leur a permis de se perpétuer. [...] La perception expose le premier plan et tout ce qui lui fait confusément cortège, elle se situe dans l’instant mais elle ne se réduit pas à cette ponctuation ténue. En conséquence, l’amateur de paysages a le droit (et le devoir) d’exhiber ce “fond” spatial et temporel à condition d’en montrer les attachés à ce que le sensible lui offre”.

vem inclusive incorporando este saber nas práticas de limpeza das terras indígenas para diferentes finalidades, ao tempo em que preserva as espécies vegetais e da fauna, importantes para a sobrevivência de suas comunidades (FALLEIRO; SANTANA; BERNI, 2016). Essa postura do IBAMA reflete uma nova concepção da conservação ambiental que se delinea no final do século XX, na qual os saberes tradicionais no uso dos recursos naturais são vistos como práticas históricas de adaptação e de sustentabilidade ecológica, defendida por socioambientalistas como Diegues (2008) (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014).

O olhar científico dos médicos da FIOCRUZ caracteriza uma percepção mais desenraizada ou *outsider* (RELPH, 1976), que tece uma crítica ao comportamento do ser humano na natureza, que abrasa as matas. Ela contrasta com a percepção da paisagem do poeta/maniçobeiro, nascido no povoado Gameleira, em São Raimundo Nonato, em 1886, que viveu na região nesse mesmo período: uma percepção orientada pelos laços afetivos e históricos, que, segundo Tuan (1980, p. 110), faz a apreciação da paisagem ser mais pessoal e duradoura “quando mesclada com lembranças de incidentes humanos”.

Para mostrar os encantos  
Que nossa vista fascina  
Se vê por todos os lados  
Rochedo e vasta colina,  
Parece que a natureza  
Esmerou toda beleza  
Formando esta obra eterna  
Além da bela paisagem  
Existe nesta paragem  
Rochedo, gruta e caverna (OLIVEIRA, 2014, p. 47).

A percepção do poeta/maniçobeiro, mais enraizada ou *insider* (RELPH, 1976), foi orientada pelo sentido de pertencimento do indivíduo ao local do trabalho, de moradia, da vida cotidiana, que dificilmente se adquire pela simples passagem por uma localidade ou região, o que resulta no sentido de lugar forjado pela experiência, individual ou coletiva, desde que compartilhados os mesmos costumes. Segundo Tuan (1983, p. 163), “as experiências dentro de um grupo humano se sobrepõem o suficiente para que vínculos individuais não pareçam notórios e incompreensíveis para seus pares”. Para Sansot (2009, p. 36), “[...] a percepção é enriquecida por todos os

significados sociais. Uma paisagem tem a felicidade de nos apresentar uma naturalização do social e uma socialização da natureza” (tradução nossa).<sup>43</sup>

Ao habitar a caatinga, os maniçobeiros também imprimiram sua marca na paisagem da Serra Branca, como o fizeram os homens pré-históricos e indígenas que ali habitaram antes de sua expulsão, configurando um lugar significativo e persistente, como as cachoeiras em territórios indígenas estudadas por Almeida e Kater (2017). Os autores partem do pressuposto de que há uma matriz interpretativa que dota a cachoeira de significância para os povos indígenas. Consideram, além de seus componentes físicos e ambientais, os componentes ideológicos, históricos, econômicos, territoriais e simbólicos. E recorrem às noções de lugares *significativos* e lugar *persistente*, tratados por Zedeño e Browser (2009).

[...] o lugar é um locus discreto de comportamento, materiais e memória - um local significativo, um produto das interações das pessoas com a natureza e o sobrenatural, bem como um com o outro. [...] O reconhecimento da existência de um lugar e sua significação pelo indivíduo e pelo coletivo é o que define seus significados, delinea sua trajetória histórica, explica suas conexões com outros lugares e traça sua articulação com a paisagem mais ampla, seja tácita ou explicitamente (ZEDEÑO; BROWSER, 2009, p. 6, tradução nossa).<sup>44</sup>

Zedeno e Browser (2009) referem-se ao lugar persistente como um sítio arqueológico que evidencia reutilizações e revisitas ao longo do tempo. Ao tratarem a paisagem como lugares significativos, Almeida e Karter (2017) observam que “a longa duração no uso desse espaço o transforma, ainda que sejam alterados seus significados, em um lugar *persistente*” (ALMEIDA; KARTER, 2017, p. 42).

O depoimento de moradora<sup>45</sup> do Novo Zabelê, localidade para onde foram transferidas as famílias do seu antigo lugar, o qual hoje constitui uma das áreas do PARNA SC, revela a continuidade do poder do Estado sobre os Pimenteiras no processo de desocupação desse território.

A vó de meu pai, a vó de meu pai, aí os vaquero, os vaquero, iam na mata correndo atrás do gado (quíó có quió có quió có) [a entrevistada faz o som emitido pelos vaqueiros] e os caboco tava de baixo do pau, tudo comendo, assando bicho e comendo. Quando viram a zuada dos vaqueros correram,

<sup>43</sup> “[...] la perception s’enrichit de toutes les significations sociales. Un paysage a le bonheur de nous présenter une naturalisation du social et une socialisation de la nature” (SANSOT, 2009, p. 36).

<sup>44</sup> “[...] place is a discrete locus of behavior, materials, and memory - a meaningful locale, a product of people's interactions with nature and the supernatural as well as with one another. [...] The recognition of a place's existence and its significance by the individual and the collective is what defines its meanings, outlines its historical trajectory, explains its connections with other places, and lays out its articulation with the broader landscape, whether tacitly or explicitly (ZEDEÑO; BROWSER, 2009, p. 6).

<sup>45</sup> CARDOSO, Luiza. Depoimento. São Raimundo Nonato-PI: 2016. Entrevista concedida a Rafael da Silva Assis.

esqueceram da menininha debaixo do pau, aí os vaqueiro foi e panhou, que 91 é a bisavó de meu pai, aí panharam a menininha e foram criar, aí esta menininha teve uma menina e ganhou meu pai. É meu pai, Candido Cardoso Rosa [...] parece que tem assim um poquin de parentesa de índio, porque já tenho 89 anos, ainda meus cabelo ainda tá assim mei pretin [dá um leve sorriso quando fala de seus cabelos pretos] (CARDOSO apud ASSIS, 2016, p. 90-91).

No início do século XIX, a razão do Estado foi a defesa das fazendas, dos vaqueiros e do gado. No final do século XX, o poder do Estado foi exercido sobre a descendência escamoteada dos Pimenteiras, na defesa do bioma caatinga e do patrimônio arqueológico. Conforme Borges e Santana (2015, p. 115), “suas histórias foram negadas sob a alcunha do ‘extermínio’”, mas os que não morreram tiveram que se adaptar à colonização, transformando-se em “escravos, vaqueiros, meeiros, assalariados, dentre outros”, e merecem que sua raiz indígena aflore através do registro de suas memórias.

No processo de ocupação da Serra Branca, os maniçobeiros, além de criar o Povoado Zabelê, fizeram uso das tocas pré-históricas ali existentes para construir suas residências (Figuras 41, 42). Algumas dessas residências foram conservadas como testemunhas de sua ocupação histórica a partir de pesquisa sobre a vida dos maniçobeiros no Sudeste do Piauí, realizada por Oliveira (2001; 2014). Desse modo, um projeto de conhecimento e valorização da cultura dos maniçobeiros (LANDIM, 2014) foi então elaborado por diversas instituições locais e gestores do PARNA SC (IPHAN, ICMBIO, FUMDHAM). Pesquisa histórica e prospecção arqueológica subsidiaram o projeto de educação patrimonial desenvolvido com a comunidade do Novo Zabelê,<sup>46</sup> através da memória oral de maniçobeiros e seus descendentes e a conservação das casas/tocas, com a abertura de um circuito de visitação turística no PARNA SC (Figura 41) denominado *Trilha: Caminhos dos Maniçobeiros*<sup>47</sup> (LANDIM, 2014).

Os maniçobeiros, em trânsito cotidiano entre o povoado, as tocas, os locais de trabalho nos carreiros da maniçoba, o olho d’água, traçaram caminhos para procurar

---

<sup>46</sup> Localidade criada para abrigar os habitantes do antigo Zabelê, comunidade que ficou dentro do perímetro do PARNA SC, unidade de conservação integral, cujo território é área pública, determinada por lei.

<sup>47</sup> Para a consecução do objetivo do projeto foram mobilizadas diversas instituições de apoio e parceria: Unidade Escolar Elzair Rodrigues de Castro, da comunidade Novo Zabelê, Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) e Associação de Condutores de Ecoturismo do PARNA Serra da Capivara (ACOVESC) (LANDIM, 2014).

e comercializar o látex extraído, procurar água, descansar ao final do dia, participar de atividades sociais e religiosas.

Figura 41 - Placa indicando a Trilha: Caminhos dos Maniçobeiros na Serra Branca, PARNA SC. Mostra uma foto da árvore de Maniçoba, no período de estiagem, quando perde todas as folhas



Fonte: Acervo da Autora (12 jul. 2018).

A Figura 42 mostra a habitação em pleno uso da família de treze filhos do casal Osvaldo Sabino da Silva e Delmira Paes, e as Figuras 43 e 44 mostram a mesma residência restaurada sem uso residencial dentro do PARNA SC. As três fotos são da moradia construída por maniçobeiros no início do século XX, que aproveita a toca de ocupação pré-histórica, criando paredes internas e externas de vedação, confeccionadas por técnica construtiva tradicional. A taipa de mão, conhecida desde o tempo colonial, foi adaptada aos recursos locais. Essa moradia foi ocupada sucessivamente por três famílias até a década de 1970, quando foi encontrada ainda habitada no início das pesquisas arqueológicas.

Figura 42 - A moradia em pleno uso por maniçobeiros do abrigo pré-histórico Toca do Juazeiro da Serra Branca no PARNA SC



Fonte: Acervo FUMDHAM (1978).

Figura 43 - A mesma casa preservada no PARNA SC (2018)



Fonte: Acervo da autora (12 jul. 2018).

Figura 44 - Forno de fabricação de farinha localizado na proximidade da residência da toca pré-histórica do Juazeiro da Serra Branca no PARNA SC



Fonte: Acervo da autora (12 jul. 2018).

Alguns jogos de tabuleiro foram encontrados pelos pesquisadores nas tocas (Figuras 45 a 48). Dentre eles, o mais comum é “A Onça e o Cachorro”, que lembra o “Resta Um”.

O jogo da onça e os cachorros se popularizou no Brasil entre as diversas etnias indígenas, com tabuleiros desenhados no próprio chão, tendo pedrinhas ou sementes como peças. Esse jogo é conhecido pelos índios Bororos como Adugo e pelos Guaranis como Jaguá ixive (CÂMARA, 2019).

Contudo, Bucó (2012) não associa esses jogos aos maniçobeiros que atuaram mais recentemente na Serra Branca, mas à ocupação mais antiga pelos colonizadores europeus que os trouxeram para o Brasil; ela classifica-os como um tabuleiro de Alenquer,<sup>48</sup> jogo do castelo ou do moinho, como são conhecidos em Portugal. Em uma das tocas usadas pelos maniçobeiros, Toca da Extrema II, além da presença de muitas pinturas rupestres, com cenas de caça e do cotidiano de populações muito antigas, foi encontrada, pelos pesquisadores, uma flauta de madeira feita há 1500 anos (CÂMARA, 2019).

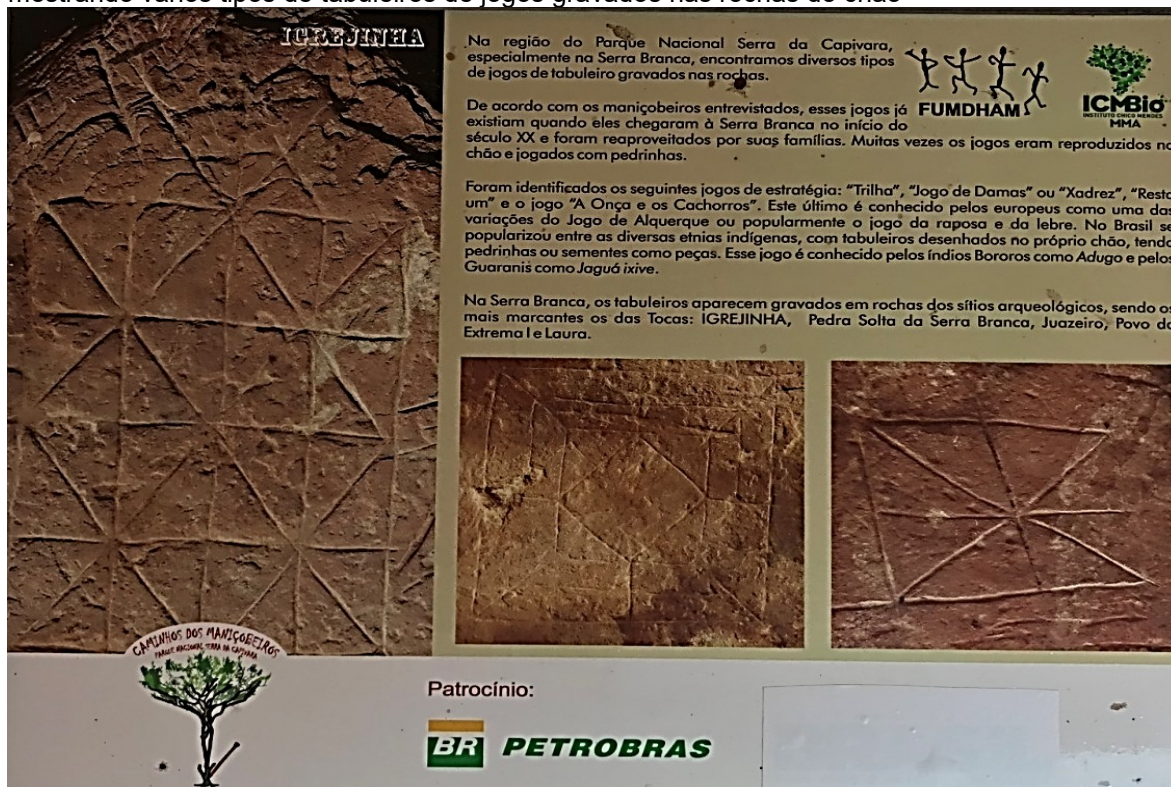
<sup>48</sup> Cidade portuguesa de origem muito antiga situada ao Norte de Lisboa.

Figura 45 - Sítio Igrejinha, Serra Branca. Trilha: Caminhos dos Maniçobeiros



Fonte: Acervo da autora (12 jul. 2018).

Figura 46 - Placa do Sítio da Toca da Igrejinha no circuito dos maniçobeiros na Serra Branca, mostrando vários tipos de tabuleiros de jogos gravados nas rochas do chão



Fonte: Acervo da Autora (12 jul. 2018).



Figuras 47 e 48 - Pilão e Tabuleiro de jogo gravado nas rochas do chão da toca da Igreja na Serra Branca, parte da Trilha: Caminhos dos Maniçobeiros



Fonte: Acervo da Autora (12 jul. 2018).

Além do cadastro dos sítios históricos, realizado no final de 1990, anteriormente mencionado, foram feitos à época treinamentos para a restauração da taipa dessas moradias, com as primeiras experiências realizadas na Toca do Juazeiro e Toca do João Sabino (Figuras 49 a 51), ambas na Serra Branca (OLIVEIRA, 2014). Essas atividades foram continuadas e culminaram com abertura da trilha específica para a visita dos sítios históricos relacionados ao extrativismo da maniçoba na Serra Branca, em 2014.

Figura 49 - Toca do João Sabino, outra residência de maniçobeiro na Serra Branca



Fonte: Acervo da autora (12 jul. 2018).

Figura 50 - Toca do João Sabino, mostrando o forno de farinha e entrada da residência sob a rocha



Fonte: Acervo da autora (12 jul. 2018).

Figura 51 - Toca do João Sabino, vista da fachada de frente com as vedações de taipa



Fonte: Acervo da autora (12 jul. 2018).

Figura 52 - Panorâmica da Toca do João Sabino, localizada em uma chapada. Era local de festa e de encontro dos maniçobeiros nos fins de semana, no descanso da lida com a extração do látex da maniçoba



Fonte: Acervo da autora (12 jul. 2018).

As moradias nas tocas tinham geralmente dois cômodos, quarto e sala, e algumas, do Juazeiro e do João Sabino, apresentavam pequenos depósitos para armazenar maniçoba. As paredes de taipa eram confeccionadas com fragmentos de rocha e barro entre a tessitura de madeira roliça, materiais disponíveis em abundância nas imediações. Sempre presente nas imediações da moradia, ou mesmo só na superfície de abrigos sob rocha, o forno para a realização da farinhada<sup>49</sup> é encontrado com bastante frequência nas tocas do PARNA SC.

<sup>49</sup> Atividade voltada para a fabricação artesanal da farinha de mandioca. Envolve o trabalho da coletividade, sendo oportunidade de conagração e festejo.

Durante a pesquisa de campo na Serra Branca, em 14 de julho de 2018, encontramos por acaso o antigo maniçobeiro Pedro Alcântara da Silva, conhecido por Seu Nôca, dando explicações a uma guia turística da região sobre a toca do Juazeiro e a Toca do João Sabino (Figura 53). Conforme Seu Nôca, hoje morador do Novo Zabelê, a toca do João Sabino, onde moravam cerca de trinta pessoas, era o lugar das relações sociais com a Comunidade dos Maniçobeiros da Serra Branca. Ali se realizavam batizados e casamentos quando, esporadicamente, era visitada por um padre que fazia o trajeto da cidade até lá montado em um burro. Ali também era o local da troca do látex da maniçoba com os barraquistas e das famosas festas de São João da Serra Branca que juntavam umas 200 pessoas (CÂMARA, 2019). Para Seu Nôca, a criação de um Museu no Novo Zabelê sobre a vida dos maniçobeiros é importante:

O museu é importante porque relembra dos tempos passados, de como a gente se divertia, o que a gente usava em casa, os móveis, que hoje não existem mais, o rádio velho. Vai ser o museu de recordação, pra gente lembrar do que vivemos, **não de riqueza, mas de pobreza** (CÂMARA, 2019, grifo nosso).

Figura 53 - Seu Nôca na Toca de João Sabino



Fonte: Câmara (2019). Foto: Fellipe de Abreu.

Entre os carreiros, as serras e a chapada existem lugares significativos para os maniçobeiros, tanto como espaços coletivos quanto individuais. O Olho d'água da Serra Branca e a Toca do João Sabino são lugares sempre mencionados nas entrevistas com muito carinho e respeito. O primeiro, além da importância para a sobrevivência, percebe-se, nas 107 narrativas apresentadas que ele está vinculado ao mito de fundação da comunidade. O segundo é lembrado pelos mais velhos como um local de confraternização e diversão. No período da novena de São João, servia como ponto de encontro de familiares e amigos que não se viam com frequência. Essas lembranças são transmitidas através da oralidade para as novas gerações que se sentem curiosas em conhecer o palco de tantas histórias (LANDIM, 2014, p. 106-107).

O Senhor Nivaldo Coelho de Oliveira, de 86 anos, antigo maniçobeiro e lavrador, hoje artesão da Cerâmica do Barreirinho, contou como era a sua vida na região antes da criação do PARNA SC:

A vida aqui... eu era oleiro, eu fazia telha. Era lavrador, mas fazia telha. Aí ela chegou e eu fui ser o guia, pois eu já sabia dessas tocas, como nós chamava... E aí teve uma maniçoba aqui também, uma borracha, que a gente furava ela. A gente vivia disso aqui (OLIVEIRA, 2019).<sup>50</sup>

E ao perguntar o que mudou com o Parque, ele respondeu com uma frase bem curta: “Eu digo que só tem melhorado” (OLIVEIRA, 2019).

### 3.4 A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM PATRIMONIALIZADA PELOS PESQUISADORES

A paisagem me encantou por sua beleza e pela imensidão dos paredões rochosos que permitiram que o homem pré-histórico deixasse centenas de sítios com pinturas (GUIDON, 2019).<sup>51</sup>

Como observa Tuan (1980), as mais intensas experiências estéticas são surpreendentes, ocorrem quando a beleza é sentida diante de uma realidade até então desconhecida. No primeiro contato com a região, o impacto que a natureza enriquecida pela arte rupestre do ser humano do passado provocou na pesquisadora foi determinante na patrimonialização da Serra da Capivara. O encantamento com a beleza da natureza e dos registros rupestres aliado ao interesse científico pela extraordinária concentração de sítios pré-históricos ainda continuam a produzir seus efeitos sobre quem conhece o PARNA SC pela primeira vez.

Persiste o interesse da mídia nacional e internacional em produzir matérias sobre a paisagem da região como demonstra a exposição do fotógrafo André Pessoa

<sup>50</sup> OLIVEIRA, Nivaldo Coelho de. Artesão e antigo maniçobeiro, de 86 anos. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada na Cerâmica do Barreirinho, em 27 nov. 2019.

<sup>51</sup> GUIDON, Niède. Entrevista sobre a Serra da Capivara [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <divamff@gmail.com>, em 29 jul. 2019.

em 2019 (DURÃES, 2019). Apesar de as reportagens nacionais serem, com regular frequência, disparadas por falta de recursos para a manutenção da ampla infraestrutura criada para as pesquisas científicas, a preservação e a visitação do PARNA SC, e que até hoje o turismo não tem condições de financiar, a grandiosidade dos recursos naturais e culturais e os projetos sociais associados a estes recursos colocam-no sempre no centro das atenções da mídia brasileira.

Niède Guidon respondeu a uma repórter sobre o que a motivava a realizar este trabalho de tantos anos, apesar de sua frequente ameaça de abandoná-lo frente às condições adversas do meio, da falta de recursos e das ameaças de morte que sofreu:

Ir para o parque é uma das coisas mais belas que eu já tive na minha vida. É tão bonito quanto passear por Paris. Porque realmente é um monumento fantástico. Fiz isto de uma maneira egoísta, para me dar prazer (RODA VIVA, 2016).

Landim (2014) explora a memória dos maniçobeiros na sua relação com a Serra Branca e reclama que os processos de reconhecimento da área da Serra da Capivara como Parque Nacional, Patrimônio da Humanidade e Patrimônio Cultural Brasileiro desconsideraram o patrimônio cultural desses trabalhadores da caatinga. Reconheceu a mudança das posturas institucionais – IPHAN, FUMDHAM e ICMBIO – ao longo do tempo, que procuram incorporar a visão dos maniçobeiros sobre sua relação com o PARNA SC por meio da Educação Patrimonial<sup>52</sup> (IPHAN, 2014b).

Mas ao fazer esta crítica, parte de um olhar contemporâneo sobre as políticas públicas brasileiras, sob um regime de governo bem diferente daquele à época da criação da unidade de conservação. A própria autora, Landim (2014), observa que existiu uma proposta da FUMDHAM e do Instituto Antropológico do Rio de Janeiro (IPARJ) de realizar um projeto piloto para os parques brasileiros, que previa um acompanhamento ambiental ecológico sem a necessidade de retirar os moradores de dentro da unidade de conservação. O IPARJ ficou “responsável pela delimitação, levantamento fundiário e avaliação do número de habitantes do interior do PARNA SC” (LANDIM, 2014, p. 88). Mas esta proposta terminou frustrada pelo pressuposto

---

<sup>52</sup> Segundo o IPHAN, Educação Patrimonial é constituída de “[...] processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural” (INSTITUTO..., 2014b). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>. Acesso em: 8 set. 2019.

da propriedade pública, previsto na legislação ambiental e regulamento dos parques nacionais,<sup>53</sup> que se impôs como alternativa à primeira proposta de criação de um parque estadual.

Portanto, configura um anacronismo exigir que as políticas públicas que protagonizaram esses reconhecimentos entre as décadas de 1970 e 1990 considerassem também esse patrimônio. Em primeiro lugar, a preocupação dos cientistas que pediram a criação do parque foi a de proteger os sítios arqueológicos, a fauna e a flora da região, ameaçados de destruição. Em segundo, o País vivia, à época, uma ditadura militar, um contexto totalmente adverso a colocar em pauta a valorização de direitos sociais de populações minoritárias.

No final da década de 1970, o Brasil ainda vivia sob a ditadura militar, com uma visão desenvolvimentista dominante, na qual as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, não possuíam direitos reconhecidos, que só foram conquistados no final da década seguinte com a promulgação da constituição de 1988. A Arqueologia brasileira, nesse tempo, apesar de ter completado cerca de cinquenta anos de pesquisas, ainda não tinha se consolidado o suficiente para ter uma visão crítica e independente. A política de unidades de conservação sempre obedeceu ao pressuposto da propriedade pública para os parques nacionais e baseou-se em modelos importados dissociados da realidade social, das particularidades paisagísticas e da relação do ser humano atual com a paisagem do Sudeste do Piauí, segundo alguns pesquisadores (BORGES, SANTANA, 2015).

O mito moderno da natureza intocada que orientou a criação de parques estadunidenses no século XIX ainda persiste, apesar das inúmeras evidências científicas da interferência humana em diversos ecossistemas e da pouca natureza virgem restante no final do século XX (DIEGUES, 2008). Seguindo essa lógica, parece incoerência sua aplicação à Serra da Capivara, uma vez que as pesquisas arqueológicas e interdisciplinares assinalaram que aquela paisagem foi habitada e transformada há milhares de anos por povos do Pleistoceno e Holoceno.

Olmos *et al.* (2001) possuem argumentos contrários a esta visão. Eles consideram a repulsa ao modelo de parque estadunidense um mito “de conotação anti-imperialista” que seduz muitos intelectuais (OLMOS *et al.*, 2001, p. 290). Ele é associado a outro mito, ao da “simbiose positiva entre povos tradicionais e

---

<sup>53</sup> Lei 4.771/65, que institui o Código Florestal e Decreto nº 84.017/79, que regulamenta os Parques Nacionais Brasileiros (LANDIM, 2014, p. 88).

ecossistemas naturais” (OLMOS *et al.*, 2001, p. 288), que carece de fundamentação científica. Esses mitos são frequentemente acionados para tecer críticas às unidades de conservação de uso indireto. Estas, pelo contrário, possuem evidência científica de instrumento efetivo de conservação da biodiversidade.

No Brasil, dentro do contexto da redemocratização do país na década de 1980, foi criada uma associação entre a questão ambiental e os problemas que afligiam populações chamadas de “tradicionais”. A questão ambiental foi utilizada por movimentos sociais e políticos que, se surgissem em sua forma pura, provavelmente seriam reprimidas mais agressivamente pelo governo militar (WALDMAN 1992, DEAN, 1996). Assim sendo, muito do que foi vendido como “defesa da ecologia” na realidade era demanda social ou, se preferir, luta de classes, e em parte colaborou e tem colaborado para a destruição do patrimônio natural (OLMOS *et al.*, 2001, p. 290).

O título de Patrimônio da Humanidade (1991) e o tombamento (1992) foram conquistados depois da democratização e da promulgação da Constituição de 1988, que amplia os direitos sociais das comunidades tradicionais e o próprio conceito de patrimônio. Mas a dupla proteção se efetivou antes que o Estado brasileiro reconhecesse por decreto,<sup>54</sup> em 2007, a diversidade dos povos e comunidades tradicionais e seus direitos. Antes também do desenvolvimento de qualquer pesquisa sobre esses habitantes que tiveram de sair ou parar de usufruir dos recursos naturais da área do PARNA SC. O primeiro estudo de uma série que teve como objeto esses sujeitos é o de Godoi (1993), cuja abordagem antropológica trabalhou com a memória coletiva dos habitantes de alguns povoados da região em momento de pressão sobre seu território com a criação do PARNA SC, para estudar a ocupação e reprodução camponesa no sertão do Piauí.

Outros estudos que estabeleceram relação com essa população diretamente impactada pela criação do PARNA SC foram desenvolvidos por meio de diversas abordagens por Oliveira (2001), Castro (2009), Souza (2010), Rodrigues (2009), Rodrigues (2011), Luz (2012).

A pesquisa de Oliveira (2001) foi a pioneira a iluminar os maniçobeiros como uma identidade forjada na relação de pertencimento com a paisagem da região que se tornaria tutelada pela União e teria seu uso restringido. Ela evidenciou a identidade maniçobeira na ocupação histórica das áreas do PARNA SC, antes invisível frente à grande quantidade e qualidade dos vestígios pré-históricos que conquistaram grande

---

<sup>54</sup> A existência e os direitos dos diferentes povos e comunidades tradicionais foram reconhecidos pelo governo brasileiro (PCT) pelo Decreto nº 6040/07 (CALEGARE, HIGUCHI, BRUNO, 2014).

visibilidade nos meios científicos e na mídia de modo geral, notadamente as pinturas rupestres.

Assim, a patrimonialização da Serra também pode ser lida no nível discursivo com o aporte de Foucault (2015). Para o autor, a emergência histórica de um acontecimento discursivo ocorre em um jogo de relações com outros sistemas exteriores; jogo que teria permanecido invisível, embora não seja secreto ou novo.

Reveladora, neste sentido, foi a resposta do maniçobeiro Nilson Parente dada a Landim (2014, p. 109) quando ela o questionou sobre o que achava das pesquisas sobre a maniçoba: “O que eu acho é que eu fazia isso aí por achar bonito e bom, e eles achavam que eu era um herói pra isso né? Mas eu achava que eu num era ninguém, mas eles me deram valor e eu fiquei contente”.

A historiadora e pesquisadora dos maniçobeiros no Sudeste do Piauí, Ana Stela Negreiros de Oliveira, é da região e foi por longo período, de 2007 a 2018, agente do governo federal responsável pelo Escritório Técnico do IPHAN de São Raimundo Nonato. Essa unidade foi criada com a Superintendência do IPHAN no Piauí, em 2004. Em entrevista concedida ao jornal eletrônico 360meridianos em 26 de abril de 2019, Ana Stella destacou a categorização social dos antigos maniçobeiros, que, à época da extração do látex, eram discriminados pelos habitantes das cidades pelo mau cheiro decorrente da falta de banho que a escassez de água determinava e do odor da maniçoba que os impregnava. Segundo a pesquisadora, a trilha interpretativa dos maniçobeiros no PARNA SC baseada em sua pesquisa teve fundamental importância na elevação de sua autoestima (CÂMARA, 2019):

‘Com isso, o maniçobeiro virou uma categoria social. Você fala com seu Nôca e descobre que agora ele frequentemente vai com alunos de escolas até Serra Branca. E outro dia a prefeitura resolveu homenagear várias categorias. E o representante do trabalhador de São Raimundo Nonato foi um maniçobeiro. Hoje eles são chamados para debater em universidades, ganharam voz, estão falando, melhorou até a autoestima deles’ (CÂMARA, 2019).

Há de se considerar também que os instrumentos legais e operacionais que refletiam uma visão mais integrada de todas as tipologias do patrimônio foram sendo adotados paulatinamente pelo IPHAN à medida de sua demanda social e do fortalecimento do direito político das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. Alguns instrumentos foram conquistados muito recentes. A política do patrimônio imaterial brasileiro, que visa salvaguardar costumes, saberes, lendas, rituais, línguas e tecnologias tradicionais, foi instituída somente nos anos 2000 e



2010;<sup>55</sup> a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira – inspirada no conceito de paisagem cultural da UNESCO, de 1992, e em concepções da Convenção Europeia da Paisagem, de 2001 –, foi regulamentada em 2009 e ainda permanece sem operacionalidade; os instrumentos reguladores do licenciamento ambiental passaram a incluir oficialmente o IPHAN e outros órgãos como intervenientes a partir de 2015.

O que se trata de fazer aparecer é o conjunto de condições que regem, em um momento dado e em uma sociedade determinada, o surgimento dos enunciados, sua conservação, os laços estabelecidos entre eles, a maneira pela qual os agrupamentos em conjuntos estatutários, o papel que eles exercem, a série de valores ou de sacralizações pelos quais são afetados, a maneira pela qual são investidos nas práticas ou nas condutas, os princípios segundo os quais eles circulam, são recalçados, esquecidos, destruídos ou reativados (FOUCAULT, 2015, p. 98).

Durante muito tempo, ignorado nas consultas prévias nos processos de licenciamentos ambientais dos empreendimentos, o IPHAN e outros órgãos passaram a ser oficialmente ouvidos como intervenientes por regulamento interministerial em 2015.<sup>56</sup> O IPHAN, por sua vez, estabeleceu em regulamento próprio<sup>57</sup> as formas de sua participação e as restringiu aos bens acautelados em âmbito federal.<sup>58</sup>

A Chancela da Paisagem Cultural, o instrumento mais integrador e que mais se aproxima do conceito da Convenção Europeia da Paisagem, passou a figurar, pela ação de reconhecimento prevista em normativa do IPHAN, de 2018,<sup>59</sup> como tipologia

---

<sup>55</sup> Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), utilizado para reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 8 set. 2019.

<sup>56</sup> Portaria Interministerial Nº 60, de 24 de março de 2015, que estabelece a participação dos órgãos intervenientes no processo de licenciamento ambiental: Iphan, Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Cultural Palmares e Ministério da Saúde.

<sup>57</sup> Instrução Normativa (IN) nº 001, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

<sup>58</sup> Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta - AID do empreendimento em bens culturais acautelados em âmbito federal. Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa são os seguintes os bens culturais acautelados em âmbito federal: I - tombados, nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937; II - arqueológicos, protegidos conforme o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961; III - registrados, nos termos do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000; e IV - valorados, nos termos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

<sup>59</sup> Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018, que institui a política de patrimônio cultural material do IPHAN e dá outras providências.

a ser considerada no contexto do Licenciamento Ambiental. Entretanto, depois de sua instituição, nenhuma paisagem foi reconhecida de acordo com este instrumento.

Baião Filho (2013) também manifesta uma forte crítica sobre a hierarquização da cultura do passado sobre a do presente na Serra da Capivara ao observar o primado do patrimônio arqueológico e pré-histórico na gestação do território e, por conseguinte, na preservação do Parque e na sua gestão. Ele observa nesses processos, além de evidência cultural e científica, o conflito na construção de um território voltado principalmente para os povos pré-históricos e para a exploração turística internacional, desconsiderando os modos de vida, os saberes e os valores das comunidades ali presentes.

À crítica de Baião Filho, formulada acima, Borges e Santana (2015), que admitem o predomínio da pré-história no início de processos de pesquisa e de preservação, contrapõem o esforço das instituições gestoras do PARNA SC no sentido de construir uma forma de combater a desigualdade social por meio do turismo arqueológico. Mas observam que ainda há necessidade de ouvir e atender os anseios das comunidades que vivem no entorno do PARNA SC. Souza (2010) aponta uma gestão do PARNA SC que contraria os princípios da participação social e, sobretudo, participação política na gestão das unidades de conservação através de Conselhos Consultivos, prevista pela Constituição de 1988 e uma exigência da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC de 2000. O conselho consultivo do PARNA SC só foi criado no final de 2010.<sup>60</sup> A sua composição e funcionamento serão abordados no Capítulo 5, cujo tema é o Manejo da Paisagem.

Em 2018, a chefe do PARNA Serra da Capivara foi exonerada sob denúncias de negligência quanto à caça dentro da unidade de conservação, segundo manchete do jornal eletrônico Meio Norte. A reportagem que anuncia a exoneração, em 29 de novembro de 2018, é a mesma que se refere à próxima inauguração do Museu da Natureza pela FUMDHAM, em 18 de dezembro de 2019, cuja exposição enfatiza a **“história natural da região, partindo desde o início da vida tal qual a conhecemos ao surgimento da nossa espécie e a influência do homem no clima, especialmente em um período de constantes mudanças climáticas”** (PESSOA, 2018, grifo nosso).

---

<sup>60</sup> Portaria ICMBIO 128 de 14/12/ 2010, cujo Art. 1º Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional Serra da Capivara, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à gestão participativa, implantação e implementação do Plano de Manejo desta Unidade, bem como ao cumprimento dos seus objetivos de criação (UNIDADES..., s. d.) Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1275#gestao>>. Acesso em: 15 set. 2019.

Atual chefe do Parque, Marian Rodrigues, logo depois de nomeada, concedeu entrevista ao jornal eletrônico Cidade Verde em 09 de janeiro de 2019, na qual priorizou os esforços para a aprovação do Plano de Manejo por considerá-lo “o principal projeto de um parque, que inclui zoneamento fundiário, proteção e preservação da fauna e flora, educação ambiental” (FREITAS, 2019). Em 8 de fevereiro de 2019, a Justiça Federal determinou que o ICMBIO apresentasse em seis meses o Plano de Manejo do PARNA SC, em cumprimento de sentença decorrente da Ação Civil Pública ajuizada pela OAB (TEIXEIRA, 2019). O Plano de Manejo foi aprovado em julho de 2019, como já mencionado (ICMBIO, 2019).

Doutora em arqueologia, Marian desenvolveu Monografia em Curso de Especialização do IPHAN e Dissertação de Mestrado em Portugal, nas quais discute a importância da educação patrimonial em Coronel José Dias, uma das principais portas de entrada da unidade de conservação. Portanto, iniciou sua gestão anunciando também que a Direção do Parque agirá

fortemente para promover o envolvimento com as comunidades do entorno da Serra, a fim de garantir uma gestão mais colaborativa e com maior participação dos moradores das comunidades próximas (FREITAS, 2019).

Para o enfrentamento do principal problema da unidade, a caça de animais silvestres, a diretora idealizou o concurso “Caçadores de Fotografia”, direcionado a ex-caçadores.

Faremos quatro concursos anuais, justamente com a perspectiva de ir paulatinamente mudando o olhar da comunidade em relação à caça predatória. Essa iniciativa caminhará junto com um Programa de Educação Ambiental Integrado e Comunicação que visa essencialmente promover o envolvimento com as comunidades do entorno do Parque a fim de garantir uma gestão mais colaborativa e conseqüentemente estimulando o interesse na preservação do ecossistema como alternativa de práticas sustentáveis na região (FREITAS, 2019).

Castro (2009), que trabalhou a memória de conflitos entre os agentes ambientais e moradores locais, ao analisar os relatos de caçadores, observou uma tendência à continuidade do conflito entre os agentes de fiscalização e os moradores pressionados pela política ambiental e de proteção do PARNA SC. Para a autora, a falta de uma relação dialógica entre os dois lados fez persistir o medo e a insegurança da população local.

Entretanto, a limpeza dos terrenos com o fogo e a caça aos animais silvestres, duas práticas comuns nas comunidades da região da Serra da Capivara antes da

criação da unidade de conservação, produziram impacto destrutivo direto sobre as pinturas pré-históricas das inúmeras tocas e foram os motivos apontados para a criação do PARNA SC na década de 1970.

Atualmente existe um movimento entre os ambientalistas que reconhece os direitos de as comunidades tradicionais<sup>61</sup> se beneficiarem da conservação ambiental. O foco humanitário prevalece nessa nova visão da conservação sobre a conservação tradicional, que defende a biodiversidade em si, afastada da presença humana.<sup>62</sup> Contudo, apesar dessa nova visão humanitária, ainda persiste entre pesquisadores a noção de natureza intocada. Esta noção credita à conservação tradicional o retardo do colapso do equilíbrio ecológico global, a exemplo das unidades de conservação integral que permitem apenas os usos científico e turístico no seu interior (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014).

Pesquisadores da fauna no PARNA SC e seu entorno revelam claramente essa posição a favor da conservação tradicional. Eles apontam o aumento da população de várias espécies de animais, sob a ameaça de desaparecimento, decorrente da fiscalização mais intensa e sistemática no combate à caça trazida pela criação da unidade de conservação integral do PARNA SC. Apontam ainda como positivo o desaparecimento de aves domésticas (*Passer domesticus*) nas antigas áreas de pastagem e cultivo do povoado Zabelê, que têm sido substituídas por áreas de vegetação mais fechada (OLMOS; BARBOSA; ANDRADE, 2014).

Olmos et al. (2001) consideram que há suficiente prova científica da perda de espécies decorrentes de exploração intensiva por “comunidades tradicionais” contemporâneas, principalmente por meio da caça de subsistência. “Muitas das generalizações sobre a relação harmoniosa das populações tradicionais com o meio ambiente carecem de provas” (OLMOS et al., 2001, p. 286). Veem nas atitudes dessas comunidades o suprimento de necessidades imediatas e o desconhecimento da noção de finitude dos recursos que são destruídos por elas, geralmente atribuídos a fatores metafísicos. Segundo esses autores, não são tradições culturais ou harmonia

---

<sup>61</sup> São exemplos empíricos dessas comunidades tradicionais, além dos povos indígenas e dos quilombolas, que passaram a ter o reconhecimento do governo federal em 2007: açorianos, babaçueiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos, caiçaras, caipiras/sitiantes, campeiros (pastoreio), jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos/vaqueiros, varjeiros (ribeirinhos não amazônicos) (DIEGUES, 2000).

<sup>62</sup> Entre os ambientalistas são usadas as palavras preservação e conservação com sentidos diferentes e associadas a essas duas visões: preservação se refere somente ao uso indireto dos recursos; conservação, ao uso controlado dos recursos.

consciente com a natureza que explicam a sustentabilidade na sua exploração de recursos naturais, mas sim a baixa densidade populacional e a deficiência tecnológica (OLMOS et al., 2001).

Argumentam ademais que, no passado, há milhares de anos e no período Pré-Colonial, as populações indígenas, por serem mais numerosas, teriam provocado grande degradação ambiental, dando razão a Diegues (2008) ao considerar a “natureza intocada” um mito. Concluem, portanto, ser absolutamente necessária a instituição de áreas de controle das interferências humanas sobre os processos naturais, tais como as unidades de conservação de uso indireto a exemplo dos parques nacionais (OLMOS et al., 2001).

As percepções captadas por diversas entrevistas realizadas com agentes do Estado, pesquisadores, e mesmos pessoas do lugar, que participaram dos programas educacionais da FUMDHAM (NACs e Pró-Arte), ao responderem o que mudou com a criação do PARNA SC, indicam o primado da conservação ambiental tradicional ancorada nas ações de inclusão social:

Porque o pessoal aqui antigamente vivia de caça. Tinham esses animais e não deixavam de caçar. Ia chegar um tempo que ia acabar, virar só história para neto. Hoje em dia não, hoje em dia está preservado. Se não fosse a Niède estaria todo mundo aí procurando um bicho para matar e não ia achar. Hoje em dia o pessoal vai visitar o Parque, vê os macaquinhos. Se não tivesse Parque, hoje não ia ter nada (SOUZA, 2019).<sup>63</sup>

Tudo. O rumo da vida de muita gente e com a questão ambiental mudou com a questão da preservação de muitas espécies que estavam ameaçadas de extinção. Tatu-bola é um exemplo disto. Quase não se via mais nem falar no Tatu-bola, raramente se via, hoje a gente vê com certa frequência. Tamanduá-bandeira não se via mais, onça pintada, onça de uma forma geral. A parda esteve quase dizimada aqui, hoje já se vê com bastante frequência, pegada com muita frequência. E assim vai. A fauna de forma geral deu uma recuperada de umas décadas para cá, depois que o Parque foi criado. E sobre a questão do impacto para as pessoas, mudou muito, principalmente para a minha comunidade daqui. A gente agradece todos os dias por ter surgido este Parque, inclusive a gente até comenta entre a gente mesmo o papel fundamental que a Niède Guidon teve neste processo, com a questão das escolas e a preparação que ela terminou dando para estas pessoas (LANDIM, 2019a).<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> SOUZA, Waldemiro Conceição, de 28 anos, que frequentou o Pró-Arte FUMDAHAM. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada em São Raimundo Nonato, no Hotel Real, em 27 nov. 2019.

<sup>64</sup> LANDIM, Mario Afonso Pereira Paes, de 41 anos, morador do Sítio do Mocó, guia e guarda-parque. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada no Sítio do Mocó, localizado no município de Coronel José Dias, em 27 nov. 2019a.

Medeiros (2019),<sup>65</sup> agente do ICMBIO na região nos primeiros anos do PARNA SC, ao ser questionada sobre sua percepção da paisagem em dois momentos diferentes, quando a conheceu e na atualidade, testemunha as mudanças de sua percepção:

Nas décadas de 1980 e 1990 tínhamos muitas áreas degradadas dentro do Parque, pois as famílias que ali moravam faziam roças e criavam animais domésticos. Com a regularização fundiária da maioria das famílias, estas foram morar fora do Parque e as áreas tiveram a cobertura vegetal regenerada. Hoje, com o maior controle pela intensificação das ações de fiscalização e monitoramento da flora e fauna, a área está bastante conservada (MEDEIROS, 2019).

Merece destaque também a percepção da atual chefe do PARNA SC pelo ICMBIO:

O Parque hoje é um instrumento vital para as pessoas aqui da comunidade. Acho que ninguém consegue se ver mais sem o Parque, digamos assim. Existem as mágoas, existe aquele processo de desapropriação, já se falou muito sobre isso. Mas hoje a percepção que eu tenho é assim: daqui para frente o que podemos fazer juntos, o que podemos fazer junto com o Parque para que a gente fique bem e para que o Parque fique bem. Então a questão da preservação já é um discurso muito consolidado pela Comunidade (RODRIGUES, 2019).<sup>66</sup>

O depoimento da pesquisadora piauiense Maria Conceição Meneses Lage, arqueoquímica e membro da FUMDHAM responsável pelos trabalhos de conservação das pinturas rupestres da Serra da Capivara, ilustra a diversidade das percepções sobre a paisagem da região do PARNA SC, até mesmo a sua, que testemunhou as mudanças no tempo:

Existem muitas diferenças na paisagem da Serra da Capivara quando a conheci em 1983 e atualmente, desde as estradas de acesso como nos aglomerados. Naquela época havia um povoado no interior do Parque o “Zabelê” que foi totalmente desativado na época da instalação do Parque em 1986. Não havia estradas pavimentadas, algumas poucas eram carroçáveis. O acesso aos sítios era feito por meio de trilhas muitas vezes abertas na hora das caminhadas. Os povoados Sítio do Mocó e Barreirinhos não tinham luz elétrica, nem telefone e praticamente não havia homens ao longo de seis meses no ano, pois viajavam para a Bahia em busca de trabalhos. A cidade de Coronel José Dias não existia, era apenas um povoado de São Raimundo Nonato chamado de Várzea Grande, muito diferente do que é hoje. No passado existiam fornos à lenha para fabricação de cal na área do afloramento calcário, chamados localmente de Serrotes, os quais provocavam uma destruição acelerada nas pinturas rupestres desta área

<sup>65</sup> MEDEIROS, Eugênia Vitória e Silva de. Entrevista sobre a Serra da Capivara [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <divamff@gmail.com>, em 30 set. 2019.

<sup>66</sup> RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes, chefe do PARNA SC a partir de nov. 2018. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada em São Raimundo Nonato, na sede do ICMBIO, em 26 nov. 2019.

porque quebravam pedaços das rochas sem o cuidado de ver se tinham pinturas ou não e degradavam também a vegetação porque para cada fornada eram consumidos o equivalente a seis carradas de lenha. Naquela época a fome e carência geral eram muito mais intensas. As pessoas consumiam água de barreiros, que também era usada pelos animais. A situação era muito difícil (LAGE, 2019).<sup>67</sup>

Lage ainda destaca como mais importante na sua percepção do PARNA SC a descoberta dos vestígios e as pesquisas sobre os primeiros habitantes americanos que viveriam em harmonia com a natureza, sem destruí-la e usando somente os recursos essenciais para sua sobrevivência. E enfatiza que essas pesquisas propiciaram novas perspectivas de trabalho e melhoria de qualidade de vida à população vizinha ao PARNA SC, mudando a realidade da região trazida pela água canalizada, luz nos principais municípios, além das universidades públicas (UNIVASF e UESPI) e uma escola técnica (IFPI) com cursos tecnológicos, bacharelados e mestrados, formando pessoas da região para os trabalhos e pesquisas na própria região, o que considera louvável.

No modelo de gestão construído pela FUMDHAM em parceria com agências do Estado, elogiado pelo Comitê do Patrimônio Mundial em 2003, destacam-se dois aspectos essenciais. De um lado, a gestão se baseia na fiscalização intensiva e punitiva no combate às ações predatórias dos recursos naturais e culturais da unidade de conservação integral, defendida por Olmos *et al.* (2001). Associados à fiscalização, são realizados trabalhos de ótima qualidade na conservação e promoção do patrimônio cultural e da biodiversidade. De outro, está a aposta em uma mudança de mentalidade por meio da educação ambiental e patrimonial das gerações mais novas, além da promoção social, com ênfase na promoção do trabalho feminino como forma de sustento das famílias e de combate à violência de gênero.

Os diversos depoimentos expostos neste estudo comprovam que as conquistas sociais e econômicas desse modelo de patrimonialização da área beneficiaram as comunidades de Coronel José Dias e São Raimundo Nonato ao tempo em que se interrompeu um processo acelerado de destruição da biodiversidade e dos sítios arqueológicos. Essa interrupção é admitida por alguns dos antigos moradores do Parque que não receberam indenização e se ressentem do que consideram uma injustiça:

---

<sup>67</sup> LAGE, Maria Conceição Meneses. Entrevista sobre a Serra da Capivara [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <divamff@gmail.com>, em 15 ago. 2019.

Porque quem ficava lá era sujeito. Porque até para gente visitar um defunto que está enterrado lá no cemitério do Zabelê, é com autorização e um guia até lá. Depois não entra. E aí, para que? Então a gente tem que viver é solto, que hoje não tem nem mais bicho preso (DUARTE, 2015, p. 124).<sup>68</sup>

Não tem mais nem bicho preso, quanto mais gente (...) E, para mim, eu vou dizer: hoje, se não tivesse isso aí hoje, que eu já tenho um filho de 16, 17 anos, já tem mulher já, também, é o seguinte, digamos, se fosse tudo liberal, acho que a gente não conhecia um tatu, uma onça, nenhuma coisa e outra, não é? Tudo isso aí, pode passar a conhecer, só basta visitar, não é? Então eu digo que aí, ela... se não fosse ela, acho que estava muito acabado aí (DUARTE, 2015, p. 123-124).<sup>69</sup>

Não, São Raimundo Nonato estava de água abaixo, por causa de que... a coisa mais melhor do mundo é esse parque nacional (...) (DUARTE, 2015, p. 124).<sup>70</sup>

O custo alto dessas conquistas foi a forma de afastamento da população que vivia na área do Parque ou a utilizava como fonte de extrativismo e de cultivo de lavouras, que provocou muitos ressentimentos. E, em consequência, houve grande resistência dessas pessoas para se reaproximarem da área patrimonializada. O modelo de preservação adotado – ao eleger apenas o ser humano pré-histórico, pertencente a um passado distante, como elemento integrante da natureza –, desconsidera a presença e memória dessas pessoas e, principalmente, sua liberdade de transitar pela área sem serem vigiados. Ademais, designa apenas o turismo como atividade econômica para a região, declarando as terras improdutivas para a agricultura e criação de animais, e, desta forma, desconsidera também todo o saber fazer da população rural.

Assim, prevalece a antiga visão segmentada que considera o afastamento do ser humano como necessária à preservação de uma natureza originária e intocada. De acordo com Arruda (1999), o modelo de unidades de conservação brasileira deriva da concepção estadunidense de “áreas protegidas”, do século XIX, adotada para a proteção de áreas selvagens diante do avanço urbano-industrial. Esse modelo se expandiu para a Europa e tornou-se um padrão mundial a partir da década de 1960. Fundamenta-se na ideia de que a dominação da natureza pelo ser humano era inevitável, mas que era possível manter partes do mundo natural intocadas pelo ser humano, [em sua origem, ou seja, antes da intervenção humana,] como “Lugares onde

<sup>68</sup> BARBOSA, Severino Caboclo. Entrevista com sua família concedida a Duarte (2015) no assentamento Lagoa, no Novo Zabelê, em maio de 2011.

<sup>69</sup> BARBOSA, Geraldo Santos, filho de Severino. Entrevista concedida a Duarte (2015) no assentamento Lagoa, no Novo Zabelê, em maio de 2011.

<sup>70</sup> BARBOSA, Severino Caboclo. Entrevista concedida a Duarte (2015) no assentamento Lagoa, no Novo Zabelê, em maio de 2011.



o homem possa reverenciar a natureza intocada, refazer suas energias materiais e espirituais e pesquisar a própria natureza” (ARRUDA, 1999, p. 83).

Ao nomear e separar o ser humano da natureza e inferir nessa operação um conflito inerente entre eles, a conservação tradicional considera as comunidades locais incapazes de estabelecer um manejo equilibrado do seu entorno. Se há ou houve excessos em algumas formas de exploração, isso não pode ser generalizado, nem eternizado. Ao transpor esse modelo para países como o Brasil, ele é aplicado em áreas consideradas isoladas, mas onde habitam comunidades humanas que devem ser afastadas. E suas terras tornam-se um patrimônio visando o benefício “das populações urbanas (turismo ecológico), das futuras gerações, do equilíbrio ecossistêmico necessário à humanidade em geral, da pesquisa científica, mas não das populações locais” (ARRUDA, 1999, p. 83).

Opondo-se à inaptidão das comunidades locais ao manejo equilibrado, Levis (2020) defende que na região Amazônica, as florestas manejadas por povos indígenas, que, às vésperas da chegada do europeu, constituíam pelo menos 8.000000 de pessoas, integram a natureza “selvagem” que temos hoje:

Essas pessoas moldaram a região. Modificaram os solos, e sua fertilidade foi aumentada, ampliando a distribuição de plantas que demandam nutrientes. As espécies de plantas com maior utilidade foram selecionadas, dispersas e propagadas enquanto as plantas indesejadas foram filtradas. Povos indígenas domesticaram em certo grau centenas de espécies, incluindo cultivos que permanecem importantes até hoje, como a castanha-do-pará, açaí, mandioca, milho, pimenta, arroz e cacau. Essa “floresta virgem” seria muito diferente sem a presença dos povos indígenas (LEVIS, 2 out. 2020).

A autora expõe sua opinião em artigo publicado no New York Times, que destaca no subtítulo “A árvore-avó”, referência a uma exuberante samaúna encontrada longe do rio Amazonas, mas em área habitada e cultivada por séculos, o que teria criado as condições para o seu crescimento. Então, ela coloca como grande questão: “Como a Amazônia tem sustentado florestas tão diversas depois de milhares de anos de uso humano da terra?” (LEVIS, 2 out. 2020).

A visão contemporânea reconhece a presença do ser humano como elemento da paisagem ou da sua formação. A partir de 1992, a paisagem passa ser objeto da patrimonialização em políticas públicas internacionais e, em 2009, nacional. Essas políticas serão tratadas no próximo capítulo. A partir de demanda da própria população, essa visão exerce alguma influência nas ações e projetos relacionados ao parque. Ações e projetos que incorporam, aos poucos, os pressupostos do ser

humano como elemento da natureza. Assim, numa espécie de combinação híbrida entre as duas concepções de preservação, surgiram os projetos educacionais da FUMDHAM. A fala de Anne Marie Pessis, que fecha o presente capítulo dedicado à história e percepções da patrimonialização da Serra da Capivara, denota essa visão:

Nós chegávamos, íamos, naturalmente, cuidar dos bichinhos. Um dia, andando pelo parque, uma pessoa parava. Sabe quando param o carro para... com o tatu, pegando pelo rabo para vender? Você mata, enfim, há todo um desequilíbrio. E hoje, também existe o fato de que ele mata outros bichos, come sobretudo cupim. Então eu ia com a Niéde, a Niéde parou o carro e comprou o tatu, como fazíamos sempre. Ele disse: "O que você vai fazer com o tatu?" ela disse "Vou um pouco mais longe de onde você está e vou largar o tatu novamente". E "empezou" um diálogo entre eles. E ele disse: "Por que a doutora não faz a mesma coisa com nossas crianças? Cria as condições para que nossas crianças possam viver aqui com condições?" A mortalidade infantil era elevada... E assim começou. Voltamos, fomos pôr o tatu onde tinha que estar, e ela teve essa ideia de iniciar esse trabalho, que não se pode fazer em 2 anos. Não é só o projeto de um governo, é uma sucessão de anos. Você tem que atingir diversas gerações (DUARTE, 2015, p. 172).<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup> PESSIS. Anne Marie. Entrevista concedida a Duarte (2015), no Piauí, em maio de 2011.

## 4 O ENCONTRO DAS DISCIPLINAS NA PAISAGEM

### 4.1 A PAISAGEM NAS DISCIPLINAS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO

A proeminência da questão ambiental tem revigorado os estudos sobre paisagem no Brasil e no Exterior. O interesse atual na paisagem e outros conceitos similares, tais como *natureza*, *espaço*, *meio ambiente*, inserem-se num contexto histórico que valoriza a preservação dos recursos e paisagens do Planeta. Esse contexto apresenta uma dinâmica global entre lembrança e esquecimento, evidência e ocultamento (CAUQUELIN, 2007).

A paisagem, segundo estudiosos, tem um caráter polissêmico. Meneses (2002) alerta que a polissemia e a flexibilidade no uso do termo colocam o risco de banalização e desistoricização do conceito. A sua percepção como herança da relação entre o ser humano e a natureza a coloca indubitavelmente numa perspectiva histórica, como consideram vários pesquisadores (SANTOS, 2006; CORBIN, 2001; AB' SABER, 2003, TILLEY, 1994). “As paisagens são históricas e determinadas por uma série de particularidades culturais locais” (CORRÊA, 2012, p. 60).

Em decorrência de sua polissemia, dificilmente poderíamos estudá-la em qualquer recorte territorial, como é o nosso caso, se não recorrêssemos a um prisma de abordagens e a considerasse em sua historicidade. Evidentemente, a discussão da paisagem na disciplina geográfica, na qual a noção se estruturou e se tornou conceito-chave (RIBEIRO, 2007), iniciou o encontro das disciplinas na paisagem.

A patrimonialização compareceu com particular influência no prisma de abordagens da paisagem da Serra da Capivara à medida que a tornou objeto de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural e natural. Também já foi destacado que os sítios arqueológicos, principais vetores da patrimonialização da Serra da Capivara, são indissociáveis de sua paisagem, como elemento integrador. Portanto, tornou-se essencial discutir a forma como essas duas tipologias de patrimônio – paisagem e bem arqueológico – foram tratadas enquanto objeto de tutela internacional e pelo Estado brasileiro.

Os bens arqueológicos e os paisagísticos estiveram presentes no momento inicial da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, em 1937, com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a

promulgação do decreto-lei 25/37. O interesse institucional por esses patrimônios se manifestou inicialmente pela criação do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, junto a outros três livros do tomo - Histórico, Artístico e das Artes Aplicadas.

O trabalho impunha a superação de grandes desafios temáticos, logísticos, territoriais e jurídicos. Originalmente, a proteção da paisagem foi associada às artes arqueológica, ameríndia e popular, mediante a inscrição nesse livro, designado por Mário de Andrade apenas Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico. Mas a prática da proteção seguiu um caminho diverso daquele traçado por seu idealizador (RIBEIRO, 2007).

Os bens paisagísticos adquiriam autonomia na definição dada pelo Decreto Lei 25/37. Ambos os bens, arqueológicos e paisagísticos, foram abordados separadamente pelo órgão federal responsável pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Durante as primeiras décadas de trabalhos do IPHAN, os dois patrimônios não obtiveram a mesma forma de atribuição de valor e de proteção pelo poder público, e, por conseguinte, a mesma dimensão que outros bens adquiriram como representantes do patrimônio histórico e artístico nacional e da identidade brasileira pelo instituto do tombamento.

Por um lado, o interesse econômico na exploração mineral de sítios arqueológicos apontou a necessidade de sua proteção. Por outro, o interesse científico na exploração desses sítios apontou as dificuldades de adequação do tombamento à sua proteção. O tombamento impede a destruição e mutilação da coisa protegida e a pesquisa arqueológica pressupõe intervenções profundas sobre ela. Essa justaposição de interesses comuns e contraditórios, quanto aos objetivos e efeitos sobre os sítios arqueológicos, levou à elaboração da lei específica 3924/61 que “dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos” (IPHAN, 1961, p. 1). Para a sua elaboração e aplicação o IPHAN contou com o apoio de outras instituições.

O patrimônio natural e paisagístico contou paralelamente com uma política ambiental voltada à criação de áreas protegidas, iniciada também na década de 1930.

No âmbito internacional, a UNESCO inseriu o conceito de paisagem cultural, inspirado pela Geografia Cultural, na política multilateral de patrimônio. A paisagem cultural passou a integrar, a partir de 1992, uma tipologia de patrimônio cultural na Convenção do Patrimônio Mundial, instituída 20 anos antes, em 1972. Ela também se

tornou objeto de política pública com o objetivo da promoção de qualidade de vida dos cidadãos europeus por meio da Convenção Europeia da Paisagem (CEP).

A paisagem não figurou entre as prioridades estabelecidas pelos intelectuais modernistas à frente da política de patrimônio cultural no Brasil. Ela nasceu junto à criação do IPHAN e do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, instituído pelo Decreto-Lei 25/37. Mas permaneceu muito tempo abordada secundariamente como objeto da proteção do patrimônio cultural e sob a alçada da política ambiental devido à complexidade conceitual e dificuldades de implementar as práticas de proteção requeridas. Em 2009, passou a ser objeto da patrimonialização através da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira (CPCB), influenciada pelas experiências internacionais.

A abordagem de como a paisagem se tornou uma metodologia de trabalho da disciplina arqueológica e de alguns aspectos teóricos e metodológicos das pesquisas na Serra da Capivara visou estruturar o argumento de que diferentes noções da paisagem foram usadas como estratégias para a sua múltipla proteção.

A preocupação com o equilíbrio ecológico dos ecossistemas do Planeta foi, entre outras, causa da instituição da paisagem como objeto de proteção pela UNESCO. Ela teve também íntima relação com a criação do Parque Nacional Serra da Capivara. As questões relativas à patrimonialização da natureza são discutidas no tópico intitulado “Norma Ambiental na Política de Estado”.

A partir da segunda metade do século XX, as condições para o desenvolvimento da disciplina Ecologia da Paisagem estavam formadas. A constatação da crescente degradação das paisagens do Planeta, da finitude dos recursos naturais e da necessidade de preservação da diversidade biológica sintetiza essas condições. O arcabouço teórico e prático da disciplina é aplicável no ordenamento territorial das paisagens, no manejo dos recursos naturais e na conservação da diversidade biológica. Ele influenciou as políticas de paisagem adotadas no Brasil e no âmbito internacional ao fornecer a base para o estudo dos processos ecológicos e da interação do ser humano com o seu meio ambiente.

#### 4.1.1 A paisagem na Geografia

No século XIX, a paisagem, designada *landschaft*, foi um conceito-chave para a sistematização da ciência geográfica pelo naturalista alemão Alexander Von Humboldt. O termo paisagem, que em sua formação em várias línguas ocidentais indica relação entre natureza e sociedade, havia surgido durante o renascimento europeu relacionado a um tipo de pintura. Posteriormente, o termo foi relacionado a um tipo de descrição literária, ao teatro, a jardins e à concepção de parques, antes de ser capturado como categoria científica (COSGROVE, 1998). O objetivo era estudar o caráter total de uma porção da Terra, cuja análise valorizava o conjunto dos elementos naturais e ressaltava sua dimensão estética. Para o surgimento da paisagem, foi necessária uma ruptura com a natureza, a separação do sentimento de unidade da natureza em sua totalidade, que ocorria até a Idade Média (SIMMEL, 1986; CAUQUELIN, 2007).

Nos Estados Unidos, Carl Sauer, da escola de Berkeley, consolidou a Geografia Cultural iniciada na Alemanha com Humboldt. Ele publicou a obra *The Morphology of Landscape* em 1925, na qual apresenta um programa para a Geografia tendo a paisagem como conceito central. Apesar de reconhecer a paisagem como expressão da cultura humana, sua abordagem considerava apenas a análise da sua morfologia. Era impossível a investigação científica de seus aspectos simbólicos, tidos como incomensuráveis. Sauer trabalhou com a variável tempo e com a dimensão espacial, revelando influência do darwinismo ao considerar as qualidades orgânicas da paisagem em seus estágios evolutivos (RIBEIRO, 2007). Nessa obra, o autor fala em paisagem cultural como forma de superar o dualismo de abordagens estabelecido entre ciências físicas e ciências humanas (PAES, 2017).

O conceito de paisagem cultural, criado pela Geografia Cultural Tradicional, representada por Sauer e seus adeptos, passou por um período de refutação. Prevalceu então uma perspectiva racionalista nas análises geográficas cujo foco era a dimensão material dos objetos de estudo. Nessa perspectiva, preponderavam outros conceitos como território, espaço e região. A paisagem cultural foi retomada novamente pela corrente humanista da Geografia, iniciada na década de 1960, que trabalhava com a subjetividade na pesquisa, e, a partir de 1980, pela Nova Geografia Cultural. Na Nova Geografia Cultural, os elementos materiais, exclusivamente eleitos como objeto de estudo pela anterior racionalidade científica, associaram-se a

elementos simbólicos e intangíveis em diálogo com outras ciências (MELO, 2017; RIBEIRO, 2007).

Os geógrafos humanistas, com base na fenomenologia e no existencialismo, conceberam a apreensão da paisagem em sua totalidade, de maneira holística, sendo os fenômenos e os objetos percebidos de forma simultânea pelos indivíduos. De acordo com a proposta de Tuan (1980), a paisagem se insere no sistema de valores humanos e estabelece relação entre percepção e atitude. Ele destaca a estética da paisagem como uma criação simbólica. Em 1980, a Nova Geografia Cultural, ao se afirmar como subcampo da Geografia, fez críticas às suas formulações. Contudo, a Geografia Humanista influenciou a renovação dessa nova corrente ao incorporar a simbologia da paisagem (MELO, 2017; RIBEIRO, 2007).

Para Cosgrove (1998), um dos expoentes da nova corrente, a Nova Geografia Cultural considera a paisagem um texto cultural, mas um texto de muitas dimensões e com múltiplas possibilidades de leituras simultâneas. Segundo o geógrafo inglês, “a paisagem, de fato, é uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, uma unidade visual” (COSGROVE, 1998, p. 223). Embora ela possua sua especificidade histórica, só pode ser entendida como parte da amplitude histórica da economia e da sociedade (RIBEIRO, 2007).

A paisagem implica em uma maneira de ver o mundo como uma racionalidade ordenada, uma criação que possui ordem, designação e harmonia. A estrutura e o mecanismo dessa criação são percebidos pelo olhar do ser humano e lhe servem de guias para suas intervenções e aperfeiçoamento do meio ambiente.

Assim, paisagem é um conceito unicamente valioso para uma geografia efetivamente humana. Ao contrário do conceito de *lugar*, lembra-nos sobre a nossa posição no esquema da natureza. Ao contrário de *meio ambiente* ou *espaço*, lembra-nos que apenas por meio da consciência e da razão humanas esse esquema é conhecido por nós, e somente através da técnica podemos participar dela como seres humanos. Ao mesmo tempo, paisagem lembra-nos que a geografia está em toda parte, que é uma fonte constante de beleza e feiura, de acertos e erros, de alegria e sofrimento, tanto quanto é de ganhos e perdas (COSGROVE, 1998, p. 224).

A abordagem da paisagem por Cosgrove, segundo Melo (2017), baseia-se no materialismo histórico dialético. Ela faz uma aproximação interdisciplinar com o campo dos Estudos Culturais. O significado simbólico da paisagem é considerado produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo ser humano, de acordo com uma consciência atrelada à sua cultura. Esse significado surge associado ao contexto histórico das relações humanas, porém afastado do determinismo cultural. A cultura,

ao tempo em que determina a consciência e as práticas humanas, é determinada por elas e sua reprodução expressa e mantém as relações de poder.

Cosgrove (1998), ao criar modelos inteligíveis da paisagem, fala em culturas dominantes e alternativas. Observa que as culturas dominantes ou hegemônicas se sobressaem sobre as alternativas, mas uma mudança de escala de observação pode subverter essa hierarquia. Foi o que ocorreu, a respeito da Serra da Capivara, com o olhar dos arqueólogos sobre a cultura dos povos nativos muito antigos, que, alternativa até os anos 1970, transformou-se em dominante a partir da criação do PARNA SC. “Apesar de a ligação entre o símbolo e o que ele representa (seu referente) poder parecer muito tênue” (COSGROVE, 1998, p. 227), todas as paisagens são simbólicas por serem “o produto da apropriação e da transformação do meio ambiente pelo homem” (COSGROVE, 1998, p. 228). O simbolismo pode ser lido mais facilmente em paisagens mais elaboradas, como cidades, parques e jardins, representação da paisagem na pintura e outras artes. Mas ele é percebido até mesmo nas paisagens do meio ambiente natural, que sofreram menos intervenções humanas.

Ainda sobre as culturas alternativas, Cosgrove as divide em residuais, emergentes e excluídas. A cultura residual e a excluída possuem particular interesse para nossa pesquisa. A residual cria a paisagem relíquia, exemplificada pelo complexo de pinturas rupestres da Serra da Capivara, que são pistas, mas de difícil recuperação do seu significado, como foi ressaltado por pesquisadores referidos no Capítulo 2. A interpretação dos diversos conjuntos dessas pinturas depende do conhecimento da “linguagem” empregada, ou seja, dos símbolos e de seus significados na cultura que os produziu (COSGROVE, 1998), desaparecida há milênios.

Na verdade, para o geógrafo inglês, a interpretação que fazemos revela também sobre nossas crenças e valores. No PARNA SC, particularmente na Serra Branca, a cultura dos maniçobeiros permaneceu muito tempo excluída de todos os olhares, da sociedade e dos diversos âmbitos e setores das atuais políticas públicas. Excluída inclusive das políticas patrimoniais com pretensões mais inclusivas, até ser valorizada pela pesquisa histórica *Catingueiros da Borracha* (OLIVEIRA, 2001), citada nos dois primeiros capítulos.

Holzer (2004) observa que o conceito de paisagem ressurgiu na geografia francesa na década de 1970 por meio de diversas concepções teóricas: a marxista, a da Geografia das Representações e a da Geografia Cultural. A marxista concebe a paisagem como espetáculo, cuja ênfase nos elementos visuais permite a análise de



sua mercantilização. Essa concepção, no entanto, apresenta problemas de visibilidade e mascaramento dos espaços, segundo o ponto de vista ou campo de visão.

A concepção da Geografia das Representações questiona se seu estudo deve se ater à realidade material (Positivismo) ou compreendê-la pelas forças da subjetividade (Fenomenologia). Propõe então uma metodologia que contemple a subjetividade e, através dela, evidencie os grupos de semelhanças existenciais que criam a paisagem. Dessa forma, a paisagem é formada por elementos simbólicos e materiais, por relações caracterizadas pela geometria, topologia, projeção, temporalidade e simbolismo, segundo a definição de teóricos da linha comportamental norte-americana (BAILLY, RAFFESTIN e REYMOND, 1980 apud HOLZER, 2004).

Na mesma linha, mas ligados à renovação da Geografia Cultural, encontram-se Michel Collot e Augustin Berque. Para Collot (2013), com sua noção de paisagem como aspecto visível e perceptível do espaço, um ambiente só se torna paisagem quando é percebido por um sujeito; é por meio da experiência da paisagem que o observador estabelece relação com uma região. Nosso ambiente estrutura-se numa paisagem, “é uma paisagem em potência” (COLLOT, 2013, p. 21), mesmo que se tenha ciência ou representação dela somente em algumas culturas.

Berque, inspirado na cultura oriental, elaborou os conceitos de paisagem marca e paisagem matriz a partir da relação ser humano/meio (HOLZER, 2004). Nas palavras de Berque: “A paisagem é uma marca, porque exprime uma civilização, mas é também matriz, porque participa de esquemas de percepção, de concepção e de ação – isto é, da cultura [...]” (BERQUE, 1998, p. 84). Assim, a abordagem cultural da paisagem se fundamenta nas relações entre objetividade, subjetividade, materialidade, representação e imaginário coletivo. A paisagem vista como marca é passível de análises descritivas, quantitativas ou classificatórias, sem recorrer à subjetividade ou extrapolação filosófica, enquanto a matriz é a expressão do significado social e da dinâmica da cultura, revelando as relações socioespaciais (PAES, 2017).

Além da elaboração desses dois conceitos e da diferença entre a abordagem paisagística e a morfologia do ambiente, abordados no Capítulo 1, Holzer (2004) também destaca em Berque a insistência em observar que somos uma civilização paisagística e que existem civilizações sem paisagem. Nessas civilizações sem paisagem não há palavras que a designem ou imagens que a representem, tampouco

práticas que comprovem sua apreciação. Isso não significa, no entanto, que não teriam critérios próprios para a apropriação do ambiente, de acordo com sua cultura. Há um substrato ou denominador comum, designado “proto-paisagem”, elaborado de acordo com a sensibilidade, conceitos e categorias de cada cultura.

Finalmente, chegamos ao geógrafo francês Claval (2004), que distingue dois tipos de leitura sobre a paisagem. A leitura proporcionada pelo olhar horizontal ou oblíquo é acessível a todos que por ela passam. A leitura do olhar vertical é feita por outros procedimentos, frequentemente usados pelos geógrafos, cartógrafos, planejadores e empreendedores, tais como fotos aéreas, mapas, planos cadastrais etc. A primeira visão, baseada na sensibilidade e percepção, resulta do ponto de vista individual e subjetivo, sendo, geralmente, rica em detalhes. A racionalidade da visão vertical, ao tempo em que perde em detalhe e percepção, amplia nosso entendimento acerca dos arranjos socioespaciais, dos contextos políticos, sociais e econômicos e de ideologias hegemônicas presentes nas paisagens (PAES, 2017).

As percepções apontadas no Capítulo 3 desta pesquisa fazem parte da primeira visão horizontal ou oblíqua. São as percepções do cientista, do poeta, do maníobreiro, do guarda-parque, do guia turístico, do agente governamental, do habitante da região. Os diversos mapas ilustrativos, além da criação e delimitação do próprio PARNA SC, presentes em outros três capítulos desta tese, são exemplos da visão vertical da paisagem.

No Brasil, dois geógrafos importantes tratam da paisagem, Aziz Ab’Saber e Milton Santos, de acordo com algumas particularidades. Ab’Saber (2003) parte de uma preocupação ecológica que a concebe como herança dos processos fisiológicos e biológicos. Entretanto, leva em conta a participação humana em sua formação história e na sua dinâmica, que se reflete em sua opinião contrária à transposição do rio São Francisco a fim de proteger o modo de vida das populações ribeirinhas (AB’SABER, 2005). O geógrafo brasileiro se insere na tradição ecológica de conceber a paisagem como herança dos processos naturais dinâmicos do passado, com ênfase na morfologia, mas também a concebe como herança de processos de moldagem pelo ser humano. A paisagem possui, portanto, uma dinâmica constante de moldagem, seja pela natureza seja pela ação humana. Preocupado com a conservação e uso racional das nossas heranças ecológicas e paisagísticas, trata o território brasileiro como um mosaico representativo das paisagens brasileiras. Essa preocupação o fez contribuir com a instrução do processo de tombamento da Serra

do Mar pelo Estado de São Paulo (AB'SABER, 1986) e a participar de uma mesa redonda promovida pelo Iphan em 1987 (AB'SABER, 1987) sobre a preservação do patrimônio natural.

Santos (2006) concebe a paisagem no domínio do visível, se inserindo numa tradição estética que valoriza a sua percepção principalmente pelo sentido da visão. Ele a define como uma parte da configuração do território que pode ser vista; ela é o que “a vista abarca”, enfatizando seus aspectos morfológicos do passado e do presente. Ele também a concebe como herança, mas sua definição considera principalmente a participação humana na sua moldagem. O geógrafo contrapõe a noção de paisagem à noção de espaço, ao qual atribui um caráter mais dinâmico e atual. A paisagem, por sua vez, é considerada um acúmulo da intervenção humana no ambiente:

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima (SANTOS, 2006, p. 66).

A noção de paisagem de Milton Santos é desvalorizada em função da noção de espaço, pois apesar da sua historicidade presente no conjunto de testemunhos de intervenções humanas de diversas temporalidades, nega-lhe a função social atual, que é atribuída ao espaço.

Na presente pesquisa adotamos a definição de paisagem de Michel Collot, que a concebe como espaço vivido, percebido, experimentado, mas estivemos atenta a outras contribuições, de geógrafos e outros cientistas sociais, que enfatizam a história e a cultura na percepção da paisagem: Tuan (1980), Tiley (1994), Berque(1995), Corbin (2001), Cosgrove (1976), Sansot (2009), Cauquelin (2007), Santos (2006), Marc Besse (2014). A percepção, para esses autores, tem relação direta com a definição da paisagem.

#### 4.2 A PATRIMONIALIZAÇÃO DA PAISAGEM NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Até a década de 1990, a paisagem presente no campo do patrimônio cultural desempenhava um papel secundário ou de pano de fundo em relação a outro bem principal ou limitada a seus aspectos estéticos de monumento natural (RIBEIRO, 2007; FIGUEIREDO, 2014).

As cartas patrimoniais<sup>72</sup> refletem esse papel da paisagem ao tratarem dos entornos dos bens protegidos, de sua visibilidade e ambiência e de seu caráter e beleza. Há, no Quadro 1 abaixo, uma síntese das alusões à paisagem nos documentos internacionais até a década de 1990.

Quadro 1 - Síntese das alusões à paisagem nos documentos internacionais até a década de 1990

<b>Documento/local</b>	<b>Ano / Organismo</b>	<b>Conteúdo alusivo à paisagem</b>
Carta de Atenas	1931/ CIAM	Destaca o entorno, a visibilidade, com preocupação central na ambiência de um determinado bem e na preservação das perspectivas pitorescas.
Convenção de Washington	1940/ União Pan-americana/OEA	Proteção da flora, da fauna e das belezas panorâmicas naturais dos países da América. Recomenda a proteção da paisagem concebida com ênfase nos aspectos naturais e de beleza rara.
Recomendação de Paris	1962/ UNESCO	Trata da salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios e considera pela primeira vez os sítios históricos inseridos no meio ambiente, aptos de inclusão no planejamento territorial.
Carta de Veneza	1964/ ICOMOS	Amplia a noção de monumento para sítio urbano ou rural e redefine sua relação com o entorno envolvente ao enunciar que o monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho.
Normas de Quito	1967/ OEA	Enfatiza o uso turístico dos conjuntos monumentais como forma de sua sustentabilidade econômica. Refere-se à paisagem ao definir as medidas legais de zoneamento e institui a zona de proteção da paisagem urbana, adjacente ao núcleo histórico, com vistas à sua integração à natureza circundante, onde devem ser controladas as relações volumétricas, o uso e a densidade de ocupação.
Recomendação de Nairóbi	1976/UNESCO	Relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Define a ideia de ambiência como o quadro ao redor do conjunto, participe da sua percepção. Considera os conjuntos históricos e sua ambiência inseparáveis, como um todo.
Carta de Florença	1981/ ICOMOS	Lida com jardins históricos e considera seus valores históricos e artísticos credenciais para sua categorização monumental.
Carta de Washington	1986/ ICOMOS	Inclui como valores a preservar as relações da cidade com seu entorno natural ou agenciado pelo ser humano, mas trata a paisagem como secundária e pano de fundo.

Fonte: CARTAS PATRIMONIAIS (2000). Figueiredo (2014).

<sup>72</sup> Ver CARTAS PATRIMONIAIS. Isabelle Cury (Org.). IPHAN, 3. ed., 2000. 383 p. Disponível em: <<https://portal.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=17575&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>.

Esses documentos, segundo os autores supracitados, não deixam de valorizar a paisagem, mas o fazem sob uma visão dual e como complemento de um bem de maior valor. Na década de 1990, a institucionalização da paisagem como patrimônio rompeu com esse seu papel anterior. Ela se torna o foco da preservação, e se valorizam todas as suas inter-relações, principalmente entre o ser humano e o meio natural.

A partir de então, o estudo e a aplicação do conceito da paisagem cultural no campo do patrimônio, a despeito de sua complexidade e ambiguidade, vêm sendo utilizados em diversas partes do mundo. Assim o fez o *English Heritage*, em 1992, com o *Programa de Caracterização das Paisagens Históricas*, que usa o georreferenciamento para produzir uma descrição da dimensão histórica das paisagens rurais da Inglaterra, constituindo uma importante ferramenta para seu manejo. Outro exemplo é o do *National Park Service* dos Estados Unidos, que possui tradição de proteger a natureza. Também, em 1992, esse organismo estadunidense emitiu diretrizes de intervenção nas paisagens culturais baseadas em critérios desenvolvidos anteriormente, distinguindo-as em diretrizes de preservação, restauração e revitalização. “A tarefa não é fácil, já que não se limita à *dimensão estética*, devendo envolver simultaneamente a *dimensão funcional* e a *dimensão ecológica* dessas paisagens” (CASTRIOTA, 2017, p. 23).

No contexto patrimonial, a Convenção do Patrimônio Mundial e a Convenção Europeia da Paisagem destacam-se por seu poder de influência no Brasil. Elas são discutidas particularmente nos tópicos a seguir.

#### **4.2.1 A paisagem cultural na Convenção do Patrimônio Mundial**

As paisagens culturais são definidas no guia operacional para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial da seguinte forma:

As paisagens culturais inscritas na Lista do Patrimônio Mundial são bens culturais e representam as “obras conjugadas do homem e da natureza” a que se refere o artigo 1º da *Convenção*. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e interna (UNESCO, 2021, p. 22, tradução nossa)

Em dezembro de 1992, a noção de paisagem cultural foi incluída como uma tipologia da categoria de patrimônio cultural na Convenção sobre a Proteção do

Patrimônio Cultural e Natural. A inclusão se deu nos Estados Unidos durante a 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, organização responsável pela prática da Convenção.

A visão bipartida<sup>73</sup> entre as definições das categorias de patrimônio cultural e patrimônio natural predominava na Convenção, instituída em 1972. De acordo com Scifoni (2008), a convenção consagrou internacionalmente a noção de patrimônio natural com enfoque de monumento e predomínio do seu valor estético. Outro documento operacional, estabelecido pelo Comitê do Patrimônio Mundial, adotava seis critérios culturais e quatro naturais distintos para a avaliação do valor universal excepcional e inclusão dos bens na Lista do Patrimônio Mundial. Depois, esses critérios foram fundidos em dez (OPERATIONAL GUIDELINES, 2019, p. 25-26) (Quadro 2).

Posteriormente, em 1979, foi admitida a inclusão de bens como patrimônio misto, fundamentada nos dois critérios isoladamente: ou seja, a integração entre eles não é valorada. Essa visão prevalente de separação entre o patrimônio cultural e natural refletia o contexto histórico do seu estabelecimento. De um lado, distinguia-se uma visão europeia de preservação cultural, e, de outro, uma visão americana de conservação da natureza, com a apropriação do conceito por diferentes áreas e objetivos diversos. A postura dos conservacionistas da natureza cultuava a não interferência humana no ambiente. Ela se contrapunha à postura dos postulantes dos sítios culturais como patrimônio mundial, geralmente cientistas das áreas humanas e sociais, que os viam como monumentos isolados a serem destacados (FOWLER, 2003).

---

<sup>73</sup> Ver Recomendação Paris, 1972 (2000):

Definições de patrimônio cultural: - *os monumentos*: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da História, da Arte ou da Ciência; - *os conjuntos*: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional dos pontos de vista da História, da Arte ou da Ciência; - *os sítios*: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, valor universal excepcional dos pontos de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Definições de patrimônio natural: - os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético e científico; - as formações geológicas e isográficas e as zonas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; - os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da Ciência, da conservação ou da beleza natural (RECOMENDAÇÃO PARIS, 2000).

Quadro 2 - Critérios do Comitê do Patrimônio Mundial para avaliação do valor universal excepcional

<b>Culturais</b>	(i) representar uma obra-prima do gênio criativo humano;
	(ii) exibir um intercâmbio importante de valores humanos, ao longo de um período de tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, nos desenvolvimentos de arquitetura ou tecnologia, artes monumentais, planejamento urbano ou paisagismo;
	(iii) constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
	(iv) ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade;
	(v) constituir um exemplo excepcional de <i>habitat</i> ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que se tenham tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis;
	(vi) estar associado diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional. (O Comitê considera que esse critério deve ser utilizado preferencialmente em conjunto com outros critérios);
<b>Naturais</b>	(vii) conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de excepcional beleza e importância estética;
	(viii) ser exemplo excepcional representativo dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos;
	(ix) ser exemplo excepcional que represente processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais;
	(x) conter os <i>habitats</i> naturais mais importantes e mais representativos para a conservação <i>in situ</i> da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Fonte: UNESCO, 2021, p. 29-30, tradução nossa).

No entanto, a categoria de patrimônio misto não obteve sucesso entre os Estados signatários da Convenção (39). Ela acompanha a tendência de menor participação do patrimônio natural (213) no universo dos bens nomeados como patrimônio mundial (1121), como mostra a Tabela 3.

Por meio dessa tabela, observa-se o absoluto eurocentrismo que resulta da disputa política e econômica que a Lista do Patrimônio Mundial representa (RIBEIRO, 2007; 2017; SCIFONI, 2008), e que o advento da paisagem cultural não conseguiu superar. Além da disputa pelo mercado turístico, o peso da desigualdade pode ser creditado também ao fervor do europeu pelo culto ao passado. Os europeus percebem

os bens mediante a perspectiva da sua perda e, por conseguinte, da perda de sentido de sua própria continuidade (JEUDY, 2005; SCIFONI, 2008; PEREIRA, 2018).

Tabela 3 - Number of World Heritage Properties by Region

Regions	Cultural	Natural	Mixed	Total	%	States Parties with inscribed properties
Latin America and the Caribbean	96	38	8	142	12.67%	28
Europe and North America	453	65	11	529 *	47.19%	50
Asia and the Pacific	189	67	12	268 **	23.91%	36
Arab States	78	5	3	86	7.67%	18
Africa	53	38	5	96	8.56%	35
<b>Total</b>	<b>869</b>	<b>213</b>	<b>39</b>	<b>1121</b>	<b>100%</b>	<b>167</b>

Fonte: UNESCO, 2020.<sup>74</sup>

\* The property "The Architectural Work of Le Corbusier, an Outstanding Contribution to the Modern Movement" (Argentina, Belgium, France, Germany, India, Japan, Switzerland) is a trans-regional property located in Europe, Asia and the Pacific and Latin America and the Caribbean region. It is counted here in the Europe and North America.

\*\* The properties "Uvs Nuur Basin" and "Landscapes of Dauria" (Mongolia, Russian Federation) are trans-regional properties located in Europe and Asia and the Pacific region. They are counted here in the Asia and the Pacific region.

Em 1991, a Serra da Capivara foi admitida na Lista do Patrimônio Mundial, durante a 15ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Cartago, na Tunísia. No relatório dessa sessão, cuja cópia faz parte do processo do seu tombamento, está presente a discussão para a inclusão do critério da paisagem cultural na Convenção, iniciada entre os especialistas na década anterior. A paisagem cultural é abordada no tópico "Revisão das diretrizes para orientar a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial", entre os itens 52 e 65 desse relatório. No item 61, o relato da opinião do representante da União Nacional para a Conservação da Natureza (IUCN), instada pelo Comitê, revela a disputa política entre os especialistas da natureza (IUCN) e os da cultura (ICOMOS), ali representados:

61. O representante da IUCN lembrou o ponto de vista de sua organização. Adicionar esse critério àqueles que governavam sítios culturais teria várias conseqüências para os sítios naturais e, em sua opinião, nem todos os Estados estavam preparados para aceitar os méritos dessa adição. Isso acentuaria o desequilíbrio existente em favor dos sítios culturais, que já representam três quartos dos locais registrados. A disparidade na distribuição seria agravada pelo fato de nenhum Estado não europeu defender a necessidade de levar em consideração as paisagens culturais. No entanto,

<sup>74</sup> Disponível em: <<http://whc.UNESCO.org/en/list/stat>>. Acesso em: 16 jun. 2020.



essa questão será discutida no próximo Congresso Mundial de Parques Nacionais, em fevereiro de 1992<sup>75</sup> (IPHAN, 1992c, p. 27. Tradução nossa).

No item 62, um membro do Comitê, diante das reticências da IUCN quanto à elaboração desse tipo de critério e as reservas do ICOMOS a esse olhar, questiona se o Comitê não deveria se dirigir a uma outra organização a fim de resolver a questão. O ICOMOS já se manifestara, no item 60, destacando que, diante do trabalho realizado junto ao Secretariado do Comitê, considerava prematura a adoção da paisagem cultural. Faltava uma definição do conceito e uma filosofia de conservação específica para esse tipo de sítio.

Outros membros do Comitê se pronunciaram, nos itens 63 e 64, lembrando que se deveria levar em conta o critério da universalidade que caracteriza o espírito da Convenção. Merece destaque o item 65, quanto às providências recomendadas, diante dessas observações (IPHAN, 1992c):

65. O Comitê decidiu que, com base principalmente na experiência do Programa Homem e Biosfera (MAB), a Secretaria [a Divisão de Ciências Ecológicas e a Divisão de Patrimônio Físico] deveria continuar trabalhando para refinar a definição de critérios específicos para paisagens culturais, em colaboração com a IUCN e o ICOMOS em associação com outros parceiros competentes nesse campo, como a Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas<sup>76</sup> (IFLA) (IPHAN, 1992c, p. 27).

A visão europeia prevaleceu com a contribuição dos representantes da conservação socioambiental. Essa visão defende a conservação da natureza através da manutenção e valorização das culturas tradicionais. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92 ou Rio 92, realizada em junho desse ano, provavelmente contribuiu para o predomínio dessa abordagem.

Entretanto, na visão de preservacionistas da natureza tradicionais (OLMOS *et al.*, 2001), a Eco-92 transformou-se num circo sem resultados efetivos. As questões ambientais – como o enfretamento da crise da biodiversidade, das mudanças

---

<sup>75</sup> 61. Le représentant de l'UICN a rappelé le point de vue de son organization. L'adjonction d'un tel critère à ceux qui régissaient les sites culturels entraînerait un certain nombre de conséquences pour les sites naturels et, à son avis, tous les Etats n'étaient pas prêts à admettre le bien-fondé de cette adjonction. Celle-ci accentuerait le déséquilibre existant en faveur des sites culturels, qui représentent déjà trois quarts des sites inscrits. La disparité de répartition serait aggravée par le fait qu'aucun Etat non européen ne défendait la nécessité de prendre en compte les paysages culturels. Toutefois, cette question sera discutée lors du prochain Congrès mondial des Parcs nationaux, en février 1992.

<sup>76</sup> 65. Le Comité a décidé que, en s'appuyant en particulier sur l'expérience du Programme l'Homme et la Biosphère (MAB), le Secrétariat (la Division des sciences écologiques et la Division du patrimoine physique) devrait continuer à travailler pour affiner la définition de critères spécifiques aux paysages culturels, en collaboration avec l'UICN et l'ICOMOS et en y associant d'autres partenaires compétents dans ce domaine, comme la Fédération internationale des architectes paysagistes (IFLA) (IPHAN, 1992c, p. 27).

climáticas, do esgotamento dos recursos, tão importantes para a sobrevivência de qualquer sociedade – foram minimizadas ao se misturarem com outras agendas políticas de caráter social.

Segundo esses autores supracitados, sob o ponto de vista que dissocia a ciência do seu contexto social e político, há uma generalizada confusão entre o que são questões ambientais e “agendas políticas e demandas sociais”. Entre essas últimas, presentes na Eco-92, citam “a contestação do capitalismo e do neoliberalismo, o acesso à propriedade da terra, a viabilidade econômica dos pequenos agricultores e extrativistas, a redistribuição de renda e o reconhecimento dos direitos de minorias” (OLMOS *et al.*, 2001, p. 289).

O preparo da reunião do Comitê do Patrimônio Mundial sobre a paisagem cultural reuniu especialistas de variadas formações, como Arqueologia, História, Ecologia da Paisagem, Geografia, Arquitetura da Paisagem e Planejamento, familiarizados com o tema da paisagem. Esses especialistas, oriundos da Alemanha, Austrália, Canadá, Egito, França, Nova Zelândia, Reino Unido e Sirilanka, encontraram-se em Paris, em outubro de 1992. Eles deveriam discutir os critérios de inclusão da paisagem cultural na lista, que se efetivou em dezembro do mesmo ano. Entre as questões discutidas em Paris, destacaram-se os valores associativos das paisagens e a interdependência entre a proteção da diversidade biológica e a diversidade cultural por meio da paisagem cultural. Rössler (2002, p.10) destaca “[...]a importância de proteger a diversidade biológica através da diversidade cultural dentro das paisagens culturais”,<sup>77</sup> ou seja, a permanência das paisagens culturais tradicionais seria uma garantia de manutenção da biodiversidade. Ficou evidente a influência do movimento ecológico socioambiental na definição dos critérios patrimonializáveis da paisagem.

Paisagens culturais muitas vezes refletem técnicas específicas de uso sustentável da terra, considerando as características e os limites do ambiente natural em que se estabelecem e uma relação espiritual específica com a natureza. Proteção de paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de uso sustentável da terra e pode manter ou aumentar os valores naturais da paisagem. A existência contínua de formas tradicionais do uso da terra apoia a diversidade biológica em muitas regiões do mundo. A proteção das paisagens culturais tradicionais é, portanto, útil na manutenção da

---

<sup>77</sup> “[...] the importance of protecting biological diversity through cultural diversity within cultural landscapes” (RÖSSLER, 2002, p. 10).

diversidade biológica<sup>78</sup> (WORLD HERITAGE CULTURAL LANDSCAPES, 2011, p. 5. Tradução nossa).

A Comissão de especialistas recomendou algumas alterações nos critérios que tornavam elegíveis bens candidatos ao título mundial, adotados pela Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, a fim de acomodar a inclusão da paisagem cultural.<sup>79</sup> Ela foi inserida na Convenção sem criar nova categoria e tampouco substituir a categoria de patrimônio misto, mas como uma tipologia de *patrimônio cultural* admitida em três subdivisões: “paisagem claramente definida”, “paisagem evoluída organicamente” e “paisagem cultural associativa” (Quadro 3). Pôde-se então contemplar as “obras conjugadas do homem e a natureza” sob o mesmo critério de “excepcional valor universal”, previsto no artigo 1º da Convenção (RIBEIRO, 2007).

Quadro 3 - Critérios de enquadramento das paisagens culturais da UNESCO

(i) Paisagem claramente definida ( <i>clearly defined landscape</i> )	A mais facilmente identificável, projetada e criada intencionalmente pelo ser humano. Inclui os jardins e parques construídos por razões estéticas, que são, na maioria das vezes (mas não sempre), associados a conjuntos de edifícios religiosos e monumentais.	
(ii) Paisagem evoluída organicamente ( <i>organically evolved landscape</i> )	Resulta inicialmente de imperativos sociais, econômicos, administrativos e/ou religiosos e desenvolveu sua forma atual por associação e como resposta a seu ambiente natural. Reflete o processo de evolução em suas formas e elementos. Divide-se em duas subtipologias.	Paisagem relíquia ou fóssil ( <i>relict or fóssil landscape</i> )
		Paisagem contínua ( <i>continuing landscape</i> )
(iii) Paisagem cultural associativa ( <i>associative cultural landscape</i> )	A inscrição de tais paisagens na Lista do Patrimônio Mundial é justificável em função das associações religiosas, artísticas e culturais aos elementos naturais, mais do que em função das evidências culturais materiais, que podem ser insignificantes ou até mesmo inexistentes.	

Fonte: UNESCO, (2020a).

A seleção das paisagens culturais a fim de constar na lista do patrimônio mundial, segundo o guia, deve se basear em critérios de excepcionalidade do valor universal e exemplaridade de uma região geocultural claramente definida, destacando

<sup>78</sup> Cultural landscapes often reflect specific techniques of sustainable land-use, considering the characteristics and limits of the natural environment they are established in, and a specific spiritual relation to nature. Protection of cultural landscapes can contribute to modern techniques of sustainable land-use and can maintain or enhance natural values in the landscape. The continued existence of traditional forms of land-use supports biological diversity in many regions of the world. The protection of traditional cultural landscapes is therefore helpful in maintaining biological diversity (WORLD HERITAGE CULTURAL LANDSCAPES, 2011, p. 5).

<sup>79</sup> A inscrição na Lista, além de atender esses critérios, tem que atender outros requisitos, conforme as orientações contidas no Operacional Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention (2019), publicado pelo Comitê do Patrimônio Mundial, disponível no site da UNESCO ou do World Heritage Centre.

tanto seus elementos essenciais quanto os distintos, confirmando-se as diretrizes apontadas na 15ª sessão.

Fowler (2003), ao fazer uma avaliação das paisagens culturais classificadas pela UNESCO até 2002, a pedido do Centro do Patrimônio Mundial, observou que as três tipologias, por lidarem com a natureza da paisagem e serem conceituais, não receberam demanda para mudanças. As maiores demandas das tipologias funcionais, tais como paisagem agrícola, industrial ou urbana, seriam de segunda ordem e poderiam ser acomodadas em algumas das tipologias supracitadas.

A “paisagem claramente definida” é planejada, ligada à tradição do paisagismo e possui objetivos estéticos. Na “paisagem evoluída organicamente”, principalmente a do tipo contínua, é detectável a linha de pensamento de Carl Sauer, que valoriza as transformações da paisagem cultural ao longo do tempo. Ele enfatiza o caráter historicista e evolucionista da paisagem cultural, tratando a cultura de um grupo humano como agente, o ambiente natural como meio, e a paisagem cultural como resultado da inter-relação cultura/natureza (FOWLER, 2003).

Na subdivisão da “paisagem evoluída organicamente” encontra-se a paisagem relíquia ou fóssil, designação da UNESCO para o patrimônio arqueológico, mais usual entre nós. Isso não significa que todos os ambientes arqueológicos presentes nas paisagens culturais da Lista do Patrimônio Mundial tenham sido enquadrados como fósseis, como veremos adiante. Já a “paisagem cultural associativa” é aquela cujos valores simbólicos atribuídos aos elementos naturais lhe conferem significância e destaque. Em outras palavras, os elementos físicos podem até ser objeto de proteção, mas são as suas associações à espiritualidade e às práticas culturais que imprimem valor à paisagem, incorporando explicitamente a dimensão simbólica da paisagem.

Posteriormente, segundo Ribeiro (2007), a noção de desenvolvimento sustentável, introduzida em 1987 pelo relatório do CMMAD ONU, “Nosso futuro comum”, consolidou-se e fez da paisagem cultural uma de suas estratégias, com a colaboração da ecologia da paisagem, nova disciplina e campo de atuação que se afirmavam.

Novo encontro de especialistas ocorreu em 1998, na Holanda, organizado pela Amsterdam Global Strategy, para enfrentar a dicotomia entre os critérios culturais e naturais da Convenção. Sua junção em uma única lista de critérios foi adotada pelo Comitê somente em 2003 e operacionalizada ainda mais tarde (RÖSSLER, 2003). Até

2004, os sítios do patrimônio mundial foram selecionados com base nos seis critérios culturais e quatro naturais separadamente, conforme visto no Quadro 4.

Quadro 4 - Critérios Culturais e Naturais até 2002 e a partir de 2005 (UNESCO)

Guia operacional (ano)	Critério Cultural						Critério Natural			
2002	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	(vi)	(i)	(ii)	(iii)	(iv)
2005	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	(vi)	(viii)	(ix)	(vii)	(x)

Fonte: UNESCO, 2020b.

Castriota (2017) assinala a entrada da paisagem cultural no campo do patrimônio, acompanhada de três deslocamentos fundamentais, detectados nas práticas protecionistas internacionais e brasileiras. O primeiro deslocamento refere-se ao questionamento da separação entre natureza e cultura – já referida, e que o próprio vocábulo paisagem indica – no agenciamento do território pelo ser humano ou sua apropriação sensível. O *segundo* deslocamento é a associação da paisagem cultural com saberes agrícolas tradicionais que envolvem os aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio. A manutenção desses saberes enriquece a diversidade cultural e biológica e insere o *terceiro* deslocamento, que é a concepção de patrimônio genético. Assim, o pensamento em conjunto dos elementos culturais e naturais dialoga com a perspectiva ecológica à medida que “preservar paisagens culturais tradicionais é, no fundo, preservar a diversidade genética do planeta” (CASTRIOTA, 2017, p. 18).

Fowler (2003), na sua avaliação para a UNESCO, aponta algumas tendências e faz algumas observações quanto aos critérios usados para enquadrar as paisagens culturais inscritas na Lista do Patrimônio Mundial. Das 30 paisagens inscritas, apenas três eram classificadas como “Paisagem claramente definida”, três outras como “Paisagem relíquia” (patrimônio arqueológico) e seis como “Paisagem associativa”. A maioria das paisagens culturais da Lista (18), como era esperado, foi considerada “Paisagem evoluída organicamente e contínua”, a tipologia mais popular. Ademais, observa que outros 70 sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, quando a tipologia ainda não era uma opção, tinham características que os enquadrariam em paisagens culturais.

E, surpreendentemente, o que parecia ser uma tipologia libertadora parece ter sido evitada pelas candidaturas apresentadas entre 1992 e 2002, pois a inscrição de bens em potencial não indicados como paisagens culturais dobrou em número em relação ao período anterior, 1972-1992, quando a opção não existia. Esse foi caso de

nove indicações da China, 14 da região da Ásia-Pacífico e 30 da Europa. O autor especula sobre as razões para isso e observa que a cautela pode ter prevalecido nas candidaturas, talvez provocada pela percepção de maior desafio e responsabilidade pelos Estados partes na gestão posterior dos bens assim classificados.

A tendência da lista é se tornar refúgio de paisagens tradicionais e de inércia, com o predomínio de paisagens rurais (43,5%) e arqueológicas (41%) (FOWLER, 2003; FIGUEIREDO, 2014; PEREIRA, 2018). No entanto, é comum contemplarem cidades e vilas e estarem voltadas às pessoas vivas e paisagens vivas, algumas remotas, mas não desertas. Fowler (2003) adverte, porém, que a seleção mundial de paisagens culturais que pretenda retratar a experiência humana deve contemplar também a inovação, a mudança, e a interrupção, além da continuidade.

Segundo Castriota (2017), a paisagem assim circunscrita se limitaria a um conceito particular estreito, no qual fica evidente a ausência da paisagem urbana. Afinal a paisagem urbana é o *locus* por excelência da relação do ser humano com o ambiente, de suas práticas sociais e simbólicas, da interação entre cultura e natureza e da inter-relação entre as dimensões materiais e simbólicas do patrimônio. Nove anos depois da avaliação de Fowler, a cidade do Rio de Janeiro teve a primazia do reconhecimento como paisagem cultural urbana pela UNESCO.

Atualmente estão incluídos na Lista do Patrimônio Mundial 119 sítios como paisagens culturais, com um incremento de 89 no transcorrer de 18 anos. Cinco desses sítios são transfronteiriços e há três brasileiros. *Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar* foi inscrita como paisagem organicamente evoluída e contínua. *O Conjunto moderno da Pampulha*, como paisagem claramente definida. *Parati e Ilha Grande - Cultura e Biodiversidade* também foi inscrita como paisagem organicamente contínua e evoluída, confirmando a prevalência desta tipologia de paisagem.

A maioria das paisagens integra a lista fundamentada em critérios culturais e somente 11 em critérios mistos (CULTURAL LANDSCAPES, 2020), como é o caso de *Parati e Ilha Grande*. Os sítios brasileiros reconhecidos pela UNESCO como paisagem cultural inauguraram e enfatizaram a participação das cidades nesta tipologia, embora a tendência anterior ainda prevaleça. Assim o fez o Rio Janeiro, conforme assinala o site do IPHAN:

Anteriormente, os sítios reconhecidos nessa categoria eram relacionados a áreas rurais, sistemas agrícolas tradicionais, jardins históricos e outros locais de cunho simbólico. A cidade do Rio de Janeiro passou, em 1o. de julho de 2012, a ser a primeira área urbana no mundo a ter reconhecido o valor universal da sua paisagem urbana [...] Sua inscrição na categoria de Paisagem Cultural, pelo valor universal excepcional, foi um passo importante para consolidar as ações de proteção e preservação de uma interação única entre a cultura e a natureza, em uma metrópole densamente ocupada (IPHAN, 2014c).

O sítio da Pampulha, inscrito na lista em 2016, por sua vez, é distinguido como “[...] o primeiro bem cultural a receber o título de Paisagem Cultural do Patrimônio Moderno” (IPHAN, 2016). O sítio de Parati possui a particularidade de ser “um sítio onde a cultura viva está integrada ao ambiente natural” (IPHAN, 2019). O destaque à “cultura viva” decorre da sua categorização como sítio misto no contexto da América do Sul. Os demais sítios patrimônios mundiais da região, incluídos nessa categoria, possuem os valores culturais associados ao patrimônio arqueológico, fruto da interação do ser humano do passado com a natureza.

Atualmente, o Brasil possui 22 bens (14 culturais, sete naturais e um misto) na Lista do Patrimônio Mundial. E mais 20 na lista indicativa: nove patrimônios naturais, 10 culturais e um misto. Entre os sítios culturais estão incluídas cinco paisagens culturais, que são a Vila Ferroviária de Paranapiacaba em São Paulo, Ver-o-Peso no Pará, Barragem do Cedro nos Monólitos de Quixadá no Ceará, Geoglifos do Acre e Sítio Roberto Burle-Max no Rio de Janeiro. As três primeiras, a nosso ver, são paisagens organicamente evoluídas-contínuas, enquanto os Geoglifos do Acre constituem uma paisagem evoluída organicamente e relíquia.

Quanto ao Sítio Roberto Burle-Max, que inicialmente poderíamos supor ser uma paisagem claramente definida, paira uma dúvida lançada pelo critério finalmente adotado para a nomeação do Rio de Janeiro. O Comitê rejeitou a proposta brasileira de fundamentar o valor universal no critério “(i) representar uma obra-prima do gênio criativo humano” através do paisagismo de Burle-Max, no Parque do Flamengo e no desenho do calçadão de Copacabana, associados às obras de Oscar Niemeyer e Lucio Costa, inseridos no Movimento Moderno brasileiro dos anos 1930 e 1940. Também rejeitou o critério (ii) da proposta, e uma vez que só foi aceito o critério (vi), isoladamente insuficiente à nomeação, propõe o seu fundamento no critério (v), favorecendo o enquadramento na paisagem organicamente evoluída-contínua.

#### 4.2.2 A Serra da Capivara, as paisagens culturais e os sítios de arte rupestre do Patrimônio Mundial

A Serra da Capivara, incluída na lista do Patrimônio Mundial, no ano anterior ao limite do corte da avaliação de Fowler, 1991, estranhamente não fez parte dos 70 bens que ele considerou passíveis de reconhecimento como paisagens culturais. A forte imbricação da natureza e cultura na história, na interdisciplinaridade da pesquisa e na preservação do sítio, não foi suficiente para enquadrá-lo nessa tipologia. O reconhecimento exclusivo pelos critérios culturais, embora a candidatura tenha sido para patrimônio misto, também não foi motivo, posto que a maioria das paisagens culturais foi e continua sendo eleita prevalentemente por esses critérios. A questão conceitual, como enfatiza Fowler, que orienta as classificações e o reconhecimento da UNESCO como paisagem cultural, indica ter influenciado seu olhar para o patrimônio vivo e de continuidade ao deixar de fora a Serra da Capivara.

A fim de conhecer melhor o processo de inclusão da Serra da Capivara na lista do Patrimônio Mundial, fizemos uma leitura mais minuciosa das avaliações do ICOMOS e IUCN à época da sua candidatura. Além disto, uma abordagem das paisagens culturais relíquias, e dos demais sítios de arte rupestre do patrimônio mundial, pretendeu situar a Serra da Capivara no universo do patrimônio arqueológico e de arte rupestre da UNESCO.

Primeiramente consideramos os critérios cultural (iii) e naturais (iii; iv)<sup>80</sup> da proposta brasileira, de acordo com a recomendação do ICOMOS (IPHAN, 1992c, p. 89-90) e a análise da IUCN (IPHAN, 1992c, p. 95):

Critério (iii) (cultural). Os abrigos do Parque Nacional Serra da Capivara representam um testemunho excepcional das comunidades humanas mais antigas que habitaram a América do Sul e contêm as mais antigas manifestações de arte rupestre do continente. Por outro lado, a decifração progressiva da iconografia dessas pinturas rupestres destaca aspectos importantes das crenças e práticas religiosas desses povos (tradução nossa)<sup>81</sup> (IPHAN, 1992c, p. 90).

Critério (iii) (natural) Contém fenômenos naturais únicos, raros ou superlativos, formações ou características de excepcional beleza natural. A Serra da Capivara contém belas paisagens exibindo formações rochosas

<sup>80</sup> Enquanto o critério cultural (iii) continua o mesmo, os critérios naturais (iii) e (iv), à época da candidatura, são hoje os critérios (vii) e (x) respectivamente.

<sup>81</sup> Critère iii - Les abris du Parc national de la Serra de Capivara représentent un exceptionnel témoignage des plus anciennes collectivités humaines ayant peuplé L'Amérique du Sud et renferment les plus anciennes manifestations d'art rupestre du continent. D'autre part, le déchiffrement progressif de l'iconographie de ces peintures rupestres mettent em évidence des importants aspects des croyances et pratiques culturelles de ces peuples.



únicas esculpidas pela erosão das chuvas para formar falésias, caldeirões, boquerões, pingas e *cuestas* (tradução nossa)<sup>82</sup> (IPHAN, 1992c, p. 95).

Critério (iv) (natural) Os habitats mais importantes e significativos, onde espécies ameaçadas de plantas e animais, de extraordinário valor universal, do ponto de vista da ciência e conservação, ainda sobrevivem. A Serra da Capivara é reconhecida como uma das poucas áreas protegidas dentro do província biogeográfica da caatinga, que inclui um tipo de vegetação endêmica no nordeste do Brasil. Ela contém espécies únicas de animais e plantas desconhecidas em outros lugares (tradução nossa)<sup>83</sup> (IPHAN, 1992c, p. 95).

O critério cultural iii, acatado e recomendado pelo ICOMOS, destacou apenas os valores de antiguidade e antropológico da arte rupestre, deixando de fora o seu valor artístico, amplamente explorado na proposta brasileira, elaborado por Anne Marie Pessis, como veremos mais adiante nessa seção. Por outro lado, os dois critérios naturais não foram aceitos pela IUCN. No relatório referente à 15ª sessão realizada em Cartago, em 1991, que decidiu sobre a inclusão da Serra da Capivara na lista do Patrimônio Mundial, consta a avaliação técnica da IUCN, dividida em seis tópicos: 1) Documentação; 2) Comparação com outras áreas; 3) Integridade; 4) Comentários Adicionais; 5) Avaliação; 6) Recomendação (IPHAN, 1992c, p. 97- 98).

Nesses tópicos, percebemos que, de modo geral, reclamou-se da falta de informações sobre os aspectos naturais da Serra da Capivara, e quando há, foram as condições negativas de integridade que se destacaram:

### 3. Integridade

A proteção do parque até o momento não foi eficaz, embora isso possa melhorar com um novo projeto financiado pelo Banco Mundial para fortalecer a gestão de áreas protegidas no Brasil. É provável que pouca vegetação do parque seja primária, sendo muito perturbada pela agricultura de corte e queima e pela coleta de lenha. Grande parte da Capivara foi danificada pelo desmatamento, incêndios florestais, caça furtiva e uso de inseticidas. O gado pastando no parque agrava os impactos. Estão em andamento ações para adquirir terras particulares no parque e remover estradas não pavimentadas ao longo da borda leste. Não há informações que nomeie o pessoal residente, equipamentos ou orçamento (tradução nossa)<sup>84</sup> (IPHAN, 1992c, p. 97).

<sup>82</sup> (iii) Contains unique, rare or superlative natural phenomena, formations or features of exceptional natural beauty. The Serra da Capivara contains beautiful countryside exhibiting unique rock formations sculptured by rain erosion to form caldeirões, boqueirões, pingas and *cuestas* cliffs.

<sup>83</sup> (iv) The most importante and significant habitats where threatened species of plants and animals of outstanding universal value from the point of view of science and conservation still survive. Serra da Capivara is recognised as one of the few protected áreas within the caatingas biogeographic pronvince, which includes a vegetation type endemic to north-east Brasil. It contains unique species of animal and plant unknown elsewhere (IPHAN, 1992c, p. 95).

<sup>84</sup> 3. Integrity

Protection of the park to date has not been effective although this may improve with a new World Bank-funded Project to strengthen protected áreas management in Brasil. Little of the park's vegetation is likely to be primary being much disturbed by slash and burn agriculture and fuelwood collection. Much of Capivara has been damaged by deforestation, wildfires, poaching and the use of insecticides.

A comparação do PARNA SC<sup>85</sup> com outras áreas de caatinga, feitas com a Estação Ecológica Mamipaua e Uruçuí-Una também foram consideradas inconclusivas, revelando a fragilidade da candidatura pelos valores naturais. Foi mencionada a semelhança da Serra da Capivara com dois outros sítios sul-americanos quanto aos aspectos culturais, uma análise feita pela IUCN mais afeita ao ICOMOS. A singularidade da Serra da Capivara foi destacada devido à “presença extensiva de restos arqueológicos que estão ali concentrados. Nesse sentido, possui muitas das mesmas qualidades que o Cerro Colorado, na Argentina, um sítio deferido em 1987 e o Rio Abiseo no Peru, inscrito em 1990<sup>86</sup>” (IPHAN, 1992c, p. 97).

Pareceu-nos sem sentido o fato de ter-lhe sido negada a nomeação pelo critério natural (iii), que nada mais é do que a percepção pelo ser humano atual da monumentalidade e beleza de suas formações rochosas únicas, esculpidas por fenômenos naturais. Estes atributos são facilmente percebidos pelas pessoas que visitam a Serra da Capivara e se adequam perfeitamente à forma de patrimonialização praticada até então. Ao buscar explicações plausíveis, supomos duas possibilidades não excludentes: a fundamentação do valor universal neste critério foi pouco demonstrada no Dossiê ou ficou condicionada à comprovação dos critérios relacionados à biodiversidade do critério iv, na visão da IUCN. Ainda mais porque o representante deste órgão admitiu que não foi possível realizar qualquer missão *in loco*, conforme o disposto no Relatório. Portanto, não é estranha a existência de tão poucos patrimônios mistos na Lista. A dificuldade do seu reconhecimento pelas organizações consultivas do Comitê do Patrimônio Mundial pode explicar o desinteresse dos Estados Membros neste tipo de candidatura.

Enfim, o relatório da 15ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial evidencia que a rejeição dos valores naturais como objeto do reconhecimento pela IUCN foi provocada por falta de informações e de garantia da conservação da caatinga. Ainda foi sugerida a reapresentação da candidatura, uma vez que estas pendências fossem resolvidas. A candidatura foi reapresentada pelo IBAMA e a FUMDHAM, em 2003,

---

Livestock grazing in the park exacerbates the impacts. Actions are underway to acquire private lands in the park and to remove and unpaved road along the eastern edge. There is no information in the nomination on resident staff, equipment or budget (IPHAN, 1992c, p. 97).

<sup>85</sup> O PARNA SC era, em 1991, um dos 63 parques nacionais brasileiros e uma das dez unidades de conservação do território nacional que protegia a caatinga.

<sup>86</sup> “extensive presence of archaeological remains which are concentrated there. In this sense it has many of the same qualities as Cerro Colorado in Argentina, a site deferred in 1987 and Rio Abiseo in Peru, inscribed in 1990 (IPHAN, 1992c, p. 97).

através de uma abordagem diferente em relação à original, recusada em 1991. Mas a nova candidatura também não foi aceita pelo Comitê do Patrimônio Mundial. Os detalhes desta decisão de 2003 foram discutidos na seção dedicada à Norma Ambiental na Política do Estado.

Assinalamos que a paisagem cultural ainda não era uma opção em 1991, uma vez que ainda se discutia sua pertinência como critério do Patrimônio Mundial no relatório da 15ª sessão. Além disso, a presença do PARNA SC na disputada Lista do Patrimônio Mundial, independentemente do critério técnico pelo qual foi admitido, já estava garantida. O título de Patrimônio Mundial representou enorme capital político para chamar a atenção da mídia nacional e internacional, dos diversos setores dos governos estadual e federal e da opinião pública para a esquecida Região Sudeste do Piauí e captar recursos para sua estrutura e conservação.

#### 5. Avaliação

Capivara é uma valiosa área representativa da vegetação da caatinga no Brasil, uma província biogeográfica única de distribuição muito restrita e que inclui várias espécies endêmicas. Não é possível determinar se Capivara é a área mais importante da caatinga ou como ela se compara às demais reservas de caatinga de Uruçuí-Una e Mamipaua. Houve várias pesquisas realizadas sobre o homem antigo que habitou a área há mais de 25.000 anos B. P. (o que desafia a teoria de que o homem entrou pela primeira vez nas Américas por meio da ponte de terra de Bering, 12.000 anos B. P.). Parece que os valores naturais da área, entretanto, são de importância secundária diante dos seus valores culturais. Também faltam informações sobre os detalhes dos valores naturais e do manejo. À luz dessas limitações, a avaliação pelo ICOMOS dos valores culturais será o fator determinante na formulação da recomendação final.

#### 6. Recomendação

A IUCN reserva uma recomendação sobre a Serra da Capivara até que os recursos culturais sejam avaliados pelo ICOMOS e até que informações mais detalhadas sobre os recursos naturais e o regime de manejo estejam disponíveis (tradução nossa)<sup>87</sup> (IPHAN, 1992c, p. 98).

---

<sup>87</sup> 5. Evaluation

Capivara is a valuable representative área of caatinga vegetation in Brazil, a unique biogeographical province of very restricted distribution and wich includes a number of endemic species. It is not possible to determine if Capivara is the single most importante área for caatinga ou how it compares to the other caatinga reserves at Uruçui-una and Mamipaua. There has been several research studies undertaken on ancient man Who inhabited the área over 25000 years B. P. (which challenges the theory that man first entered the Americas by way of the Bering Land Bridge 12000 years B. P.). It appears that natural values of the área, however, are of secondary importance to its cultural values. Information is also lacking on the details of the natural values and of management. In light of these limitations the evaluation by ICOMOS of the cultural values will be the determining fator in the formulation of the final recommendation.

6. Recommendation

IUCN reserves a recomendation on Serra da Capivara until the cultural resources are assessed by ICOMOS and until more detailed information on the natural features and the management regime is available (IPHAN, 1992c, p. 98).

Ao examinar a candidatura no âmbito das instituições brasileiras, notamos a grande responsabilidade da FUMDHAM, que se colocou no papel do Estado, substituindo os tradicionais papéis do IBAMA e do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC)<sup>88</sup> quanto à elaboração da proposta. Segundo Guidon (2014A), essa instituição preparou a documentação para o pedido de reconhecimento do Parque como patrimônio mundial cultural e natural pela UNESCO, apresentado pelo Ministério das Relações Exteriores em 1990.

[...] Em 1991, o Parque foi inscrito pela UNESCO na lista do patrimônio cultural mundial, em razão da importância de seus sítios arqueológicos, e a FUMDHAM foi indicada como responsável pela preservação desse patrimônio (GUIDON, 2014a, p. 28).

[...] Nós entramos com a candidatura do Parque, e fomos nós que preparamos tudo. Fui eu que fui até representar o Brasil, porque o Itamaraty me disse que não tinha nenhum embaixador que conhecesse arqueologia. Então eles me deram um passaporte diplomático, e lá fui eu representar o Brasil. E na primeira apresentação, já o Brasil foi tombado como Patrimônio da Humanidade. O Brasil não, a Serra da Capivara, não é? Por exemplo, a Argentina, a Gruta de las Manos, acho que eles apresentaram umas 4 vezes antes de conseguirem, e isso já dá, então, *uma garantia da presença de turistas aqui muito grande* (DUARTE, 2015, p. 50, grifo nosso).<sup>89</sup>

Na documentação que compôs o Dossiê de Candidatura do PARNA SC, disponibilizada pela UNESCO para subsidiar o seu processo de tombamento, aberto em 1992, inexistiu qualquer defesa da sua candidatura a Patrimônio Mundial pelo IBPC. Constou ali somente o parecer 13/91 proferido pelos arquitetos paisagistas Carlos Fernando de Moura Delphim<sup>90</sup> e Marta Queiroga Amoroso Anastácio, técnicos de preservação e defesa ambiental do Departamento de Proteção deste órgão. No parecer não se detectou qualquer juízo de valor sobre a candidatura da Serra da Capivara, seja sobre os seus aspectos culturais ou naturais. Ele tratou apenas das descobertas da arqueóloga Niède Guidon e informou sobre a responsabilidade legal do IBPC pelo patrimônio arqueológico, acentuando seu papel fiscalizador perante o IBAMA, ao qual atribuiu o pedido de inclusão na lista do Patrimônio Mundial. E concluiu com a sugestão de que o setor de Arqueologia da instituição<sup>91</sup> e a sua

<sup>88</sup> Orgão Federal do Patrimônio Cultural criado no governo Collor, em 1990, com a extinção do IPHAN. Posteriormente, em 1995, o IPHAN foi recriado. Nessa época, a estrutura organizacional do órgão era baseada em processos: Departamento de Proteção (DEPROT); Departamento de Identificação (DID); Departamento de Promoção (DEPROM) e Departamento de Administração (DPA).

<sup>89</sup> GUIDON, Niède. Entrevista concedida a Duarte (2015), no Piauí, em maio de 2011.

<sup>90</sup> O arquiteto paisagista Carlos Fernando de Moura Delphim teve, mais tarde, uma atuação importante na discussão e adoção da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

<sup>91</sup> O setor criado pela primeira vez na estrutura do IPHAN, em 1985, para tratar especificamente de parte dos patrimônios contemplados pelo Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, denominado Coordenação de Patrimônio Natural e Arqueológico havia sido extinto junto com o IPHAN

representação local, que abarcava os Estados do Maranhão e Piauí, deveriam ser consultados, providências que não foram tomadas (IPHAN, 1992c, p. 66-68).

Cumpriu exclusivamente à FUMDHAM, responsável pela elaboração do Dossiê, justificar a candidatura, funcionando os dois órgãos brasileiros competentes, do meio ambiente e do patrimônio cultural, apenas como expectadores da nomeação do sítio. Isso ficou ainda mais evidente ao atentarmos para a composição e participação da delegação brasileira presente na 15ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em Cartago. Chamou a atenção a ausência de representante do IBAMA. Estavam presentes: Lauro Cavalcanti, arquiteto e diretor do Departamento de Promoção do IBPC (DEPROM); Maria Dolores Almeida Cunha, da Terceira Secretaria da Embaixada do Brasil em Tunes; e Niède Guidon, representante da FUMDHAM (IPHAN, 1992c).

No relatório sobre a 15ª sessão, encaminhado pelo arquiteto Lauro Cavalcanti ao presidente do IBPC, Jayme Zettel (IPHAN, 1992c, p. 2-11), constou apenas a comunicação da nomeação da Serra da Capivara como patrimônio cultural entre os 17 sítios dessa categoria e outros seis sítios como patrimônio natural. Outros interesses brasileiros foram abordados no Relatório: a comunicação ao Comitê sobre a instituição de grupo de estudo do patrimônio moderno (arquitetura e urbanismo), com vistas a novas nomeações na Lista do Patrimônio Mundial; a defesa da ajuda financeira da UNESCO ao curso de restauração da Bahia, mediante ameaça de retirada dos recursos; e as providências do IBPC e IBAMA relativas aos impactos dos sobrevoos de helicóptero sobre as Cataratas do Iguaçu.

À época, o patrimônio arqueológico ainda tinha pouca expressão em uma instituição dominada por arquitetos, como era o órgão responsável pelo patrimônio cultural brasileiro. Essa situação só começou a mudar com a renovação de seus quadros de pessoal a partir de 2009, com a entrada de arqueólogos, antropólogos e historiadores.

Por outro lado, de 1987 a 1999, período que coincidiu com a mudança institucional realizada pelo governo Collor e a recriação do IPHAN, ocorrida 1995, o órgão federal permaneceu afastado da iniciativa das candidaturas ao Patrimônio

---

e a concomitante criação do IBPC, em 1990. Ele não é retomado quando o IPHAN é recriado e setores distintos voltados para o patrimônio natural e arqueologia vão ter lugar na instituição daí em diante. Mas o patrimônio natural só fará parte da estrutura regimental da instituição entre 2009 e 2013 (PEREIRA, 2018).

Mundial. A última candidatura de sua iniciativa antes de se afastar foi a do Plano Piloto de Brasília (1987), que consagrou o Movimento Moderno em meio aos sítios do Período Colonial incluídos anteriormente na Lista do Patrimônio Mundial. As duas representações da nacionalidade brasileira são coerentes com a prática tradicional do tombamento, conforme observado por Chuva (2003).

No período entre 1987 e 1999, os dois sítios brasileiros nomeados como patrimônio cultural mundial foram a Serra da Capivara (1991) e o Centro Histórico de São Luís no Maranhão (1997). Este último continuou a tradição de valorizar o patrimônio colonial, mas a iniciativa de sua candidatura foi do Governo Estadual. A Serra da Capivara foi a única que se distanciou do padrão de proteção e valorização do patrimônio cultural exercido pelo IPHAN e do seu protagonismo na candidatura.

O padrão e o protagonismo das candidaturas retornaram com o Centro Histórico de Diamantina, em 1999, e, daí em diante, com um modelo mais participativo, envolvendo outros atores governamentais e sociais (FIGUEIREDO, 2018). Este contexto explica porque o tombamento da Serra da Capivara ocorreu somente em 1993, provocado por iniciativa externa ao IPHAN, dois anos após a conquista do título mundial, uma prática institucional que reitera o Eurocentrismo da UNESCO.

Na justificativa da candidatura pela FUMDHAM, destacou-se no Dossiê o argumento usado por Anne Marie Pessis, autora do documento intitulado “Pinturas e Gravuras Rupestres do Parque Nacional da Serra da Capivara”, no tópico que visa situá-las no contexto da arte rupestre mundial. A prática gráfica dos caçadores-coletores na Serra da Capivara, desenvolvida sem interrupções há pelo menos 17.000 anos, foi considerada esteticamente tão importante quanto os registros rupestres do Parque Nacional de Kakadu, na Austrália, do Tassili N’Ajjer na Argélia, e ainda os da África do Sul, Espanha e França. A arte rupestre da Serra da Capivara foi comparada à de Lascaux, uma vez que as pinturas rupestres de Chauvet, mencionadas no Capítulo I, só seriam descobertas em 1994 (PESSIS, 1992c):

Dentro da imensa massa de figuras de diferentes tradições e estilos, encontramos obras de arte tão valiosas quanto as figuras da gruta de Lascaux. [...] Lascaux e Serra da Capivara são diferentes, tanto como a arte chinesa difere da arte da Renascença, mas ambas são obras de arte do mesmo valor estético e que despertam a mesma emoção (PESSIS, 1992c, p. 73).

As qualidades notáveis dessa arte, principalmente entre 9.000 e 7.000 anos BP, foram evidenciadas por sua excepcionalidade: no traço; na elegância, e

agenciamento das figuras na composição; na sobriedade das cores; na criatividade, ao empregar uma variedade de soluções gráficas; na originalidade, das técnicas de terceira dimensão; na impressão de movimento provocada pelo delineamento de figuras de contorno aberto; no aproveitamento dos volumes fornecidos pelas paredes rochosas (IPHAN, 1992c). Ao final, além do valor artístico que notabilizou o artefato rupestre, foi destacado o seu valor antropológico, argumento acatado no critério cultural iii:

[...] as pinturas da tradição Nordeste são de uma importância capital para as reconstituições da vida social dos grupos autores destes registros. O caráter narrativo dessas composições é de tal importância que permitiu identificar um verdadeiro sistema de comunicação social, que experimenta no decorrer do tempo certas mudanças que também foram detectadas. Trata-se de um corpus de pinturas que cobre diversos aspectos da vida cotidiana e cerimonial (PESSIS, 1992c, p. 85).

Na relação das 119 paisagens culturais do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2020a), no site da UNESCO, verificaram-se variados critérios de classificação. Mais da metade dos sítios (67) foram classificados pelo critério iii, isoladamente ou combinado a outros. Esse critério foi frequentemente usado na classificação do patrimônio arqueológico ou fóssil por “constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida” (UNESCO, 2021, p. 29). Como foi visto no Capítulo 2, até a década de 1980, seu uso era restrito a sítios arqueológicos raros e muito antigos; na década de 1990, passou também a contemplar as tradições vivas, além das desaparecidas, com ênfase nos símbolos e na continuidade que essas tradições conferem às paisagens culturais. O número de paisagens culturais em ambientes arqueológicos (FOWLER, 2003; FIGUEIREDO, 2014; PEREIRA, 2018), entre as organicamente evoluídas, sejam elas contínuas ou relíquias, revelaram um crescimento de sua participação nessa tipologia, atualmente em 56,3%.

A paisagem cultural tornou-se então tipologia privilegiada para a nomeação do patrimônio arqueológico na Lista do Patrimônio Mundial, embora a arte rupestre (pintura e gravura) como atributo semelhante ao da Serra da Capivara, esteja presente em menor número, apenas nove (13,4%) das 67 paisagens em ambientes arqueológicos (Quadro 5). Três delas foram exclusivamente reconhecidas pelo critério iii, da mesma forma que o PARNA SC foi nomeado sítio tradicional e não paisagem cultural.

Quadro 5 - PARNA SC e Paisagens Culturais de Arte Rupestre do Patrimônio Mundial

Nº	País	Sítio	Área do sítio / Área de Proteção	Data da inscrição	Critérios
	<b>Brasil</b>	<b>PARNA SC</b>	<b>129.140,00 ha</b>	<b>1991</b>	<b>(iii)</b>
1	Azerbaijão	Paisagem cultural de Arte Rupestre de Gobustan	537,22 ha/ 3.096,34 ha	2007	(iii)
2	Canadá	Writing-on-Stone / Áísínai'pi	1.106,00 ha/ 1.047,00 ha	2019	(iii)
3	Casaquistão	Petroglifos na paisagem arqueológica de Tamgaly	900,00 ha / 2900,00 ha	2004	(iii)
4	Chade	Maciço Enedi: Paisagem Natural e Cultural	6.621,6 ha / 12.149,01 ha	2016	(iii)(vii)(ix)
5	China	Paisagem cultural de arte rupestre de Zuojiang Huashan	6.621,00 ha / 12.149,01 há	2016	(iii)(vi)
6	Gabão	Ecossistema e Paisagem cultural relíquia de Lopé-Okanda	491.291,00 ha / 150.000,00 h	2007	(iii)(iv)(ix)(x)
7	Índia	Abrigos rochosos de Bhimbetka	1.893,00 ha / 10280,00 ha	2003	(iii)(v)
8	Espanha	Risco caído e as montanhas sagradas da paisagem cultural de Gran Canaria	9.425,00 ha / 8.557,00	2019	(iii)(v)
9	Zimbábue	Colinas de Matabo	205.000,00 ha/ 105.000,00	2003	(iii)(v)(vi)

Elaboração Própria. Fonte: UNESCO (2020a).

A Paisagem Cultural de Arte Rupestre de Gobustan, no Azerbaijão, assentou seu valor universal na excepcionalidade das evidências em gravuras de pedra que retratam um modo de vida da Pré-História, desaparecido. Elas representam a pesca, caça, flora e fauna em um tempo de clima mais úmido e quente do que o presente. Mas esse sítio destacou também a continuidade cultural entre esse tempo Pré-Histórico e o Medieval. A paisagem sagrada e a arte rupestre de *Writing-on-Stone / Áísínai'pi* das planícies semiáridas, localizadas na fronteira do Canadá com os Estados Unidos, evidenciaram as tradições culturais vivas do povo Blackfoot e o caráter sagrado de seus atributos, com os quais possuem vínculos tangíveis e permanentes. E o terceiro sítio, Petroglifos, na paisagem arqueológica de Tangaly, no



Casaquistão, enfatizou a associação dos petroglifos de imagens sagradas a outros vestígios arqueológicos (sepultamentos, assentamentos e áreas de culto) para o conhecimento do modo de vida e crenças dos povos das estepes desde a Idade do Bronze até a atualidade.

Os demais sítios, em alguns de seus critérios de reconhecimento, ressaltaram tanto a continuidade quanto os valores intangíveis ligados aos atributos da paisagem. Em dois deles, foram destacados inclusive os atributos naturais, em uma perspectiva ecológica, classificando-os como patrimônio misto, caso do Maciço Enedi, no Chade, e do Ecossistema e Paisagem Cultural Relíquia de Lopé-Okanda, no Gabão. Este último, possui área quatro vezes maior que a da Serra da Capivara, configurando-se os dois sítios de maior porte desta relação (UNESCO, 2020a).

Por seu turno, a arte rupestre (pintura e gravura) foi representada em 41 outros sítios tradicionais da Lista, de acordo com busca realizada no mapa interativo da UNESCO (2020c), selecionados pelo critério iii, isoladamente ou combinado a outros critérios. A única exceção quanto ao critério iii entre os sítios que apresentavam esse tipo de arte rupestre foi o Parque Nacional de Kakadu, na Austrália, nomeado no raro patrimônio misto pelos critérios culturais e naturais (i)(vi)(vii)(ix)(x). Kakadu foi um dos sítios mencionados por Anne Marie Pessis (IPHAN, 1992c) para estabelecer comparação qualitativa com a arte rupestre da Serra da Capivara. Essa arte, em sítio tradicional (41) e paisagem cultural (9), representa 4,5% dos sítios patrimonializados pela UNESCO no mundo.

Fowler (2003) e Figueiredo (2014), ao observarem o impacto da paisagem cultural na Lista do Patrimônio Mundial, destacaram a percepção de grupos sociais sobre o papel simbólico de alguns marcos da natureza, como as montanhas. A paisagem cultural destacou-se ainda por abrir possibilidade ao reconhecimento do meio natural modificado pelo trabalho coletivo do ser humano comum, como são as paisagens rurais. Segundo as análises dos dois autores, 73% das paisagens inscritas na Lista do Patrimônio Mundial privilegiaram em seus recortes os marcos naturais. Dessa forma, possibilitaram “o reconhecimento da natureza por sua relevância cultural, ou ainda do produto da sua relação com os grupos sociais” (PEREIRA, 2018, p. 39).

Vimos, nos capítulos anteriores, como a história da paisagem da Serra da Capivara foi repleta de rupturas e transformações desde a Pré-História até os dias atuais, provocadas inclusive por sua forma de patrimonialização. Assim, perguntamos-

nos: a Serra da Capivara reúne qualidades para uma eventual seleção como paisagem cultural pelos critérios da Convenção do Patrimônio Mundial, apesar das muitas rupturas? A mesma pergunta fazemos quanto à Chancela da Paisagem Cultural Brasileira que, a nosso ver, tende a seguir a postura da UNESCO quando privilegia o patrimônio organicamente evoluído e de continuidade<sup>92</sup>. Ou seja, privilegia o patrimônio vivo, que guarda também forte relação com os objetivos da CEP, como veremos nas seções adiante. Em contraposição, trazemos novamente à tona a reflexão de Fowler, na qual argumenta que a seleção mundial das paisagens culturais deve continuar a crescer o seu olhar para a diversidade da experiência humana. E, assim, contemplar além da continuidade, a mudança e a interrupção, dentro e fora das grandes cidades.

Da mesma forma que a política de paisagem da UNESCO, a política da CEP constituiu um repertório conceitual e operativo que inspirou a atualização da política brasileira. O instrumento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, ainda inoperante, se encontra em um longo processo de revisão. Saber o que deste repertório foi absorvido na proposta brasileira visa trazer mais elementos para discutir a hipotética possibilidade de enquadramento da Serra Capivara no futuro instrumento de Chancela da Paisagem Cultural Brasileira<sup>93</sup>. E, com isto, contribuir para o seu aperfeiçoamento.

#### **4.2.3 A Convenção Europeia da Paisagem**

Ainda recorreremos a Fowler (2003) para abrir a discussão desta seção sobre a CEP de 2000. Ele expôs sua reação à crítica de cunho político feita pelo Secretariado Geral do Conselho da Europa à noção de valor usado pela UNESCO. A crítica taxou a abordagem da UNESCO de “elitista” por fazer classificações artificiais, que baseavam o reconhecimento e a proteção da paisagem na sua excepcionalidade e exemplaridade, bem diferente da abordagem da Convenção Europeia da Paisagem (CEP). A CEP postula que a paisagem deve ser protegida independente de seu valor, por isto não aceitava a abordagem da UNESCO. Fowler considerou esse argumento

---

<sup>92</sup> Segundo Relatório Técnico e minuta de Portaria de chancela da paisagem cultural brasileira, produzidos pelo Grupo de Trabalho, instituído pelo IPHAN a fim de atualizar a política de paisagem cultural, por meio da PORTARIA Nº 104, DE 23 DE MARÇO DE 2017, publicada no D.O.U. em 29 de março de 2017 (IPHAN, 2018).

<sup>93</sup> O processo de revisão do instrumento foi iniciado em 2014 e continua suspenso até a atualidade.

incompreensível, pois a proteção dependia em algum grau da atribuição de valor ao bem que seria protegido. O autor citou sua própria definição de paisagem cultural para contrapor à qualificação “elitista” emitida por essa crítica:

Ao reconhecer 'paisagens culturais', temos, quase pela primeira vez, dado a nós mesmos a oportunidade de reconhecer lugares que podem parecer comuns, mas que podem em nossa apreciação se tornar extraordinários; e uma capacidade de alguns lugares para fazer isso cria monumentos para os sem rostos, as pessoas que viveram e morreram sem registros, exceto inconscientemente e coletivamente pela paisagem modificada por seus trabalhos. Uma paisagem cultural é um memorial ao trabalhador desconhecido<sup>94</sup> (tradução nossa) (FOWLER, 2003, p. 17).

O Conselho da Europa considera o conceito de paisagem aplicado a todas as suas dimensões como um contributo especial para o aumento do bem-estar da população. Mas ele pressupõe direitos e responsabilidades a cada Estado-Membro e seus cidadãos. O Conselho empenhou-se então para a assinatura da CEP, primeiro tratado internacional, a partir dessa abordagem focada na promoção da qualidade de vida dos cidadãos. A promoção da qualidade de vida seria alcançada por meio “da salvaguarda das funções desempenhadas pela paisagem, do património cultural e da biodiversidade”. A assinatura foi concretizada em 2000 (GONÇALVES e CURADO, 2017, p. 2).

No continente europeu, a preocupação com a paisagem se materializa na sua concepção, calcada na forma de sua percepção pelos que a habitam ou visitam. Essa concepção também possui uma dinâmica evolutiva no tempo, dependente de fenômenos naturais e de intervenções humanas. Assim delineada no campo antropológico, a paisagem é abarcada pela ideia de patrimônio, mas fortemente imbricada à sua dinamicidade. A dinamicidade pressupõe intervenções de natureza política sobre a paisagem, com objetivos de alcançar uma relação harmoniosa entre a proteção, a gestão e o ordenamento (PIMENTA e PIMENTA, 2017; GONÇALVES e CURADO, 2017). Dessa forma, torna legítimo o estabelecimento pelo poder público de uma política de paisagem. Entretanto, a paisagem não é vinculada a qualquer característica obrigatória de excepcionalidade, conforme a crítica supramencionada de seus idealizadores ao espírito restritivo da Convenção do Patrimônio Mundial.

---

<sup>94</sup> By recognizing 'cultural landscapes', we have, almost for the first time, given ourselves the opportunity to recognize places that may well look ordinary but that can fill out in our appreciation to become extraordinary; and an ability of some places to do that creates monuments to the faceless ones, the people who lived and died unrecorded except unconsciously and collectively by the landscape modified by their labours. A cultural landscape is a memorial to the unknown labourer (FOWLER, 2001, p. 77; FOWLER, 2003, p. 17).

A CEP, diferentemente da CPM, considera todo o território no seu conceito estendido de paisagem, sem fronteira. Ela pressupõe a cooperação internacional e, principalmente, incluiu o espaço banal que é de todos. Assim, convida à participação social na definição das “características paisagísticas” do contexto de vida das pessoas, de acordo com suas aspirações. A definição dos “objetivos das qualidades paisagísticas” deve ser buscada pelo poder público e pela motivação política da sociedade, integrando as pessoas no ato de valoração da paisagem. Ela pressupõe também o desempenho ativo da administração pública na proteção, gestão e ordenamento da paisagem. Na proteção da paisagem, a fim de assegurar a conservação do seu valor patrimonial. Na gestão, com o objetivo de acompanhar as mudanças provocadas por demandas econômicas, sociais e ambientais. No ordenamento, prevendo inclusive a recuperação de espaços degradados e marginais sujeitos a muitas transformações (CEP, 2005).

A paisagem cultural na Convenção Europeia da Paisagem difere da concepção da UNESCO por ser exaustiva e incluir todas as paisagens do continente europeu. Mas as duas concepções se assemelham na necessidade de realizar um sistema de conhecimento, identificação e classificação. Porém, no caso da CEP, esse sistema é muito maior, a fim subsidiar a sua proteção, gestão e ordenamento (RIBEIRO, 2017).

De acordo com Gonçalves e Curado (2017), desde a assinatura CEP, as políticas de paisagem foram sendo incorporadas gradualmente pelos países europeus, tendo atingido 38 Estados-signatários, onde estão em vigor. O estabelecimento de políticas por cada Estado-membro visou integrar todas as políticas relevantes. As autoras fizeram uma avaliação da política da paisagem em alguns Estados-membros (Espanha, Portugal e Inglaterra) em variadas escalas a partir de uma série de conceitos da CEP (Quadro 6). Estes conceitos deviam ser assimilados por todos no desenvolvimento de suas políticas, além de assegurar os princípios gerais e a adoção de medidas gerais e específicas também previstos na convenção.

Quadro 6 - Definições (Conselho da Europa, 2000)

Conceito	Definição
Paisagem	Designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos.
Política da paisagem	Designa a formulação, pelas autoridades públicas competentes, de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adoção de medidas específicas, tendo em vista a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem.
Objetivo de qualidade paisagística (OQP)	Designa a formulação, pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida.
Proteção da paisagem	Designa as ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou da intervenção humana.
Gestão da paisagem	Designa a ação visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais.
Ordenamento da paisagem	Designa as ações com forte carácter prospetivo visando a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.

Fonte: Gonçalves e Curado (2017, p. 6-7).

As escalas, nas quais são abordadas as políticas de paisagem, em cada um desses três países, refletem significativas diferenças na implementação da CEP. As autoras destacam a mudança conceitual, operativa e territorial da Região Autônoma da Catalunha, na Espanha. A criação de uma série de instrumentos operativos obrigatórios pelo governo Catalão faz dessa experiência um modelo exemplar de repercussão mundial na proteção, gestão e ordenamento da paisagem, principalmente na América Latina. Entre esses instrumentos, estão o Observatório da Paisagem da Catalunha, responsável pelo trabalho técnico de divulgação e participação pública, e os catálogos de paisagem com as respectivas diretrizes incorporadas nos planos de ordenamento do território (Quadro 7) (GONÇALVES; CURADO, 2017).

Quadro 7 - Políticas da Paisagem da Região Autônoma da Catalunha

REGIÃO AUTÔNOMA DA CATALUNHA	
PRINCIPAIS LEIS	INSTRUMENTOS REGIONAIS
<p><b>Lei 8/2005, de 8 de junho, de Proteção, gestão e ordenamento da paisagem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adota a terminologia da Convenção Europeia da Paisagem</li> <li>- Reconhece o direito à paisagem</li> <li>- Estipula os objetivos e as medidas para a paisagem catalã</li> <li>- Define os instrumentos para a operacionalização da lei e da Convenção Europeia da Paisagem</li> </ul> <p><b>Decreto 343/2006, de 19 de setembro de 2006</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Complementa a Lei 8/2005</li> <li>- Regula os estudos e relatórios de impacto e integração paisagística</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Catálogos de Paisagem</li> <li>Diretrizes de Paisagem</li> <li>Observatório de Paisagem da Catalunha</li> <li>Cartas de Paisagem</li> <li>Medidas de sensibilização educação e suporte</li> <li>Fontes de Financiamento</li> <li>Estudos de Impacto e Integração Paisagística</li> </ul>

Fonte: Gonçalves e Curado (2017, p. 13).

Desde a década de 1970 e antes do surgimento da CEP, a Inglaterra tinha a tradição de aplicar políticas de paisagem, em nível nacional, que levavam em consideração a sua importância para os cidadãos. O longo processo trilhado pelo país na aplicação teórica e prática dos princípios da Ecologia da Paisagem tem um papel significativo na sua consolidação na política de planejamento territorial.

Em 2004, o sistema legal inglês contemplava o conceito “*Caráter da Paisagem*” e considerava obrigatório o processo “*Avaliação do Caráter da Paisagem*”. O conceito e o processo se tornaram centrais nas ações relacionadas à paisagem e ao planejamento territorial (Quadro 8), de acordo com Nogué, Puigbert e Bretcha (2009).

Quadro 8 - Evolução da avaliação do caráter da paisagem na Inglaterra (NOGUÉ; PUIGBERT; BRETCHA, 2009)

AVALIAÇÃO DA PAISAGEM (70's) (landscape evaluation1)	AVALIAÇÃO DA PAISAGEM (80's) (landscape assessment2)	AVALIAÇÃO DO CARÁTER DA PAISAGEM (90's) (landscape character assessment)
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centrada no valor da paisagem</li> <li>- Processo “supostamente” objetivo</li> <li>- Comparação de uma paisagem com outra</li> <li>- Medição quantitativa dos elementos da paisagem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhece o papel da objetividade e da subjetividade no processo de avaliação</li> <li>- Diferenciação dos conceitos de inventário, classificação e avaliação da paisagem</li> <li>- Início da incorporação da percepção da paisagem pela população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centrada na avaliação do caráter da paisagem</li> <li>- Separação dos processos de caracterização de valorização</li> <li>- Maior potencial para a aplicação a diferentes escalas</li> <li>- Caracterização histórica da paisagem</li> <li>- Promoção da participação dos diferentes agentes envolvidos</li> </ul>

Fonte: Gonçalves e Curado (2017, p. 10).

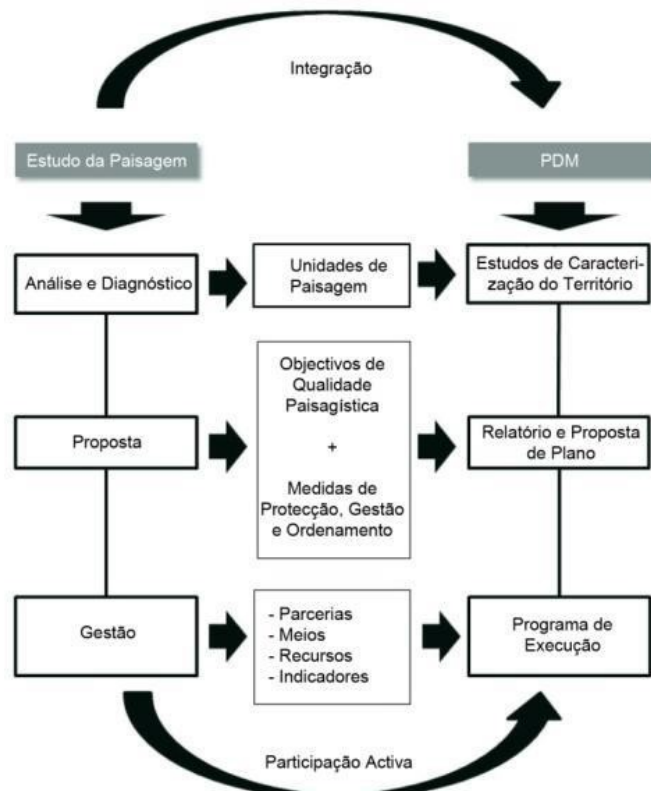
Dos trabalhos ingleses, desenvolvidos em 1993, resultou a delimitação de 159 unidades de paisagem em todo o seu território. A descrição e o levantamento da evolução histórica dessas paisagens, assim como a observação das pressões a que estavam sujeitas e das medidas necessárias para a sua conservação e valorização, fizeram parte dos trabalhos realizados. A experiência inglesa teve influência nos trabalhos europeus com a paisagem quanto à investigação e adoção de metodologias (GONÇALVES e CURADO, 2017).

A tradição inglesa de trabalhar com a paisagem teria levado o país a se considerar autossuficiente quanto à política de paisagem. Isso contribuiu para sua adesão um pouco tardia à CEP, assinada somente em 2006, e entrando em vigor em 2007. A assinatura da CEP fez o governo inglês se comprometer com o reforço legal e a regulamentação dos diferentes níveis horizontais e verticais e com a maior conscientização da população sobre as medidas existentes. Nesse sentido, foi planejado um guia para a elaboração de planos de ação para os parceiros interessados – *European Landscape Convention (ELC): A Framework for Implementation in England*. O estímulo à participação é dirigido à comunidade, às organizações não governamentais, às autoridades locais e a outras entidades governamentais. Os diversos atores são incentivados a produzir planos de ação próprios, mas com medidas monitoradas por um órgão da administração central (GONÇALVES e CURADO, 2017).

As unidades de paisagem, visando incorporar os objetivos da CEP, foram revisadas em 2014, tanto no *Natural Environmental White Paper* quanto na Estratégia de Biodiversidade 2011-2020 (GONÇALVES e CURADO, 2017).

Portugal possui algumas medidas relacionadas à paisagem em nível nacional e regional, mas o seu destaque na Europa deve-se ao guia “A paisagem na revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM) – Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal”, publicado em 2011 (CANCELA D’ABREU *et al.*, 2011). Aproveitou-se a oportunidade da revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM), que se encontravam em curso, para idealizar o guia. O guia tinha o objetivo de sensibilizar os revisores dos PDM, para o papel importante da paisagem nas ações estratégicas, no modelo de uso do solo e na organização do território do município. A Figura 54 mostra as etapas em que o Estudo da Paisagem pode contribuir com o PDM.

Figura 54 - Os diferentes momentos em que o Estudo de Paisagem pode dar contributos significativos para a revisão e implementação do plano (CANCELA D'ABREU *et al*, 2011)



Fonte: Gonçalves e Curado (2017, p. 20).

Portugal possui outras medidas relacionadas à paisagem, a nível nacional e regional, iniciadas há mais tempo, além da recente Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, elaborada e aprovada em 2014. Contudo, Gonçalves e Curado (2017) avaliaram que a adoção do guia associado a essas outras medidas constitui uma abordagem pouco operativa, ao contrário da Catalã. Na sua visão, a oportunidade de definir uma abordagem mais eficaz com a adoção de instrumentos obrigatórios nos planos portugueses de ordenamento do território foi perdida durante a revisão jurídica dos Instrumentos de Gestão Territorial.

As autoras desse estudo comparativo concluíram que a forma distinta de implementar a CEP nos três países analisados sugere para aqueles com menor tradição a necessidade de empreender um esforço maior na expectativa de mudanças territoriais positivas, tais como as esperadas das medidas adotadas pelo Governo da Catalunha.



### 4.3 A PAISAGEM E O BEM ARQUEOLÓGICO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

A constituição de 1934, ao subordinar a propriedade privada à função social, restringiu seus direitos em prol do interesse coletivo e possibilita a proteção ao patrimônio cultural (SILVA, 2007; SANTIAGO, 2015). O patrimônio foi tratado pela primeira vez, no artigo 134, com ênfase nos valores histórico e artístico de uma forma mais geral. Coube à União, aos Estados e aos Municípios, entre outras coisas relativas à cultura, “proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país” (MEC, 1980, p. 11).

A partir de então, observamos uma crescente distinção dos objetos que passam a ser considerados patrimônio cultural e tutelados pelo Estado, entre eles os bens paisagísticos e arqueológicos. A distinção crescente pode ser verificada nas constituições, nos marcos legais e nos instrumentos normativos norteadores das práticas preservacionistas brasileiras.

A Constituição de 1937 foi outorgada pelo Estado Novo, depois do golpe de Estado que dissolveu o Congresso Nacional. Quando ocorreu o golpe, a aprovação pelo Congresso Nacional do projeto que pretendia organizar o serviço do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil estava no estágio final. Gustavo Capanema, ministro da Educação, conseguiu submetê-lo ao presidente Getúlio Vargas com uma exposição de motivos e, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-lei 25.

No artigo 134 da Constituição de 1937, a preservação do patrimônio foi distinguida e, pela primeira vez, foram nomeados os bens naturais:

Os monumentos históricos, artísticos e **naturais**, assim como as **paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza**, gozam da proteção e dos cuidados especiais da União, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (MEC, 1980, p. 14, grifos nossos).

Os monumentos e as paisagens naturais foram descritos de forma um pouco diferente no Decreto-lei 25. Aos bens qualificados pela natureza previstos na Constituição de 1937, acrescentou-se a qualificação “ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937). Sobre o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (LTAEP), o Decreto-Lei 25 estabeleceu que nele seriam registradas “as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e

popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º”. Os monumentos naturais equipararam-se aos bens do artigo primeiro, enquanto objeto do tombamento,

os monumentos naturais, bem como **os sítios e paisagens** que importe conservar e proteger **pela feição notável com que tenham sido dotados pelo natureza ou agenciados pelo indústria humana** (BRASIL, 1937, p.1. Grifos nossos).

No capítulo dedicado à educação e cultura da Constituição de 1946, promulgada após o final do Estado Novo, destacaram-se os monumentos naturais, mas se abdicou da anterior qualificação dada às paisagens ou locais que os associavam apenas às origens naturais. A supressão desta qualificação ampliou sua abrangência, em sintonia com o previsto no Decreto-lei 25. O Artigo 175 prescreve: “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como **os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza** ficam sob a proteção do poder público” (MEC,1980, p. 15; BRASIL, 1946; grifos nossos).

Segundo Scifone (2008) a ideia de monumentalidade da natureza a concebia como um espetáculo a ser fruído prioritariamente pela visão. Ou seja, as “paisagens naturais” foram acrescentadas como objetos da proteção prevista no artigo primeiro do decreto, equiparando-as às “paisagens culturais”, mas independentes destas.

O modernista Mario de Andrade, encarregado por Capanema de elaborar o anteprojeto de lei de proteção do patrimônio, previa o tombamento das paisagens associadas as três tipos de artes patrimoniais: arqueológica, ameríndia e popular.<sup>95</sup> Enquanto artes arqueológica e ameríndia as paisagens foram definidas como “determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas, etc.” (MEC, 1980, p. 57). Enquanto arte popular como “determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, vilarejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife etc.” (MEC, 1980, p. 57). Essas definições abarcam uma longa interação do ser humano com a natureza, da pré-história aos dias atuais, numa ideia de continuidade. A partir de 1992, essa ideia

---

<sup>95</sup> No seu anteprojeto de Lei sobre o patrimônio artístico nacional, Mário de Andrade propôs oito tipos de obras de arte patrimonial que seriam objeto da proteção pela inscrição em quatro livros do tomo: 1- arte arqueológica; 2- arte ameríndia; 3- arte popular; 4- arte histórica; 5- arte erudita nacional; 6- arte erudita estrangeira; 7- arte aplicadas nacionais; 8- arte aplicadas estrangeiras (MEC,1980, p. 56).

irá fundamentar uma das categorias de paisagem cultural mais empregadas pela UNESCO para inclusão de bens na Lista do Patrimônio Mundial.

Percebe-se, portanto, no anteprojeto de Mario de Andrade, uma aproximação com o conceito de paisagem cultural que se afirmava na disciplina geográfica à época. Mas esta não foi a abordagem que prevaleceu na prática protecionista nos âmbitos federal e internacional durante um longo tempo. O instrumento legal instituído, o Decreto-lei 25/1937, não restringiu o conceito à origem natural, como observou o próprio IPHAN (DOCUMENTOS DO IPHAN, 2017, p. 478), uma vez que poderia ser entendida como “paisagens agenciadas pela indústria humana”. Essa abordagem conceitual só foi recuperada e atualizada pela política patrimonial há pouco tempo, depois de processos de refutação e aceitação da paisagem cultural dentro da própria Geografia e de sua apropriação por várias disciplinas.

Na época, o debate sobre os tipos humanos e as paisagens do Brasil constituía um dos focos primordiais de discussão e desenvolvimento de estudos no âmbito da geografia – não apenas no contexto nacional, mas mundial – e relacionava-se diretamente com o processo de constituição de uma narrativa sobre a nação brasileira, fazendo parte do mesmo movimento no qual o Iphan se inseria pelo viés do patrimônio cultural e do tombamento. [...] No Iphan, **que muito raramente contou com geógrafos** no seu quadro profissional, **a aplicação do tombamento a paisagens (naturais ou agenciadas pela indústria humana) nem sempre encontrou eco** (DOCUMENTOS DO IPHAN, 2017, p. 479, grifos nossos).

Nas três primeiras décadas do século XX, a prática política do IPHAN encontrou dificuldades para lidar com as paisagens e os sítios arqueológicos. Ambos estavam submetidos “às ameaças de desaparecimento” decorrente da exploração econômica de minérios, o principal argumento para a proteção dos bens culturais a serem protegidos pelo tombamento (GONÇALVES, 1996; SANTIAGO, 2015). O patrimônio arqueológico enfrentava ainda uma dificuldade adicional, segundo Santiago (2015):

Se a seleção de igrejas e casarios coloniais como patrimônio cultural se justificava inclusive por estes se encontrarem em ruínas. Se os exemplares arquitetônicos, com toda a sua presença visual e material, já eram em certa medida anônimos naqueles meados do século passado, relegados a um quadro de abandono, **não é difícil ponderar sobre a dificuldade na atenção ao patrimônio arqueológico, localizado sob a superfície, submerso tanto fisicamente, quanto no tempo** (SANTIAGO, 2015, p. 21, grifos nossos).

Segundo Luís Saia (MEC, 1980, p. 17), a crônica falta de recursos financeiros e humanos exigiu um esforço de priorização. Esforço para inventariar “uma amostragem mais significativa da formação brasileira”, salvar os monumentos do desaparecimento e introduzir na normalidade nacional e no campo jurídico as restrições impostas sobre

a propriedade privada pelo tombamento. E para realizar este enorme trabalho, contaram com poucas equipes formadas por “arquitetos, artistas plásticos, pesquisadores, fotógrafos, engenheiros etc.”, selecionadas por Rodrigo Mello Franco de Andrade. Saia, que foi gestor da diretoria regional do SPHAN em São Paulo, conclui:

A fim de enfrentar tamanha tarefa era indispensável ao SPHAN municiar-se de estudos e **colocar corajosamente em segundo plano tudo o que pudesse ser feito mais tarde**, com mais experiência e mais gente: controle do comércio de arte, **tombamento paisagístico, inventário de artes menores**, aproveitamento e revalorização de monumentos cuja função se tornara obsoleta, tombamento de conjuntos urbanos etc (MEC,1980, p. 18, grifo nosso).

Assim, os bens arquitetônicos e urbanísticos foram o foco da atenção do IPHAN, dominada por arquitetos, de acordo com vários autores (RIBEIRO, 2007; SCIFONI, 2008; CHUVA, 2009; MAGALHÃES, 2013). O critério subjetivo da excepcionalidade excluiu os sítios pitorescos ou conhecidos pela beleza das paisagens, como admitiu Rodrigo Mello Franco de Andrade, o primeiro dirigente do IPHAN (ANDRADE, 1968 apud SCHLEE; QUEIROZ, 2017).

#### 4.3.1 A proteção do patrimônio arqueológico

Durante longo tempo, desde sua criação, o IPHAN se deparou com um pequeno número de arqueólogos atuantes no Brasil e uma carência de ensino nessa área do conhecimento. O contexto adverso tornou impraticável a formação de um quadro especializado dentro do próprio órgão. A fim de contornar essa carência, procurou a cooperação, prevista por dispositivo legal<sup>96</sup>, do Museu Histórico Nacional (MHN) na lida com a proteção do patrimônio arqueológico. Esse patrimônio era geralmente localizado em regiões remotas e ameaçado de destruição pela exploração mineral. A imprecisão de informações quanto à sua localização constituía um obstáculo para a aplicação do tombamento e subsequente fiscalização.

Luiz de Castro Faria, pesquisador do MHN, passou a emitir pareceres a fim de intruir os primeiros processos de tombamento de sítios arqueológicos. Na oportunidade, o cientista apontou a inadequação do dispositivo legal para proteger

---

<sup>96</sup> No artigo 46 da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a cooperação com suas atividades pelo Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes assim como por “outros museus nacionais de coisas históricas e artísticas, que forem criados” (MEC, 1980, p. 69), é prevista pelo parágrafo 3º.

esse tipo de patrimônio (IPHAN, 1962). Os efeitos do tombamento sobre o objeto tutelado, impedindo sua mutilação, foram considerados incompatíveis com os métodos da pesquisa arqueológica, o que tornaria inviável a pesquisa científica. Em seu parecer sobre o tombamento do Sítio Lapa da Cerca Grande, datado de 13 de abril de 1954, ressaltou que recebeu bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1952, para estudar o problema dos sambaquis e apresentar sugestões para a proteção dessas jazidas. Ele concluiu que tanto os sambaquis como as jazidas arqueológicas em geral somente seriam protegidas por uma legislação específica, para a qual tinha feito um esboço e submetido à consideração do próprio Rodrigo.

Quanto ao tombamento das cavernas com pinturas rupestres, localizadas em Minas Gerais, o cientista teve posição favorável, ressaltando a importância da fiscalização:

No caso particular das pinturas parietais das cavernas de Minas, **achamos que a medida de tombamento**, inadequada no caso de sambaquis, **poderá ser aplicada com vantagem**, desde que a D.P.H.A.N possa **dispor de meios eficientes de fiscalização**. Não há dúvida de que do ponto de vista científico qualquer decisão no sentido de preservar aquelas pinturas estará plenamente justificada (IPHAN, 1962, p. 6, grifo nosso).

Segundo Lima (2009), Luiz de Castro Faria assessorou o IPHAN durante quase toda a gestão do seu presidente, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que durou até 1967. Em reconhecimento a essa cooperação e ao protagonismo na elaboração de proposta de lei específica de proteção ao patrimônio arqueológico, o IPHAN instituiu, em 2013, uma premiação com seu nome. Ela é destinada a trabalhos acadêmicos sobre essa temática e conta com oito edições.

Nos primeiros trinta anos do IPHAN, foram tombados quatro sítios. O objetivo era salvar da destruição os mais ameaçados enquanto se esperava a longa tramitação da lei específica, como admitiu Rodrigo no processo de tombamento do Sítio da Lapa da Cerca Grande (IPHAN, 1962). Consta, nesse processo, carta da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, assinada por Rodrigo, de 4 de agosto de 1958, dirigida a Josaphat de Paula Penna, na qual solicitava informações sobre sítios considerados valiosos, a fim de aplicar o tombamento em caráter preventivo:

Não me animei a proceder a inscrição desses bens no Livro do Tombo Arqueológico porque, nas circunstâncias atuais, e **desprovido de elementos para manter vigilância permanente nos pontos distantes em que eles se localizam**, receei que o tombamento tivesse efeito nulo ou contraproducente. Entretanto, a demora em ser elaborada a lei protetora de coisas arqueológicas me inspira o receio de que danos irreparáveis possam afetar a

fisionomia das grutas, sem que qualquer medida de proteção seja tentada pelos poderes públicos. Lembrei-me, por isso, de dirigir-me a V. S., solicitando-lhe como perfeito conhecedor do assunto que é, o obséquio de maiores indicações que permitam a esta Diretoria de proceder de qualquer modo **ao tombamento dos sítios mais valiosos**, até que legislação especial nos forneça maiores possibilidades de ação (IPHAN, 1962, p.13, grifos nossos).

Entre os pesquisadores, os sítios arqueológicos eram comumente tratados como “jazidas arqueológicas”, inclusive por aqueles ligados a outras instituições acadêmicas. Eles vão trabalhar com o IPHAN para elaborar e instituir uma lei de proteção mais apropriada à sua natureza e às particularidades da pesquisa científica.

Após muito percalços, a proposta foi encaminhada ao Congresso por Juscelino Kubitschek, mas a Lei 3924 só foi promulgada em 1961, já no governo de Jânio Quadros (LIMA, 2009). Ela se fundamentou no Artigo 175 da Constituição de 1946, e especificamente, no seu Artigo 152, para equiparar as jazidas arqueológicas às minas, demais riquezas do subsolo e às quedas d’água, que “constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial” (BRASIL, 1946).

Em 1967, o patrimônio arqueológico foi explicitamente mencionado pela primeira vez em dispositivo constitucional, quando o regime militar autoritário, instalado no País em 1964, impõe ao Congresso Nacional nova Constituição. Novamente, destacou-se a origem natural das paisagens. Ao tratar da “família, da educação e da cultura”, a nova constituição estabeleceu:

Artigo 180 - O amparo à cultura é dever do Estado.  
Parágrafo Único. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, **os monumentos e as paisagens naturais notáveis**, bem como **as jazidas arqueológicas** (MEC, 1980, p. 16, grifos nossos).

Portanto, consagrou-se o tratamento dado aos sítios arqueológicos semelhante ao dado aos recursos minerais, ambos considerados “jazidas”, cujas pesquisas, científica ou destinadas à exploração econômica, são permitidas e autorizadas por instrumentos legais, tais quais as previsões da Lei 3924/61. O seu advento preencheu a expectativa de proteção para esta categoria de bens, impedindo a sua perda para a exploração econômica antes de serem conhecidos. Seus dispositivos e regulamentações posteriores estabeleceram requisitos para as pesquisas e escavações arqueológicas nestes locais e podem admitir para aqueles ameaçados por empreendimentos potencialmente destruidores o resgate dos vestígios arqueológicos. A posterior liberação das áreas destes sítios aos empreendimentos é

também uma possibilidade, o que poderia acarretar perdas irreparáveis para os registros rupestres.

A inadequação do tombamento explica o pequeno número de bens dessa categoria no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Até a década de 1960, apenas sete deles fizeram parte deste livro – quatro coleções arqueológicas e três sítios –, conforme classificação do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG).<sup>97</sup> Em 1944, o sítio arqueológico “Itacoatiaras do rio Ingá”, da Fazenda da Pedra Lavrada /PB, foi incluído nos livros do Tombo Histórico e Artístico. Da década de 1960 até novembro de 2019 (Quadro 9), o maior incremento de bens arqueológicos deveu-se as oito ruínas, por tombamentos realizados a partir da década de 1970.

Foi acrescentada apenas mais uma coleção. Aos tombamentos subsequentes de três sítios, iniciados pelo Parque Nacional da Serra da Capivara, se atribuiu muito mais um papel de reconhecimento de suas excepcionalidades entre os bens da mesma natureza, do que propriamente medidas de proteção. Estas seriam garantidas pela Lei 3924/61. Contudo, como bem observou Luiz de Castro Faria, no caso do variado acervo de arte rupestre do PARNA SC, ele foi aplicado com vantagem. A excepcionalidade do mais recente desses três sítios tombados, o conjunto dos Geoglifos do Acre, o credencia inclusive ao reconhecimento internacional, figurando na Lista Indicativa do Patrimônio Mundial, como anteriormente mencionado.

Assim, o patrimônio arqueológico tomou desde o início um caminho próprio, determinado pela forte relação estabelecida com a ciência arqueológica. O objeto de estudo da Arqueologia é, ao mesmo tempo, o objeto da proteção pelo Estado. Em decorrência desta relação, o IPHAN devia exercer um papel de regulamentador das pesquisas arqueológicas. Cabia ao órgão aprovar os projetos de pesquisa, acompanhá-las e fiscalizá-las (GUIMARÃES, 2015). Mas, desde o princípio de sua atuação até o final da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, as atribuições do órgão quanto ao patrimônio arqueológico foram delegadas ao Museu Nacional, como já foi mencionando (STANCHI, 2017).

---

<sup>97</sup> Trata-se de um sistema informatizado desenvolvido pelo IPHAN que integra os dados sobre o patrimônio cultural, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário, saberes e demais manifestações de natureza imaterial.

Quadro 9 - Bens arqueológicos tombados e classificados em categorias no SICG do IPHAN

LOCALIZAÇÃO			INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		DADOS DO TOMBAMENTO	
Nº	UF	MUNICÍPIO	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome atribuído	Estágio da Instrução (Portaria 11/86)	Arqueológico, etnográfico e paisagístico
1	AC	Vários	Sítio arqueológico	Sítios Arqueológicos de Estrutura de Terra Geoglifos	TOMB. APROV.	x
2	MA	São Luís	Sítio arqueológico	Sambaqui do Pindai	TOMBADO	jan-1940
3	MG	Matozinhos	Sítio arqueológico	Lapa da Cerca Grande	TOMBADO	jun-1962
4	PI	São Raimundo Nonato	Sítio arqueológico	Parque Nacional da Serra da Capivara	TOMBADO	set-1993
5	SC	Florianópolis	Sítio arqueológico	Ilha do Campeche: sítio arqueológico e paisagístico	TOMBADO	out-2001
6	SP	Cananeia	Sítio arqueológico	Sambaqui situado acerca de 1000 m da Barra do Rio Itapitanguí	TOMBADO	jun-1955
Nº	UF	MUNICÍPIO	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome atribuído	Estágio da Instrução (Portaria 11/86)	Histórico e Belas Artes
7	PB	Ingá	Sítio arqueológico	Inscrições pré-históricas do Rio Ingá	TOMBADO	mai-1944
Nº	UF	MUNICÍPIO	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome atribuído	Estágio da Instrução (Portaria 11/86)	Arqueológico, etnográfico e paisagístico
8	BA	Andaraí	Ruína	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico na Cidade de Igatu, inclusive as ruínas de habitações de pedra	TOMBADO	jun-2000 (Inclusive Histórico e Belas Artes)
9	MA	São Luís	Ruína	Fortaleza de Santo Antônio: remanescentes	TOMBADO	ago-1975
10	MA	São Luís	Ruína	Sítio de Santo Antônio das Alegrias ou do Físico: ruínas	TOMBADO	jan-1981 (Inclusive Histórico)
11	MA	Rosário	Ruína	Conjunto das Fortificações Brasileiras - Ruínas do Forte Vera Cruz ou do Calvário	HOMOLOGADO	X (Inclusive Histórico)
12	RR	Bonfim	Ruína	Conjunto das Fortificações Brasileiras - Forte de São Joaquim do Rio Branco	HOMOLOGADO	X (Inclusive Histórico)
13	RS	Bagé	Ruína	Forte de Santa Tecla: fundações	TOMBADO	nov-1970
14	RS	São Luiz Gonzaga	Ruína	Povo de São Lourenço das Missões: ruínas e remanescentes do povoado	TOMBADO	mar-1970
15	RS	São Nicolau	Ruína	Povo de São Nicolau: ruínas e remanescentes	TOMBADO	jan-1970
Nº	UF	MUNICÍPIO	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome atribuído	Estágio da Instrução (Portaria 11/86)	Arqueológico, etnográfico e paisagístico
16	CE	Fortaleza	Coleção ou acervo	Col. arqueol. do Museu da Escola Normal Justiniano de Serpa	TOMBADO	Jan-1941
17	PR	Curitiba	Coleção ou acervo	Museu Coronel David Carneiro: coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística	TOMBADO	fev-1941 (Inclusive Histórico e Belas Artes)
18	PR	Curitiba	Coleção ou acervo	Museu Paranaense: coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística	TOMBADO	abr-1941 (Inclusive Histórico e Belas Artes)
19	RJ	Rio de Janeiro	Coleção ou acervo	Col. arqueol. Balbino de Freitas: conchais do litoral sul	TOMBADO	abr-1948
20	SC	Florianópolis	Coleção ou acervo	Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr	TOMBADO	abr-1986

Fonte: IPHAN: Lista de bens tombados e processos de tombamento, em 25 nov. 2019.

Satanchi (2017) observa que, na gestão seguinte do IPHAN, entre 1967 e 1979, Renato Soeiro pulverizou essa delegação entre vários *representantes do IPHAN para assuntos de arqueologia*, buscados nas universidades federais, que atuavam de



acordo com previsão da Lei 3924/61, assumindo a aprovação e o acompanhamento dos trabalhos de arqueologia no país e, eventualmente, o salvamento de vestígios arqueológicos. O autor avalia que se tratava muito mais de uma delegação do que uma representação do IPHAN dada a esses arqueólogos, o que dificultava o estabelecimento de limites entre eles e a ação estatal. Tais delegações, tanto a do Museu Nacional quanto a pulverizada, além de provocarem a acomodação do órgão quanto ao patrimônio arqueológico, trazendo dificuldade para sua institucionalização, trouxe-a para o campo da Arqueologia brasileira (STANCHI, 2017).

Assim, as tentativas de institucionalização do patrimônio arqueológico pelo IPHAN a partir da década de 1980 irá esbarrar nos embates entre os arqueólogos e os técnicos do Núcleo de Arqueologia, criado para cuidar desse patrimônio, frequentemente desqualificados por eles como profissionais sem experiência. A reação negativa dos arqueólogos, acostumados à grandes feudos disponíveis à sua pesquisa, à primeira normativa<sup>98</sup> estabelecida pelo órgão para regulamentar o processo de concessão de autorização de pesquisas arqueológicas, comprova a dificuldade da institucionalização desse patrimônio (STANCHI, 2017; LIMA, 2001). A dificuldade persistiu e só foi efetivamente enfrentada com a criação do Centro Nacional de Arqueologia (CNA), em 2009, quando o IPHAN deu um passo maior para o equacionamento dessa carência.

Segundo Pereira (2018), também na década de 1980, o IPHAN estabeleceu outra parceria com o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) para a conservação de sítios históricos, arqueológicos e paisagísticos. Na parceria com o IBDF, a existência de sítios arqueológicos devia ser considerada na delimitação das áreas a serem transformadas em unidades de conservação da natureza.

A crescente participação do IPHAN no licenciamento ambiental, em razão do crescimento econômico do início do século XXI e do conseqüente impacto dos empreendimentos sobre os sítios arqueológicos, desencadeou a criação do CNA como uma unidade especial. Em 2015, a Portaria Interministerial<sup>99</sup> n. 60, de 24 de março daquele ano, que estabeleceu a interveniência do IPHAN e de outros órgãos no processo de licenciamento ambiental, reforçou o papel crescente do patrimônio

---

<sup>98</sup> Portaria IPHAN nº 07/88.

<sup>99</sup> Entre os Ministérios do Meio Ambiente, da Cultura e da Saúde.

arqueológico na instituição e provocou o ingresso de número mais significativo de arqueólogos, até então mínimo.

O CNA tem a atribuição de gerir o patrimônio arqueológico. Sua atuação fundamenta-se essencialmente na Legislação 3924/61, através da emissão de autorizações e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no território brasileiro. Nas duas últimas décadas, as pesquisas aumentaram de cinco para quase mil por ano. Também é sua atribuição a modernização dos instrumentos normativos, a exemplo do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos e da guarda e tutela dos vestígios arqueológicos por instituições de pesquisas e similares (IPHAN, 2014d).

A constituição de 1988, em seu artigo 216, ampliou a noção de patrimônio e designou um variado rol de objetos passíveis de patrimonialização em consonância com os anseios sociais. Os dois patrimônios aqui analisados, receberam especial atenção ao serem designados sítios de valor arqueológico e paisagístico a serem preservados. Além disso, os sítios arqueológicos foram considerados bens da União, reiterando dispositivo constitucional anterior.

#### **4.3.2 Os tombamentos paisagísticos**

O valor estético dos monumentos naturais e paisagens, enfatizados nos dispositivos constitucionais de 1937, 1946 e 1967, indicam sua maior afinidade com a política pública de preservação do patrimônio cultural. Nos anos 1930, paralelamente ao tombamento, o patrimônio natural também foi objeto da política de proteção ambiental com a criação de parques, como será visto ao final deste capítulo. Essa política possuía objetivos e valores diferentes e passou a priorizar a preservação da biodiversidade.

Saia pode ter considerado a proteção dos monumentos naturais e paisagens uma tarefa mais afeita à atuação dos órgãos ambientais (RIBEIRO, 2007; SCIFONI, 2008), ao defender que os tombamentos paisagísticos deviam ser colocados em segundo plano pelo IPHAN. Uma política voltada para a proteção dos valores paisagísticos, por meio de tombamentos, foi iniciada logo, em 1938, com o conjunto arquitetônico e paisagístico da Ilha da Boa Viagem / Niterói e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Seguiram o jardim histórico do Hospital São João de Deus, em Cachoeiro/BA, em 1940, e o conjunto urbano de Congonhas/MG, em 1941. Depois só vão ser retomados a partir da segunda metade da década de 1950, quando

prevaleceram os conjuntos urbanos e conjuntos arquitetônicos, com oito tombamentos na Bahia, dois em Minas e dois no estado do Rio de Janeiro.

A partir da década de 1960, destacou-se a crescente preocupação com os valores paisagísticos dos conjuntos urbanos e rurais. Até então os valores históricos e artísticos foram preponderantes nos argumentos para o tombamento desses bens, caracterizados por conjuntos de edificações ou associados às intervenções humanas sobre o ambiente. Geralmente, eles eram inscritos nos respectivos Livros do Tombo Histórico e do Tombo Artístico. A inscrição da Serra do Curral, em Belo Horizonte, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1962, ressaltou os valores paisagísticos naturais em meio à polêmica relacionada à exploração do minério de ferro. Essa inscrição trouxe novamente à tona o risco de desaparecimento, o mesmo argumento empregado para justificar a proteção dos sítios arqueológicos submetidos à exploração econômica dos recursos minerais. Mas foi na década de 1970 que o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico agregou novos bens, com a inscrição dos celebrados afloramentos rochosos e morros do Rio de Janeiro e outros mais.

Decorridos mais de oitenta anos, o IPHAN elegeu 28 bens exclusivamente por seu valor paisagístico (Quadro 10). Foram 10 “jardins históricos” e 18 “patrimônios naturais”, de acordo com as classificações do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. De um universo de 233 bens registrados no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico até 2019, a maioria absoluta (147) se deveu ao reconhecimento dos valores paisagísticos dos conjuntos urbanos (71) e conjuntos arquitetônicos, rurais e edificações (76). Estes números confirmam o predomínio dos bens arquitetônicos e urbanísticos protegidos pelo instituto do tombamento na trajetória do órgão federal.

A paisagem havia sido historicamente abordada pelo IPHAN (DICIONÁRIO IPHAN, 2008) segundo uma perspectiva naturalista ou associada ao paisagismo arquitetônico. Numa instituição dominada por arquitetos, a pouca participação de geógrafos nas discussões sobre a paisagem (RIBEIRO, 2007) explica o prisma no qual a paisagem foi abordada até então. Na Geografia, faz muito tempo que esse conceito-chave tentou superar o dualismo entre natureza e sociedade. E, como salienta Figueiredo (2014), as práticas institucionais, aqui e fora, são responsáveis pela construção da preservação do patrimônio através da relação conceito-ação, na

qual se evidencia a dimensão política associada aos perfis técnico-acadêmicos de seus gestores.

Quadro 10 - Jardins Históricos e Patrimônios Naturais (SICG) tombados em ordem cronológica

Nº	LOCALIZAÇÃO		INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		DADOS DO TOMBAMENTO	
	UF	MUNICÍPIO	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome atribuído	Estágio da Instrução (Portaria 11/86)	LTAEP
1	RJ	Rio de Janeiro	Jardim Histórico	Jardim Botânico (Especificadamente o Portão da Antiga Fábrica de Pólvora e o Pórtico da Antiga Academia Imperial de Belas Artes	RERRATIFI C	mai-38
2	BA	Cachoeira	Jardim Histórico	Hospital São João de Deus: jardim	TOMBADO	jul-40
3	CE	Fortaleza	Jardim Histórico	Área do Passeio Público, Antiga Praça dos Mártires	TOMBADO	abr-65
4	SC	Joinville	Jardim Histórico	Parque à Rua Marechal Deodoro, 365	TOMBADO	abr-65
5	RJ	Rio de Janeiro	Jardim Histórico	Aterro do Flamengo	TOMBADO	jul-65
6	RJ	Nova Friburgo	Jardim Histórico	Praça Getúlio Vargas: conjunto arquitetônico e paisagístico	TOMBADO	jul-72
7	RJ	Rio de Janeiro	Jardim Histórico	Conjunto arquitetônico do Antigo Horto Florestal da cidade do Rio de Janeiro	TOMBADO	dez-73
8	PA	Belém	Jardim Histórico	Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi	TOMBADO	jan-94
9	PE	Recife	Jardim Histórico	Jardins de Burle Marx na Cidade de Recife	TOMBADO	x
10	RJ	Rio de Janeiro	Jardim Histórico	Campo de Santana	TOMBADO	dez-16
11	MG	Belo Horizonte	Patrimônio Natural	Conjunto paisagístico do pico e da parte mais alcantilada da Serra do Curral	RERRATIFI C.	set-60
12	BA	Ituaçu	Patrimônio Natural	Gruta de Mangabeira	TOMBADO	jul-62
13	RJ	Rio de Janeiro	Patrimônio Natural	Parque Nacional da Tijuca e Florestas de proteção acima das cotas de oitenta e cem metros	RERRATIFI C.	abr-67
14	RJ	Rio de Janeiro	Patrimônio Natural	Corcovado	TOMBADO	ago-73
15	RJ	Rio de Janeiro	Patrimônio Natural	Morro Cara de Cão	TOMBADO	ago-73
16	RJ	Rio de Janeiro	Patrimônio Natural	Morro da Babilônia	TOMBADO	ago-73
17	RJ	Rio de Janeiro	Patrimônio Natural	Morro da Urca	TOMBADO	ago-73
18	RJ	Rio de Janeiro	Patrimônio Natural	Morro Dois Irmãos	TOMBADO	ago-73
19	RJ	Rio de Janeiro	Patrimônio Natural	Pão de Açúcar	TOMBADO	ago-73
20	RJ	Rio de Janeiro	Patrimônio Natural	Pedra da Gávea	TOMBADO	ago-73
21	MS	Bonito	Patrimônio Natural	Grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida	TOMBADO	nov-78
22	CE	Quixadá	Patrimônio Natural	Morro conhecido como "Pedra da Galinha Choca" anexado ao Açude do Cedro	ANEXADO	jul-84
23	AL	União dos Palmares	Patrimônio Natural	Serra da Barriga, parte mais acantilada, conforme descrição constante na Informação nº123/85	TOMBADO	fev-86
24	BA	Palmeiras	Patrimônio Natural	Conjunto Paisagístico do Morro do Pai Inácio	TOMBADO	mai-00
25	RJ	Rio de Janeiro	Patrimônio Natural	Lagoa Rodrigo de Freitas: conjunto paisagístico	TOMBADO	jun-00
26	RJ	Guapimirim	Patrimônio Natural	Maciço Rochoso Dedo de Deus	TOMBADO	jul-04
27	PI	Teresina	Bem paleontológico	Floresta Fóssil no Rio Poti	TOMBADO	jul-11
28	MT	Vários	Patrimônio Natural	Lugares indígenas sagrados denominados Kamukuwaká e Sagihenku - Alto Xingu, Estado do Mato Grosso.	TOMBADO	mai-16

Fonte: IPHAN: Lista de bens tombados e processos de tombamento, em 25 nov. 2019.

No Brasil, isso teve reflexo na proteção da paisagem por meio do tombamento, que teve uma trajetória similar no contexto internacional. A paisagem desempenhou um papel secundário em relação ao bem principal. Segundo Ribeiro (2007), os tombamentos foram realizados em jardins históricos e bens ligados ao paisagismo (Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 1938); em conjuntos (Ilha de Boa Viagem em Niterói, 1938); em aspectos da natureza emoldurando os monumentos (Casa e Colégio do Caraça em Minas Gerais, 1955); em panorama afetivo da população local (Serra do Curral em Belo Horizonte, 1962).

Na década de 1980, o IPHAN criou uma unidade para a gestão do patrimônio natural. Então, houve um alerta para que o órgão assumisse maior responsabilidade legal com esse tipo de patrimônio há muito desconsiderado em relação a outros bens “menos por negligência, do que por falta de condições, oportunidade e pressão da sociedade” (XAVIER; DELPHIM, 1988, p. 4).

O valor social desses lugares, patrimonializados como “espaço vivido”, passou a ser destacado pelos geógrafos humanistas a partir da década de 1960, e, em seguida, pela Geografia Cultural, em conexão com outras ciências e campos do saber. No campo patrimonial, a consideração desse valor ganhou relevância com o acatamento do patrimônio imaterial e da paisagem cultural, após a Constituição Cidadã, de 1988.

O patrimônio natural foi especificado em dois capítulos da Constituição de 1988. No capítulo dedicado à Cultura, foi particularmente apresentado no artigo 216 pelos “sítios de valor paisagístico, paleontológico e ecológico” (BRASIL, 1988). Esses sítios deviam ficar sob a gestão de órgãos culturais. Além dos valores estéticos e científicos contemplados em dispositivos constitucionais e legais anteriores, houve uma significativa valorização social ao considerá-lo portador de “*referências à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira*” (BRASIL, 1988).

No capítulo dedicado ao Meio Ambiente, a preservação da natureza foi contemplada pelo Artigo 225, sob uma ótica biológica. Este artigo tratou do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e estabeleceu como dever do Estado a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade através espaços territoriais a serem especialmente protegidos (BRASIL, 1988). A responsabilidade por sua administração foi conferida a órgãos ambientais. De modo complementar, assinala

Pereira (2018a), a preocupação com o equilíbrio ecológico preponderou, mas não substituiu as obrigações das políticas do patrimônio cultural com os bens naturais.

### **4.3.3 O tombamento da Serra da Capivara**

A Serra da Capivara permanece uma das maiores áreas brasileiras sob a tutela do IPHAN, em decorrência da aplicação do tombamento, em que pese ser tratado como um sítio. O seu processo de tombamento foi aberto por uma recomendação do Secretário da Cultura da Presidência da República, Sérgio Paulo Rouanet, dirigida ao Presidente do IBPC, Jayme Zettel. Ele havia visitado a região no final de janeiro de 1992, logo após a conquista do título de Patrimônio Mundial, acompanhado de políticos locais. No documento que abriu o Processo 1322-T-1992, de 20/04/1992, o Secretário recomendou providências legais à integral proteção dos acervos contidos naquela área, submetendo o processo de tombamento ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN, 1992a, p. 1).

Nesse mesmo documento, Rouanet também solicitou providências do IBPC junto ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) e ao IBAMA. Ele pretendia alertar esses órgãos sobre o desordenado processo de exploração da cal em curso, no entorno do Parque, que colocava em risco o valioso patrimônio da região. O problema foi mencionado no capítulo 3. A paralisação do processo clandestino de exploração do calcário era complexa diante das dificuldades de subsistência dos trabalhadores das caieiras e de sua dependência econômica de comerciante do mineral na região.

A representação local do IBPC no Piauí atendeu à solicitação da FUMDHAM para incluir no tombamento os sítios localizados nessas áreas calcárias como reforço à proteção desses sítios. Entretanto, fez um alerta através de correspondência dirigida à Terceira Coordenação Regional (Maranhão e Piauí) do IBPC, datada de 27 de abril de 1992. Alertou sobre a necessidade de realizar estudos mais aprofundados que permitissem precisar a delimitação desses sítios, definindo como seu objetivo principal:

[...] evidenciar as alternativas de preservação para os serrotes ameaçados, seja através de um processo racional de exploração do calcário ou da substituição, a curto prazo, destas atividades econômicas por outras compatíveis com a preservação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, capazes de assegurar a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região (IPHAN, 1992b, p. 142).

Não obstante o parecer favorável emitido por arqueóloga do IBPC, o seu Departamento de Proteção (DEPROT) alegou o caráter de urgência para incluir no tombamento somente a área demarcada do PARNA SC. Os serrotes calcários ficariam sob a proteção da área de entorno e da Lei 3924/61. Assim, durante a segunda reunião ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada no dia 2 de outubro de 1992, a área pública do PARNA SC, propriedade da União, foi aprovada por unanimidade para o tombamento. A exclusão dos sítios calcários do tombamento prevaleceu, apesar da objeção do conselheiro Gilberto Velho quanto à efetividade da Lei 3924/61 para protegê-los. Tanto o parecer do conselheiro relator do processo, Arnaldo Campos dos Santos Coelho, quanto o documento de Jayme Zettel, presidente do IBPC, que encaminhou a proposta de tombamento ao Colegiado, destacaram como justificativa para sua aprovação o fato de o Parque já ter sido nomeado Patrimônio Mundial pelo critério cultural.

A inversão da ordem natural desses reconhecimentos, mundial e depois nacional, cujo tombamento foi homologado em 1993, revelou o atrelamento dessa justificativa ao reconhecimento externo. Este, por sua vez, só foi possível por ser a área protegida como uma unidade de conservação da natureza (IPHAN, 1992b). A proteção efetiva pela Lei da Arqueologia era ainda um desafio para o IPHAN, dada a carência de pessoal qualificado para exercer a fiscalização.

Além da Serra da Capivara, foram nomeados como Patrimônio Mundial mais dois sítios arqueológicos do período colonial, ambos protagonizados pelo IPHAN: Missões Jesuíticas Guaranis - Brasil, ruínas de São Miguel das Missões (RS) (1983) e Cais do Valongo - Rio de Janeiro (RJ) (2017).

A crescente preocupação ecológica mundial manifesta durante o século XX resultou, no Brasil, na Constituição de 1988, na adoção de instrumentos de proteção da natureza e da cultura na área da política de meio ambiente. Esta política também elegeu a paisagem e o bem arqueológico como objetos da patrimonialização. Os vestígios ou bens arqueológicos tomados *in situ* foram abordados dentro da própria noção integradora da paisagem. Esta noção ampliou e aproximou seu domínio com a noção de meio ambiente, segundo os aportes teóricos de diversas disciplinas, como a Geografia, a História, a Arqueologia e a nova Ecologia da Paisagem.

#### 4.3.4 A chancela da paisagem cultural brasileira

A discussão sobre um novo instrumento de preservação para a paisagem cultural se instalou no IPHAN, em 2006, com base em demandas surgidas em trabalhos desenvolvidos por suas unidades descentralizadas. À medida que o IPHAN aumentou sua capilaridade com a criação de novas superintendências e escritórios técnicos, o flagrante de uma realidade brasileira diversificada e pouco representada no mapa patrimonial construído desde 1937, concentrado no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, ficava mais evidente.

Mas essa diversidade traduzida pelas demandas e características específicas das várias regiões brasileiras não se encaixava na abordagem normativa e operativa da instituição, exigindo um repertório conceitual mais integrador e territorial mais abrangente. Pereira (2018) destacou duas experiências, que tiveram grande influência no delineamento do instrumento da Chancela da Paisagem Cultural e na sua instituição, em 2009. A experiência de Santa Catarina com os projetos dos Roteiros Nacionais de Imigração e das Embarcações do Brasil,<sup>100</sup> e a experiência do Rio de Janeiro com a proposta de reconhecimento a Patrimônio Mundial na tipologia de paisagem cultural, sugerida pela UNESCO em 2003.

É importante ressaltar que as tensões nos Parques Nacionais relativas aos sítios arqueológicos foram apresentadas pelo presidente do IPHAN, Luís Fernando de Almeida,<sup>101</sup> como uma das justificativas para a discussão da paisagem cultural na 50ª Reunião do Conselho Consultivo,<sup>102</sup> em 2006. Ele apresentou a questão dos sítios arqueológicos junto a outras três justificativas: a opção adotada durante a sua gestão no IPHAN por uma leitura dos processos históricos do país, os limites da proteção de lugares por meio do registro do patrimônio imaterial e os limites do instituto do tombamento na proteção de áreas que apresentam forte relação entre o patrimônio material e o imaterial (IPHAN, 2006).

---

<sup>100</sup> Os dois projetos foram concebidos pelo arquiteto Dalmo Oliveira Filho, superintendente do IPHAN no Estado de Santa Catarina, durante vários anos (1983 - 2006) e, depois, diretor do DEPAM (2006 - 2011).

<sup>101</sup> Luiz Fernando de Almeida é arquiteto e urbanista e foi Presidente do Iphan de 2006 a 2012.

<sup>102</sup> “O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural é o órgão colegiado de decisão máxima do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para as questões relativas ao patrimônio cultural brasileiro, criado pela mesma Lei que instituiu o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), hoje, Iphan, a Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937” (IPHAN, 2014). O Conselho constituído por nove representantes de instituições públicas e privadas e 13 representantes da sociedade civil, indicados pela Presidência do IPHAN.



A referência à questão dos sítios arqueológicos tinha uma forte ligação com a situação do Parque Nacional Serra da Capivara, onde as pesquisas científicas eram sistemáticas desde a década de 1970 e autorizadas pelo IPHAN, de acordo com a Lei 3924/61. Ocasionalmente, havia um conflito de competência entre os dois órgãos, ambiental e cultural, com relação às pesquisas arqueológicas dentro da unidade de conservação de proteção integral.

No entanto, a paisagem cultural era e ainda é um desafio para o próprio IPHAN. Os requisitos de focar na gestão e de considerar o caráter dinâmico da paisagem, como prevê a CEP, contraria a práxis de muitos anos. A práxis se concentrou nos tombamentos bens culturais, nos seus desdobramentos normativos e nas ações coercitivas de fiscalização. A tarefa de preservar a paisagem cultural pressupõe a superação das tradicionais dicotomias entre o patrimônio cultural e natural, material e imaterial, tendo como objetivo o ordenamento territorial. Esses pressupostos contrariam a forma de trabalhar segmentada visível na sua estrutura organizacional. Essa estrutura apresenta dois órgãos finalísticos fundamentados no objeto da tutela pública que substitui a antiga estrutura baseada em processos da década de 1990: o Departamento do Material e Fiscalização (DEPAM) e o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI). A segmentação, que não é uma característica exclusiva do IPHAN, pode ser vista também nas próprias categorias de patrimônio sistematizadas pelo SICG.

Nos debates sobre a paisagem cultural junto ao Conselho Consultivo do IPHAN, o conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses (IPHAN, 2006) observou que toda paisagem é cultural e acentuou a forma dualista entre patrimônio cultural e patrimônio natural que as instituições insistiam em manter nas suas práticas, há muito tempo superadas pela ciência. Para exemplificar, ele cita Augustin Berque, Alain Roger e a constatação de Alain Corbin sobre a montanha e a praia, que só passaram a existir como fato cultural no século XIX, apesar de presentes nos continentes há milhares de anos.

Por outro lado, toda paisagem, se quisermos inclusive respeitar o uso até mais especializado do termo, é cultural por definição; não se confunde com o fato geomorfológico. A paisagem é o fato geomorfológico culturalmente apropriado, é por isso que os grandes especialistas em paisagem, como Augustin Berque ou Alain Roger, por exemplo, falam de sociedades *paysagères* e sociedades não-*paysagères*, porque não é um fato universal. [...] Então, não é possível retomarmos agora um pensamento que esses dois últimos séculos consolidaram em uma direção de integridade, nós estaríamos

desintegrando aquilo que levou séculos para integrar (IPHAN, 2006, p. 34-35; PEREIRA, 2018, p. 74).

Meneses também considerou que a dualidade entre patrimônio material e imaterial poderia provocar consequências graves:

Nós poderemos ter, em pouquíssimo tempo, a seguinte dualidade: o Patrimônio Cultural Imaterial, que é o lugar dos vivos, dos atuantes da cultura como coisa em ação, e vai ser o patrimônio das Comunidades; em outro compartimento, outra gaveta, vamos ter o cemitério cultural, que vai ser o Patrimônio Cultural Material, o patrimônio dos lugares de memória. [...] E o que acho ainda pior é justamente se nós tivermos de um lado o patrimônio das comunidades, passaremos a ter o patrimônio dos técnicos. Então vamos ter o patrimônio das coisas vivas e das comunidades, que são vivas, e o patrimônio dos nostálgicos e dos coveiros. Nós seremos os coveiros da história, os coveiros do patrimônio no cemitério cultural que se opõe ao espaço da cultura viva (IPHAN, p. 35; PEREIRA, 2018, p. 74).

Entre 2007 e 2008 documentos produzidos pelo IPHAN e em parceria com outras instituições nortearam o novo instrumento de acautelamento da Paisagem Cultural Brasileira. Entre os documentos norteadores estavam duas cartas patrimoniais: Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, de agosto de 2007 e Carta da Bodoquena ou Carta das Paisagens Culturais e Geoparques, de setembro de 2007 (SCIFONI, 2016). A *Carta de Bagé – Carta da Paisagem Cultural*, de 2007, previa no seu “Artigo 3 – A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição [...]” (IPHAN, 2007, p. 1-2). Esses bens indicados pela Constituição no Artigo 216 incluem os sítios de valor arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A construção do novo instrumento da paisagem cultural pelo IPHAN culminou, em 30 de maio de 2009, na publicação da Portaria 127, que “estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira”. O instrumento resultou do trabalho de um grupo<sup>103</sup> especialmente formado por diretores e técnicos dos departamentos centrais da instituição e alguns superintendentes. O conceito adotado manteve a abrangência e o caráter genérico previstos anteriormente, conforme o artigo primeiro da Portaria 127/2019: “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do ser humano com o meio natural, à qual a

---

<sup>103</sup> Nesse grupo, formado em 2018 por designação do presidente do IPHAN, destacam-se o seu coordenador, Dalmo Vieira Filho, e a presença de Carlos Fernando de Moura Delphim, que estava à frente da Coordenação Geral do Patrimônio Natural (CGPN) de 2006 a 2013. Delphim iniciou a discussão sobre a paisagem cultural no IPHAN e participou ativamente das discussões subsequentes relativas ao tema.

vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009, p. 35).

A opção pela Chancela da Paisagem Cultural Brasileira privilegiou a valorização e a gestão da paisagem. Assim, optou-se por uma proteção diferente daquela resultante do tombamento. A forma que tomou esse instrumento havia sido esboçada pela *Carta de Bagé*, quanto à gestão prevista nos artigos 5º, 6º e 8º:

Artigo 5 - A preservação da paisagem cultural brasileira deve ser reconhecida mediante certificação concedida pelos órgãos de patrimônio cultural e aprovada por seus conselhos consultivos, de forma conjunta com outros órgãos públicos, organismos internacionais, organizações não governamentais e a sociedade civil, sob a forma de um termo de compromisso e de cooperação para gestão compartilhada de sítios de significado cultural; Artigo 6 - Tal certificado deve ter valor de proteção legal, por incluir toda a legislação incidente sobre cada paisagem declarada como paisagem cultural e por envolver todos os órgãos públicos que sobre ela detenham responsabilidade e dos quais será exigido rigoroso cumprimento de suas atribuições; [...] Artigo 8 - Cada paisagem receberá um selo de chancela de sua qualidade, sendo designados órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural, que conjuntamente com Prefeituras, Estados e a União, a depender de cada caso, e as comunidades residentes em sua abrangência territorial, serão responsáveis por coordenar e controlar o sistema da qualidade, que deve ser documentado na forma de um manual e implementado, considerando as formas de uso e ocupação existentes (IPHAN, 2007, p. 2-3).

O novo instrumento buscou a integração entre as dimensões natural e cultural da paisagem, patrimônio material e patrimônio imaterial e a gestão compartilhada, pressupondo um termo de compromisso interinstitucional e a participação da sociedade civil. Ele tratou a paisagem cultural de forma diferente da prática tradicional do tombamento ao admitir o caráter dinâmico da paisagem, ou seja, as mudanças. A proposta também se afastou dos tombamentos de paisagens, pela mudança do objeto.

Segundo Pereira (2018), os tratamentos anteriores, dados às paisagens pelo tombamento, distinguiam aquelas vinculadas ao paisagismo dos jardins históricos e à natureza espetacular dos monumentos a serem usufruídos visualmente, daquelas nas quais a natureza se integrava à memória coletiva e histórias de vida. O delineamento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira passou a trabalhar com um outro objeto: aquele que resultava das interações dos grupos sociais com a natureza, conforme explicitou a definição da Paisagem Cultural Brasileira expressa no artigo primeiro da Portaria 127/2019.

As definições e pressupostos deste documento aproximaram e afastaram alguns aspectos da Paisagem Cultural Brasileira das definições e práticas da

UNESCO. Ambas definições contemplavam igualmente a singularidade e excepcionalidade, mas as brasileiras afastaram-se das rigorosas exigências de autenticidade e integridade da UNESCO, ao admitir o caráter dinâmico da paisagem (SCIFONI, 2016), numa maior aproximação com a CEP. Como ponto em comum quanto ao caráter seletivo das paisagens a serem tuteladas, ambas tenderam a priorizar a paisagem que representasse a continuidade, o patrimônio vivo.

Ao privilegiar o patrimônio vivo, aproximou-se da forma como os grupos sociais percebem e vivenciam a paisagem, o que revelou maior influência da CEP. Pois como vimos, a CEP tem por objetivo promover a qualidade de vida da população em todo o território europeu e impulsionar a participação social na sua delimitação e gestão. A mesma preocupação foi expressa no documento brasileiro que estipulou a chancela: “a chancela da Paisagem Cultural Brasileira valoriza a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população” (IPHAN, 2009, p 35).

Inspirada nos “Roteiros Nacionais de Imigração”, a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, segundo Scifoni (2016), é uma tarefa complexa no compartilhamento das três instâncias do poder em suas variadas políticas públicas. Essas políticas envolvem os setores produtivos e da agricultura, além da cultura, educação e turismo e a sociedade civil, com a criação de canais de comunicação e participação desde a sua instituição. Assumir a dinâmica da paisagem cultural e a participação social na sua delimitação e gestão compartilhada são requisitos que ainda constituem desafios para as práticas institucionais e sociais brasileiras.

Dadas as dificuldades operacionais em sua aplicação, detectadas nas experiências desenvolvidas pelo IPHAN, a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira foi suspensa em 2014. Ela permanece assim até hoje, embora o grupo especialmente constituído para a sua revisão tenha concluído seu trabalho. O próprio IPHAN considerou a portaria que institui a chancela um instrumento legal frágil e sem a legitimidade dos decretos que instituíram o tombamento e o registro dos bens culturais de natureza imaterial. Além dessa razão, a falta de especialistas, as dificuldades dos fluxos internos etc levaram o órgão, com aprovação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a suspender temporariamente os processos de chancela da paisagem cultural. A suspensão visou aperceber o marco legal. Em 2019, a fim de atingir esse objetivo, o IPHAN lançou uma chamada pública para colher contribuições de outras instituições e da sociedade.

Em decorrência dessa suspensão, o instrumento de reconhecimento da chancela ainda não foi aplicado a qualquer paisagem brasileira. Normativa do IPHAN credencia a chancela a integrar as categorias que o habilitam a participar dos processos de licenciamento ambiental, desde ela que seja efetivada como instrumento de reconhecimento da paisagem como bem cultural. Se a gestão compartilhada é um desafio grande dentro da instituição, tal desafio cresce ainda mais ao pensarmos em integrar as políticas dos órgãos do meio ambiente e do patrimônio cultural. Não podemos esquecer a grande influência na política ambiental dos conservacionistas tradicionais, que defendem a preservação da biodiversidade com o afastamento do ser humano. Justamente o contrário do que se pretende com a paisagem cultural.

Porém, a dicotomia entre natureza e cultura tem mais chance de ser superada se a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira renascer fortalecida como um instrumento conjunto das instituições federais diretamente envolvidas com a operacionalidade da paisagem cultural, a partir da experiência com o licenciamento ambiental. Essa estratégia já havia sido reivindicada por Delphim, no início da discussão sobre paisagem cultural, sob a influência da incorporação da paisagem cultural na Convenção do Patrimônio Mundial pela UNESCO ainda em 2004:

Faz-se necessário um novo dispositivo legal, protetor específico para a paisagem cultural, bem como uma interlocução única no Brasil, sob a forma de uma Comissão Interministerial (DELPHIM, 2004, p. 21; PEREIRA, 2018, p. 69).

Entretanto, o IPHAN, por maiores que sejam as dificuldades, já iniciou uma inflexão na sua política tradicional ao instituir o Registro e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), em 2000, que tem contribuído e pode contribuir ainda mais na Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. A chancela inova, assim como o fez o PNPI, ao abrir possibilidade para a política patrimonial promover a inclusão social através da concepção holística de paisagem cultural. E, assim, contemplar o universo das ações cotidianas, das referências culturais e dos saberes das comunidades, o patrimônio vivo, como destacou Ulpiano Bezerra de Meneses.

Um grande esforço se fez para trabalhar com a concepção holística de paisagem, visível na constituição do grupo de trabalho responsável pela revisão da Portaria da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, com representantes de todos os setores do IPHAN, além de recolhimento de sugestões advindas de consulta pública.

Contudo, uma questão precisa ser observada: a tendência de priorizar a paisagem de continuidade, as civilizações e tradições vivas, em detrimento das desaparecidas – que recebe ênfase na proposta de reformulação da Portaria 127/2009, empreendida atualmente pelo IPHAN<sup>104</sup> – pode excluir a paisagem arqueológica ou relíquia da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. E, com isso, limitar a dinâmica da paisagem, que muda de significado no decorrer da história, como bem lembrou Corbin (2001) e Gosgrove (1998), o que ocorreu com a paisagem da Serra da Capivara. Ademais, essa tendência limitaria a percepção que a paisagem nos descortina, de experimentar a alteridade e a abertura para o mundo (COLLOT, 2013).

#### 4.4 A PAISAGEM NA ARQUEOLOGIA

O tema da pesquisa arqueológica desenvolvida no Sudeste do Piauí sugere uma interação do ser humano ao meio. Esta interação aponta para uma aproximação com a paisagem, que é mencionada de forma explícita em títulos de trabalhos desenvolvidos e divulgados em meio científico (PESSIS; MARTIN; GUIDON, 2014).<sup>105</sup> As inferências neste sentido demandam explorar o pensamento arqueológico sobre a paisagem, numa perspectiva histórica que enfatize o recorte temporal das pesquisas realizadas na região. Assim, levantamos com mais propriedade a hipótese de uma abordagem integrada da paisagem nas pesquisas da Serra da Capivara. E como há grande participação dos arqueólogos pesquisadores na proteção e gestão do patrimônio ali existente, podemos ainda estender esta hipótese à patrimonialização e à própria gestão da preservação.

O entendimento das relações entre a paisagem e a Arqueologia sofreu mudanças com o advento das escolas Processual e Pós-Processual. Da segunda escola, Leroi-Gourhan (PESSIS, 2013) possuiu grande influência nas pesquisas da Serra da Capivara, como veremos adiante. Entre as mudanças trazidas por estas duas escolas, destacam-se as abordagens mais amplas no objeto de estudo da arqueologia da paisagem. Os primeiros estudos sofreram influência da teoria dos sistemas e

---

<sup>104</sup> Relatório Técnico Final do Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira, 2018. Brasília, DF: IPHAN, 2018 (Trabalho não publicado).

<sup>105</sup> As pesquisas de vários autores promovidas pela Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM, estão compiladas em três volumes intitulado “Os Biomas e as sociedades humanas na Pré-História da região do Parque Nacional Serra da Capivara”.

focaram as relações entre o meio ambiente e a sociedade. Esses estudos também procuraram compreender as implicações dessa teoria na economia e subsistência dos grupos humanos, a exemplo dos realizados em áreas de captação de recursos e de manejo florestal. As possibilidades de pesquisa da paisagem na Arqueologia cresceram com as mudanças de abordagens da disciplina (LINO, 2012).

Knapp e Ashmore (1999) observaram que a preocupação dos arqueólogos com o passado humano dialoga há muito tempo com o seu interesse pelo espaço e, portanto, com as paisagens. O pensamento arqueológico sobre a natureza da paisagem mudou sensivelmente. A paisagem, numa visão minimalista, é o pano de fundo em que são traçados os vestígios arqueológicos. Do ponto de vista econômico e político, elas são fontes de recursos, refúgios e riscos que influenciam as ações e condições de vida do ser humano. Entretanto, as mais recentes contribuições sobre as noções de paisagem consideram seus aspectos sociais e simbólicos: “[...] a paisagem é uma entidade que existe em virtude de ser percebida, vivenciada e contextualizada pelas pessoas” (KNAPP; ASHMORE, 1999, p. 1).

As percepções da paisagem do PARNA SC pelas pessoas que trabalham ou habitam no lugar, ou apenas o visitam, apontam para uma diversidade de visões e uma paisagem cambiante. Conhecer essas visões e confrontá-las com as políticas de proteção do patrimônio cultural e do meio ambiente visou compreender como lidamos com as mudanças da paisagem no Brasil. As práticas europeias, segundo acepções da CEP, viabilizaram comparações com as práticas e acepções brasileiras. A CEP, através da *gestão*, propõe “*orientar e harmonizar as alterações* resultantes dos processos sociais, econômicos e ambientais” (CEP, 2005, grifos nossos).

Knapp e Ashmore (1999) também apontam, nas várias abordagens arqueológicas da paisagem existentes, duas perspectivas antagônicas. De um lado, a paisagem é teorizada como um pano de fundo passivo. De outro, é teorizada como uma entidade ativa nas complexas relações humanas. Segundo esses autores, a Arqueologia, notadamente a de assentamentos, atentava para o espaço e a paisagem, mas esta era vista como um pano de fundo passivo ou determinado pela cultura. Agora, a paisagem é vista como entidade ativa e complexa relativamente às vidas humanas. A segunda perspectiva é uma consequência da expansão das análises interpretativas para além dos sítios isolados, envolvendo traços humanos “em e entre *loci*” nos chamados “lugares de interesse especial”. Assim, a partir de 1992,

resultam diversas perspectivas (Arqueologia sem sítio, externa, distribucional) e várias abordagens da Arqueologia da paisagem.

Concordamos com a reflexão dos supracitados arqueólogos sobre a polarização entre natureza e cultura, que só dificulta o estudo das paisagens passadas. E acrescentaríamos essa dificuldade ao estudo da paisagem a partir de quaisquer outras disciplinas, das quais lançamos mão neste trabalho. Fica evidente então que, independentemente das visões tradicionais, a paisagem é uma mediação entre a natureza e a cultura, o que rechaça qualquer interpretação como exclusivamente natural ou cultural. Para Knapp e Ashmore (1999, p. 21), as paisagens “são parte integrante do *habitus* de Bourdieu, as práticas sociais rotineiras dentro das quais as pessoas experimentam o mundo ao seu redor” (tradução nossa). Entretanto, além do *habitus*, ao habitar a paisagem as pessoas exercem atividades que ordenam, transformam, identificam e memorizam a paisagem. A paisagem só se manifesta como tal a partir da criação e experiência do espaço pelas pessoas, ou seja, da sua percepção como lugar. Esse senso de lugar das pessoas e o seu envolvimento com o mundo ao redor possuem uma relação de dependência de suas condições históricas (KNAPP; ASHMORE, 1999).

As referências paisagísticas variadas ora enfatizam a dimensão natural da paisagem através dos aspectos geomorfológicos, ecológicos, hidrológicos etc., ora enfatizam a dimensão cultural através dos aspectos tecnológico, organizacional, cosmológico etc. A dualidade das duas abordagens afeta tanto a Arqueologia quanto outras ciências. Nas pesquisas, patrimonialização e gestão da Serra da Capivara ora se manifesta essa dualidade, ora se manifesta a paisagem como mediação entre cultura e natureza.

#### **4.4.1 A paisagem de arte rupestre na arqueologia brasileira**

As pesquisas interdisciplinares desenvolvidas na Serra da Capivara — que estudam os paleoambientes e as mudanças da paisagem através da Estratigrafia de diferentes tipos de sítios arqueológicos e paleontológicos — são essenciais para entender a interação do ser humano com a paisagem ao longo do tempo, consolidando a interdependência das pesquisas arqueológicas e paleoambientais (PESSIS; MARTIN; GUIDON, 2014a).



Quanto a esta influência do ambiente sobre o ser humano, é inevitável associá-la à premissa do geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, para quem “a história de um povo é inseparável da área em que ele habita” (RIBEIRO, 2017, p. 40). Ribeiro (2017) observa o papel não explícito e relevante da tradição vidalina, que conflui com a ecologia na construção da ideia de paisagem cultural da UNESCO, instituída em 1992. Influência percebida inclusive na justificativa de algumas inclusões na Lista do Patrimônio Mundial dentro desta categoria. De acordo com Campos (2014), Paul Vidal de La Blache (1845-1918), tido como responsável pela institucionalização da Geografia na França, foi considerado opositor de Friedrich Ratzel (1844-1904). Na verdade, contudo, sua obra revela uma influência das ideias do geógrafo alemão em algumas das suas concepções. Portanto, a ideia de que La Blache seria o fundador de um conhecimento geográfico distanciado das relações de causa e efeito e sua obra fundadora da corrente de pensamento “Possibilismo”, em contraposição ao “Determinismo Geográfico” de Friedrich Ratzel, não tem fundamento (CAMPOS, 2014). Mesmo porque Ratzel valorizava igualmente, ou até mais, os fatores históricos culturais além das influências ambientais (BROEK, 1972).

No Brasil da década de 1970, predominavam duas filosofias de pesquisa arqueológica. A de influência norte-americana, denominada Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), e a de influência francesa, conhecida como Missão Franco-Brasileira. Ambas foram implantadas por cientistas estrangeiros convidados por instituições locais para colaborarem na formação especializada em arqueologia. A Missão Franco-Brasileira esteve presente no Estado de Minas Gerais e na região Nordeste.

A falta de profissionais para enfrentar a destruição do acervo arqueológico havia originado um movimento liderado por intelectuais,<sup>106</sup> que já conseguira, em 1961, a instituição de legislação específica, mas ainda carecia de recursos humanos para sua aplicação. Então, foram criados cursos e estágios de formação, destacando-se o projeto PRONAPA, realizado pela colaboração entre o IPHAN e a *Smithsonian Institution*, entre 1965 e 1971.

A escola norte-americana, à época, era formada por arqueólogos histórico-culturais preocupados “com a distribuição geográfica dos artefatos e suas relações

---

<sup>106</sup> Destacam-se no movimento Paulo Duarte, político de São Paulo e criador da Comissão de Pré-História da USP, posteriormente Instituto de Pré-História, o antropólogo L. de Castro Faria, do Museu Nacional e José Loureiro Fernandes, da Universidade do Paraná.

com grupos históricos” (REIS, 2004, p. 83), e explicavam as mudanças culturais por influência externa da migração de povos. Ela foi propagada na América Latina pelo casal norte-americano Clifford Evans e Betty J.

O PRONAPA pretendia realizar prospecções e testes rápidos visando elaborar um quadro das culturas brasileiras. Participaram desse projeto o Museu Paraense Emilio Goeldi e pesquisadores isolados do Sul e do Nordeste. Outras instituições brasileiras, como o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Museu de Antropologia da UFSC e o Instituto de Pré-História da USP continuaram suas pesquisas baseadas em escavações sistemáticas de sítios. Isso gerou uma divisão no Brasil e na América Latina entre esta escola e a norte-americana.

Em 1970, a complementaridade das duas abordagens de pesquisas levou algumas equipes à tentativa de manter as prospecções paralelas às escavações sistemáticas. Trabalharam desta forma o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), as universidades federais de Minas Gerais e do Piauí. No Piauí, a arqueóloga Niède Guidon coordenava os trabalhos (PROUS, 1992).

Na década de 1960, além dos Evans, o casal formado pelo geógrafo Joseph Emperaire e sua esposa Annette Laming tiveram papel importante na formação dos arqueólogos brasileiros. Na década de 1970, o interesse pela arte rupestre através de levantamentos sistemáticos com interpretação estruturalista indica a convergência com as teorias de Annette Laming-Emperaire e de Leroi-Gourhan (PROUS, 2007). Os trabalhos da Missão Franco-Brasileira, realizados a partir de 1973, são os mais complexos. A missão, formada por um grupo do *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)* e orientada por Annette Laming-Emperaire, se desdobra em pesquisas em Minas Gerais, em convênio com o Museu Nacional e UFMG e, no Piauí, com o Museu Paulista e a UFPI (PROUS, 1992).

A ideia de etnografia comparada de Leroi-Gourhan surge no contexto nutrido pela Antropologia e pelo Orientalismo, desencadeando uma abordagem etnológica aplicada à Pré-História. Sua escola destaca o registro, a técnica da decapagem em escavações de amplas superfícies, as pesquisas das relações mais relevantes que as do objeto; trabalha com aportes etnológicos e antropológicos; identifica o tempo sincrônico, o espaço sociológico de determinado momento. Postula que a manutenção e a reprodução de aspectos conservadores dos grupos sociais permitem a identificação desses grupos pelos tipos de artefatos em sua funcionalidade e duração. Os artefatos são impressos pela “cadeia operatória” em seus gestos técnicos, sem

negligenciar o papel do meio ambiente nesta produção (MOHEM *et al.*, 1990 apud REIS, 2004).

A maior influência de Leroi-Gourhan no Brasil, entretanto, oriunda do Estruturalismo, foi na arte rupestre, que esteve também presente nos trabalhos de Annette Laming-Emperaire, com o contraste de hipóteses oriundas de análises estruturais da arte rupestre com informações etnográficas. De acordo com Prous (2007), os dois pesquisadores franceses teceram críticas à forma ingênua baseada no Evolucionismo da primeira metade do século XX de comparar os símbolos das pinturas rupestres muito antigas, encontradas no território francês com as práticas atuais de povos pseudoprimitivos da Austrália ou da África do Sul. “Na falta de textos explicativos, o significado da arte pré-histórica devia ser encontrado nos próprios vestígios, e não na projeção das nossas crenças e dos nossos preconceitos sobre o que teriam sido nossos longínquos predecessores” (PROUS, 2007, p. 13). Leroi-Gourhan e Annette Laming-Emperaire evidenciaram relações entre alguns temas e destes com certas situações topográficas na arte rupestre franco-cantábrica.

Guidon destacou a influência francesa nos estudos da arte rupestre na Serra da Capivara, especialmente de Leroi-Gourhan, ao prefaciar o livro *Imagens da Pré-História* de Anne-Marie Pessis. Além dessa influência, Pessis lançou mão da Etologia, ou seja, do estudo do comportamento animal (SALDANHA, 1973): “Seguindo a linha de reflexão iniciada por Leroi-Gourhan, Anne Marie Pessis vai mais além, refletindo sobre as dimensões etológicas da comunicação e a capacidade dos primatas de apreensão de imagens” (PESSIS, 2013, p. 12).

Nos abrigos sob rochas da Serra da Capivara, manifesta-se a riqueza das pinturas e gravuras rupestres produzidas por indivíduos pertencentes a sucessivos grupos humanos que marcaram sua presença ali (Figura 55). Esses artefatos rupestres constituíram o principal atributo para o reconhecimento do PARNA como patrimônio da Humanidade pela UNESCO (1991), assim como para a anterior criação do Parque Nacional (1979) e o posterior tombamento (1993). Eles informam sobre a cultura material das populações antigas que ali viveram, sobre as escolhas e soluções técnicas para representar as imagens. Mas são também

o suporte da dimensão imaterial da cultura evocada pela temática tratada, pelo representado pelas figuras e pelos múltiplos significados que, no decorrer do tempo, estes registros tiveram para seus autores (PESSIS, CISNEIROS e MUTZENBERG, 2018, p. 39).

Figura 55 - Vista panorâmica dos painéis com pinturas rupestres do Boqueirão da Pedra Furada, uma amostragem da evolução pictural de milhares de anos, iniciada há 12.000 anos BP



Foto: Arquivo pessoal da Autora, 10 jul. 2018.

De acordo com Pessis, Martin e Guidon (2014c), entre uma imagem e outra dos grafismos rupestres existem tempos e autorias desconhecidas. Portanto, se faz necessário isolar conjuntos gráficos para fundamentar e delimitar unidades de análise, segundo procedimento científico confiável. As autoras que realizam pesquisas no PARNA Serra da Capivara, desde a década de 1970, consideram que estes grafismos devem ser estudados como os demais vestígios arqueológicos e submetidos aos mesmos métodos de pesquisa. A sua designação como arte rupestre não favorece seu estudo arqueológico à medida que são considerados obras de arte e julgados com critérios da História da Arte. Contudo, o valor artístico das pinturas e gravuras foi um argumento muito defendido por Pessis (1992c), para justificar a nomeação da Serra da Capivara a Patrimônio Mundial, na proposta elaborada pela FUMDHAM e apresentada à UNESCO.

As pesquisadoras privilegiam, então, o estudo da arte como *teckné*, o domínio técnico que permite o aperfeiçoamento de uma obra e quantificar a qualidade na elaboração do objeto pretendido. O estudo da *teckné* permite reconstruir as etapas da cadeia operatória realizada, desde a obtenção da matéria-prima até o resultado final. Assim, as pinturas e gravuras rupestres elaboradas na Pré-História são consideradas encenações imaginárias de grupos culturais diferentes resultantes de escolhas temáticas e procedimentos técnicos, realizados no decorrer de milênios.

Contudo, o privilégio da *teckné* não significa excluir a dimensão estética do fenômeno manufaturado, que no caso dos grafismos e quaisquer outros objetos são visíveis na qualidade da sua realização material. “Se considerarmos que o pensamento representado se perdeu para sempre, vemos que nos restam apenas os grafismos interpretativos dele, embora também modificados no tempo e na distância” (PESSIS, MARTIN E GUIDON, 2014c, p. 653), uma vez que estão expostos a agentes degradantes biológicos e ao intemperismo.

Segundo Prous (2007), os estudos arqueológicos desenvolvidos durante as últimas décadas do século XX em diversos países, especialmente o Brasil, têm revelado uma arte rupestre muito rica, antes desconhecida, que precisa ser abordada por adaptações dos métodos a esses novos campos e a renovação dos olhares sobre essa arte. Buco (2012) faz uma análise da arte rupestre da Serra Branca a partir de um olhar que se afasta das classificações estilísticas anteriores e a aproxima da arqueologia da paisagem (Quadro 11).

Através do tema transversal do movimento (Arqueologia do movimento), a arte rupestre da Serra Branca foi vista como a integração dos universos natural-subsistência e simbólico-imaginário. Ela definiu quatro movimentos de ocupação associados aos contextos arqueológicos mostrados no Quadro 11; o primeiro movimento teve início na transição do Pleistoceno-Holoceno, e o quarto e último se prolongou até os dias atuais (BUCO, 2012).

Quadro 11 - Quadro cronológico dos quatro movimentos da arte rupestre na Serra Branca

Movimento de Ocupação	Período	Cultura Material	Arte Rupestre
(MOVIMENTO 1) "Grandes Animais"	Mais antigo que 10.800 BP	(Não foi encontrada)	Sobreposição pictórica
(MOVIMENTO 2) "Povos de Transição"	Entre 10.800 BP à 6.060 BP	Líticos diversos incluindo "lesmas" e "ponta de projétil"	Painel enterrado, fragmentos de parede pintada e ocre amarelo e vermelho
(MOVIMENTO 3) "Povos de Passagem"	Entre 4.970 BP à 940 BP	Líticos diversos incluindo machados de pedra polida e mão de pilão, fragmentos de cerâmica lisa e corrugada	Painel enterrado, fragmentos de parede pintada, godês, ocre vermelho, lascas com pigmentos e gravuras
(MOVIMENTO 4) "Histórico"	Mais recente que 400 AD	Flauta de madeira, fragmentos de cerâmica, louças, vidros	Gravuras sobrepostas, amoladores, jogo de tabuleiro gravado, pilão feito nos blocos soltos, pinturas pretas e brancas

Fonte: Buco (2012, p. 513).

#### 4.5 NORMA AMBIENTAL NA POLÍTICA DE ESTADO

A política de criação de unidades de conservação sobre as paisagens, na perspectiva da natureza, inspirada no *National Park* estadunidense, iniciou-se no País na década de 1930. Entretanto, segundo Rafael (2017, p. 1216), os interesses dos dois países com a criação dessas unidades diferiam. No caso estadunidense, a criação de parques tinha um caráter preventivo de proteger ecossistemas originários e intocados como reduto de contato com a natureza para as populações urbanas. Fica

evidente a contraposição entre civilização e natureza, entre a cidade como local de doença e pecado e o mito da natureza intocada.

No início da política brasileira, a preservação da biodiversidade era secundária, prevalecendo os interesses territoriais. A escolha recaía nas áreas de concentração populacional e de atividades humanas que geraram e ainda geram muitos conflitos. Conflitos na confluência do interesse do Estado em controlar o território com o desinteresse do capital produtivo e das comunidades que pouco participam da delimitação das áreas protegidas (RAFAEL, 2017).

Segundo Rocha, Drummond e Ganem (2010), a política ambiental brasileira adotou a premissa de que as áreas destinadas a estas unidades deviam pertencer ao patrimônio público. Isso ocorreu desde a criação do seu primeiro Parque Nacional, em 1937, com o objetivo de garantir o seu pleno manejo para a conservação da natureza e suas belezas cênicas, e oferecer recreação, educação ambiental e pesquisa científica. Esta premissa, que não é universal, ainda prevalece na política brasileira e coloca o desafio permanente de tornar as áreas decretadas como parques nacionais em patrimônio da União.

O Parque Nacional do Itatiaia, criado em 1937, na divisa entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais (128.000 hectares), foi o pioneiro a ser criado. Nesta mesma década (1939), criaram-se mais dois parques em remanescentes do bioma Mata Atlântica, fortemente impactado pela colonização e o crescimento urbano da região Centro-Sul brasileira: o Parque Nacional de Iguaçu, no Paraná, de grande extensão (185.162 hectares) e Parque Nacional Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro (10.527 hectares). Estes três parques constituíram as primeiras áreas protegidas.

Aos poucos os interesses da política ambiental se deslocaram dos territoriais para a primazia da conservação da diversidade biológica, quando outros biomas foram incluídos na criação de mais parques nacionais. Foram três os seguintes, criados em 1959: Parque Nacional de Ubajara (CE), que protege o bioma caatinga; Parque Nacional de Aparados da Serra (SC), privilegiando ainda o bioma Mata Atlântica e Parque Nacional do Araguaia (TO), que abrange o Cerrado. Atualmente, além da diversidade biológica, a concepção destas áreas protegidas inclui também a “justiça socioambiental para as populações impactadas” pela criação destas unidades (RAFAEL, 2017, p. 1214).

A questão ambiental no século XX, para Pereira e Scardua (2008) tomou grandes proporções em todo o mundo, sendo notável o crescimento de áreas

protegidas e a realização de conferências internacionais sobre o tema. Surgiram também diversas teorias, desde as mais catastróficas, que previam o esgotamento dos recursos naturais frente a progressiva demanda provocada pelo crescimento populacional, até as noções do eco desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Neste contexto, desenvolveu-se, segundo Metzger (2001), a disciplina Ecologia da Paisagem através de duas abordagens distintas: uma abordagem geográfica mais antiga, nascida em meados do século XX, na Europa; e uma abordagem ecológica, mais recente, surgida entre as décadas de 1970 e 1980, nos EUA.

A abordagem geográfica tem como objeto de estudo o ser humano inserido na paisagem e o ordenamento do território. Constitui uma disciplina holística que pretende compreender a paisagem globalmente, considerada em sua essência cultural e que visa o ordenamento territorial, por meio das Ciências Sociais, Geofísicas e Biológicas. A abordagem ecológica foca na relação do contexto espacial sobre os processos ecológicos e sua importância para a conservação biológica, ou seja, objetiva a conservação biológica e o manejo dos recursos naturais. Ela nasce influenciada por biogeógrafos e ecólogos americanos, que se baseiam na teoria de biogeografia de ilhas para planejar reservas naturais nos continentes. De acordo com o autor:

A ecologia de paisagens vem promovendo uma mudança de paradigma nos estudos sobre fragmentação e conservação de espécies e ecossistemas, pois permite a integração da heterogeneidade espacial e do conceito de escala na análise ecológica, tornando esses trabalhos ainda mais aplicados para resolução de problemas ambientais (METZGER, 2001, p. 1).

O Brasil também se inseriu nesse movimento que impulsionou o ambientalismo e o direito ambiental brasileiros, consagrados pela Constituição de 1988, quando prescreveu no seu Artigo 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Desse modo, o PARNA SC encontrou um ambiente propício à sua criação no contexto mundial de incremento às áreas protegidas, tendo ocorrido em pleno período da ditadura militar no País. O Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, que aprovou o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, foi assinado pelo presidente João Batista Figueiredo dois meses após a sua criação. De acordo com o Regulamento, o objetivo principal dos Parques Nacionais é a preservação dos

ecossistemas naturais, protegendo-os de alterações que os desvirtuem. O decreto prevê diversas zonas de manejo: as Intangíveis, que devem permanecer intactas, as Zonas Primitivas, as de Uso Extensivo, as de Uso Intensivo, as Histórico-Culturais, as de Uso Especial e as de Recuperação. Elas variam entre aquelas nas quais as intervenções do ser humano são mínimas até àquelas em que as intervenções são necessárias, como prédios administrativos, de manutenção e de recuperação de animais.

O PARNA SC foi criado quase uma década antes da Constituição de 1988, marco legal da redemocratização brasileira, e duas antes do advento da Lei 9.985 de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), ambos dispositivos em sintonia com as abordagens da Ecologia da Paisagem. Os Parques Nacionais foram incorporados como unidades de conservação integral pelo SNUC.

O SNUC foi visivelmente influenciado pela abordagem mais recente da Ecologia da Paisagem, que enfatiza as paisagens naturais e os conceitos desta disciplina para a conservação de diversidade biológica e o manejo dos recursos naturais. A delimitação de áreas protegidas livre do ilimitado uso humano, que começa com o extrativismo e culmina com a monocultura, a industrialização, a urbanização, tem sido uma estratégia importante para o enfrentamento da crise da biodiversidade na avaliação de Olmos *et al* (2001).

Contudo, esses autores observam que áreas protegidas isoladas são insuficientes na consecução desse objetivo. A conservação da biodiversidade necessita de espaços protegidos maiores, impondo sua busca através da Ecologia da Paisagem,

incluindo mosaicos de áreas protegidas sob diferentes formas de manejo, formando 'corredores ecológicos' [...]. É importante enfatizar que o ponto focal desses mosaicos são as áreas estritamente protegidas, onde o impacto humano é minimizado (OLMOS *et al.*, 2001, p. 280).

O mosaico é um padrão criado pela justaposição “de manchas, corredores e matriz, cada um composto de objetos agregados menores, semelhantes” (FORMAN, 2013, p. 6, tradução nossa). A mancha se caracteriza por ser uma área de relativa homogeneidade que difere da sua circunvizinhança; o corredor é um tipo de faixa que se distingue pelos dois lados do terreno adjacente, podendo ser um corredor fluvial ou de transmissão de energia de alta tensão. A matriz é “o ecossistema de fundo ou o tipo de uso da terra em mosaico” (FORMAN, 2013, p. 6, tradução nossa), a exemplo da caatinga, da terra cultivada ou do tecido urbano das cidades do sudeste do Piauí.



Assim, os mosaicos compostos por áreas ou manchas estritamente protegidas, interligadas por áreas de uso controlado que formam corredores ecológicos, são considerados a melhor alternativa para a conservação da biodiversidade.

Visão diferente têm os socioambientalistas, a exemplo de Krenak (2020), que, diante da pandemia do Covid-19, se manifestou por meio de entrevistas jornalísticas e livros quanto aos laços fortes que unem as comunidades tradicionais à Terra. Krenak as inclui na preservação da diversidade biológica ao mesmo tempo que critica o antropocentrismo:

Somos piores que a Covid-19. Esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo uma abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam se manter agarrados nessa Terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia, ou na América Latina. Esta é a sub-humanidade: caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes. Existe, então, uma humanidade que integra um clube seleta que não aceita novos sócios. E uma camada rústica e orgânica, uma sub-humanidade, que fica agarrada na Terra. Eu não me sinto parte dessa humanidade. Eu me sinto excluído dela (KRENAK, 2020, p. 7- 8).<sup>107</sup>

Segundo Gonçalves *et al.* (2003), o SNUC é uma das estratégias mais eficientes para a conservação da biodiversidade de um país. Esta opinião foi expressa no Plano de Manejo da Serra das Confusões, Parque criado posteriormente ao da Serra da Capivara (1998), e com o qual possui forte imbricação ambiental através do corredor ecológico Capivara-Confusões, instituído em 2005. Por meio de diferentes categorias de manejo em todos os níveis de governo e categorias complementares de unidades de conservação, busca-se a consolidação deste sistema, com o objetivo de conservar a diversidade biológica em longo prazo.

Os Planos de Manejo vem sendo elaborado para UC's Brasileiras desde a década de 70, e sua importância foi ressaltada na Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n.º 9.985/2000), que, em seu artigo 27 determina que toda Unidade de Conservação tem que dispor de um Plano de Manejo em um prazo de cinco anos a partir de sua data de criação. Esse documento deve abranger a zona de amortecimento da unidade e, quando couber, os corredores ecológicos, devendo ainda incluir medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (GONÇALVES *et al.*, 2003, p. i).

---

<sup>107</sup> O texto intitulado "O amanhã não está à venda" expressa o conteúdo de três entrevistas realizadas com Ailton Krenak: MA-AKARON, Bertha, O modo de funcionamento da humanidade entrou em crise. *Estado de Minas*, 3 abr. 2020; HELAL FILHO, William. Voltar ao normal seria como se converter ao negacionismo e dizer que a Terra é plana. *O Globo*, 6 abr. 2020; MARTINS, Christiana. Não sou um pregador do apocalipse. Contra esta pandemia é preciso ter cuidado e depois coragem. *Expresso*, Lisboa, 7 abr. 2020.

O IBAMA e a FUMDHAM, no início dos anos 2000, haviam rerepresentado a candidatura do PARNA SC ao Comitê do Patrimônio Mundial, pleiteando o reconhecimento do seu caráter universal pelos critérios naturais, desta vez, associados ao Parque Nacional Serra das Confusões, de recente criação. Esta proposta seria uma retomada da proposta original feita pela FUMDHAM ao governo federal, antes da criação do PARNA SC, em 1979, que visava a integração entre os dois parques, não acatada à época (PESSIS, 2018).

A candidatura, desta vez, usou como argumento a estratégia do SNUC de criação de um mosaico de unidades de conservação diferenciadas. Mas o corredor ecológico Capivara-Confusões não havia sido instituído ainda, o que ocorreu somente em 2005. Certamente, pesou na decisão do Comitê, que recusou novamente a proposta, o fato de ela não assegurar a preservação da biodiversidade do bioma caatinga e a mínima estrutura do Parque Nacional da Serra das Confusões. Essas duas questões foram mencionadas nos itens dois e quatro do documento que compila as decisões da 27ª Seção do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em 10 de dezembro de 2003:

1. Decide não inscrever o Parque Nacional Serra da Capivara, Brasil, na Lista do Patrimônio Mundial com base em critérios naturais;<sup>108</sup>
2. Incentiva o Estado Parte a considerar a inclusão de áreas protegidas relevantes em uma indicação em série que possa garantir melhor a conservação da biodiversidade do bioma Caatinga;<sup>109</sup> [...]
4. Insta o Estado Parte a promover o uso das melhores práticas que contribuíram para o **gerenciamento eficaz do Parque Nacional Serra da Capivara**, a fim de aprimorar o planejamento e o gerenciamento do recém-criado Parque Nacional Serra das Confusões;<sup>110</sup>
5. Observa que a inscrição original do Parque Nacional Serra da Capivara na Lista do Patrimônio Mundial sob o critério cultural (iii) não é afetada por esta decisão<sup>111</sup> (UNESCO, 2003, p. 108, grifos nossos).

No Brasil, desenvolveu-se um termo próprio, os *espaços territoriais especialmente protegidos* (ETEP), referenciados no primeiro parágrafo do Artigo 225, com um significado mais abrangente, que abarca tanto as áreas protegidas quanto as unidades de conservação delimitadas pelo SNUC. Não há uma definição legal para

<sup>108</sup> 1. Decides not to inscribe Serra da Capivara National Park, Brazil, on the World Heritage List on the basis of natural criteria;

<sup>109</sup> 2. Encourages the State Party to consider including relevant protected areas in a serial nomination that can better ensure biodiversity conservation of the Caatinga biome; [...]

<sup>110</sup> 4. Urges the State Party to promote the use of the best practice experience that has contributed to the effective management of Serra da Capivara National Park to enhance the planning and management of the recently created Serra das Confusões National Park;

<sup>111</sup> 5. Notes that the original inscription of Serra da Capivara National Park on the World Heritage List under cultural criterion (iii) is not affected by this decision (UNITED..., 2003, p. 108).

*áreas protegidas*, mas as unidades de conservação previstas pelo SNUC são as que mais se aproximam do conceito da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), aceito internacionalmente nos meios científicos e políticos. Elas possuem o objetivo comum de serem especialmente voltadas para a conservação da natureza (PEREIRA; SCARDUA, 2008). Na definição da IUCN:

Uma área protegida é um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros igualmente eficazes, com o objetivo de garantir a conservação a longo prazo da natureza, juntamente com os serviços ecossistêmicos e os valores culturais associados (LAUSCHE, 2011, p. 12).

Na concepção definida pela lei brasileira do SNUC, Art. 2, I, unidade de conservação é o:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2011, p. 5).

No SNUC foram definidas 12 unidades de conservação, divididas em dois grupos: unidades de proteção integral, nas quais só é possível o uso indireto dos recursos e unidades de uso sustentável, em que é permitido o uso direto dos recursos (Tabela 4). O sistema dessas unidades possui entre outros objetivos manter a diversidade biológica e genética e “proteger **paisagens naturais** e pouco alteradas de notável **beleza cênica**”, bem como “características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, **arqueológica**, paleontológica e **cultural**” (BRASIL, 2011, p. 7, grifos nossos).

Os últimos atributos, o das belas paisagens e especialmente os arqueológicos e culturais, privilegiam o passado da terra e do ser humano na sua interação com o meio e sua historicidade. No entanto, o fato de serem mencionados entre os recursos considerados para a criação destas unidades de conservação não corresponde a uma prática de complementaridade aos instrumentos da política do patrimônio cultural, numa postura de sobreposição que não pressupõe a cooperação interinstitucional. Não se conseguiu ainda abandonar o tratamento excessivamente setorizado nem a falta de articulação entre as políticas públicas do meio ambiente e do patrimônio cultural, que intensificam a dicotomia entre natureza e cultura, por mais que os teóricos apontem sua superação como condição para a preservação.

Tabela 4 - Unidades de Conservação Federais do Brasil

Grupo	Categoria	Quantidade	Total em hectares
Proteção Integral- PI	ESEC - Estação Ecológica	30	7.209.341,42
	MONA- Monumento Natural	5	11.540.275,86
	PARNA- Parque Nacional	74	26.864.003,74
	REBIO- Reserva Biológica	31	4.267.866,28
	REVIS - Refúgio de Vida Silvestre	9	298.436,07
		<b>Total: 149</b>	<b>50.179.923,37</b>
Uso Sustentável- US	APA - Área de Proteção Ambiental	37	89.766.818,07
	ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico	13	34.088,40
	FLONA - Floresta Nacional	67	17.827.439,08
	RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2	102.619,45
	RESEX - Reserva Extrativista	66	13.513.303,61
	Reserva da Fauna	-	
			<b>Total: 185</b>
<b>Total geral de Unidades: 334</b>			<b>171.424.191,99</b>
*Área aproximada obtida por meio de software de SIG			
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural			
			<b>Total de RPPN: 688</b>

Fonte: ICMBIO (2018f).

Antes do SNUC, tais atributos culturais somente tinham concorrido para a criação do PARNA SC pelo excepcional patrimônio arqueológico. Na verdade, este foi o único Parque criado com o objetivo específico de proteger este patrimônio, explicitado no Art. 2º do seu ato de criação, o Decreto n. 83.548, de 05/06/1979, além da proteção da diversidade biológica:

O Parque Nacional da Serra da Capivara tem por finalidade precípua proteger flora e fauna e as belezas naturais, e os monumentos arqueológicos, no local existente e, fica sujeito ao regime especial do Código Florestal, instituído pela Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965 (IPHAN, 1992a, p. 49).

Portanto, pode-se especular sobre o papel importante do PARNA SC na inclusão da proteção ao patrimônio cultural e arqueológico nos objetivos do SNUC. Antes de sua criação, as áreas de grande potencial arqueológico ficavam à sombra da proteção ambiental, cujas unidades eram criadas com objetivos explícitos de proteger a flora e fauna ali existentes. Estas unidades, depois de instituídas, é que passam a incluir outros pontos relevantes dos espaços delimitados e a administrar os usos, tais como o turismo e as pesquisas.

Para Carvalho e Backx (2018), as unidades de conservação foram criadas com objetivos diversos ao longo da história brasileira, mas, de forma geral, tinham o objetivo de preservar e manter a diversidade biológica. A partir de debates políticos e acadêmicos sobre desenvolvimento e preservação, os atributos culturais passam a ser considerados nessas áreas. Contudo, ao comparar as questões culturais com as ecológicas no cenário da preservação instituído pela Lei do SNUC, as primeiras

possuem posição de pouca expressão. As autoras citam principalmente as considerações periféricas e pouco relevantes desses recursos, sempre atrelados ao turismo nos planos de manejo das unidades, quando estes existem, sem considerar as manifestações culturais das comunidades presentes nas áreas.

A necessidade de incluir os sítios arqueológicos nas unidades do SNUC também pode ser atribuída ao quadro de carência de recursos humanos especializados na estrutura do IPHAN para a aplicação da Lei 3924, de 1961, que protege da destruição os sítios arqueológicos brasileiros. Assim, uma cooperação, com esse objetivo, foi acordada entre as instituições ambiental e cultural. Ficaria assim resguardado o seu potencial de pesquisa para o futuro, quando houvesse pessoal qualificado em número suficiente para a tarefa e para a aplicação da própria lei.

A Lei 3924/61 foi instituída pela atuação de intelectuais paulistas e do Sul do País, indignados com a destruição indiscriminada dos vestígios pré-históricos presentes no amplo território nacional. Esses mesmos intelectuais trabalharam para a criação de cursos e estágios de formação para arqueólogos, dos quais se destacam o projeto PRONAPA e a Missão Franco-Brasileira, na década de 1960 (PROUS, 1992, p. 13-16). Só recentemente, com as várias Graduações e Pós-Graduações em Arqueologia abertas no País, o quadro de carência de profissionais foi substancialmente incrementado.

Existem hoje no Brasil muitas outras unidades de conservação que apresentam expressivos registros arqueológicos. Além dos outros parques nacionais do Piauí, como os parques nacionais de Sete Cidades (1961) e das Confusões (1998), foram apontados pela arqueóloga do IPHAN, Maria Lúcia Pardi, na reportagem de Soyama (2006): o Parque Estadual de Itaúnas (ES); o Parque Estadual de Monte Alegre (PA); o Parque Estadual da Serra das Andorinhas (PA); o Parque Arqueológico do Solstício Estadual de Arqueologia (AP); o Parque do Rio da Casca (RS); o Parque Estadual de Canudos (BA); e o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG).

O PARNA SC foi denominado em várias reportagens e entrevistas com seus pesquisadores como o Parque arqueológico com maior concentração de pinturas rupestres do mundo. Pode-se citar como exemplo a entrevista feita pelo repórter da rede Globo de Televisão, Pedro Bial, com a arqueóloga Niède Guidon, que foi ao ar no dia 24/06/2019, quando a pesquisadora confirma esta denominação. Trata-se de uma paisagem arqueológica extremamente singular que inspirou ações específicas e inovadoras, cujos efeitos não repercutem somente na região, com sua forma

sistemática de preservação da natureza e da cultura e da própria pesquisa no Brasil. Absorvendo elementos externos, é lugar da “integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas (materiais e imateriais)” (MOREIRA; HESPANHOL, 2007. p. 58) e de obtenção da consciência do mundo (SANTOS, 2006).

A qualidade da gestão do PARNA SC, baseada na cooperação entre uma agência pública e outra privada, foi reconhecida pelo Comitê do Patrimônio Mundial, apesar de recusar sua inscrição como patrimônio natural na Lista do Patrimônio Mundial, associada ao Parque Nacional da Serra das Confusões. O item 3 do documento que sintetiza tal decisão expressa este reconhecimento, ao tempo em que finaliza o presente capítulo:

3. Louva o Estado parte, por meio do compromisso e trabalho do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), por transformar o Parque Nacional Serra da Capivara ao longo de uma década a partir de uma “parque de papel” em uma das áreas protegidas mais bem gerenciadas da América Latina<sup>112</sup> (UNESCO, 2003, p. 108).

---

<sup>112</sup> 3. Commends the State Party, through the commitment and work of the Brazilian Institute of the Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA) and the Museum for American Man Foundation (FUMDHAM), for transforming Serra da Capivara National Park over a decade from a “paper park” into one of the best managed protected areas in Latin America.

## 5 O MANEJO DA PAISAGEM

### 5.1 PLANO DE MANEJO DO PARNA SC E PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Desde 1979, como mencionado no capítulo anterior, um pouco depois da criação do PARNA SC,<sup>113</sup> o Plano de Manejo foi adotado como um instrumento de planejamento dos parques nacionais (BRASIL, 1979b). Apesar da existência de algumas propostas antigas, este instrumento de gestão relativo ao PARNA SC só foi efetivamente aprovado em julho de 2019, 40 anos depois de sua criação. Nesta data, findou o prazo de seis meses para sua conclusão, dado pela Justiça Federal, em 8 de fevereiro de 2019.

Até então, um Plano Emergencial, de 1994, feito segundo uma metodologia participativa, mas também baseado nos estudos e proposta de Plano de Manejo, elaborados em 1991 pela FUMDHAM, em parceria com o IBAMA, regulou a gestão. Como documento orientador desse plano, havia o primeiro regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (BRASIL, 1979b). Em 1996, um Plano de Manejo, que é contemporâneo do *Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto* (IBAMA/GTZ, 1996), foi elaborado pela FUMDHAM. Contudo, ele não se tornou efetivo na gestão oficial do Parque devido a um conflito de demarcação entre o ICMBIO e FUMDHAM. Em 2002, logo após o advento do SNUC, o IBAMA lança o *Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica*, uma revisão do anterior, destinado apenas a unidades de conservação integral, de propriedade pública (IBAMA, 2002). Esse roteiro não se adequa ao Monumento Natural e ao Refúgio de Vida Silvestre, unidades de Proteção Integral que podem incluir áreas particulares, diferindo nas características básicas das anteriores.

A demora na elaboração definitiva do Plano de Manejo do PARNA SC se deveu principalmente à falta de um Conselho Consultivo constituído (ICMBIO, 2013), segundo observou o chefe do PARNA SC durante uma de suas primeiras reuniões. Entretanto, as distintas referências metodológicas adotadas no decorrer dos anos podem também ter dificultado a sua produção. Somente em 2017, o ICMBIO adotou uma normativa única para a elaboração desses planos em todas as tipologias de

---

<sup>113</sup> O PARNA SC foi criado pelo Decreto nº 85.548, de 5 de junho de 1979 (BRASIL, 1979a).

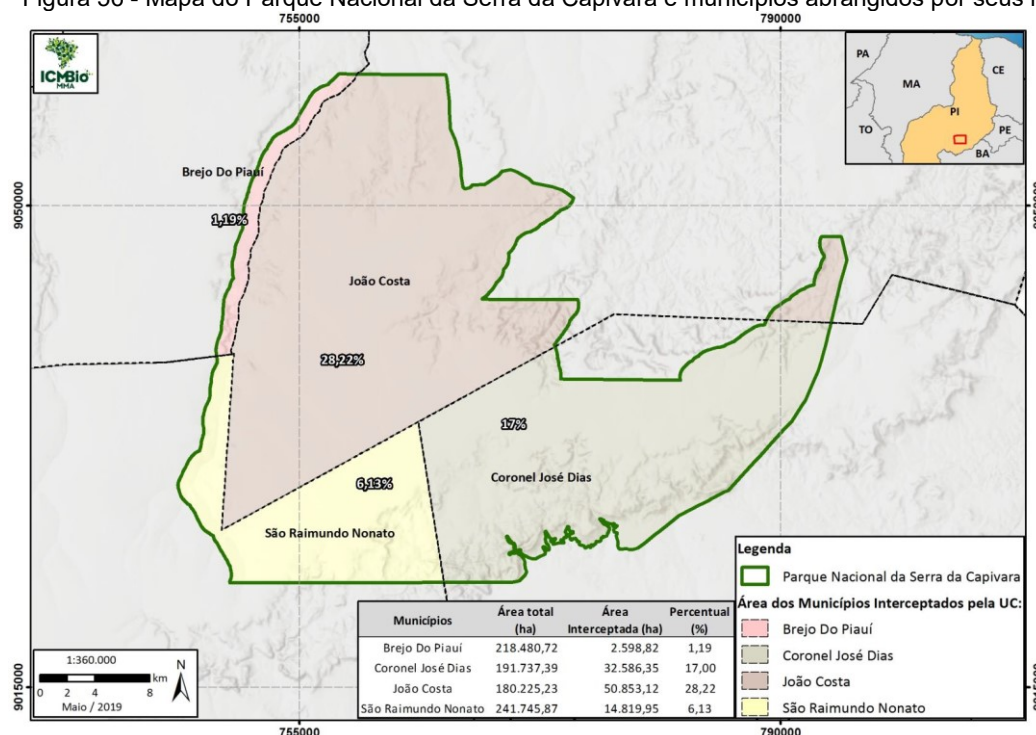
unidades de conservação. O retardo na sua elaboração não constituiu uma exceção; ainda restam 123 unidades sem planos de manejo aprovados entre as 334 unidades de conservação federais existentes (ICMBIO, 2021b).

Desde as primeiras propostas de planos de manejo do PARNA SC, destacou-se a íntima ligação de dependência entre a conservação do patrimônio cultural e o equilíbrio dos ecossistemas locais, princípio que orientou as administrações públicas a disciplinar o uso e gestão do Parque durante toda a sua existência. Contudo, o Plano de 1991, o Emergencial de 1994, e a proposta de 1996 não atendiam todos os requisitos exigidos pelo órgão ambiental, o que explica o longo período em que o Parque permaneceu sem ter seu Plano de Manejo oficializado pelo IBAMA e ICMBIO.

### 5.1.1 Antecedentes do Plano de Manejo do PARNA SC

Em 1979, o decreto de criação do PARNA SC delimitou 100.764,19 hectares que envolvem hoje áreas dos municípios de João Costa (52,12%), Coronel José Dias (32,29%), São Raimundo Nonato (14,20 %) e Brejo do Piauí (1,39%) (ICMBIO, 2019b). No Mapa, a seguir (Figura 56), pode-se observar a contribuição de cada município (%) na formação do seu território.

Figura 56 - Mapa do Parque Nacional da Serra da Capivara e municípios abrangidos por seus limites



Fonte: ICMBIO (2019b, p. 10).



Por meio da Portaria n. 76, de 11 de março de 2005, o PARNA SC foi oficializado em mosaico o PARNA SC e o PARNA Serra das Confusões, criado alguns anos antes, em 1998. Entre os dois foi instituído o corredor ecológico, que os interliga. O objetivo era de “assegurar a conservação, o uso sustentável dos recursos naturais e a efetiva conservação da diversidade biológica da região” (ICMBIO, 2019b, p. 11). O mosaico criado pelos dois parques e o corredor ecológico entre eles compreende o antigo sertão ocupado pelos Pimenteiras, um dos últimos remanescentes dos povos originários no Sudeste do Piauí (Figura 57).

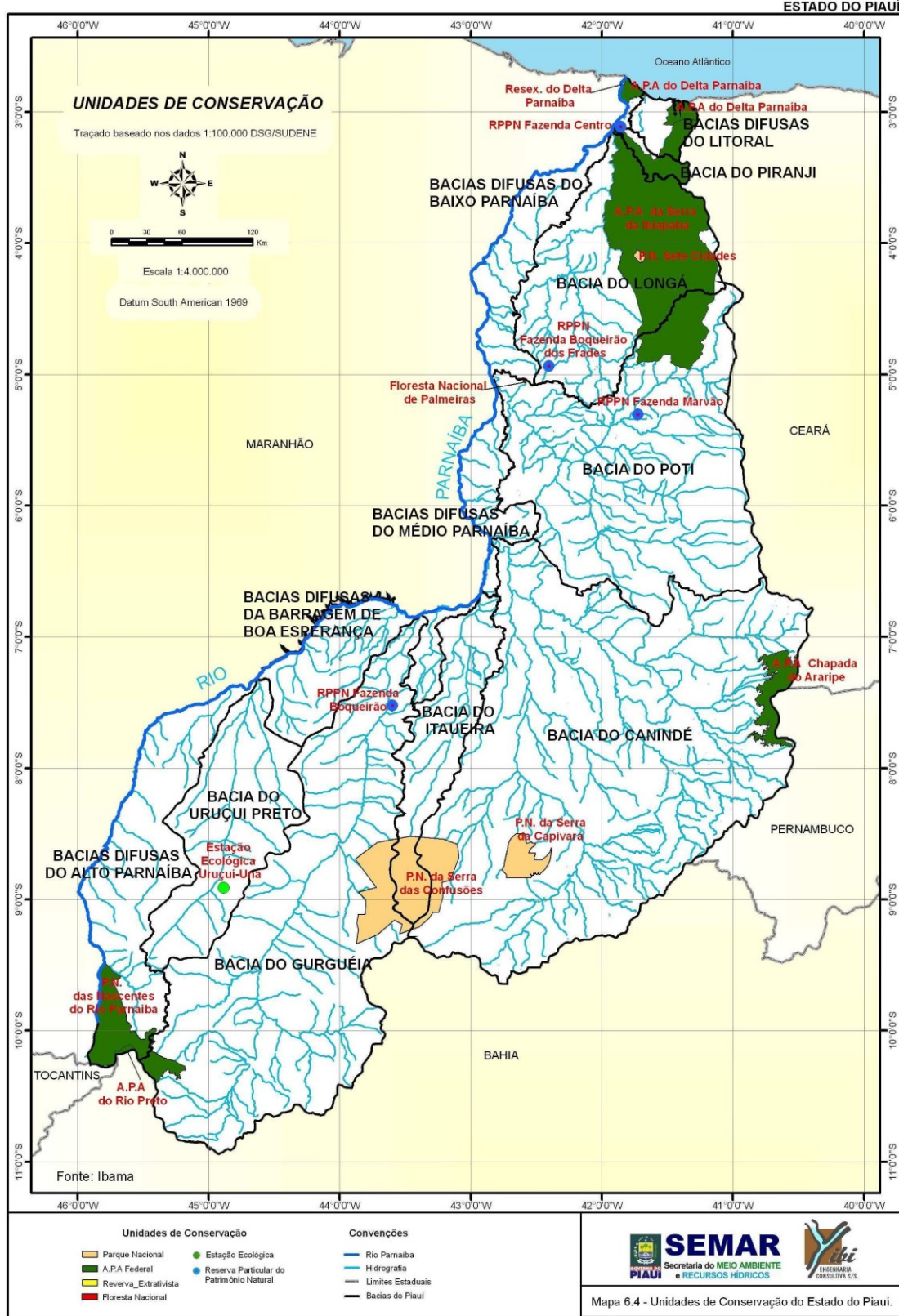
A proposta dos pesquisadores de criação de um parque com 130000 hectares na Serra da Capivara, 500000 hectares na Serra das Confusões e uma área de ligação entre as duas serras formando um corredor ecológico (PESSIS; CISNEIROS; MUTZENBERG, 2018) só foi concretizada mais tarde. A constituição de um mosaico composto pelas duas áreas estritamente protegidas, afastadas da ação humana, intercaladas por uma área de uso controlado de um corredor ecológico, é considerada pelos ambientalistas a melhor alternativa para a conservação da diversidade biológica e o manejo dos recursos naturais do bioma caatinga, presente nos dois parques. E a conservação da diversidade biológica, por sua vez, auxilia a preservação do patrimônio cultural de toda a Região Sudeste do Piauí.

A ausência do conselho em atuação não constituiu o único empecilho à oficialização do Plano de Manejo do PARNA SC. Há também as conhecidas questões relativas às desapropriações, mas o principal motivo referiu-se à imprecisão quanto ao limite oficial decretado em 1979 e o perímetro apresentado na proposta de 1996, feita pela FUMDHAM, que exclui uma grande porção a nordeste (ICMBIO, 2019b). Os mapas do PARNA SC elaborados pelo FUMDHAM (Figuras 1, 7, 16, 21, 22, 24, 59) conflitam com os mapas do ICMBIO (Figuras 56, 57, 58, 61).

Em 1990, três áreas adjacentes ao Parque, que apresentavam sítios excepcionais e eram sensíveis à proteção da fauna e flora, foram transformadas por decreto em 35.000 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APP). São elas: Serra Vermelha/Angelical, 8.500 ha, perímetro 60 km; Serra do Cume/Chapada da Pedra Hume, 18.500 ha, perímetro 90 km; Serra da Capivara/Baixão das Andorinhas, 8.000 ha, perímetro 50 km. Desde a criação das APP (Figura 58), estas áreas têm sido tratadas como de proteção integral e incorporadas ao PARNA SC em documentos e trabalhos de implementação da unidade de conservação, embora ainda

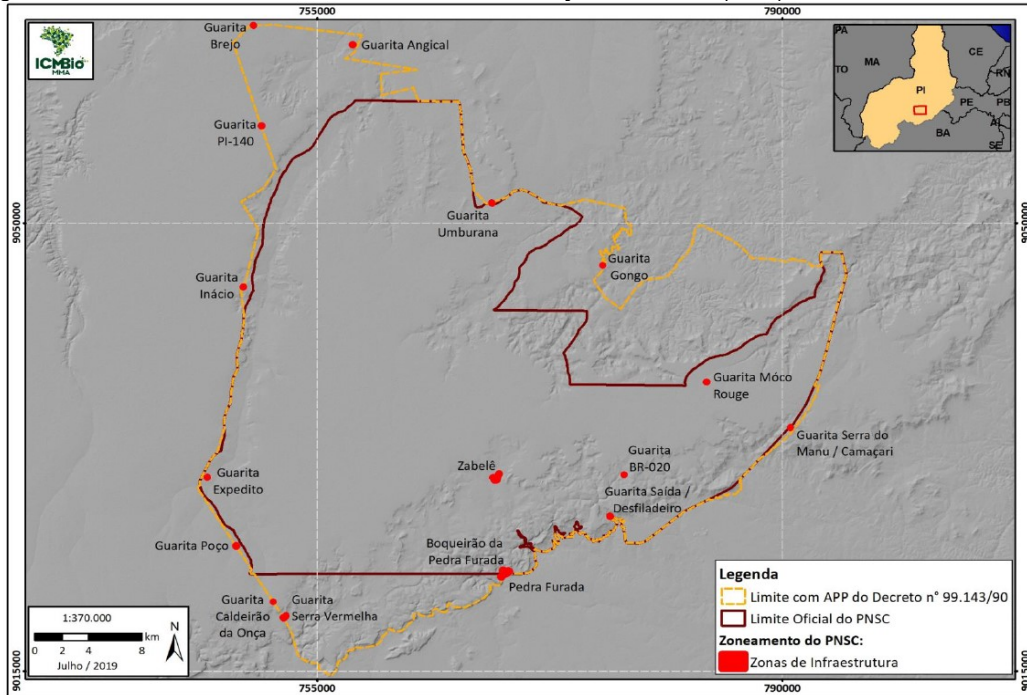
permaneçam em processo de regularização pelo ICMBIO a fim de constarem oficialmente dos limites do Parque (ICMBIO, 2019b).

Figura 57 - Mapa das unidades de conservação do Piauí. Mostra os limites do PARNA SC e do PARNA Serra das Confusões e a localização do corredor ecológico entre os dois.



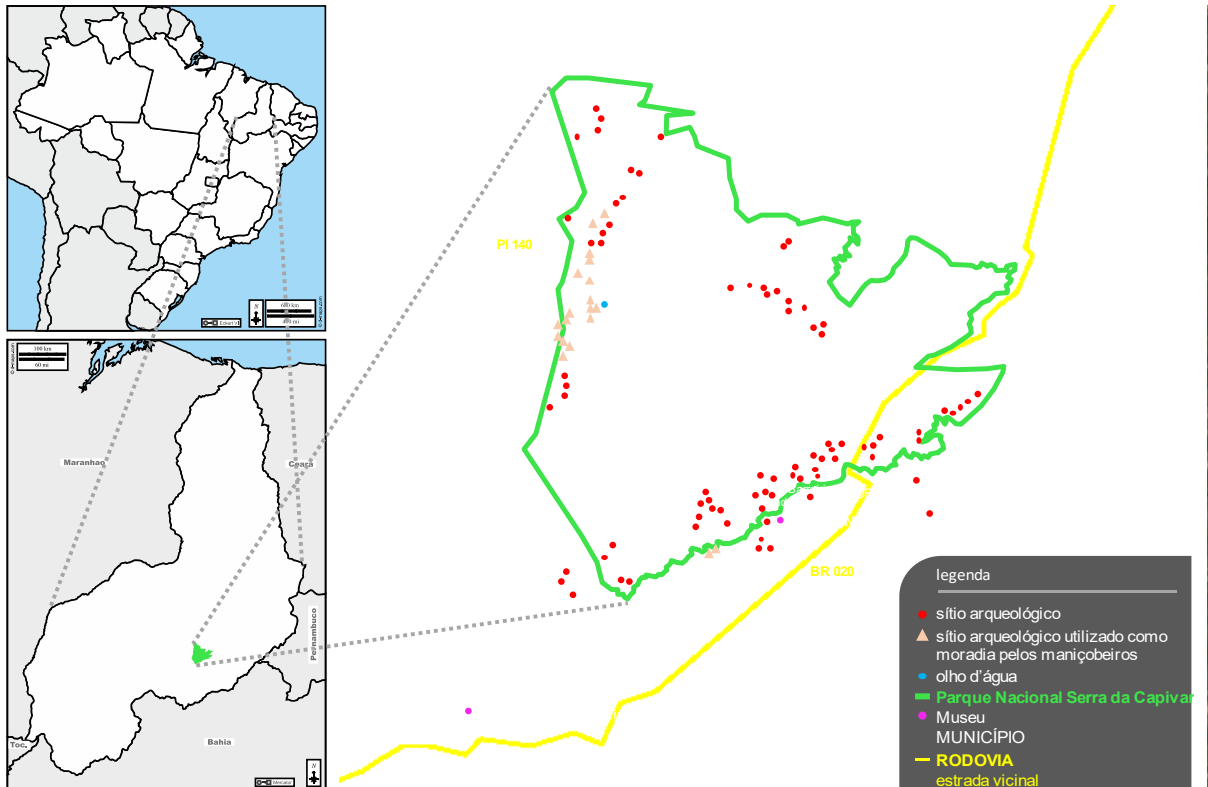
Fonte: PERH (2010, p. 122).

Figura 58 - Limite oficial e limite com Área de Preservação Ambiental (APP) do PARNA SC.



Fonte: ICMBIO (2019b, p. 38)

Figura 59 - Localização do PARNA SC no Sudeste do Piauí



Fonte: Composição produzida em 30 de maio de 2021 pela sobreposição de mapa produzido por Oliveira (2014, p. 82) a partir de delimitação e dados da FUMDHAM (2014) sobre as bases cartográficas: Google Maps, escala 1:10000 (2021). Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/place/Parque+Nacional+da+Serra+da+Capivara/@-8.6472786,-42.778156,103438m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x779d70f30299457:0x63d343eb51fea88f!8m2!3d-8.6952778!4d-42.5862674!5m1!1e4?hl=pt-BR&authuser=0>> Acesso em: 30 maio 2021;

-D-maps, escalas 1:600000 e 1:100000 (2021). Disponível em: <<https://d-maps.com/index.php?lang=pt>>. Acesso em: 30 maio 2021.

Os mapas que serviram de referência para o Plano Emergencial de 1994 e para o Plano de Manejo de 1996 incorporaram as APP como Parque. Regionalmente, as APP são tidas como integrantes do seu limite, apesar de não haver suporte legal. Essas áreas foram consideradas na elaboração do Plano de Manejo aprovado em 2019, uma vez que há processo de ampliação dos limites da unidade de conservação. Contudo, as zonas e normas previstas para essas áreas só passam a vigorar quando incorporadas oficialmente ao Parque. Em decorrência dessa incorporação das APP, marcos de limites foram colocados fora da área legalmente constituída pelo decreto de criação da unidade, de 1979, assim como guaritas, porteiros e estradas foram construídas nas áreas da APP (ICMBIO, 2019b). Os mapas elaborados pela FUMDHAM (Figuras 1, 7, 16, 21, 22, 24, 59) nortearam a gestão por muito tempo. Esses mapas, além de incorporarem as APP na área do Parque, suprimiram uma área contínua localizada a noroeste do perímetro que faz parte do decreto de criação da unidade, o que sugere um conflito entre FUMDHAM e ICMBIO em relação à sua propriedade.

### **5.1.2 O Manejo das Unidades de Conservação Federais**

Segundo a Lei nº 9.985/2000, que cria o SNUC, em seu Artigo 2º, *unidade de conservação* é o:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2011, p. 5).

O ICMBIO, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, faz parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Tem como missão a conservação da biodiversidade com o objetivo de “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental” (ICMBIO, 2019b, p. 6). Para atingir esse objetivo, deve realizar ações de proposição, implantação, gestão, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação federais que integram o SNUC. Atualmente, são 334 unidades de conservação sob sua gestão, com cerca de 170 milhões de hectares, somadas as áreas continental e marinha (ICMBIO, 2021).

De acordo com o SNUC, todas as unidades de conservação devem possuir um Plano de Manejo que envolva não só suas áreas, mas também suas zonas de amortecimento (ZA) e eventuais corredores ecológicos. Ele é um instrumento técnico

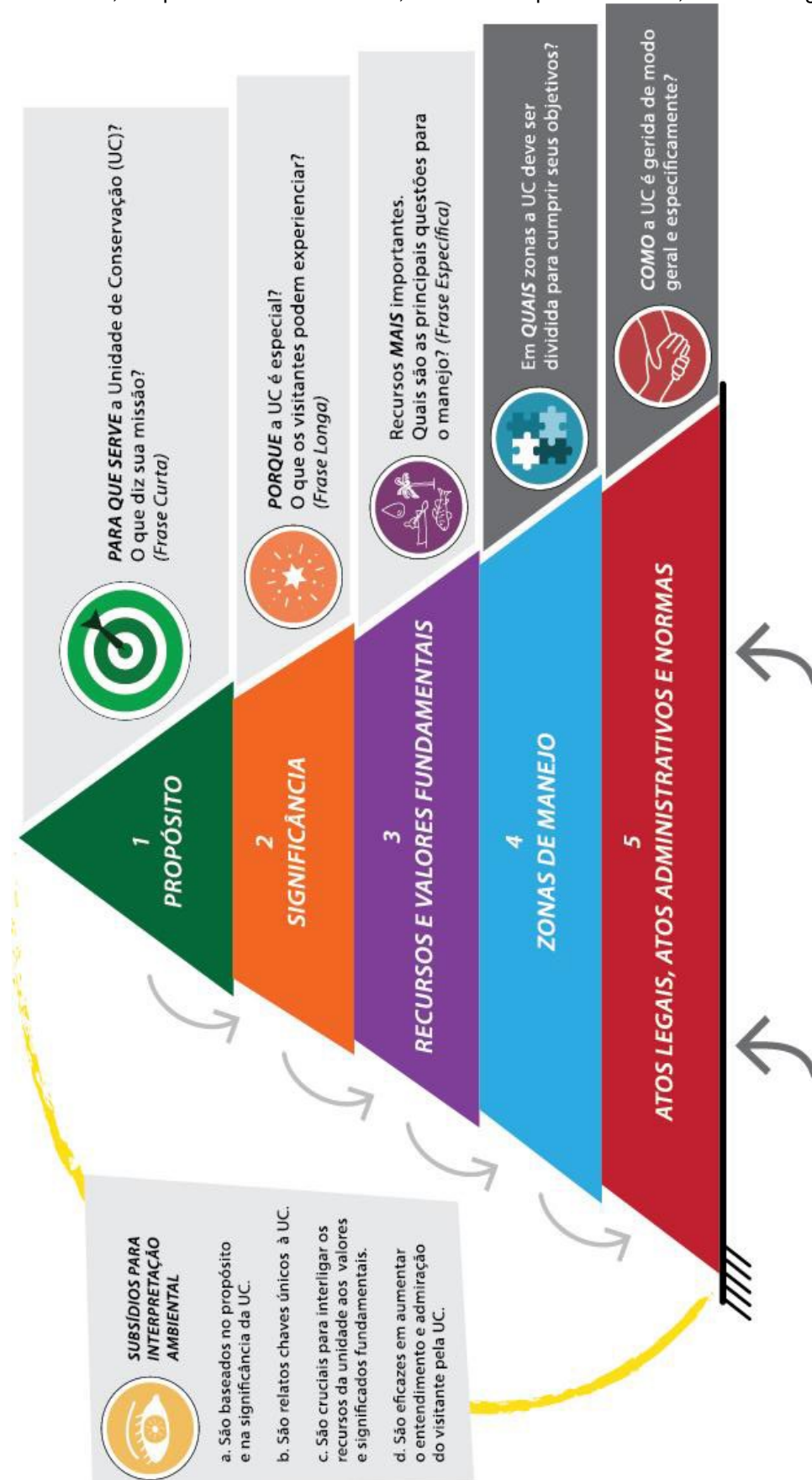
de referência para as decisões de manejo e planejamento em uma unidade de conservação. O Plano de Manejo estabelece o zoneamento da área e as normas que orientam o seu uso, o manejo dos recursos naturais e a implantação das estruturas físicas apropriadas à sua gestão (ICMBIO, 2019b).

Até dezembro de 2017, o ICMBIO baseava-se em diferentes métodos para elaboração de planos de manejo entre as diferentes categorias de unidade sob sua administração. A partir de então, estabeleceu através de normativa um roteiro metodológico para a elaboração e revisão dos planos de manejo das unidades de conservação federais. O roteiro surgiu após a realização da *Oficina de Ferramentas de Planejamento com Enfoque na Elaboração de Planos de Manejo*, de 2015, em parceria com o Serviço Florestal e o Serviço Nacional de Parques dos EUA e a Universidade Estadual do Colorado (ICMBIO, 2018e). Na sequência, experiências pilotos e oficinas internas de nivelamento resultaram na adoção deste roteiro com uma abordagem do *foundation document* do Serviço de Parques Nacionais (NPS) dos EUA, adaptada aos marcos legais brasileiros.

A estratégia visou padronizar (nomenclatura, conceitos e usos) as zonas de manejo das diferentes categorias de unidades de conservação, resguardando a especificidade de cada uma. Visou também integrar e coordenar todos os níveis de planos e decisões sob um entendimento comum daquilo que é considerado primordial sobre a área protegida. Os elementos de um Plano de Manejo são agrupados em componentes fundamentais, dinâmicos, normativos e planos específicos.

São componentes fundamentais o propósito de uma unidade de conservação, a sua significância e os seus recursos e valores, que geralmente não mudam com o tempo e configuram sua missão. Os componentes dinâmicos mudam com o tempo, com a mudança do contexto da unidade e dos seus recursos e valores, determinando a avaliação das necessidades de dados e planejamento e revisão das questões-chaves, ambos elementos dinâmicos. Também são elementos dinâmicos os subsídios para a interpretação ambiental, mapeamento e banco de dados geoespaciais (ICMBIO, 2019b) (Figura 60).

Figura 60 - Elementos do Plano de Manejo segundo o *Foundation Document*. Processo estruturado, no qual todos os elementos, embora compartimentados, estão interligados



Fonte: ICMBIO (2019b, p. 8).

No componente normativo estão incluídos o zoneamento, as normas gerais, os atos legais e administrativos. O quarto componente são os planos e estudos específicos a serem realizados segundo a necessidade e o contexto da unidade, a partir das necessidades e dados do planejamento.

Há interesse em aprimorar a participação social na elaboração do plano e gestão da unidade, sendo condição para a sua elaboração que tenha sido instituído formalmente e esteja em atuação o Conselho Consultivo dessa unidade. Segundo o ICMBIO (2018e), para que a participação social seja efetiva e qualificada, ela não deve se restringir à elaboração do plano, mas envolver a sociedade em toda a trajetória da unidade, utilizando como principal instrumento o Conselho, enquanto fórum de discussão, negociação e gestão do território. Portanto, as dificuldades para constituir e estabelecer o funcionamento do Conselho do PARNA SC tiveram que ser enfrentadas para a elaboração e efetivação do respectivo Plano de Manejo.

### **5.1.3 O Plano de Manejo do PARNA SC**

A oficina de elaboração ou revisão do Plano de Manejo é o momento chave do processo, pois é quando ocorre a definição dos elementos que compõem o Plano de Manejo, o que se dá de forma participativa, com a colaboração dos atores sociais e instituições públicas relacionados à UC [...] (ICMBIO, 2017, p. 78).

O Plano de Manejo do PARNA SC, como prevê o roteiro esboçado no tópico anterior, foi elaborado através de oficina especialmente realizada para este fim, em agosto de 2018, da qual participaram 12 técnicos do ICMBIO e representantes de diversas instituições governamentais e das comunidades, num total de 36 pessoas (Tabela 5). O preparo para esta oficina incluiu a indicação de representantes das comunidades e a formação do Grupo de Trabalho do Conselho para acompanhamento do Plano de Manejo, conforme consta em atas das reuniões. Na oficina, percebemos a despreocupação com a paridade entre o setor público e a sociedade civil, ao contrário do que ocorreu na composição do Conselho Consultivo do PARNA SC, estudado mais adiante. O predomínio de instituições governamentais (28) sobre as instituições da sociedade civil (8) é notável, com destaque para as federais dos setores ambiental e de ensino e pesquisa. As comunidades tiveram seis representantes.

Tabela 5 - Participantes da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo do PARNA SC por instituição/comunidade

Instituição/ comunidade	Número de representantes por instituição/ comunidade	Número total de representantes por categorias institucionais
ICMBIO - Área central	6	21 representantes de instituições federais
ICMBIO - Regional	1	
ICMBIO - Local	5	
IPHAN/PI	1	
IFPI	2	
UFMG	1	
INCRA/PI	1	
UNIVASF/PI	1	
UNIVASF/PI e FUMDHAM	2	
FIOCRUZ/RJ e FUMDHAM	1	
FUMDHAM	1	1 OSCIP
UESPI	1	2 instituições estaduais
SEMAR/PI	1	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Raimundo Nonato	1	5 Instituições municipais
Secretaria Municipal de Turismo de São Raimundo Nonato	1	
Secretaria Municipal de Educação de Brejo do Piauí	1	
Secretaria Municipal de Educação de João Costa	1	
Prefeitura de Coronel José Dias	1	
Associação dos Condutores de Visitantes Ecoturísticos do Parque Nacional da Serra da Capivara - ACOVESC	1	1 Associação profissional
Associação Zabelê	1	6 representantes comunitários
Associação Pimenteiras	1	
Comunidade Sítio do Mocê	1	
Comunidade Pé-da-Serra	1	
Comunidade Cambraia	1	
Gleba I e II Mucambo – Serra Vermelha	1	
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>36</b>

Fonte: ICMBIO (2019b, p. 3-4).

A Oficina de Elaboração do Plano de Manejo e equipes técnicas do ICMBIO trabalharam com todos os componentes que constam da Figura 60, relacionados ao PARNA SC,<sup>114</sup> cuja síntese apresentamos a seguir.

<sup>114</sup> Para maiores esclarecimentos, consultar o Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara (IBAMA, 2019b).



#### 5.1.4 Componentes fundamentais do Plano de Manejo do PARNA SC: propósito, significância e valores

A declaração de propósito reafirma o caráter inusitado do seu decreto de criação, na década de 1970. O decreto elegeu a proteção da flora e fauna e, igualmente, a proteção dos monumentos arqueológicos como sua finalidade precípua. A declaração acrescenta uma visão menos segmentada da proteção, ao considerar as marcas da ação humana na paisagem da caatinga integradas à proteção da sua biodiversidade:

O Parque Nacional da Serra da Capivara, Patrimônio Cultural Mundial e primeiro parque nacional criado integralmente na Caatinga, conserva e protege excepcional concentração de sítios arqueológicos com registros rupestres, bens culturais e a biodiversidade das serras e chapadas do Sudeste piauiense (ICMBIO, 2019b, p.13).

Seis declarações de significância do PARNA SC foram construídas coletivamente. Elas são úteis para orientar as decisões de manejo e planejamento do Parque, a fim de preservar os recursos e valores que o qualificam.

O PARNA SC é um museu vivo de processos evolutivos, ecológicos e culturais decorridos durante milhões de anos, que formaram a caatinga e testemunharam a adaptação humana da Pré-História até o presente. Ele conserva alta diversidade biológica e espécies endêmicas da caatinga nos seus boqueirões e pontos de água, que constituem refúgio de diversas espécies, como, por exemplo, o zabelê (*Crypturellus noctivagus*) e o tatu bola (*Tolypeutes tricinctus*), este último ameaçado de extinção. Trata-se de um espaço excepcional que guarda uma diversidade de sítios arqueológicos pré-históricos e históricos, reconhecido como patrimônio mundial e por diferentes públicos. Nos últimos 4000 anos, tem sido espaço ressignificado por indígenas, agricultores e maniçobeiros que sobrevivem à aridez do solo e às chuvas escassas. Protege espécies da fauna, flora e microbiota da maior área contígua de caatinga, cuja grande capacidade adaptativa às alterações climáticas pretéritas representa uma estratégia biológica e biotecnológica para enfrentar mudanças ambientais futuras quanto ao regime de chuvas e eventos de extremo calor. Protege formações geomorfológicas que apresentam magníficas paisagens e vistas panorâmicas que permitem o contato e a conexão do visitante com o processo de evolução da terra, a exemplo da Serra Vermelha, do Desfiladeiro das Andorinhas e da região da Pedra Furada.

Os sete recursos e valores fundamentais elencados na oficina são considerados essenciais para atingir o propósito da unidade e manter sua significância. Seus enunciados podem ser resumidos por palavras-chaves: **formações geológicas e padrões climáticos; biodiversidade e endemismos**, que propiciaram a diversidade ecológica da unidade; **valor cultural imaterial; conhecimento científico**, que permitiu conservação e manejo integrados ao desenvolvimento socioambiental regional; **sítios arqueológicos**, situados em um recorde temporal de 50000 anos BP até a criação do Parque; **registros rupestres**, cuja relevância foi fundamental para o título de Patrimônio Mundial conferido pela UNESCO; **turismo sustentável**, associado à educação, sensibilização e conhecimento científico, promove geração de emprego e renda e contribui para o desenvolvimento regional (ICMBIO, 2019b, grifos nossos).

#### **5.1.5 Componentes dinâmicos do Plano de Manejo do PARNA SC**

São componentes atualizados periodicamente e incluem, segundo o *Foundation Document*, dados ou subsídios para interpretação ambiental, os atos legais e administrativos e a avaliação de necessidade de dados e planejamento. Durante a oficina, foram identificados quatro conteúdos para a interpretação ambiental: 1- as feições geológicas da caatinga e paisagens do PARNA SC; 2- as cores, perfumes e o céu da Caatinga; 3- o patrimônio cultural; 4- a história dos maniçobeiros e o olho d'água da Serra Branca.

Depois de identificados os componentes fundamentais, foi feita uma avaliação dos recursos e valores fundamentais do PARNA SC enunciados por suas palavras-chaves. Os participantes avaliaram as suas condições atuais, tendências, ameaças e necessidade de planejamento. Reproduzimos, como exemplo, apenas a avaliação dos registros rupestres (Quadro 12). Ela evidencia, entre outras coisas, a baixa representatividade institucional do IPHAN, que é apontada como uma ameaça. Tendo em vista o objetivo de uma atuação integrada de preservação cultural e ambiental na gestão da paisagem da Serra da Capivara, o fortalecimento institucional do IPHAN é importante para o equilíbrio e interação entre a política patrimonial e ambiental, evitando a superposição e buscando apenas a complementaridade. Os bens culturais, como foco de circuitos de visitação, e a educação patrimonial são destacados na necessidade de planejamento.

Quadro 12 - Avaliação dos registros rupestres

<b>Registros Rupestres</b>	
<b>Condições atuais</b>	
- Boa	
<b>Tendências</b>	
- Piorar em decorrência da redução dos recursos destinados à sua conservação	
<b>Ameaças</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impactos causados por animais como o mocó, maria-pobre ou cupins</li> <li>- Impactos causados pela flora.</li> <li>- Deslocamento e caída de placas do suporte rochoso.</li> <li>- Intemperismo físico, biológico e químico.</li> <li>- Desobediência às normas de visitação</li> <li>- <b>Baixa representatividade institucional do IPHAN</b></li> </ul>	
<b>Necessidades de planejamento</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação/aprimoramento do programa de fiscalização.</li> <li>- Observação: Deve ser incluída estratégia de fiscalização e controle da caça.</li> <li>- <b>Planejamento de Educação Ambiental e Patrimonial</b> (relativa ao patrimônio cultural), com ênfase no entorno do PARNA SC.</li> </ul> <p>Observação: as ações de educação patrimonial devem ser realizadas em parceria com o IPHAN ou FUMDHAM.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejamento de uso público, com <b>manutenção e incremento dos circuitos de interesse cultural como os maníobeiros, cemitério</b> etc.</li> <li>- Planejamento de ordenamento de ações arqueológicas.</li> <li>- Revitalização do Programa de Conservação dos Sítios Arqueológicos em operação desde os anos 1990.</li> <li>- Planejamento integrado de boas práticas de conservação de sítios arqueológicos.</li> <li>- Planejamento de manutenção de estradas e trilhas.</li> </ul>	

Fonte: ICMBIO (2019b, p. 23, grifos nossos).

A importância da interação entre os gestores do PARNA SC levou a Cogestão ICMBIO/FUMDHAM a ser avaliada como uma questão-chave, que demanda um planejamento futuro ou manejo, assim como mais outras três questões (Quadro 13). Entre as questões-chaves foram consideradas de planejamento de alta prioridade: Cogestão ICMBIO/FUMDHAM e parceiros; Conservação das áreas naturais do entorno do PARNA SC; Consolidação territorial e ampliação de limites. Entre os recursos e valores fundamentais, são de planejamento de alta prioridade: Turismo sustentável, Biodiversidade e endemismos, Sítios arqueológicos e Registros rupestres. Os demais recursos e valores e questões-chaves foram classificados em média e baixa prioridade. As relações interinstitucionais e a transversalidade foram aspectos apontados com frequência como diretrizes na elaboração e execução dos diferentes planejamentos propostos (ICMBIO, 2019b).

Quadro 13 - Questões-chaves para planejamento

Questão-chave	Necessidades de planejamento
<b>Cogestão ICMBio, FUMDHAM e parceiros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação contínua e aperfeiçoamento dos termos de cooperação e parcerias.</li> </ul>
<b>Conservação das áreas naturais do entorno</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento de desenvolvimento sustentável do entorno do parque, com especial atenção à articulação para melhoria socioambiental dos aglomerados urbanos.</li> <li>• Ampliação/aprimoramento do Programa de Fiscalização. Observação: deve ser incluída estratégia de fiscalização e controle da caça.</li> <li>• Planejamento interinstitucional de fortalecimento de atividades de base comunitária.</li> <li>• Planejamento de Educação Ambiental e Patrimonial (relativo ao patrimônio cultural), com ênfase no entorno do PNSC. Observação: as ações de educação patrimonial devem ser realizadas em parceria com IPHAN ou FUMDHAM.</li> <li>• Planejamento de uso público, com manutenção e incremento dos circuitos de interesse cultural, como os maniçobeiros, cemitério, etc.</li> <li>• Planejamento do Manejo Integrado do Fogo.</li> </ul>
<b>Ataques de carnívoros no entorno do parque</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento de ações de mitigação de ataques de carnívoros, com enfoque na captação de recursos para a realização das atividades previstas.</li> </ul>
<b>Consolidação territorial e ampliação de limites</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento de consolidação territorial e ampliação do PNSC.</li> </ul>

Fonte: ICMBIO (2019b, p. 25).

### 5.1.6 Componente normativo: zoneamento

Os participantes apresentaram propostas de zoneamento que foram completadas e detalhadas pela equipe de planejamento do ICMBIO. O zoneamento é definido pela Lei Nº 9.985, de 18/07/2000 (SNUC) como:

Definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (BRASIL, 2000, p. 6)

O Parque foi livremente dividido em áreas para julgamento de conceitos e critérios aplicáveis para a definição de zonas em um parque nacional, previamente definidas por roteiros elaborados e periodicamente atualizados pelo órgão ambiental federal (IBAMA, 2002; ICMBIO, 2018) (Quadro 14).

Quadro 14 - O uso das zonas segundo categorias de unidades de conservação

		Unidades de Conservação de Proteção Integral				
Zonas		Reserva Biológica	Estação Ecológica	Parque Nacional	Monumento Natural	Refúgio de Vida Silvestre
Zonas sem ou com baixa intervenção	<b>Zona de Preservação</b>					
	<b>Zona de Conservação</b>					
Zonas com média intervenção	Zona de Uso Restrito	NA	NA	NA		
	<b>Zona de Uso Moderado</b>					
	Zona de Uso Comunitário	NA	NA	NA	NA	NA
Zonas com alto grau de intervenção	Zona de Manejo Florestal	NA	NA	NA	NA	NA
	<b>Zona de Infraestrutura</b>					
	Zona Populacional	NA	NA	NA		
	Zona de Produção	NA	NA	NA		
Zonas com usos diferenciados	Zona Urbano industrial	NA	NA	NA	NA	NA
	Zona de sobreposição Territorial					
	<b>Zona de Diferentes Interesses Públicos</b>					
	<b>Zona de Adequação Ambiental</b>					
	<b>Zona de Uso Divergente</b>					

(NA = Não se aplica)

Fonte: ICMBIO (2018e, p. 36, grifos nossos).

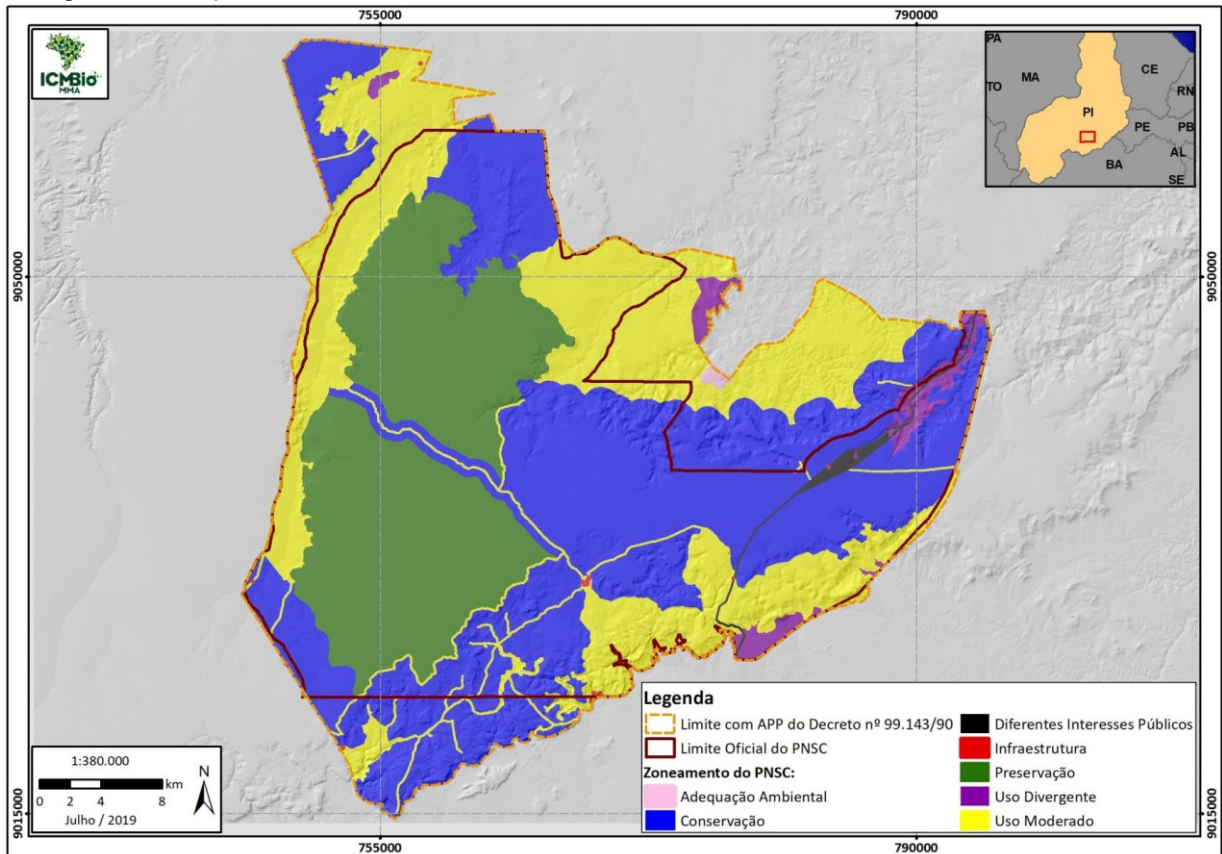
O PARNA SC foi dividido nas sete zonas grifadas no quadro 14. As zonas de Preservação, Conservação e de Uso Moderado representam as maiores porcentagens de áreas, tanto em relação ao limite oficial quanto ao limite acrescido das APP (Figura 61).

A Zona de Preservação do PARNA SC abrange áreas sensíveis, onde ecossistemas apresentam o mínimo de interferência, sem sítios arqueológicos identificados. São duas áreas de chapadas com sua biodiversidade e paisagens associadas, que representam 34,34% da área delimitada oficialmente e 25,57% da área zoneada. O manejo dessas zonas deve garantir o máximo de preservação dos ecossistemas, não sendo permitido o uso direto de qualquer natureza. Elas devem funcionar como fonte de repovoamento de espécies para outras áreas do parque. Atividades permitidas: “proteção, pesquisa, monitoramento ambiental e recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural)” (ICMBIO, 2019b, p. 30).

A Zona de Conservação é formada por um conjunto de vários polígonos, num total de 41,65% da área oficial e 43,77% da zoneada, que abrange os boqueirões e outras formações com atributos ambientais importantes para a conservação da biodiversidade e das paisagens do PARNA SC, além de áreas com sítios arqueológicos. O manejo deve garantir a manutenção do ambiente o mais natural

possível. Atividades permitidas: proteção, monitoramento ambiental, pesquisa e visitação de baixo grau de intervenção e recuperação ambiental de forma natural.

Figura 61 - Mapa de Zoneamento do PARNA SC



Fonte: ICMBIO (2019b, p. 37).

A Zona de Uso moderado também é composta por um conjunto de diferentes polígonos, mas que representam uma área total bem menor, de 21,46 % da área oficial e 27,93% da zoneada. Abrange as áreas que demandam média intervenção para propiciar infraestrutura de proteção, manejo, visitação e acessibilidade dos sítios arqueológicos. O manejo deve manter o ambiente mais próximo possível do natural e integrado à dinâmica social e econômica da população usuária. Atividades permitidas: “proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, a visitação de médio grau de intervenção (com apoio de instalações compatíveis) e recuperação ambiental” (ICMBIO, 2019b, p. 33).

A Zona de Infraestrutura é aquela destinada à infraestrutura de administração e de visitação mais intensa do Parque, admitindo-se grau maior de intervenção no ambiente. O manejo deve garantir a realização das duas atividades e minimizar seu impacto sobre o ambiente natural. No PARNA SC, há várias dessas zonas, que

ocupam apenas 0,01% da área oficial e área zoneada. São as quatorze guaritas espalhadas ao longo do perímetro; a área pavimentada e construída (centro de visitantes, reservatório de água etc.) do Boqueirão da Pedra Furada; o entorno imediato da Pedra Furada e área de infraestrutura do Zabelê (Figura 62). Atividades permitidas: visitação com alto grau de intervenção e administração, além das atividades de proteção, pesquisa, monitoramento e recuperação ambiental.

A Zona de Diferentes Usos Públicos compreende áreas com empreendimentos de interesse públicos ou de soberania nacional incompatíveis com os objetivos de criação da unidade de conservação. O objetivo do manejo   compatibilizar os diferentes interesses públicos e minimizar seus impactos sobre o PARNA SC. Ocupa 1,91% da área legal e 0,46% da área zoneada e são: a zona de proteção da BR 020 e a zona da Linha de Transmissão que a margeia e o poço de abastecimento de água das comunidades rurais de Porteirinha e Baixa do Covas, em João Costa. Atividades permitidas: aquelas inerentes aos empreendimentos, além das demais atividades previstas para as outras zonas.

A Zona de Adequação Ambiental é aquela muito antropizada e degradada, que necessita de recuperação ambiental a fim de ser incorporada a outras zonas. No PARNA SC, está presente em 0,07% da área zoneada e menos de um hectare da área oficial. Resulta de área impactada pelo fogo, decorrente de incêndio ocorrido em 2015, próximo a uma guarita situada no município de João Costa, e demanda aça o de recuperação. Atividades permitidas: "proteção, pesquisa (especialmente sobre os processos de recuperação), monitoramento ambiental (deter a degradação dos recursos e recuperar a área) e visitação de médio grau de intervenção" (ICMBIO, 2019b, p. 35).

A Zona de Uso Divergente   área extremamente antropizada, cujo uso conflita com os objetivos de criação da unidade de conservação.   também provisória como a anterior e deve ser incorporada a outras zonas permanentes depois de recuperadas. O manejo visa manter a harmonia entre a população tradicional e o ambiente. No PARNA SC são oito áreas que dependem de conclusão de processos de regularização fundiária. Representam 1,91% da área oficial e 2,19% da área zoneada. Atividades permitidas: além dos usos comuns a outras zonas aqueles previstos em acordo jurídico firmado entre os ocupantes e o órgão gestor, que inclui a visitação.

### 5.1.7 Componente normativo: normas gerais, atos legais e administrativos

Finalmente, chegamos à base da pirâmide dos elementos que compõem o Plano de Manejo do PARNA SC, além das normas específicas para cada uma das sete zonas estabelecidas. Na base da pirâmide estão também as normas gerais da unidade relativas a vários temas definidos e temas diversos. Assim, o Plano de Manejo do PARNA SC estipula regras quanto aos animais silvestres; espécies exóticas e animais domésticos; recuperação de áreas degradadas e uso de agrotóxicos; pesquisa científica; uso do fogo; visitação, competições esportivas; eventos religiosos ou não, e uso de equipamentos sonoros; infraestrutura, estradas e rodovias.

O tema específico *Unidades de conservação de domínio público com áreas não indenizadas*, contemplado ao final das normas gerais, pressupõe uma atuação integrada entre o órgão ambiental e o IPHAN, além das relacionados aos sítios arqueológicos pré-históricos. Refere-se à ação preventiva de evitar a demolição de edificações de áreas que sofreram processo de regularização fundiária sem uma valoração histórico cultural pelo IPHAN, a fim de preservar a memória de populações que as ocuparam. A regra geral é a demolição e remoção dos entulhos para fora do Parque, excetuando-se aquelas de valor cultural ou que possam ser usadas na gestão e manejo.

Os atos legais e administrativos são elementos fundamentais no manejo e planejamento de qualquer unidade de conservação. Segundo o ICMBIO (2019b), são sete os atos legais que regulam a gestão e o manejo do PARNA SC a serem implementados pelo ICMBIO e pelo IPHAN. São os atos de criação do Parque; das áreas de preservação permanente; do mosaico formado pela Serra da Capivara e Serra das Confusões; do Conselho Consultivo; de modificação do Conselho Consultivo; de normatização e ordenamento da visitação no PARNA SC. Os dois atos relacionados à gestão cultural são o decreto-lei do tombamento e a lei dos monumentos arqueológicos.

No caso específico do PARNA SC, que requisita uma gestão ambiental integrada à gestão cultural em permanente interlocução, os atos administrativos facilitam as relações de trabalho interinstitucionais. Em 2016 e 2017, foram celebrados três termos de cooperação entre ICMBIO e FUMDHAM, com o objetivo de promover a gestão compartilhada do Parque e a execução de uma emenda parlamentar destinada à promoção de sua infraestrutura. Em 2017, um acordo mais amplo



envolvendo esforços do ICMBIO, IPHAN, Governo do Estado do Piauí e FUMDHAM também foi celebrado em benefício da gestão do PARNA SC.

## 5.2 O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DO PARNA SC

A gestão do PARNA SC e o processo de elaboração do seu Plano de Manejo são temas recorrentes discutidos durante o funcionamento do Conselho Consultivo do PARNA SC. O tema é abordado através de uma série de instrumentos normativos do ICMBIO relativos à instituição do colegiado, sua composição e mudanças ao longo do tempo e das atas das reuniões realizadas. Os conflitos e interdependência de interesses, os acordos e consensos entre os diversos atores governamentais e da sociedade civil que participam da gestão compartilhada do parque afloram nas linhas e entrelinhas das atas.

Antes, a definição do papel dos conselhos deve ser esclarecida. Segundo o ICMBIO (2014c),<sup>115</sup> o *Conselho da Unidade de Conservação* é uma instância colegiada instituída pelo Presidente do ICMBIO, por meio de portaria para funcionar como fórum de participação e controle social quanto às questões ambientais, socioeconômicas e culturais que afetam a gestão da unidade de conservação, inclusive das suas zonas de amortecimento e de influência. E Conselho Consultivo é a “instância colegiada que tem a função de tratar de temas afetos à Unidade de Conservação, subsidiar a tomada de decisão pelo órgão gestor e apoiar as ações de implementação da Unidade, no que couber” (ICMBIO, 2014c).

O Conselho Consultivo do PARNA SC foi criado pela Portaria ICMBIO 128 de 14/12/2010. Apesar de as definições acima terem sido oficializadas após, em 2014, instrumentos normativos anteriores e a prática institucional as referendavam. A criação do Conselho foi estabelecida com a participação de 22 membros (Quadro 13), contando o presidente, sendo oito representantes da administração pública e 14 da sociedade civil, entre eles um representante da FUMDHAM (ICMBIO, 2010).

Entretanto, a simples instituição do Conselho não é garantia da efetiva participação de todos os segmentos ali representados; é preciso examinar o seu funcionamento e decisões para verificar os interesses e expectativas considerados na gestão do PARNA SC, cuja representação tão extensa pressupõe a divergência de ideias e o afloramento de muitos conflitos.

---

<sup>115</sup> Instrução Normativa Nº 09, de 05 de dezembro de 2014.

### 5.2.1 Atas das reuniões do Conselho do PARNA SC de 2011 a 2014

Em 26 e 27 de setembro de 2011, nove meses depois, foi realizada a reunião de posse do Conselho Consultivo do PARNA SC, cuja Ata registra a falta de paridade entre o setor público e a sociedade civil entre os representantes institucionais designados no instrumento normativo. Então, foram indicadas outras instituições governamentais consideradas relevantes na gestão do PARNA SC e proposta a retirada da Serra Vermelha, já representada pela Associação de Desenvolvimento Rural Nova Opção.

Depois da posse, houve apenas uma reunião ordinária, em 10 de maio de 2012, antes da mudança na composição do Conselho. Destaque-se a preocupação dos conselheiros representantes das comunidades sobre o preparo da terra para o plantio e o que fazer com as terras degradadas ao solicitar ao ICMBIO esclarecimentos legais a respeito. Outras questões tratadas referem-se a um programa de voluntariado para trabalhos de Educação Ambiental nas comunidades do entorno; à renovação da parceria entre FUMDHAM e ICMBIO, submetida à aprovação; às metas programadas pela unidade e não atingidas quanto aos aceiros para combate a incêndios; a infraestrutura para pesquisa; a regularização da situação dos condutores existentes e dos recém-formados pelo IFPI; ao número baixo de visitantes (19.000 em 2011) devido à grande distância dos aeroportos e às péssimas condições de conservação das estradas. Também foi aprovada a criação da câmara técnica denominada *Desenvolvimento Econômico Emergencial*, por um grupo encarregado de convidar especialistas para estudar ações de desenvolvimento para as comunidades do entorno e corredor ecológico, a fim de substituir a caça nos períodos de seca por outras fontes de renda. Novamente, houve sugestão de três instituições governamentais (UFPI, IFPI e SEMAR) a serem convidadas a participar do Conselho. Também, foram indicados um representante das três Associação dos Condutores, um da Associação dos Produtores Rurais de Mocambo como titular, e outro da Associação Serra Queixo como suplente e um do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo do Piauí para a próxima renovação do Regimento do Conselho (ICMBIO, 2012a).

Ainda, em 2012, a Portaria nº 110, de 18 de outubro, que modifica o Conselho, aumenta o número de instituições participantes e altera a proporção entre representantes da administração pública e da sociedade civil (ICMBIO, 2012b;

ICMBIO, 2018a) (Tabela 6). As instituições da administração pública indicadas pelo Conselho - UFPI, IFPI e SEMAR - não foram representadas, mas sim o INCRA, INTERPI, SETUR-PI, secretarias municipais de educação de Coronel José Dias e João Costa, além de uma associação dos condutores.

Tabela 6 - Composição do Conselho do PARNA SC em 2010 e em 2012

<b>Composição do Conselho em 2010</b> (Portaria ICMBIO nº 128 de 14/12/2010)		<b>Composição do Conselho em 2012</b> (Portaria ICMBIO nº 110 de 18/10/2012)	
<b>Administração Pública</b>			
Instituição/ comunidade	Nº titulares	Instituição/ comunidade	Nº titulares
ICMBIO	1 (Chefe do PARNA)	ICMBIO (Chefe do PARNA)	1
IPHAN	1	IPHAN	1
IBAMA/PI	1	IBAMA/PI	1
UNIVASF	1	INCRA	1
EMATER-PI	1	UNIVASF	1
		EMATER -PI	1
		INTERPI	1
UESPI	1	SETUR-PI	1
Prefeitura Munic. SRN	1	UESPI	1
Sec. Mun.Educ. de Brejo do Piauí	1	Sec. Mun. de Educ., Cultura, Esporte e Lazer de SRN	1
		Sec. Mun.Educ. Brejo do Piauí	1
		Sec. de Ed., Cult., Desp., Lazer e Turismo João Costa	1
		Secretaria Municipal de Educação de Cel. José Das	1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>Total</b>	<b>13</b>
<b>Sociedade Civil</b>			
Assoc. Produtores Rurais da Baixa da Serra Branca	1	Assoc. Produtores Rurais da Baixa da Serra Branca	1
Assoc. Produtores Rurais da Baixa da Serra Queixo	1	Associação dos Produtores Rurais do Mucambo	1
Associação dos Produtores Rurais do Clemente	1	Associação dos Produtores Rurais do Clemente	1
Comunidade Sítio do Mocó	1	Comunidade Sítio do Mocó	1
Comunidade do Alegre- J. Costa	1	Comunidade do Alegre- J. Costa	1
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Tamboril	1	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Tamboril	1
Associação Serra Vermelha	1	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo do Piauí	1
FUMDHAM	1	FUMDHAM	1
Associação dos Pequenos Agricultores dos Gerais	1	Associação dos Pequenos Agricultores dos Gerais	1
		Associação dos Condutores de Visitantes Ecoturísticos do PARNA SC - ACOVESC	1
Assoc. Des. Rural Nova Opção	1	Assoc. Des. Rural Nova Opção	1
Comissão Pastoral da Terra- CPT	1	Comissão Past. da Terra- CPT	1
FUNSEDH	1	FUNSEDH	1
SEBRAE	1	SEBRAE	1
SENAC	1	SENAC	1
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>Total</b>	<b>15</b>
<b>Total Geral</b>	<b>22</b>	<b>Total Geral</b>	<b>28</b>

Fonte: DOU, nº 241, de 17/12/2010, p. 179.

Fonte: DOU, nº 203, de 19/10/2012, p. 93.

A reunião seguinte à nova formação do Conselho Consultivo se realiza em 10 de outubro de 2013. É pautada por um curso de formação para os conselheiros que aborda o SNUC e as normas e regulamentos que regem a gestão do PARNA SC. O chefe do PARNA SC, Fernando Tizianel, explica que o Plano Emergencial de 1994 é que rege a gestão, uma vez que o Plano de Manejo de 1996 não fora aprovado, principalmente pela ausência da formação e funcionamento do Conselho Consultivo. Informa ainda sobre os eventos realizados em parceria com a ACOVESC no Parque, sobre o desconto de 90% (R\$ 2,50) nos ingressos para os habitantes do entorno e beneficiários dos programas sociais do governo.

O representante do INTERPI que daria informações sobre divisão de glebas no Corredor Ecológico não compareceu à reunião, assim como diversos representantes dos órgãos de governo, o que deixou os representantes das comunidades indignados com o pouco apreço pelo Parque. A representante da ACOVESC informa sobre o projeto *O parque mais próximo da comunidade*, numa parceria entre a instituição, o ICMBIO, IPHAN e FUMDHAM e alguns comerciantes, iniciado em algumas escolas de São Raimundo Nonato, que prevê oficinas e visitas ao Parque. O projeto gera expectativa positiva nos representantes da sociedade civil por poder levá-lo às escolas de suas comunidades.

Há uma expressiva participação de representantes da sociedade civil nessa reunião, principalmente das comunidades, que, instados pela representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), expõem seus anseios e problemas relacionados ao Parque. Alguns deles são relativos aos seus direitos de uso da terra, por serem moradores que não foram indenizados. O chefe do parque assegura a todos que quem não foi indenizado não pode ser impedido de realizar suas atividades econômicas, e deverá ser celebrado um termo de compromisso estabelecendo essas atividades. Mas solicita a todos providenciar pastagens para os animais fora do Parque, pois a área preservada fica muito pressionada nos períodos secos (ICMBIO, 2013).

Na reunião ordinária do Conselho, de 10 de abril de 2014, o chefe do Parque menciona a questão dos condutores que necessitam ser credenciados de acordo com as normas estabelecidas pelo ICMBIO, em 5 de fevereiro de 2014, por meio de portaria (ICMBIO, 2014a). Foi comunicado que o Parque ficou fora do programa específico da Copa pela falta de infraestrutura da cidade de São Raimundo Nonato. Uma representante da comunidade se manifesta na reunião, após informações dadas pelo ICMBIO e FUMDHAM sobre as dificuldades financeiras para a gestão do PARNA

SC, sem recursos para pagamento dos funcionários: “Se o parque é esquecido, imagina as comunidades” (ICMBIO, 2014a). Esse comentário foi feito diante das dificuldades de obtenção de recursos apontadas pela FUMDHAM, diante da reivindicação de investir na capacitação dos habitantes do entorno e do Corredor Ecológico, feita por outra representante de comunidade. Foi mencionada a falta de investimento da Petrobrás, que vinha mantendo o Parque há alguns anos. Há também uma manifestação de membro da comunidade diante da aprovação dos planos de trabalho de recursos destinados exclusivamente ao Parque, reivindicando um esclarecimento de como a comunidade pode participar e que se destinem recursos para contemplar essa participação nos próximos projetos.

Foi discutida a formação da Câmara Técnica de Uso Público e da Comissão de avaliação dos condutores. A Comissão foi formada, por votação, pelos representantes do ICMBIO, IPHAN, FUMDHAM e da ACOVESC, apesar da posição contrária do ICMBIO em permitir a participação de condutor, alegando conflito de interesse.

Nessa Ata, alguns conselheiros reclamaram da falta de retorno ao Conselho das ações que deveriam ser feitas por outras câmaras técnicas anteriormente criadas: a Câmara de *Ações Socioambientais*, nome que prevaleceu sobre a primeira sugestão de *Desenvolvimento Econômico Emergencial*, e a Câmara de *Regularização Fundiária*. O chefe do Parque explica que não houve reuniões dessas câmaras desde 2013.

O representante da Associação dos moradores do Novo Zabelê, população diretamente impactada pela criação do Parque, faz um relato das atividades desenvolvidas e planejadas junto às comunidades do entorno pela *Câmara de Ações Socioambientais*. Refere-se a cursos e oficinas que vinham expandindo o conhecimento sobre a convivência com o semiárido e a distribuição de Kits de irrigação para as comunidades pela CODEVASF.

A população sabe da necessidade de diversificar a produção com a avicultura, apicultura, mandiocultura, horta orgânica etc. Segundo o representante, foram identificadas diferentes famílias para diferentes atividades, visando atender demandas locais. Nos locais onde há água encanada, eles conseguiram o sistema de irrigação. Onde não tem, usam as cisternas calçadão para a criação de frango caipira e outros produtos (ICMBIO, 2014a).

### 5.2.2 Atas das reuniões do Conselho do PARNA SC de 2016 a 2018

Em 2016, a FUMDHAM, com fundamento em processo interno do ICMBIO, é excluída do Conselho (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL, s.d.; ICMBIO, 2016; ICMBIO, 2018a). Segundo BUCO (2019)<sup>116</sup> e TRAKALO (2019),<sup>117</sup> que foram membros da FUMDHAM no Conselho, a exclusão deveu-se à coparticipação da instituição na gestão do Parque ao lado do ICMBIO, inviabilizando sua participação como entidade representativa da sociedade.

O Conselho do PARNA SC permaneceu inativo por mais de três anos, de abril de 2014 ao final de 2017, indício de problemas no seu processo de estabelecimento. Então, são realizadas duas reuniões extraordinárias cujas pautas são diretamente relacionadas ao Plano de Manejo, que tinha como requisito para sua elaboração a plena atuação desse colegiado institucional. A pauta da primeira reunião, de 28 de setembro de 2017, é a elaboração do Plano de Manejo, quando se explica aos conselheiros e convidados a metodologia do *foundation document* do Serviço de Parques Nacionais dos EUA.

A Ata dessa reunião registra a mudança de gestão do Parque com a apresentação da nova chefe, e informa sobre a necessidade de criar Grupo de Trabalho do Conselho para acompanhar e elaborar o Plano de Manejo. É prevista a realização de oficina para o GT e atores locais estratégicos, com vinte e cinco a trinta integrantes. Trata também da parceria do ICMBIO com o governo estadual para a instalação do Batalhão de Polícia Ambiental e encaminhamentos relativos às regras de visitação do Cemitério do Zabelê e regularização fundiária (indenizações) (CMBIO, 2017a).

A reunião seguinte, de 13 dezembro 2017, discute principalmente a renovação dos conselheiros, cujos mandatos estavam expirados, e a necessidade de adequar a sua composição aos setores que representam os usuários do território, como previsto na Instrução Normativa nº 09, de 05 de dezembro de 2014 (CMBIO, 2017b).

No ano de 2018, houve três reuniões ordinárias no primeiro semestre e uma extraordinária no segundo semestre, todas elas presididas pela nova chefe do PARNA SC. Na primeira, de 10 de janeiro, discutiu-se a nova composição do Conselho e a

---

<sup>116</sup> BUCO, Elisabete. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada em São Raimundo Nonato, em sua residência, em 27 nov. 2019.

<sup>117</sup> TRAKALO, Rosa. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada em São Raimundo Nonato, em sua residência, em 27 nov. 2019.

redução do número de cadeiras para 26, com 13 representantes governamentais e 13 da sociedade. A alegação foi a dificuldade de reunir muitas pessoas e facilitar o quórum das reuniões. Outro ponto de destaque foi a escolha das instituições que participariam do Conselho entre os cinco setores de usuários do território do Parque, escolhidos pelos conselheiros presentes. A composição do Conselho considera os representantes do poder público e da sociedade civil (Quadro 15) (ICMBIO, 2018a).

Quadro 15 - Composição do Conselho do PARNA SC por setores (2018)

Setor	Poder Público	Sociedade Civil
<b>Educação</b>	1-IFPI (um titular e um suplente) 2-UNIVASF (um titular e um suplente) 3-UESPI (um titular e um suplente)	1-SENAC (um titular e um suplente) 2-SEBRAE (um titular e um suplente)
<b>Desenvolvimento Rural e Socioambiental</b>	4-ICMBIO (um titular e um suplente) 5-Secretaria Municipal do Meio Ambiente- SRN (titular) 6-Instituto Estadual de Terras (INTERPI) (suplente) 6-EMATER (um titular e um suplente)	3-CPT (um titular e um suplente) 4-Cáritas Diocesana de SRN (um titular e um suplente) 5-Instituto Ecológico da Caatinga (um titular e um suplente) 6-Associação das Mulheres Empreendedoras do Território da Serra da Capivara (AME) (titular) 6-Fundação Social de Educação e Desenvolvimento Humano (FUNSEDH) (suplente)
<b>Comunidades e municípios do entorno</b>	7-Secretaria Municipal Educação SRN (um titular e um suplente) 8-Secretaria Municipal Educação João Costa (um titular e um suplente) 9-Secretaria Municipal Educação Cel. José Dias (um titular e um suplente) 10-Secretaria Municipal Educação Brejo do Piauí (um titular e um suplente)	7-Associação dos produtores do Mucambo (um titular e um suplente) 8-Comunidade Sítio do Mocê (um titular) 8-Comunidade Zabelê (um suplente) 9-Comunidade do Alegre (um titular) 9-Associação do projeto de Assentamento Pé da Serra (um suplente) 10-Comunidade do Assentamento Serra Branca e Serra Vermelha (Gleba 1) (um titular e um suplente)
<b>Turismo</b>	11-Secretaria Municipal de Turismo de SRN (um titular e um suplente) 12- Secretaria Municipal de Turismo de João Costa (um titular e um suplente)	11-Associação de Condutores de Turismo da Serra da Capivara (ACTUR) (um titular) 11-Associação Pimenteira (um suplente) 12 -Delegacia de Turismo (DETUR) (um titular) 12-ACOVESC (um suplente)
<b>Patrimônio Arqueológico e Cultural</b>	13-IPHAN (um titular e um suplente)	13-Fundação Nordestina do Cordel (FUNCOR) (um titular e um suplente)
<b>Total</b>	13	13
<b>Total Geral</b>	26	

Fonte: ICMBIO (2018a).

Na mesma reunião, a chefe do Parque comunicou a impossibilidade de a FUMDHAM assumir representação no Conselho por causa de um dispositivo legal que impede uma organização que realiza gestão compartilhada de uma unidade de conservação de assumir representação no seu Conselho. Ao final, definiu-se a composição do GT do Conselho para acompanhar o Plano de Manejo, formado apenas pelo poder público: IPHAN, UNIVASF, IFPI, UESPI e Secretaria de Turismo. Um representante de comunidade questiona o caráter restritivo do GT e a presidente do Conselho explica que a participação da comunidade se fará em outro momento, em oficinas preparadas e realizadas a partir de subsídios e documentos técnicos preparados pelo GT (ICMBIO, 2018a).

Na segunda reunião de 2018, do dia 4 de abril, houve a posse de vinte e oito conselheiros, incluindo alguns suplentes. A pauta abarcou a revisão do Regimento Interno, informes sobre a suspensão de cobrança de ingresso pelo ICMBIO; realização de curso de Guia de Turismo para a atividade de condução; rondas de fiscalização e abertura de 15 processos de regularização fundiária de ex-moradores do Parque. Incluiu a realização de uma dinâmica sobre gestão pública participativa e o papel do Conselho, norteadas por algumas questões feitas aos grupos de conselheiros, cujas respostas foram apresentadas e discutidas por todos (Quadro 16).

Houve a participação de 28 instituições nessa dinâmica, envolvendo titulares e suplentes diferentes de um mesmo setor, caso das comunidades do Sítio do Mocó e do Sítio Zabelê, ambas com representação nessa reunião (Quadro 14). Entre as respostas apresentadas, constata-se menções repetidas à burocracia, interferência política e autoritarismo quanto aos principais entraves da gestão participativa. A transparência nas ações e informações aparece também repetidamente como requisito à promoção da gestão participativa (ICMBIO, 2018b).

Durante essa reunião, foi comunicado o andamento dos trabalhos do GT Plano de Manejo, que teve início na Comunidade do Cambraia, bem como a previsão de ampliá-los para as demais comunidades do entorno. Esses trabalhos visam informar sobre o Plano de Manejo; promover um diagnóstico participativo sobre o parque a partir das potencialidades, fraquezas, forças e ameaças; obter indicação de lideranças locais para participar da Oficina Geral de elaboração do Plano de Manejo (ICMBIO, 2018b).



Quadro 16 - Dinâmica sobre a gestão pública participativa (2018)

Questões	Respostas dos grupos de conselheiros
O que é a gestão participativa para você?	<p>Levar em conta a participação de entes representativos da sociedade na tomada de decisões.</p> <p>Democratizar ideias e participação coletiva.</p> <p>É a participação de diversos segmentos da sociedade, para uma gestão democrática visando atingir melhores resultados.</p> <p>Exercício democrático garantia de diversidade de visões</p> <p>Quando todos trabalham para alcançar um objetivo comum.</p> <p>Ser ouvido e ouvir (protagonismo)</p> <p>Descentralizada autonomia na tomada de decisões e delegar</p>
Como promover a gestão participativa na gestão pública?	<p>Ouvindo as bases, partilhando as informações e discutindo decisões</p> <p>Conhecendo os direitos e deveres de cada cidadão e reivindicá-los</p> <p>Através de instrumentos democráticos que auxiliem a melhoria da gestão</p> <p>Envolvimento de todos os setores da sociedade civil e instituições e garantia dos espaços de participação.</p> <p>Fortalecendo a participação das entidades (públicas e privadas) de forma a manter proatividade</p> <p>Conhecer o interesse coletivo e provocar no outro a participação</p> <p>Integrando os grupos, delegando responsabilidade, transparência nas ações</p>
Quais os principais entraves para a gestão participativa na gestão pública?	<p><b>Questões políticas</b> e gestores mal preparados</p> <p>Falta de compromisso da gestão pública e desorganização da gestão participativa</p> <p><b>Burocracia</b>, desvio de finalidade, <b>interferência política</b></p> <p><b>Burocracia, autoritarismo</b>, ausência de <b>transparência</b></p> <p><b>Burocracia, interferência política</b>, falta de conhecimento e acomodação</p> <p>Mobilização e atuação permanente</p> <p>Agir com <b>autoritarismo</b></p>
Como evitar estes entraves no Conselho do PARNA SC?	<p>Efetiva participação dos membros, compromisso com o Parque</p> <p>União de ideias e estar sempre pensando no bem coletivo e sociedade em geral</p> <p>Diminuir os entraves burocráticos, identificar nos conselheiros as características necessárias para auxiliar na gestão.</p> <p>Qualificação da participação popular e <b>transparência na informação</b></p> <p>Fortalecimento e união do grupo e buscar capacitação contínua sobre os temas discutidos</p> <p>Valorização dos envolvidos</p> <p>Gestão descentralizada com <b>transparência participativa</b></p>

Fonte: ICMBIO (2018b, grifos nossos).

Na terceira reunião ordinária de 2018, do dia 6 de junho, houve uma continuidade da dinâmica de gestão participativa voltada especificamente para o Conselho. Assim, a partir dos eixos temáticos relativos à gestão do PARNA SC apresentados pelo ICMBIO (uso público, socioambiental, pesquisa e eventos públicos), os conselheiros foram convidados a manifestar as principais demandas e expectativas em relação a cada um. Foram criadas câmaras técnicas correspondentes

aos eixos temáticos que identificaram as suas principais demandas, o que resultou num Plano de Ação do Conselho quanto à gestão do PARNA SC (ICMBIO, 2018c).

Porém, antes dessa dinâmica, houve um esclarecimento sobre as competências do ICMBIO e da FUMDHAM quanto à cogestão do Parque. Ao ICMBIO compete principalmente a proteção, realizada através da fiscalização ambiental, o combate a incêndios florestais, o combate aos crimes ambientais e a vigilância nas guaritas, sendo alguns desses serviços passíveis de terceirização. Outras competências do ICMBIO são relativas à coordenação da gestão socioambiental ao viabilizar o funcionamento do Conselho e a realização de atividades de educação ambiental e capacitações, bem como o monitoramento do uso público, o cadastramento e capacitação de guias e condutores, a regularização fundiária e o gerenciamento de pesquisas cadastradas no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) (ICMBIO, 2018c).

À FUMDHAM compete a contratação de agentes de recepção e controle do Parque (guariteiras), mas a sua maior contribuição refere-se à manutenção da ampla infraestrutura administrativa e de visitação implantada, com destaque para os trabalhos de conservação dos sítios arqueológicos e sinalização, comumente realizados em parceria com o IPHAN. Além disso, participa da gestão socioambiental com o acompanhamento das atividades do Conselho, produz material de divulgação sobre o parque, realiza capacitações etc.

O ICMBIO prestou outras informações relativas à gestão, enquadradas nos quatro eixos temáticos já mencionados e outras relativas à proteção. Destacaram-se as atividades realizadas pelo órgão em 12 comunidades do entorno, conforme previsto em reunião anterior para a preparação do Plano de Manejo, envolvendo 280 moradores do entorno do Parque e a elaboração do Guia do Participante da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo. A realização da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo foi prevista e efetivamente realizada em agosto de 2018.

Nessa mesma reunião, um analista ambiental do ICMBIO apresentou dados sobre a proteção relativos aos autos de infração lavrados pela fiscalização no PARNA SC de 2009 a 2017. Esses dados destacam a caça como o principal problema de gestão da unidade, objeto de 78% dos autos de infração lavrados. Em segundo lugar, mas com um número bem inferior de autos de infração (15%), estão os desmatamentos. Segundo o representante da comunidade Zabelê no Conselho, a caça não se destina ao consumo próprio do caçador, mas à sua comercialização como

uma renda adicional significativa. Outros dados apresentados, relativos ao número de aplicação de autuações em todas as unidades de conservação federais do Piauí induzem à conclusão de que o PARNA SC é a unidade que enfrenta o maior problema de proteção à biodiversidade. Ele apresenta um número bem maior de autuações que as demais unidades (Tabela 7) (ICMBIO, 2018c).

Tabela 7 - Autuações das Unidades de Conservação Federal no Piauí de 2008 a 2017

Unidade de conservação	Número de autos de infração	% do total de autos
APA da Chapada do Araripe	42	7%
APA Delta do Parnaíba	43	7%
APA Serra da Ibiapaba	62	10%
ESEC de Uruçuí - Una	6	1%
PARNA SC	372	60%
PARNA Serra das Confusões	87	14%
PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba	8	1%
PARNA Sete Cidades	1	0%
RESEX Marinha do Delta do Parnaíba	1	0%
<b>Total Geral</b>	<b>622</b>	<b>100%</b>

Fonte: ICMBIO (2018c).

A simples constatação de maior número de autuações permite algumas hipóteses explicativas para esse resultado, mas uma conclusão definitiva carece de mais dados. A falta de uma fiscalização sistemática nas outras unidades poderia ser a explicação para o menor número de autuações. Trata-se de uma hipótese plausível diante da visibilidade conquistada pelo PARNA SC e a pressão exercida pela FUMDHAM na sua gestão compartilhada. Outra hipótese é a inserção de algumas das outras unidades em contextos menos adversos à sobrevivência humana que resulte em menor pressão sobre a fauna e a flora locais e, conseqüentemente, menor aplicação de autuações.

A reunião extraordinária de 2018, de 18 de outubro, foi convocada para tratar do esclarecimento de um conflito entre o ICMBIO e a FUMDHAM, gerado pela decisão do órgão ambiental de diminuir a competência da organização na gestão da unidade. A responsabilidade pela contratação das guariteiras e os recursos para esse fim foram retirados da FUMDHAM com o argumento de que o seu perfil seria mais adequado às atividades de conservação dos sítios arqueológicos. A diretora-presidente da FUMDHAM e seus advogados compareceram à reunião e questionaram a chefe do Parque e presidente do Conselho sobre os motivos da decisão. O conflito de interesses envolveu os participantes da reunião, induzindo-os a tomar partido, embora o caráter consultivo do Conselho não lhes permitisse deliberar sobre a decisão do

ICMBIO. A FUMDHAM acionou o Ministério Público e várias entidades na defesa de seu interesse em manter essa competência, mas não logrou resultado. O ICMBIO passou a contratar empresa terceirizada para alocar essa mão de obra para o Parque sem a interveniência da FUMDHAM, embora fossem mantidas as pessoas já experientes nas atividades requeridas (ICMBIO, 2018d).

### **5.2.3 Atas das reuniões do Conselho do PARNA SC de 2019 a 2021**

Em 2019, foi realizada apenas uma reunião ordinária, no dia 21 de maio, na qual se apresenta a recém-empossada chefe do Parque, Marian Rodrigues. A pauta é a apresentação da versão consolidada de minuta do Plano de Manejo do PARNA SC e aprovação da Ata de 6 de junho de 2018. Um dos conselheiros manifestou seu desconforto com a reunião anterior pelo seu contexto polêmico e o desconhecimento de informações importantes para entender e participar das discussões suscitadas quanto ao plano de trabalho da FUMDHAM 2018/2019. Durante a apresentação da minuta, alguns conselheiros fizeram sugestões para seu aprimoramento sem comprometer a essência do trabalho realizado na Oficina, e que puderam ser incorporadas ao documento. Terminada a apresentação dos elementos do Plano de Manejo, os conselheiros manifestam apoio e aprovação do material apresentado e recomendam o prosseguimento do processo (ICMBIO, 2019b).

A partir de 17 de março de 2020, o governo acatou as orientações da Organização Mundial da Saúde de promover o distanciamento social como forma de contenção à Pandemia do Covid-19. Decidiu, então, fechar todos os parques nacionais para a visitação pública. Como salienta a chefe do PARNA SC na reunião por videoconferência do Conselho, realizada em 21 de agosto de 2020, a unidade fechou apenas para o uso público e pesquisa, mas continua com as atividades rotineiras, principalmente de fiscalização.

A pauta dessa reunião de 21 de agosto de 2020 foi discutir primordialmente o termo de uso dos visitantes e depois a proposta de reabertura do Parque para a visitação e pesquisa. Antes de tratar desses temas, foi noticiada a visita do presidente da República e observada pela presidente do Conselho a necessidade de rever a sua composição. Essa revisão visa substituir instituições que deixaram de existir e aquelas que não estavam participando com regularidade como prevê o Regulamento Interno do Conselho. Menciona ainda a atuação, há algum tempo, do Batalhão Ambiental e a

oportunidade que se apresentava de convidá-lo a participar do Conselho (ICMBIO, 2020a).

O primeiro ponto da pauta é iniciado por um servidor do ICMBIO, que apresenta a regulamentação que autoriza terceiros a prestar serviços de apoio à visita dentro das Unidades de Conservação. Ele explica que apenas 24 unidades federais possuem a regulamentação desse serviço e que se fazia um esforço para aumentar esse número através de editais e processo de credenciamento e autorização. Um representante dos condutores faz alguns questionamentos, ao que a chefe do Parque responde que a Pandemia impediu o lançamento de edital. Então, foi decidido recadastrar os condutores já credenciados pelo PARNA SC, com autorização direta, mas fundamentado em regulamento do ICMBIO. O assunto veio para o Conselho porque a ACOVESC questionou o cadastramento dos condutores e a falta de participação dos condutores na construção dessa regulamentação. Houve uma discussão sobre a responsabilidade pelo lixo, envolvendo o condutor e o visitante, com os esclarecimentos feitos pelos servidores do ICMBIO. Reclamou-se também que as discussões da *Câmara Técnica de Uso Público* precisavam ser ampliadas para o Conselho (ICMBIO, 2020a).

O outro ponto da pauta é iniciado com a apresentação da minuta da regulamentação de reabertura do PARNA SC, com destaque para as cláusulas específicas. São discutidas as medidas de prevenção a serem tomadas, como aferição de temperatura, disponibilização de totens com álcool, entre outros detalhes operacionais, horários de abertura e fechamento do Parque, circuito e locais disponíveis à visita. A chefe do Parque destaca que as contribuições ao aperfeiçoamento da minuta pelas instituições são bem-vindas e que aquele também era um momento para isto. Uma das conselheiras reclama de normativas relativas ao retorno do Turismo no âmbito estadual e municipal para dar segurança ao turista. Fica resolvido que o IPHAN encaminhará suas sugestões às portarias de reabertura em locais com sítios arqueológicos diretamente ao ICMBIO/sede. Alguns ressaltaram a importância do diálogo permanente como forma de aprimoramento da gestão do PARNA SC (ICMBIO, 2020a).

Na reunião por vídeo conferência seguinte, de 12 de novembro de 2020, participaram duas convidadas da FUMDHAM, além de 1/3 dos conselheiros, para fazer uma análise dos 60 dias de reabertura do Parque e colocar em votação a

abertura de novos circuitos de visitação no PARNA SC, além dos procedimentos de proteção contra a Covid 19 (ICMBIO, 2020b).

Na reunião virtual do ano seguinte, realizada em 16 de julho de 2021, foram discutidas as condições para a realização de um evento no PARNA SC, o tradicional *Rally dos Sertões*, e a reabertura de novos circuitos para visitação. Duas especialistas da FUMDHAM também participaram dessa reunião. Considerando a possibilidade dos impactos negativos sobre a fauna, flora e os sítios arqueológicos que o *rally* poderia provocar, discutiu-se sobre as precauções e medidas de prevenção que deveriam ser exigidas dos organizadores e condutores tanto pelo ICMBIO quanto pelo IPHAN. A chefe do Parque externou preocupação com o evento em razão do atropelamento de espécies da fauna, ocorrido durante uma prévia realizada uma semana antes. O desconhecimento das regras de conduta pelos visitantes e a responsabilidade solidária dos condutores, que receberam sanções, foram mencionados. O grupo de ocupantes de 29 carros e cinco condutores burlaram outras normas de proteção (não usaram máscaras, fizeram aglomeração, estacionaram em locais proibidos, usaram drone sem autorização). Além disso, foram propostas algumas medidas pelas instituições no sentido de divulgar as regras de conduta por outras vias e reforçar o acompanhamento do evento também pelo IPHAN. Quanto à reabertura de novos circuitos, a proposta foi feita pelos condutores a fim de viabilizar visitação mais abrangente do PARNA SC. Ela foi previamente analisada pela bióloga da FIOCRUZ e membro da FUMDHAM, Márcia Chame, que fez algumas considerações. Então, foi submetida à apreciação do Conselho, que aprovou a maioria dos circuitos, eliminou um e solicitou reapresentação de outros dois (ICMBIO, 2021a).

#### **5.2.4 Visão geral do funcionamento do Conselho do PARNA SC**

Uma visão geral das datas e pautas das reuniões do Conselho do PARNA SC ao longo do tempo, desde sua instituição, em 2010, até julho de 2021 (Quadro 17) evidenciou a frequência do seu funcionamento. Documentos diversos, num total de 18, foram explorados para elaborar essa visão: quatro normativas e 14 atas de reuniões. As reuniões sofreram uma solução de continuidade entre 2014 e 2017, cuja retomada se dá em função da elaboração do Plano de Manejo. O Quadro 17 permite caracterizar três períodos, segundo os marcos legais que instituíram e normatizaram

o Conselho, as pautas e questões mais relevantes tratadas nas reuniões associadas aos gestores do Parque, que são também presidentes do Colegiado.

Quadro 17 - Funcionamento do Conselho do PARNA SC de 2010 a 2021

Ano	Data	Documento	Assunto/ pauta	Questão relevante	Presidente do Conselho
2010	14/12/2010	Portaria ICMBIO Nº 128	Cria o Conselho do PARNA SC a fim de contribuir com ações voltadas à gestão participativa e implantação e implementação do Plano de Manejo da unidade	Disponibiliza instrumento de participação social na gestão do PARNA SC	
2011	27/11/2011	Ata de Reunião do Conselho do PARNA SC	Posse dos Conselheiros	Falta de paridade entre setor público (8) e sociedade civil (14)	Italo Robert Trindade de Carvalho
2012	10/05/2012	Ata de Reunião do Conselho do PARNA SC	Combate ao fogo no PARNA e entorno; condutores; visitação baixa; plantio e áreas degradadas do entorno e Educação Ambiental	Instituída Câmara Técnica voltada à promoção do desenvolvimento para as comunidades do entorno e Corredor Ecológico	Fernando Tizianel
	18/10/2012	Portaria ICMBIO Nº 110	Aumenta o número de instituições e diminui a diferença entre os representantes da administração pública (13) e a sociedade civil (15)	Modifica a composição do Conselho, mas sem paridade entre setor público e a sociedade civil, que constitui maioria.	
2013	10/10/2013	Ata de Reunião do Conselho do PARNA SC	Formação para Conselheiros sobre o SNUC e normas e regulamentos que regem a gestão do Parque. Plano Emergencial de 1994 rege a gestão.	Expressiva participação das comunidades, que expõem suas expectativas e anseios em relação ao Parque.	Fernando Tizianel
2014	10/04/2014	Ata de Reunião do Conselho do PARNA SC	Dificuldades financeiras na gestão do Parque. Credenciamento de condutores segundo normativas do ICMBIO. Formação de Câmara Técnica de Uso Público e Comissão de Avaliação dos Condutores (ICMBIO, IPHAN, FUMDHAM e ACOVESC. Reivindicação de investimento nas comunidades.	Frase emblemática de conselheiro denota os valores prevalentes do parque sobre as expectativas das comunidades nas políticas públicas: "Se o parque é esquecido, imagina as comunidades".	Fernando Tizianel
	05/12/2014	Instrução Normativa Nº 09	Estabelece as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais.	Definição de Conselho da Unidade de Conservação e Conselho Consultivo	
2016	03/10/2016	Portaria Nº 93	Retira a FUMDHAM do Conselho Consultivo do PARNA SC, conforme solicitação da diretora-presidente da instituição.	O PARNA SC deve adequar seu conselho consultivo aos moldes da IN 09/2014 no Prazo de 180 dias.	
2017	28/09/2017	Ata de Reunião Extraordinária do Conselho do PARNA SC.	Elaboração do Plano de Manejo. Apresentação da nova chefe do Parque. Criação de Grupo de Trabalho para acompanhar elaboração do Plano de Manejo.	Apresentação da metodologia do <i>foundation document</i> do Serviço de Parques Nacionais dos EUA.	Luciana Nars
	13/12/2017	Ata de Reunião Extraordinária do Conselho do PARNA SC.	Renovação dos Conselheiros devido aos mandatos expirados.	Adequar composição do Conselho aos setores que representam os usuários do território, conforme IN Nº 09/2014.	Luciana Nars
2018	10/01/2018	Ata de Reunião Ordinária do Conselho do PARNA SC.	Composição do Conselho com paridade entre a administração pública (13) e a sociedade civil (13). Redução do número de conselheiros a fim de facilitar o quórum nas reuniões	Escolha das instituições de acordo com os cinco setores representativos dos usuários do território da Serra da Capivara.	Luciana Nars

	04/04/2018	Ata de Reunião Ordinária do Conselho do PARNA SC.	GT Plano de Manejo e ICMBIO inicia reuniões com comunidades para explicar o objetivo do plano, colher subsídios e indicação de representantes para a Oficina de Elaboração do Plano.	Realização de dinâmica sobre gestão participativa.	Luciana Nars
	06/06/2018	Ata de Reunião Ordinária do Conselho do PARNA SC.	Explicitadas competências do ICMBIO e da FUMDHAM na gestão compartilhada do Parque. Prevista para agosto a realização da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo, com a participação de representantes das comunidades.	Continuidade de dinâmica sobre gestão participativa que resulta em um Plano de Ação do Conselho quanto à gestão do Parque. Destaque da caça como principal problema de gestão da unidade de conservação.	Luciana Nars
	18/10/18	Ata de Reunião Extraordinária do Conselho do PARNA SC.	Esclarecimento de conflito entre ICMBIO e FUMDHAM pela retirada de atribuição e respectivo repasse de recursos à FUMDHAM relacionados à contratação de funcionários para o Parque.	Manutenção dos funcionários experientes nas atividades do Parque mesmo com terceirização dos serviços pelo ICMBIO.	Luciana Nars
2019	21/05/2019	Ata de Reunião Ordinária do Conselho do PARNA SC.	Mudança na chefia do Parque. Apresentação de Minuta do Plano de Manejo e incorporação de sugestões feitas pelos conselheiros.	Aprovação do Plano de Manejo pelo Conselho e recomendação de prosseguimento do processo.	Marian Rodrigues
2020	21/08/2020	Ata de reunião virtual do Conselho do PARNA SC.	Discutir critérios de reabertura da visitação pública do PARNA SC, fechado por determinação do governo federal desde 17/03/2020 como forma de conter disseminação do COVID-19.	Necessidade do diálogo permanente como forma de aprimorar a gestão do Parque.	Marian Rodrigues
	12/11/2020	Ata de reunião virtual do Conselho do PARNA SC.	Análise dos 60 dias de reabertura do Parque e decisão sobre abertura de novos circuitos.	Reforço dos procedimentos de proteção contra o Covid-19.	Marian Rodrigues
	16/07/2021	Ata de reunião virtual do Conselho do PARNA SC.	Discutir condições para realização do <i>Rally dos Sertões</i> , considerados os impactos negativos sobre fauna, flora e sítios arqueológicos. Abertura de novos circuitos.	Aprovação do evento e de abertura de novos circuitos, condicionados ao cumprimento de exigências e acompanhamento mais rigoroso.	Marian Rodrigues
Total	18	4 normativas e 14 reuniões			

Fontes: Atas das reuniões do Conselho do PARNA SC e Normativas ICMBIO publicadas no D.O.U.

O primeiro período iniciou com a criação (2010) e instituição (2011) do Conselho e se estendeu pela gestão do servidor de carreira do ICMBIO, Fernando Tizianel, de janeiro de 2012 a julho de 2015. Nesse período, houve apenas três reuniões do Conselho, nas quais houve uma expressiva participação de representantes das comunidades que expuseram suas expectativas e percepções das políticas públicas voltadas preponderantemente para o Parque, em detrimento das comunidades do entorno. Apesar do funcionamento esporádico do Conselho, praticamente uma reunião por ano e a descontinuidade de funcionamento do Colegiado ao final da sua gestão, essas reuniões deram início ao instrumento de



participação social na gestão do Parque, conforme salienta Tizianel (2019)<sup>118</sup> em seu depoimento para a presente pesquisa:

E o problema maior, na minha visão, foi que a gente tinha um parque muito bem estruturado numa região muito pobre e o entorno muito ainda distante realmente do parque. Então, muito destoante, principalmente no acesso a recursos, questão também de aspectos ambientais, das propriedades. Então, o que a gente fez foi principalmente focar assim no fortalecimento do Conselho Consultivo do parque, não é? E aí o Conselho começou a trabalhar principalmente com agendas assim de geração de renda, entender um pouco o papel do parque e também apoiar essas comunidades com projetos. Enfim, a gente teve uma interlocução muito boa e que levou a um fortalecimento do papel das comunidades na gestão do parque, na época (TIZIANEL, 2019).

Houve um período de paralisação do Conselho, iniciado no final de 2014, mas que passou pelo contexto político conturbado de 2016, quando ocorreu a mudança do governo brasileiro pelo processo de *impeachment* e decorrentes mudanças de direção no ICMBIO. Durante esse período de transição, foram instituídos marcos legais com reflexos diretos sobre o Conselho, especialmente a Portaria 93/2014, que estabeleceu diretrizes e normas para a composição dos conselhos. Em cumprimento às regras dessa portaria, a FUMDHAM não pôde continuar como representante da sociedade civil em razão do contrato de cogestão celebrado com o ICMBIO.

O segundo período, de 2017 a 2018, foi marcado por um número maior de reuniões, três extraordinárias e três ordinárias. As duas primeiras foram as extraordinárias, convocadas para dar início ao processo de elaboração do tão adiado Plano de Manejo e apresentação da nova gestora, Luciana Nars. A chefe do parque falou sobre a necessidade de atuação sistemática do Conselho, da sua renovação e adequação aos requisitos de representação setoriais e formação de Grupo de Trabalho para o acompanhamento do processo de elaboração do Plano de Manejo do PARNA SC. As três reuniões ordinárias de 2018 foram realizadas no primeiro semestre. Foram preparatórias para o funcionamento do Conselho, tendo em vista a elaboração do Plano de Manejo e o acompanhamento da gestão do Parque, explicitando os papéis do ICMBIO e da FUMDHAM. Durante duas reuniões, foram realizadas dinâmicas sobre gestão participativa. O Conselho passou a ser paritário, apresentando o mesmo número de representantes da administração pública e de representantes da sociedade civil. Outra reunião extraordinária, realizada no segundo semestre, visou esclarecer para os conselheiros as razões do conflito entre ICMBIO e

---

<sup>118</sup> TIZIANEL, Fernando. Entrevista sobre a Serra da Capivara [mensagem pessoal]. Mensagem oral recebida no aplicativo *WhatsApp* <86999991982> por Diva Maria Freire Figueiredo, em 11 out. 2019.

FUMDHAM. O conflito foi desencadeado pelo corte de funções da FUMDHAM realizado pelo ICMBIO e de repasses de recursos públicos para a sua administração do Parque. O conflito acabou por provocar a substituição da chefe do PARNA SC, conforme menção de reportagem jornalística citada no capítulo 3 (PESSOA, 2018).

O terceiro período refere-se à gestão de Marian Rodrigues, cuja abordagem iniciamos também no capítulo 3. Além de natural da região, a arqueóloga dedicou-se a projetos de educação patrimonial e ambiental em suas pesquisas e trabalhos, antes de assumir a chefia do PARNA SC. Ao assumir o cargo, anunciou a procura de uma constante interlocução com as comunidades e de sua colaboração na gestão do Parque (FREITAS, 2019). Durante sua gestão, foi concluído e aprovado o Plano de Manejo do PARNA SC e realizadas, até julho de 2021, quatro reuniões do Conselho. A primeira foi em maio de 2019, quando a nova chefe do Parque se apresenta ao Conselho e discute a minuta do Plano de Manejo Diretor. O Plano recebeu apoio dos conselheiros e foi definitivamente aprovado em agosto de 2019, cumprindo o prazo dado pela Justiça Federal para sua conclusão. As reuniões seguintes, duas de 2020 e uma de 2021, foram realizadas no contexto da Pandemia do Covid-19 e discutiram a reabertura gradual da visitação e pesquisas no PARNA SC e dos critérios de proteção e segurança diante da pandemia.

### 5.3 O MANEJO DA ÁGUA NO PARNA SC

“A água era e é o centro da dinâmica da fauna e dos homens do semiárido” (CHAME, 2014, p. 255). Essa frase aponta para a estratégia que a pesquisadora da FUMDHAM usou na tentativa de diminuir os conflitos entre os homens e animais no entorno do PARNA SC, inspirada na Pré-História. Os ataques de grandes predadores aos animais domésticos da circunvizinhança do Parque começaram a ocorrer com mais frequência depois de alguns anos de sua implantação. A fiscalização sistemática e o combate à caça resultaram no aumento da população de animais silvestres.

Assim, as decisões de pesquisa e manejo da água para a fauna foram iniciadas por uma reflexão da pesquisa arqueológica. Chamava a atenção a incoerência do tamanho dos seixos de estratigrafia relacionada a períodos secos encontrados no interior de um grande caldeirão existente ao lado do sítio arqueológico BPF. A hipótese mais plausível é de que a obstrução do caldeirão por aqueles seixos era resultado de ação humana e não de processo de assoreamento natural. Seria, portanto, uma

estratégia do ser humano pré-histórico que ali vivia para desencorajar o confronto e a permanência de outros grupos humanos invasores. Desse modelo pré-histórico nasceu a solução de manejo da água para a fauna silvestre no PARNA SC, disponibilizando reservatórios no seu interior com essa finalidade (CHAME, 2014).

O manejo da quantidade e disponibilidade de água em regiões áridas e semiáridas de todo o mundo tem sido feito para expandir o habitat ou aumentar a densidade da fauna. Além de localizar e conhecer seu estoque, é necessário saber sua qualidade e sua influência sobre a distribuição espacial dos homens e de todas as espécies que dela dependem para sobreviver. Assim, em 1996, nasceu o projeto *Manejo da água para a fauna*, iniciado pelo levantamento e aproveitamento de todos os tipos de reservatórios, cuja denominação na região é muito rica (Quadro 18). Em 2004, o projeto foi acrescido de estudos sobre a qualidade e, em 2007, sobre a presença da água na dinâmica dos mamíferos cinegéticos<sup>119</sup> (CHAME, 2014).

Quadro 18 - Nomenclatura local e caracterização dos reservatórios de água da região do PARNA SC

<b>Tipos de reservatório de água</b>	<b>Caracterização local</b>
<b>Caldeirões</b>	Depressões escavadas naturalmente nos afloramentos rochosos que acumulam água da chuva.
<b>Olho d'água</b>	Nascentes
<b>Lagoa</b>	Lagoas relictuais no entorno do Parque
<b>Barragens</b>	Deposições de terra em depressões do terreno com o intuito de barrar o escoamento da água da chuva, acumulando-a.
<b>Barreiros</b>	Escavações antrópicas em terreno argiloso com o intuito de barrar o escoamento da água da chuva, acumulando-a.
<b>Açudes</b>	Retirada de terra e barragem para acúmulo de água de chuva em depressões naturais do terreno.
<b>Tanques</b>	Construções, geralmente de forma quadrada, que acumulam água da chuva.
<b>Cacimbas</b>	Buracos escavados nos leitos dos rios temporários ou nas várzeas para afloramento da água.
<b>Poços</b>	Perfurações feitas com máquinas no terreno para captação o bombeamento de água subterrânea.
<b>Bebedouros</b>	Depósitos de água construídos de alvenaria ou pedras, no interior do Parque, protegidos ou não do sol por cobertura, com rampas e escadas especiais para a fauna.

Fonte: Chame (2014, p. 258).

Até 2007, os reservatórios inventariados no Parque e seu entorno somavam 443. Os naturais são as fontes mais abundantes (356), predominantemente caldeirões (345) localizados no interior do Parque (331). Os olhos d'água estão todos no Parque

<sup>119</sup> "Espécies cinegéticas são as espécies que são predadas ou sofrem grande pressão de caça, sendo a atividade de caça definida como a extração de qualquer animal selvagem do seu meio natural" (FERREIRA *et al.*, 2016, p. 1).

(9), e as lagoas todas no entorno (2). Entre os reservatórios construídos estão os bebedouros (39) destinados à fauna, no Parque (31) e em áreas de propriedade da FUMDHAM (8).

Os reservatórios para uso humano e para animais domésticos mais importantes são os açudes que se concentram ao redor do Parque e no entorno (28). Há apenas um açude no Parque. As barragens estão no Parque (4) e no entorno (9). Há ainda os tanques (2) no Parque e entorno (4) (Tabela 8).

Quanto à capacidade de armazenamento de água, o maior número de reservatórios está localizado no entorno, principalmente os de estocagem acima de um milhão de m<sup>3</sup>. No Parque, prevalecem os caldeirões naturais de capacidade abaixo de 500 m<sup>3</sup>. Esses caldeirões localizam-se nas escarpas da *cuesta* ou fundo dos vales, enquanto a região central permanece totalmente seca. O Parque também possui reservatórios (14) com capacidade maior que um milhão de m<sup>3</sup>. Alguns açudes e barragens foram construídos pelas famílias que ali residiam até 1998, mas uma parte deles perdeu a capacidade de acumulação de água por falta de limpeza. Outros recebem algum tipo de manejo, a exemplo do açude central do Zabelê, que acumula água para a fauna.

Tabela 8 - Distribuição de reservatórios naturais construídos no PARNA SC e entorno até 2007

Tipo de reservatório	Parque	Entorno	Total
	Número	Número	Número
<b>Naturais</b>			
Caldeirão	331	14	345
Olho d'água	9	0	9
Lagoa	0	2	2
Subtotal	340	16	356
<b>Construídos</b>			
Açude	1	28	29
Barragem	4	9	13
Tanque	2	4	6
Bebedouro	31	8	39
Subtotal	38	49	87
<b>Total</b>	<b>378</b>	<b>65</b>	<b>443</b>

Fonte: Chame (2014, p. 262).

Ultimamente, antigos reservatórios foram recuperados e muitos bebedouros artificiais construídos com a dupla função de conter a erosão e manter as estradas, e,

ao mesmo tempo, espalhar fontes de água para os animais silvestres. Contudo, a perda de água por evaporação é significativa no Nordeste brasileiro, diminuindo a eficiência hidrológica dos açudes em 1/5 do volume estocado. No período chuvoso, muitos reservatórios não enchem o suficiente, perdendo sua finalidade. Em secas prolongadas, chegam a ter déficit hídrico por mais de um ano.

Os poços artesianos públicos e a Barragem Petrônio Portela, antiga Barragem da Onça, ampliada em 2000, são os reservatórios responsáveis pelo abastecimento humano nas sedes dos municípios e povoados da região. Em 2005, a adutora do Garrincho foi construída a partir dessa barragem para abastecer diversos municípios (Figuras 64, 65 e 66), conforme mencionado em tópico específico mais adiante.

Em alguns locais é comum ser a água do subsolo salgada e pesada. Apenas alguns tipos de reservatórios, como os olhos d'água, caldeirões formados por rochas e poços artesianos profundos e lagoas profundas da região do calcário, fornecem água insípida e clara. A água da maioria dos reservatórios do entorno é barrenta durante todo o ano, o que decorre da sua localização em terreno argiloso.

A oferta maior de água para a fauna silvestre, associada ao conhecimento de sua localização, que orientou o monitoramento e fiscalização mais intensa contra a caça, produziu resultados importantes. Os ataques de onças aos rebanhos vizinhos ao Parque decaíram e começou a ocorrer a recuperação de populações de espécies importantes da cadeia alimentar desses grandes predadores.

Segundo Chame (2014), as técnicas de manejo da Pré-História permitiram estocar água no Parque, captando-a das serras e levando-a até as guaritas, centro de visitantes e populações humanas da vizinhança. Mas o manejo da água envolve uma complexa relação biológica, social e climática que demanda o conhecimento da sua oferta, qualidade e tipos de usos. Assim, o apoio da Fundação Oswaldo Cruz em 2004 foi fundamental para ampliar os estudos e avaliar os usos e a qualidade da água.

Os resultados do conjunto dos trabalhos, desenvolvidos por 20 anos, diferenciam a Serra da Capivara das outras regiões nordestinas, marcadas pela crescente salinização dos reservatórios, grande variação de salinidade entre a seca e a chuva e alta incidência de doenças de transmissão hídrica. As águas superficiais da Serra da Capivara, por sua vez, são doces e, como não há contaminação por esgoto doméstico ou indústria, suas características físico-químicas são principalmente estabelecidas pelos padrões geomorfológicos. Embora baixo, o risco de contaminação

da população por doenças de propagação hídrica é maior no início das chuvas (CHAME, 2014).

Há um padrão regional para a qualidade da água, formado por dois grupos: padrão de traços regionais naturais e sem interferência humana dos reservatórios do Parque; padrão definido pela ação humana típica do meio rural dos reservatórios do entorno. Os resultados dos estudos revelam que as águas drenadas pelos boqueirões devem ser aproveitadas com racionalidade para não comprometer o abastecimento do Parque e sua biota. Também, deve ser garantida a oferta de água de qualidade para as populações humanas e animais do entorno, por meio de sua manutenção em reservas subterrâneas que evitam a evaporação.

Quanto à fauna, a distribuição regular dos reservatórios de água, ainda que sua capacidade seja inferior a 100 m<sup>3</sup>, revelou-se mais valiosa que a quantidade de água armazenada. O conhecimento dessa distribuição é igualmente fundamental para a fiscalização e combate à caça e a conservação direta das espécies. Além disso, o mapeamento da distribuição das espécies de animais, a partir da água como fator nuclear, possibilitou identificar corredores entre a chapada e diversas fisionomias do Parque. De acordo com a distribuição da água no Parque, foi possível diferenciar três conjuntos de espécies: as de áreas abertas, a exemplo do *Leopardus tigrinus*, *Callithrix jacchus*; as de áreas abrigadas, como a *Pantera onça*, *Tamandua tetradactyla* etc; as de áreas fechadas, como a *Alouatta caraya* e *Sapajus libidinosus*. Os comportamentos desses animais na caatinga e nas proximidades dos reservatórios apontam parâmetros e abordagens para novos estudos que busquem a conservação de cada espécie integrada ao seu habitat (CHAME, 2014).

#### 5.4 O LUGAR E A POPULAÇÃO NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

A região de clima semiárido brasileira é a maior e mais densa demograficamente no mundo, atingindo 86% do território que compõem os Estados do Nordeste e parcela setentrional de Minas Gerais. Totaliza uma área de 969.589,04 Km<sup>2</sup> e 21 milhões de habitantes em áreas urbanas e rurais (MACÊDO, 2016).

A forma de colonização dessa região de caatinga, estruturada pelo regime de sesmarias e pela doação de terras pelo sistema de capitanias hereditárias, favoreceu a concentração agrária. A monocultura da cana-de-açúcar, o extrativismo de madeira e a criação de gado em grandes propriedades (latifúndios) deram origem à exploração

agropecuária na região, onde ainda se pratica a agricultura de sequeiro<sup>120</sup> (TRESSERAS, 2009).

A maior área contínua de caatinga do Estado do Piauí encontra-se na região sudeste e leste, integrada pela bacia hidrográfica do Canindé/Piauí (Figura 62).

O Plano de ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP, 2006) estima que 40% da superfície do Estado do Piauí são áreas de agropecuária e em recuperação, 30% abrangem APP, Reservas Legais (RL) e unidades de conservação e 30% restam para o manejo florestal.

O PARNA SC está localizado no centro da bacia do rio Piauí. Desde a colonização até a criação da unidade de conservação, os meios de sobrevivência eram os mencionados acima, acrescidos da extração do látex da maniçoba e da caça comercial. As populações das APP, vizinhas ao Parque, também dependem dessas práticas agropecuárias e extrativistas.

O domínio do semiárido no Piauí atinge 62,1% do seu território. Abrange cerca de 151 municípios e 156.241,25 Km<sup>2</sup> área do Estado (MACÊDO, 2016). O semiárido piauiense é complexo e apresenta diferentes tipos de solo.

A cidade de Coronel José Dias é a de maior proximidade com os limites do PARNA-SC. São Raimundo Nonato, mais antiga, é a segunda mais próxima, situada a 30 km de distância.

São Raimundo Nonato possui a maior população e constitui um centro microrregional, com intenso comércio, que abriga a maioria das instituições de ensino superior e equipamentos culturais relacionados ao patrimônio cultural da região, mencionados no capítulo 3. A cidade abriga também as sedes do ICMBIO e o Escritório Técnico do IPHAN, órgãos responsáveis pela gestão do Parque e do seu patrimônio cultural. O IPHAN também é responsável pela gestão dos sítios arqueológicos cadastrados em toda a Região Sudeste, compreendida entre as serras da Capivara e das Confusões, e o corredor ecológico entre elas.

---

<sup>120</sup> Modalidade agrícola praticada em terras áridas, com baixa pluviosidade, que adota a escolha de espécies de cultivo que não necessitem de irrigação constante, podendo suportar os períodos de estiagem entre uma chuva e outra (CBHSF, s. d.).

Figura 62 - Mapa de uso e ocupação do solo nas bacias do Parnaíba-PI



Fonte: PERH (2010, p. 119).



O município de São Raimundo Nonato, além de ser o mais populoso, com mais da metade da população residente na área urbana (IBGE, 2020), possui o maior território, com cerca de 2.500 km<sup>2</sup>. Os demais municípios que formam o Parque são de criação mais recente, desmembrados de São Raimundo Nonato. O primeiro a ser emancipado foi Coronel José Dias, em 1992, seguidos de João Costa e Brejo do Piauí, em 1997.

Tabela 9 - Variação populacional de 2000 a 2020 dos municípios do PARNA SC

Municípios do PARNA SC	População Censo 2000	População Censo 2010	Área do município	Densidade demográfica hab/km <sup>2</sup> / 2010	População estimada 2020
São Raimundo Nonato	26.890	32.327	2.415,287	13,38	34.877
Coronel José Dias	4.415	4.541	1.822,115	2,37	4.685
Brejo do Piauí	3.986	3.850	2.267,327	1,76	3.848
João Costa	3.025	3.005	1.800,230	1,64	3.005

Fonte: IBGE (2000; 2010; 2020).

A Tabela 9, acima, apresenta a variação populacional entre 2000, 2010 (censos realizados) e 2020 (estimada) dos quatro municípios que integram o PARNA SC, na qual fica evidente o maior crescimento de São Raimundo Nonato, enquanto Brejo do Piauí e João Costa tiveram decréscimo. Segundo Barros *et al* (2012), a população urbana é maior em São Raimundo Nonato (63,97% urbana e 36,03% rural), enquanto nos demais prevalece a população rural: Coronel José Dias (22,94% urbana e 77,06% rural), João Costa (14,98% urbana e 85,02% rural) e Brejo do Piauí (29,95% urbana e 70,05% rural).

O PARNA SC fica a 530 Km de Teresina, capital do Estado do Piauí. Petrolina é a outra cidade mais próxima, que também dispõe de aeroporto e fica a 300 Km de distância, no Estado vizinho de Pernambuco. As rodovias que ligam essas duas cidades a São Raimundo Nonato, PI 140 e BR 020, são as principais estradas de acesso ao Parque. Recentemente, em 2015, a cidade recebeu um aeroporto bem estruturado, cuja obra se estendeu por 20 anos, mas permanece sem uso dado o pouco interesse das companhias aéreas em realizar voos para a cidade. A demanda para o transporte de passageiros não justifica a operação de voos regulares.

Dois planos governamentais, visando o desenvolvimento sustentável e o uso das águas superficiais e subterrâneas do Estado do Piauí, incluindo a bacia do rio Piauí e o território da Serra da Capivara, foram desenvolvidos entre 2006 e 2010. A

seguir, a abordagem desses planos procura evidenciar os desafios que a vida humana enfrenta nessa paisagem peculiar.

Logo após, será destacado o Turismo, a principal atividade econômica apontada pelo Banco Mundial e pela FUMDHAM como alternativa à agricultura de subsistência nos municípios que integram o PARNA SC. No contexto da Serra da Capivara, despontam os segmentos do ecoturismo e do turismo arqueológico.

#### **5.4.1 Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba**

Em 2006, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) articulou e incrementou o PLANAP com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável de todo o território do Piauí, integrante dessa bacia. O desenvolvimento sustentável foi definido como:

O processo de mudança social e elevação da qualidade das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e da solidariedade entre gerações (PLANAP, 2006, p. 49).

Foram providenciados 11 Planos Territoriais de Desenvolvimento, baseados em um Macrozoneamento Ecológico-Econômico. Um deles é o do *Território da Serra da Capivara*, que enfatiza a importância da gestão dos recursos hídricos. O PLANAP (2006) destaca que a gestão dos recursos hídricos pode criar opções de convívio com a seca, como uma escolha ambiental que agregue beneficiários, parceiros, tecnologia e saberes locais, e assim reverter a tendência alarmante de vulnerabilidade das relações dinâmicas entre a natureza e a sociedade.

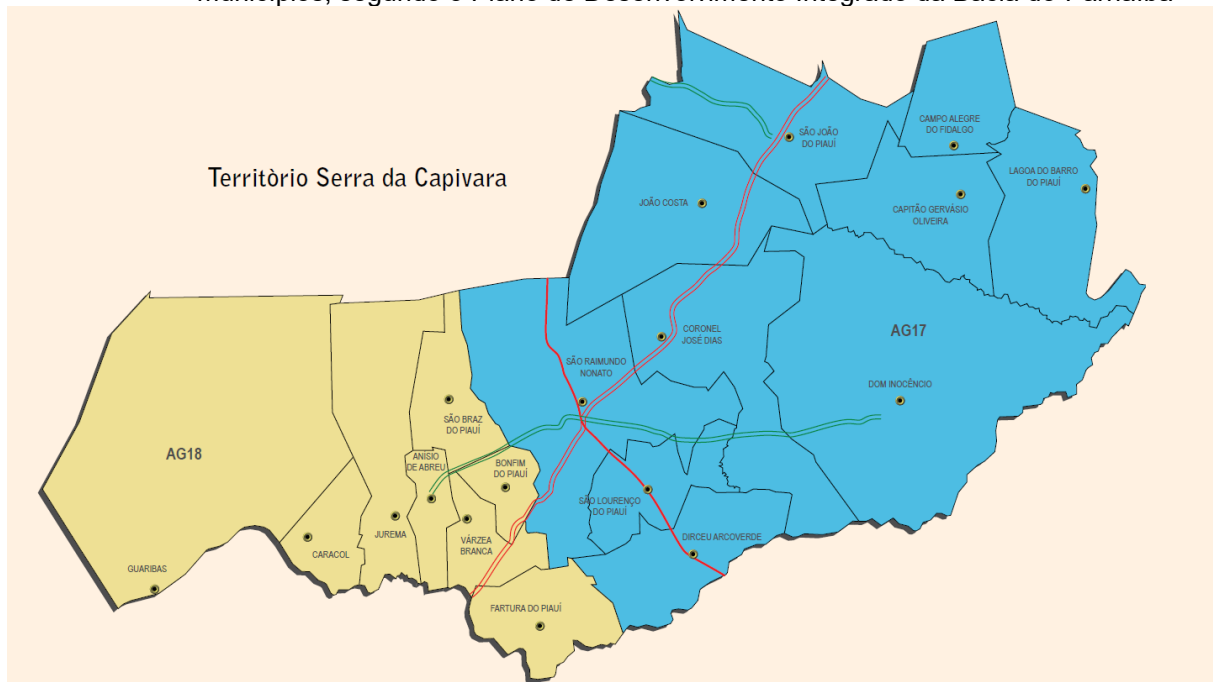
O *Território da Serra da Capivara* no PLANAP abrange o mosaico formado pelo PARNA SC, corredor ecológico e PARNA Serra das Confusões. Esse plano caracteriza o uso da terra na região da Serra da Capivara da seguinte forma: 8,81% agricultura, 0,06% área urbanizada, 0,16 % solo exposto, 0,14% mata ciliar, 74,54% caatinga, 14,53% cerrado, 1,41% vegetação de transição e 0,35% corpos d'água. Os 18 municípios que o integram foram reunidos em dois aglomerados, segundo aspectos técnicos, socioeconômicos, vocação produtiva, culturais e ambientais (Figura 63): **AG 17- São Raimundo Nonato, São Lourenço, Dirceu Arcoverde, Coronel Jose Dias, João Costa, Dom Inocêncio, Lagoa do Barro, Capitão Gervásio de Oliveira, Campo Alegre do Fidalgo, São João**; AG18- Anísio de Abreu, Bomfim do Piauí, Caracol, Fartura, Guaribas, Jurema, Lagoa do Barro, São Braz e

Várzea Branca. Dos quatro municípios que formam o PARNA SC, apenas Brejo do Piauí não pertence a esse território (PLANAP, 2006, grifos nossos).

Um estudo intensivo desse território revela um baixo nível de desenvolvimento humano e limitações impostas pela ausência “de saneamento ambiental para o provimento das condições de salubridade do meio físico, de saúde e de bem-estar da população” (PLANAP, 2006, p. 21).

Segundo Censo do IBGE de 2000, a população do *Território da Serra da Capivara* era de 126.611 habitantes, com 63% na zona rural. São Raimundo Nonato era o município mais populoso, com 22.890 habitantes (21,2 %), seguido por São João (11,5 %), com 17.670. Os dois outros municípios do território que formam o PARNA SC, João Costa e Coronel José Dias, possuíam menos de 10000 habitantes, assim como os demais municípios de todo o território. A densidade demográfica variava entre 21,9 hab/km<sup>2</sup>, em Anísio de Abreu, e 1,1 hab/km<sup>2</sup>, em Guaribas (PLANAP, 2006).

Figura 63 - Mapa do Território da Serra da Capivara formado por dois aglomerados e 18 municípios, segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba



Fonte: (PLANAP, 2006, p. 11).

A média pluviométrica, que no País varia entre 1000 mm e 3.000 mm/ano, cai para 600mm/ano e a umidade relativa do ar fica em torno de 20%. O grande período de insolação (3000 horas) eleva a média térmica e concorre para a grande evaporação anual. Essas características, adicionadas à irregularidade na distribuição das chuvas,

concentradas no trimestre janeiro / fevereiro / março, explica a semiaridez da região e a prolongada estação seca, de oito meses de duração (BARROS *et al*, 2012).

Apesar das limitações físico-climáticas, Macêdo (2016) considera que há potencial para o desenvolvimento econômico e social de seus habitantes. A caatinga apresenta rica biodiversidade que propicia práticas artesanais e do turismo ecológico, existem reservas elevadas de água em açudes públicos, áreas sedimentares com água subterrânea, alguns solos se adequam às práticas agrícolas etc.

As características do bioma caatinga representam desafios para o convívio humano e são apontadas pelo PLANAP (2006) para esse território (Quadro 19).

Quadro 19 - Características fisiográficas e ambientais do Território da Serra da Capivara

Cobertura vegetal	Estepe (caatinga) arbórea aberta e localmente arbórea densa
Unidades de Conservação	Parque Nacional da Serra da Capivara – Decreto de 28/08/1996; Parque Nacional da Serra das Confusões – Decreto de 26/11/1996
Corredor ecológico	Corredor ecológico entre o PN da Serra da Capivara e o PN da Serra das Confusões – Portaria IBAMA – 11/03/2005
Relevo	Depressão com residuais do São Francisco, chapadões e depressões com residuais do meio norte e depressões com residuais do Nordeste. Altitude entre 68 m (Anísio de Abreu) e 273 m (Várzea Branca)
Geossistemas	Depressão de São Raimundo Nonato, Cuesta Bom Jesus da Gurguéia e Tabuleiros do Canindé
Geossistemas	Precipitação média anual de 600 mm
Evaporação	Evaporação entre 2.400 mm a 2.800 mm, acentuando-se no mês de setembro
Umidade relativa	Variação de 30% a 50%
Insolação	A insolação média anual é de cerca de 3.000 horas, sendo mais acentuada de junho a setembro
Principais rios	Rio Piauí (nasce no município de Caracol) e rio São Lourenço. O rio Piauí e seus afluentes são intermitentes em todo seu curso. Barragens Petrônio Portela em São Raimundo Nonato e Jenipapo em São João do Piauí, ambas no rio Piauí
Temperatura	Temperatura média anual: mínima de 21° C, média de 24° C e máxima de 29° C
Clima	Quente semiárido, com 7 a 8 meses secos
Água Subterrânea	Presença de áreas dispersas da formação Cabeças. A sudoeste de São João do Piauí foram indicadas áreas de poços com boa vazão
Geologia	Presença da formação Pimenteiras, caracterizada por folhelos e siltitos escuros laminados; áreas dispersas da formação Cabeças – arenitos avermelhados com estratificação cruzada; estreita faixa contínua da formação Serra Grande com arenitos grosseiros, conglomeráticos com leito de conglomerados com estratificação cruzada; formação Sambaíba de arenitos branco-avermelhado com estratificação cruzada; significativa presença do Grupo Salgueiro, caracterizado pela presença de micaxisto, quartzitos e calcário cristalino, com intrusivas básicas e ultrabásicas e concentração do grupo Caraíbas com gnaisses, migmatitos e quartzitos com lentes de anfíbolito.

Fonte: (PLANAP, 2006, p. 20).

A realidade socioeconômica adiciona mais um desafio à convivência do ser humano com a natureza. São baixos os índices de urbanização, abastecimento de água e, principalmente, esgotamento sanitário. A energia elétrica, presente em menos de 38% dos domicílios à época, tende a ser o único serviço a obter um crescimento razoável (Tabela 10).

Tabela 10 - Características gerais e socioeconômicas do Território Serra da Capivara

Características total ou média - bacia	Aglomerado 17	Aglomerado 18	Território
Área, km <sup>2</sup> , 330.849,9	16.383,0	8.386,0	24.769,0
Área, (%) 100	4,9	2,5	7,4
População 2000 (hab)	83.583	43.028	126.611
Urbanização (%)	27,2	55,9	46,1
	12,2	5,1 5	1 5,1
Abastecimento de água (%)	15,52	6,58	11,05
Esgotamento sanitário rede urbana %	0	0	0
IDH-M 2000	0,600	0,576	0,588
PIB 2002 (R\$1.000)	123.827,00	48.896,00	172.768,00
PIB 2002 per capita (R\$)	1.400,07	1.107,37	959,82
Educação básica (%) pessoas c/15 anos ou mais, c/menos de 4 anos de estudo	76,32	77,39	74,23
Taxa de alfabetização (%)	66,49	58,43	62,46
Renda per capita (R\$)	73,05	65,86	69,45
Expectativa de vida média, anos	61,92	61,87	61,89
% da renda proveniente de rendimento do trabalho (1991-2000)	83,83 - 56,67	83,26 - 56,30	83,54 - 56,48
% da renda proveniente de transferências governamentais (1991-2000)	10,76 - 20,47	9,30 - 16,98	10,03 - 18,72
Energia elétrica, % de domicílios	36,97	37,69	37,33
Rodovias (km) (pavimentadas - implantadas)	225 - 394	0 - 181	225 - 575
Economia	Agricultura familiar: feijão, mandioca, apicultura. Economia consórcio: mamona, feijão,		

Fonte: PLANAP (2006, p. 22).

A Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) apresenta, em 2000 e 2010, a situação das cidades que integram o PARNA SC quanto à infraestrutura básica e condições sanitárias (Tabela 11).

Tabela 11 - Infraestrutura básica e condições sanitárias dos municípios do entorno do parque

Município	Domicílios atendidos por rede de distribuição de água	Domicílios com energia elétrica	Domicílios com banheiro e sanitário	Domicílios atendidos por coleta de lixo
<b>S. Raimundo N (PI) (2000)</b>	48,8%	68,6 %	53,5 %	50,7%
<b>João Costa (PI) (2000)</b>	12,9%	55,4%	7,3%	5,5%
<b>Cel. José Dias (PI) (2000)</b>	0 %	34,6%	24,7%	11,7%
<b>Brejo do Piauí (PI) (2010)</b>	42,7%	75,9%	59,7%	37,7%

Fonte: CEPRO/ IBGE (2000 e 2010).

Os dados mais atuais do IBGE (2010), uma vez que o Censo previsto para 2020 não foi realizado devido à Pandemia do Covid-19, situam a cidade mais populosa e

influyente da região, São Raimundo Nonato, numa posição ainda bastante desfavorável quanto à infraestrutura urbana. A cidade apresenta um índice ainda muito baixo de esgoto sanitário adequado, apenas em 4.4% dos domicílios, ao lado de um índice ainda menor, de 0,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). O único índice mais favorável refere-se à arborização, presente em 57.7% de domicílios urbanos em vias públicas. Nos demais municípios que integram o PARNA SC, esses índices são igualmente muito baixos, à exceção da arborização, uma característica que ameniza o calor e protege os habitantes da prolongada exposição solar.

Um olhar mais atualizado para outras características socioeconômicas, listadas na Tabela 10, relativas aos municípios do parque, também nos permite maior aproximação da paisagem da Serra da Capivara. De 1991 a 2010, há um crescimento contínuo do IDHM desses municípios, de acordo com a Tabela 12, na qual se percebe um crescimento um pouco maior de João Costa.

Tabela 12 - Variação do IDHM nos municípios do entorno do PARNA SC de 1991 a 2010

Municípios do Parque	IDHM		
	1991	2000	2010
São Raimundo Nonato	0,394	0,497	0,661
João Costa	0,151	0,311	0,561
Coronel José Dias	0,212	0,386	0,546
Brejo do Piauí	0,154	0,278	0,515

Fonte: IBGE (2010).

Na Tabela 13, o crescimento do IDHM dos municípios se dá principalmente pelo crescimento do IDHM Longevidade, seguido do IDHM Renda e depois IDHM Educação. Contudo, esses índices ainda são baixos de acordo com o ranking nacional apresentado pelo IBGE (2010), apesar de não serem os menores do Piauí. Somente dois municípios do Piauí, a capital Teresina e Floriano, possuem IDHM considerados altos, 0,751 e 0,700 respectivamente. A título de comparação, o maior IDHM no Brasil foi de 0,862, apresentado por São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, e o menor foi de 0,418, apresentado por Melgaço, no Estado do Pará (Tabela 13).

Tabela 13 - Ranking IDHM 2010 do entorno do PARNA SC em relação ao maior e menor IDHM brasileiro

Ranking IDHM 2010	Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
1 °	São Caetano do Sul (SP)	0,862	0,891	0,887	0,811
526 °	Teresina (PI)	0,751	0,731	0,820	0,707
1904 °	Florianópolis (PI)	0,700	0,676	0,802	0,633
2870 °	<b>São Raimundo Nonato (PI)</b>	0,661	0,631	0,779	0,587
5027 °	<b>João Costa (PI)</b>	0,561	0,510	0,752	0,460
5253 °	<b>Coronel José Dias (PI)</b>	0,546	0,518	0,725	0,433
5481 °	<b>Brejo do Piauí (PI)</b>	0,515	0,531	0,725	0,354
5565 °	Melgaço (PA)	0,418	0,454	0,776	0,207

Fonte: IBGE (2010).

Barros *et al.* (2012) avaliam que, de acordo com critérios das Nações Unidas, a faixa de IDH da região entre 0,547 e 0,681 é classificada de médio desenvolvimento humano. Mas, ao considerar o IDH Renda, somente 30,6 % dos municípios da região podem ser assim classificados. Dessa forma, 69,4% dos municípios possuem baixo desenvolvimento humano, o que retrata com mais fidedignidade a realidade da qualidade de vida da região, da má distribuição de renda e da pobreza da população, conforme se verifica na Tabela 14.

Tabela 14 - Trabalho e Rendimento nos municípios do entorno do PARNA SC

Município	Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2019]	Pessoal ocupado [2019]	População ocupada [2019]	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]
São Raimundo Nonato (PI)	1,5 salários mínimos	4.078 pessoas	11,7 %	45,8 %
João Costa (PI)	1,6 salários mínimos	259 pessoas	8,6%	58%
Coronel José Dias (PI)	1,5 salários mínimos	346 pessoas	7,4 %	56%
Brejo do Piauí (PI)	1,9 salários mínimos	253 pessoas	6,5 %	56,1%

Fonte: IBGE (2010 e 2019).

O PLANAP aborda a caatinga sob o ponto de vista de *commodity* ambiental, que difere da *commodity* tradicional pelo fundamento na inclusão social (PLANAP, 2006).

As “*commodities* ambientais” são mercadorias originárias de recursos naturais produzidas em condições sustentáveis, constituindo insumos vitais para nichos específicos da indústria e da agricultura. Obedecem a critérios de extração, produção, padronização diferenciada, classificação, certificação, comercialização e investimentos (PLANAP, 2006, p. 14).

Foi realizado um diagnóstico participativo das dimensões ambiental, sociocultural e econômica para o conhecimento da realidade do território por meio de

várias oficinas, das quais participaram atores sociais dos municípios. As análises dessas dimensões foram feitas pelo estudo das variáveis investimento, tecnologia, organização e gestão do sistema ITOG, na perspectiva das potencialidades e limitações do *Território da Serra da Capivara*.

A dimensão ambiental é a primeira a ser apresentada, na qual se destacam como potencialidades os recursos naturais, com a diversidade da flora e fauna do bioma caatinga, as unidades de conservação, o corredor ecológico e os sítios arqueológicos. Entre as limitações elencadas, estão as divergências entre entidades federais e comunidade quanto ao assentamento de famílias no corredor ecológico; o desequilíbrio do ecossistema devido às queimadas e caça predatória nos entornos dos parques; a destruição e comercialização da vegetação arbórea dos boqueirões etc. Na variável tecnologia, foram apontadas as pesquisas da EMBRAPA, com transferência de tecnologia pelo SEBRAE, CODEVASF e EMATER; as pesquisas da FUMDHAM. Na organização, estão a legislação federal e estadual e a presença dos órgãos ambientais e culturais exercitando a fiscalização e as ações de conservação, os trabalhos de pesquisa e preservação da FUMDHAM. Como limitações comuns, são também levantadas as dificuldades de participação da população; a assistência paternalista; a baixa escolaridade e a pobreza, seja no repasse e emprego de tecnologia, seja no envolvimento da população em ações de educação ambiental e patrimonial e de convívio com o patrimônio natural e cultural.

O diagnóstico da dimensão sociocultural foi desdobrado em dois tópicos: “Educação e Cultura” e “Saúde e Saneamento”. Quanto ao primeiro, destacam-se as potencialidades oferecidas pelos diferentes cursos e estabelecimentos de ensino superior presentes na região, enquanto as limitações foram principalmente levantadas no Ensino Fundamental, em razão da carência de infraestrutura das escolas rurais (água e energia), repetência (13%), evasão escolar (16%) relacionada à ocupação na agricultura, carência de material didático, transporte escolar e merenda de baixa qualidade, além da exclusão digital. Quanto à organização, destaca-se a ausência da participação popular nos conselhos. No Saneamento, prevalecem os dados sintetizados na tabela 11. Quanto à Saúde, apontou-se a ausência de UTI, carência resolvida em decorrência da pandemia do Covid-19, em 2020, quando São Raimundo Nonato ganha vinte leitos de UTI.

Aos dados referentes à dimensão econômica, já sintetizados nas tabelas 10, 12, 13 e 14, podemos acrescentar observações relativas à Agricultura e Pecuária;



Apicultura; Extrativismo e Acesso à terra; Produção Artesanal; Comércio, Serviços e Créditos; Turismo e Infraestrutura básica.

A importância da dimensão ambiental em interação com as dimensões sociocultural e econômica fica evidente no seguinte trecho da síntese executiva do PLANAP para o *Território da Serra da Capivara*:

É possível estabelecer como marco de transformações no Território o período de “antes e depois” do Parque Nacional da Serra da Capivara, que poderia ser mais significativo caso tivessem ocorrido, simultaneamente, investimentos em infraestrutura básica e a regularização fundiária, com alternativas de produção sustentáveis para a agricultura familiar de populações tradicionais, posseiros e assentados nos municípios do entorno do parque (PLANAP, 2006, p 43).

A análise feita pelos atores sociais dos municípios quanto ao diagnóstico da dimensão econômica revela o importante papel da agricultura familiar e de sua potencialidade no *Território Serra da Capivara*. A estagnação e o declínio das atividades de subsistência indicam as transformações produzidas no agricultor familiar pelos programas de incentivo, que se torna capaz de investir e poupar (Quadro 20).

Quadro 20 - Tendências das atividades produtivas do Território Serra da Capivara

Estágio das atividades			
<b>Atividades em declínio</b>	<b>Atividades estagnadas</b>	<b>Atividades em expansão</b>	<b>Tendências</b>
Algodão	Avicultura	Apicultura	Algodão
Bovino p/corte	Bovino p/leite	Cajucultura	Apicultura
Mandioca	Caprino e ovino	Mamona x feijão	Avicultura
Milho	Fruticultura	Turismo	Cajucultura
Suinocultura		Umbu	Mamona x feijão
			Mandioca
			Ovinocaprino
			Turismo
			Umbu

Fonte: PLANAP (2006, p. 46).

Dessa forma, os atores sociais definiram áreas de interesse coletivo com base nas potencialidades e limitações do diagnóstico das dimensões ambiental, sociocultural e econômica desse território. O quadro 21 mostra essas áreas para o AG 17, o mais diretamente envolvido com o PARNA SC.

As áreas de interesse coletivo do AG 17 (QUADRO 21) revelam um desenvolvimento almejado para o território alinhado ao conceito de desenvolvimento sustentável definido pelo plano e apresentado no início deste tópico.

Quadro 21- Áreas de interesse coletivo do AG 17

Dimensão sociocultural	Dimensão ambiental	Dimensão Econômica	
Planejamento e gestão participativa nas escolas da rede pública	Educação ambiental	Infraestrutura	Produção
Saúde-serviços/atendimento	Recuperação da mata ciliar do rio Piauí	Implantação de infraestrutura básica: melhoramento, pavimentação e recuperação de rodovias; saneamento básico (água tratada e esgotamento sanitário) e expansão e melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica.	Fomento à agricultura familiar com ênfase na: - Ovinocaprinocultura - Cajucultura/ cajueiro anão precoce - Mandioca - Mamona x feijão caupi - Apicultura - Galinha caipira - Fomento à produção artesanal: industrial, artesanal e artística, doces e farinhas - Criatório de peixe nativo - Aproveitamento do umbu
Educação- aprendizado e estrutura física	Divulgação e incentivo à criação de RPPNs <sup>121</sup>	Melhoria e aproveitamento das infraestruturas hídricas existentes	
Capacitação profissional e empresarial no turismo	Incentivo e organização de criatórios de animais silvestres para fins comerciais		

Fonte: PLANAP (2006, p. 50).

#### 5.4.2 Plano Estadual de Recursos Hídricos do Piauí: Bacia Canindé/Piauí

A água é essencial à vida animal, vegetal e humana. Portanto, é imperativo a gestão dos recursos hídricos, notadamente onde ela é escassa. O artigo 6º da Declaração Universal dos Direitos da Água (DUDA, 1992) observa que

a água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor econômico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo (DUDA, 1992).

Ainda, segundo a Duda, a gestão da água deve promover o equilíbrio entre a sua proteção e as necessidades econômicas, sanitárias e sociais.

Em 2010, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR-PI) elabora o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Piauí (PERH-PI). O plano divide o território do Piauí em 12 Bacias Hidrográficas (FIGURA 60) e Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UPGRH). Entre elas, está a bacia do Canindé/Piauí, na qual se situa o PARNA SC. As bacias hidrográficas se integram em

<sup>121</sup> RPPN- Reserva Particular do Patrimônio Natural. Trata-se de uma unidade de conservação de propriedade particular, reconhecida por órgão ambiental a partir do interesse do proprietário, sem necessidade de desapropriação. São permitidas as pesquisas científicas e a visitação turística, recreativa e educacional (BRASIL, 2011).

grandes sistemas interligados que possibilitam a distribuição de água nas regiões mais carentes e nos pontos de maior demanda, sob a apreciação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

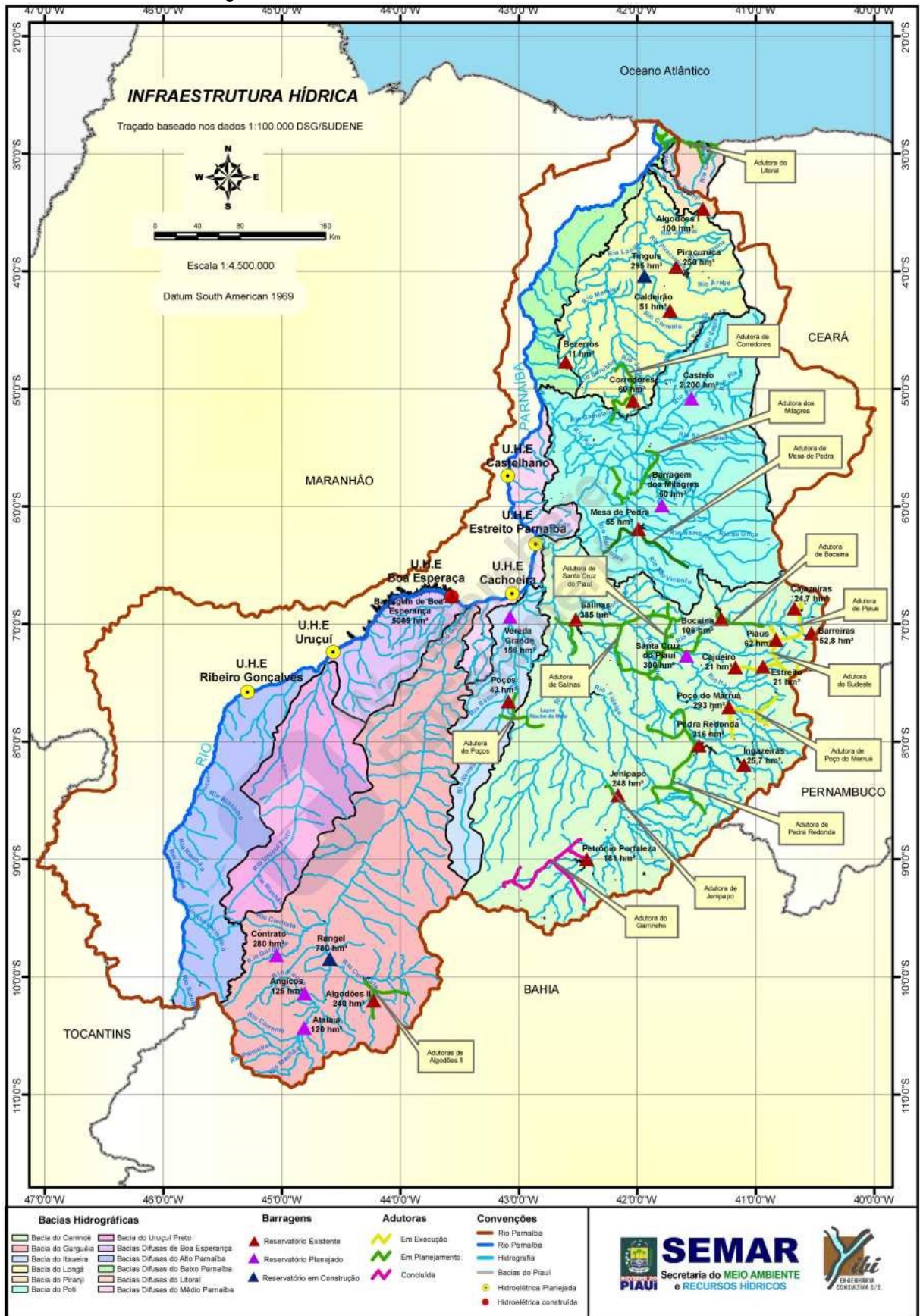
O objetivo do PERH-PI é oferecer diretrizes técnicas para o uso das águas superficiais e subterrâneas a fim de compatibilizar a disponibilidade hídrica com as demandas para qualquer tipo de uso. O planejamento dos recursos hídricos do Estado conta com a participação social, mediante consultas públicas, para atingir o seu uso racional e a sua conservação.

A criação de gado determinou a distribuição demográfica e a estrutura fundiária do Piauí, influenciando a evolução das atividades produtivas, ao limitar o desenvolvimento da agricultura já impactada pelos grandes períodos de seca da região semiárida. A criação de órgãos como a SUDENE, DNOCS, CODEVASF, no decorrer do século XX, e sua política de açudagem, permitiram a modernização da economia, mas somente nos anos 2000 a água armazenada nos reservatórios através de adutoras (Figura 64) tem abastecido áreas urbanas de forma mais intensa (PERH-PI, 2010).

O Cadastro de 2003 da SEMAR totaliza 215 reservatórios artificiais no Estado do Piauí, com armazenagem de 9.377.745.427 m<sup>3</sup> (9.377 hm<sup>3</sup>). Desse total, 5 bilhões m<sup>3</sup> são acumulados na barragem de Boa Esperança, operada pela CHESF para a produção de energia elétrica.

O PERH-PI considera que a bacia do Canindé/Piauí, a despeito do clima semiárido e a limitada reserva de água subterrânea, conta com um maior número de açudes e razoável capacidade de regularização hídrica. Onde os cursos fluviais são intermitentes, os núcleos urbanos são pouco povoados e é menor o nível de efluentes sanitários, o que acarreta também um custo mais baixo dos projetos de saneamento básico. A fronteira sudeste é a mais crítica, de solo cristalino, mas existem manchas de solo de tabuleiros e sua localização possibilita a importação de água da bacia do São Francisco (Lago de Sobradinho) para a bacia do rio Canindé/Piauí (PERH-PI, 2010).

Figura 64 - Mapa de Infraestrutura hídrica superficial do Estado com os reservatórios estratégicos e os sistemas adutores



Fonte: PERH-PI (2010, p. 35).

#### 5.4.2.1 O sistema adutor do Garrincho

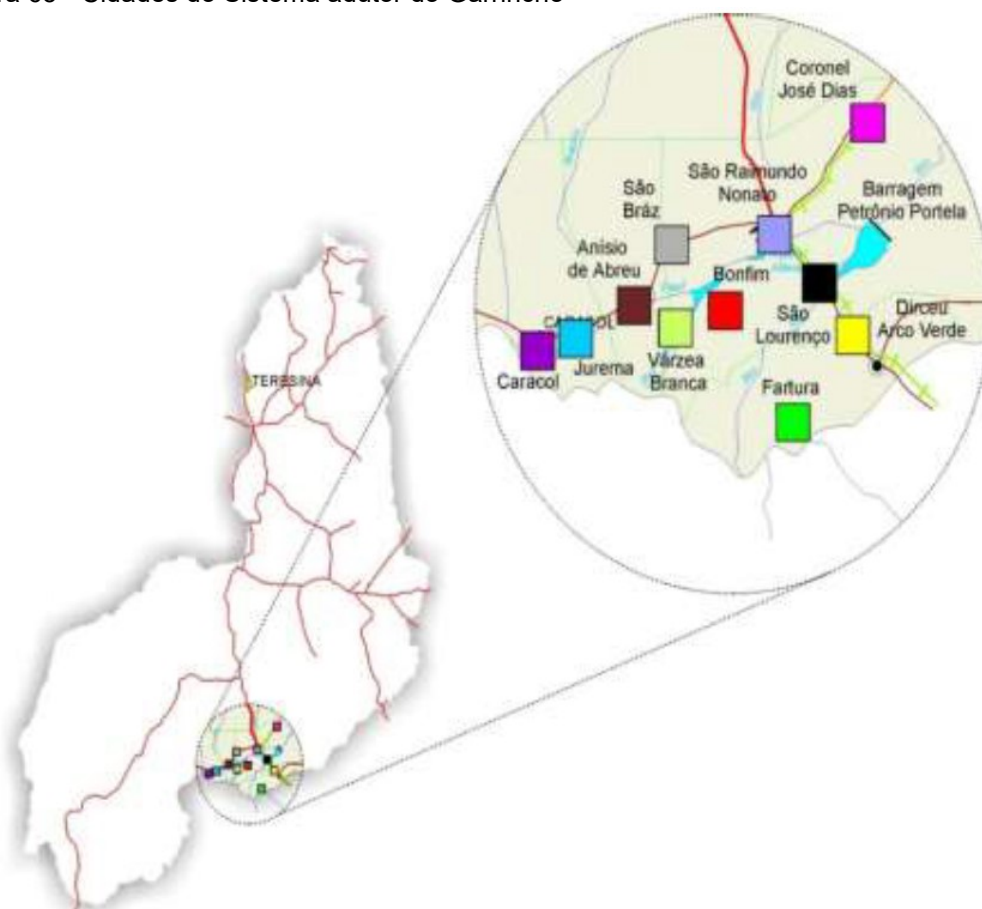
O diagnóstico de fontes de abastecimento de água e a programação de ações de saneamento realizada pela SEMAR permitiram idealizar outro meio de combate de escassez e falta de água na região circunvizinha ao PARNA SC, além do sistema da Serra Branca, de captação de água por poços tubulares profundos, construído e em funcionamento desde 1984.

O sistema adutor do Garrincho (Figura 64), que abastece a região de São Raimundo Nonato, capta água da barragem Petrônio Portela, no rio Piauí. A barragem foi inaugurada em 1997 e possui capacidade de armazenagem de 181.000000 m<sup>3</sup> de água (MACEDO, 2016). A adutora do Garrincho foi construída pela SEMAR e em 2000 foi inaugurado o seu primeiro trecho, a partir de estudos realizados em convênio com o Banco Mundial e o Programa Nacional de Recursos Hídricos – PROÁGUA. Em 2014, o sistema foi revisado e sofreu algumas atualizações visando sanar problemas e melhorar seu funcionamento.

O projeto da Adutora do Garrincho atende áreas urbanas de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, São Lourenço, Dirceu Arcoverde, Bonfim, Várzea Branca, São Braz, Anísio de Abreu e Jurema. Atende também povoados ao longo do seu trecho de implantação (Figuras 65 e 66).

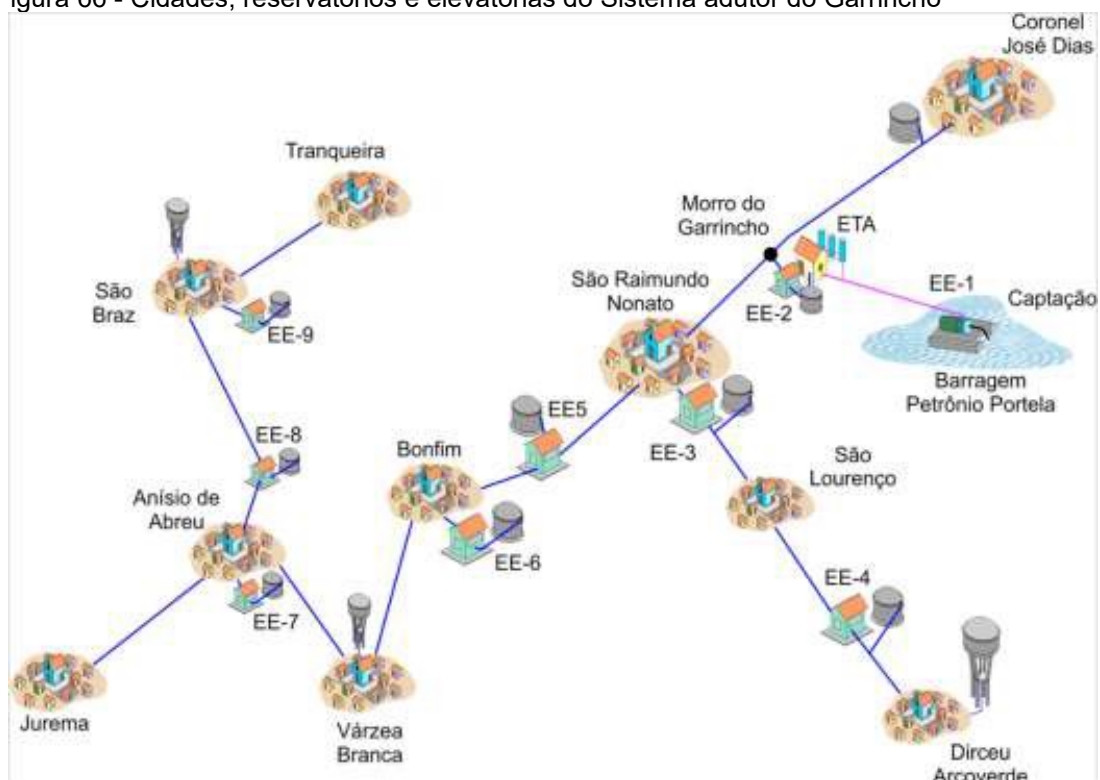
Segundo Macedo (2016), o alto teor de ferro na água da região de São Raimundo Nonato compromete sua potabilidade e exige planejamento para sua retirada em atenção às normas vigentes. Exige também manutenção proativa a fim de melhorar a saúde pública e garantir o funcionamento desses dois sistemas, da Serra Branca e do Garrincho.

Figura 65 - Cidades do Sistema adutor do Garrincho



Fonte: SEMAR (2006); Macedo (2016, p. 44).

Figura 66 - Cidades, reservatórios e elevatórias do Sistema adutor do Garrincho



Fonte: SEMAR (2006); Macedo (2016, p. 44).

### 5.4.3 O Turismo no PARNA SC

A paisagem é fundamental para a prática turística; ela exerce atração e motiva viagens. Trata-se de um dos seus elementos propulsores. O Turismo sempre esteve presente nos argumentos para a patrimonialização da Serra da Capivara. Seja pela atração exercida pelas características particulares da paisagem na percepção das pessoas, seja por oferecer uma alternativa econômica diante das duras condições climáticas a dificultar a agricultura e outros meios de sobrevivência para a população local.

O PARNA SC é essencialmente arqueológico, pleno de testemunhos paleontológicos e pré-históricos preservados por um equilíbrio ecológico cada vez mais frágil. A conservação desse patrimônio cultural depende do equilíbrio entre os ecossistemas locais, princípio que tem fundamentado todo o planejamento e a gestão do PARNA SC pelas administrações públicas.

O turismo ecológico e o turismo cultural foram apontados como vocações da paisagem do parque já no primeiro plano de manejo esboçado pela FUMDHAM, em 1991, associados aos seus atributos culturais e ambientais. Esse plano reflete os resultados da pesquisa interdisciplinar desenvolvida pela FUMDHAM sobre o ser humano inserido na paisagem do Sudeste do Piauí desde a Pré-História até os dias atuais. Além disso, está explícito no estatuto dessa organização social, criada em função do PARNA SC, o objetivo “*de colaborar com o governo do Estado e com outros organismos interessados, controlando o desenvolvimento econômico da região por meio de uma ação destinada a atrair um **turismo diferenciado***” (TRESSERAS, 2009, p. 39, grifos nossos).

Dentre os segmentos do turismo, o ecoturismo tem se configurado como o mais apropriado às unidades de conservação, pois parte do pressuposto de que ele promove o conhecimento e estimula a conservação ambiental. Além de focado na natureza e nas visitas as áreas protegidas como principal atrativo, ele foi concebido como política pública (BRASIL, 1994) com o objetivo de gerar renda para a conservação dessas áreas e criar alternativa econômica para a população do entorno. A partir da criação do Ministério do Turismo, em 2003, e a ação cooperada com o Ministério do Meio Ambiente, em 2004, foi criada uma agenda ambiental para o turismo, com o Programa Nacional de Ecoturismo (TRESSERAS, 2009).

A procura de formas alternativas de turismo, voltadas ao desenvolvimento local, a valores rurais e tradicionais, envolvendo as comunidades, é uma tendência da conservação patrimonial e ambiental. Os valores patrimoniais do Parque o tornaram um destino do turismo cultural. E, como tal, recebeu recursos diretamente e através da Lei Rounet, para o desenvolvimento de projetos culturais voltados para a conservação, interpretação e promoção da acessibilidade dos sítios arqueológicos.

#### 5.4.3.1 O turismo arqueológico no PARNA SC

O turismo arqueológico ou arqueoturismo, como os próprios nomes sugerem, tem na arqueologia o seu ingrediente principal. Trata-se de um nicho especializado do turismo cultural, voltado para o conhecimento da história de um lugar, por meio da arqueologia, histórica ou pré-histórica. Ele envolve a participação do turista em uma série de atividades, entre elas as visitas a jazidas arqueológicas ao ar livre, em subsolo, cavernas e abrigos, subaquáticas; visitas a museus e coleções; assistência a espetáculos de luz e som, apresentações teatrais, festivais e concertos em sítios; participação em oficinas educativas, em escavações arqueológicas como voluntário e profissional, em jornadas, palestras e congressos relacionados ao tema. A hospedagem, alimentação e compras também exploram a temática arqueológica, na decoração dos alojamentos, nos cardápios, no artesanato e lembranças, guias, mapas e publicações científicas (TRESSERAS, 2009).

O Brasil não é comumente associado a esse nicho especializado, desenvolvido em outros países, como México, Peru, Espanha, Grécia, Egito, Israel, Itália, Jordânia, Síria, Turquia e Tunísia. A longa tradição de pesquisa e valorização do patrimônio arqueológico nestes países está associada à acessibilidade turística aos sítios arqueológicos e aos equipamentos museográficos, que conquistaram projeção social, educativa e cultural, tanto internamente quanto internacionalmente.

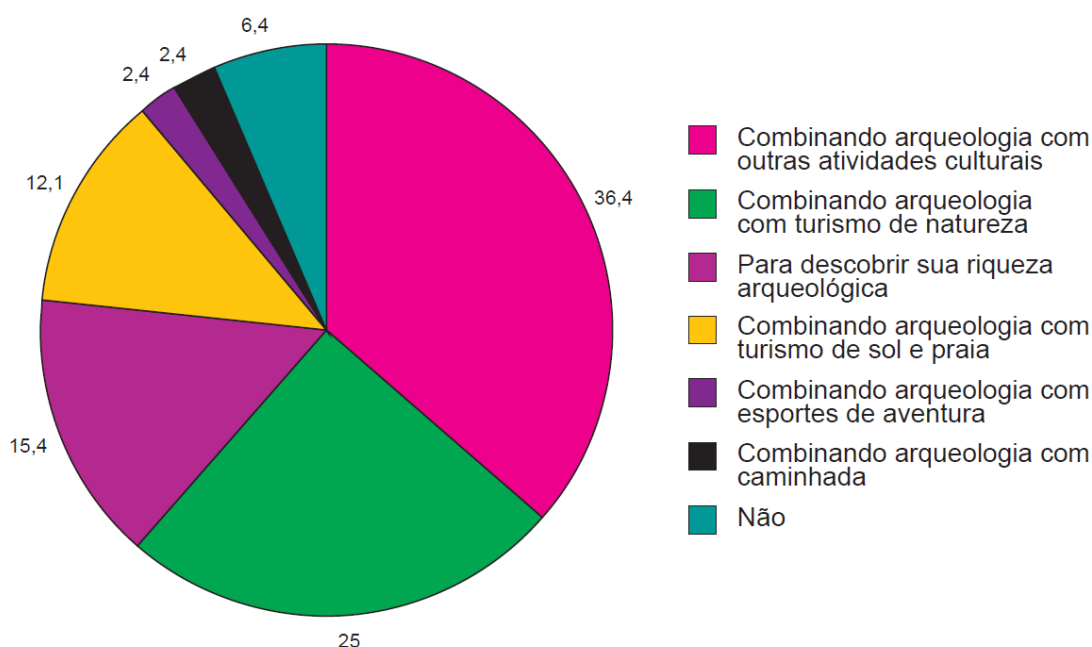
As políticas públicas brasileiras concebidas a partir de 2007 contemplaram esse segmento focadas notadamente nos dois patrimônios arqueológicos inscritos na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. O primeiro deles foi São Miguel das Missões, parte integrante das Missões Jesuíticas Guaranis, inscrito em 1983; e o segundo, o PARNA SC, inscrito em 1991.

Em 2008, as motivações para visitar o Brasil, tendo como destino o turismo arqueológico, foi um dos objetivos de estudo de demanda nacional e internacional



sobre o turismo arqueológico no PARNA SC (TRESSERAS, 2009). Este estudo foi viabilizado por uma cooperação Brasil-Espanha para o turismo sustentável. Então, foi realizada uma enquete<sup>122</sup> sobre a demanda potencial de turismo arqueológico no PARNA SC e sobre o perfil do turista nacional e internacional motivado pela arqueologia. Ou seja, 5.390 entrevistas on-line de procedência geográfica dispersa (maioria europeia), sobre a demanda potencial de turismo arqueológico no PARNA SC e sobre o perfil do turista nacional e internacional motivado pela arqueologia, foram validadas (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Motivações para visitar o Brasil como destino de turismo arqueológico



Fonte: Tresseras (2009, p. 121).

Tresseras (2009) considera os principais atrativos do PARNA SC a quantidade e diversidade de sítios arqueológicos e os equipamentos a eles relacionados, tais como o Centro de Visitantes localizado próximo ao destacado sítio Boqueirão da Pedra Furada e o Museu do Homem Americano. Atualmente, o Museu da Natureza veio agregar mais um equipamento a este conjunto de atrativos. O sucesso de público deste último equipamento, um ano após inaugurado, atesta a força da conexão que une todas as dimensões da paisagem. Essa conexão coaduna-se com o interesse de

<sup>122</sup> A enquete foi realizada pela Universidade de Barcelona e a rede *Red de Patrimonio, Turismo y Desarrollo Sostenible (IBERTUR)* em colaboração com o Ministério do Turismo do Brasil (MTUR), a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e o Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS).

parcela considerável dos turistas estrangeiros no turismo arqueológico no Brasil, que manifestam seu interesse associado ao ecoturismo (25%), ponto forte da Serra da Capivara. Se considerarmos a possibilidade de desenvolver outras atividades culturais combinadas ao turismo arqueológico, que representou a maior parcela dos entrevistados com interesse no Brasil (36,4%) e que o turismo arqueológico exclusivamente teve também número expressivo (15,4%), concluímos sobre o grande potencial do PARNA SC para esse nicho especializado do turismo. A pesquisa também levantou que 48% dos entrevistados manifestaram interesse em conhecer a Serra da Capivara e apenas 1% afirmou que não a visitariam.

O estudo realizado por Tresseras (2009) apontava, à época, a existência de 13 sítios pré-históricos de arte rupestre declarados Patrimônio Mundial pela UNESCO, segundo o Conselho de Arte Rupestre do Arco Mediterrâneo da Península Ibérica (Quadro 22). Desta relação ficaram de fora cinco paisagens culturais de arte rupestre reconhecidas como Patrimônio Mundial, da Índia (2003), Zimbábue (2003), Casaquistão (2004), Azerbaijão (2007) e Gabão (2007), conforme visto no capítulo anterior pelo quadro 5 (p. 151). Desta forma, o número de sítios de arte rupestre reconhecidos pela UNESCO cresce para 18.

Quadro 22 - Sítios de arte rupestre inscritos na Lista do Patrimônio Mundial até 2009

Estados que propuseram a inscrição do bem conforme a Convenção	Número da Id.	Nome do bem Data da inscrição	Critérios N- Natural C- Cultural
França	C 85	Cavernas decoradas do Vale de Vézère 26/10/1979	(i) (iii)
Itália	C 94	Arte rupestre de Valcamonica 26/10/1979	(iii) (vi)
Argélia	N/C 179	Tassili n'Ajjer 17/12/1980	N(ii) (iii) C(i) (iii)
Austrália	N/C 147	Parque Nacional de Kakadu 30/10/81 – 11/12/87 – 14/12/92	N(ii) (iii) (iv) C(i) (vi)
Líbia	C 287	Lugares rupestres de Tadrart Acacus 06/12/1985	(iii)
Noruega	C 352	Lugar de arte rupestre de Alta 06/12/1985	(iii)
Espanha	C 310	Caverna de Altamira e arte rupestre cantábrico 06/12/1985, revisado e ampliado em 2008	(i) (iii)
<b>Brasil</b>	<b>C 606</b>	<b>Parque Nacional Serra da Capivara 1991</b>	<b>(iii)</b>
México	C 714	Pinturas rupestres da Serra de San Francisco 11/12/1993	(ii)(iii)
Peru	C 700	Nasca e Pampas de Jumana 17/12/1994	(i)(iii)(iv)
Suécia	C 557	rev. Gravados rupestres de Tanum 17/12/1994	(i)(iii)(iv)
Espanha	C	Arte rupestre do arco mediterrâneo da Península Ibérica 02/12/1998	(iii)
Portugal	C	Figuras de arte rupestre pré-histórica do Vale do Côa 02/12/1998	(i)(iii)

Fonte: Tresseras (2009, p. 36, grifos nossos).

Em 1992, a declaração da UNESCO gera uma expectativa turística para o Parque. Tem início a experiência de visitação com os estudantes locais e o apoio de pessoas conhecedoras dos sítios e das trilhas, denominados “mateiros”. Cria-se então um grupo profissional entre eles para implementar um programa de visitas guiadas e, ao mesmo tempo, proteger os sítios de vandalismos. Neste ano, passa também a funcionar o Hotel Pousada Serra da Capivara, construído pelo governo do Estado, concedido à FUMDHAM para a exploração e gestão.

Desde então, a visita ao Parque requer uma autorização do ICMBIO e o acompanhamento de um guia, que atende no máximo dez pessoas. Os guias podem ser contratados diretamente nos hotéis, pelo receptivo turístico ou na FUMDHAM.

O Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – Uma Estratégia de Inclusão – adotou como estratégia de regionalização 65 destinos nacionais com padrões de qualidade internacional, que constituiriam modelos de destinos indutores para o turismo regional. Entre esses destinos, figura São Raimundo Nonato-Serra da Capivara, que integra a região turística do *Polo das Origens*.

Em 2006, foi realizado na cidade de Floriano (PI) um seminário voltado para regionalização do Turismo, do qual participaram o Governo Estadual (PIEMTUR), Ministério do Turismo (MTUR), Fundação Getúlio Vargas (FGV), SEBRAE, prefeituras municipais da região e empresas do setor turístico. Então, nasceu o projeto *Caminho das Origens* com o objetivo de promover e comercializar um roteiro de 110 km que liga o *Polo Turístico Histórico-Cultural*, que inicia em Teresina, e o *Polo das Origens*, com centro em São Raimundo Nonato. O percurso que envolve Teresina, Amarante, Floriano, São Raimundo Nonato e Oeiras tem no turismo arqueológico um dos principais atrativos. O Quadro 23 apresenta os recursos turísticos do município de São Raimundo Nonato, que complementam os recursos histórico-culturais dos outros municípios do percurso. Não consta do quadro, de 2009, o Museu da Natureza, inaugurado no final de 2018 pela FUMDHAM.

Além desse projeto específico voltado para o Turismo, entre os anos de 2007 a 2009, foi desenvolvido um outro, o *Projeto de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Regiões dos Parques Nacionais Serra da Capivara, Lençóis Maranhenses, Jericoacoara e da região do Delta do Parnaíba*. Seu objetivo era o de desenvolver o turismo sustentável e integrado às comunidades locais dessas regiões

como forma de promover a inclusão social e geração do emprego e renda. O estudo de demanda do turismo arqueológico na Serra da Capivara fez parte desse projeto.<sup>123</sup>

Quadro 23 - Principais atrações turísticas do Polo das Origens - São Raimundo Nonato

Município	Principais recursos turísticos
São Raimundo Nonato	Parque Nacional Serra da Capivara: Mirador do Desfiladeiro da Capivara, Circuito de Veadinhos Azuis, Boqueirão da Pedra Furada, Toca da Fumaça, Toca do Baixão Perna I e II, Toca do Chico Coelho, Toca dos Coqueiros, Baixão das Andorinhas, Circuito do Caldeirão do Rodrigues, Circuito da Serrinha e Circuito do Perigoso.  Museu do Homem Americano  Oficina de Cerâmica Serra da Capivara/Sítio de Mocó  Igreja Paroquial de São Raimundo Nonato  Capela de Nossa Senhora das Mercês

Fonte: Tresseras (2009, p. 58).

#### 5.4.3.2 Infraestrutura turística do PARNA SC

Tresseras (2009) relaciona como infraestrutura turística do PARNA SC o Hotel Pousada Serra da Capivara, um albergue da juventude e um camping. O hotel, localizado em São Raimundo Nonato, possui 18 apartamentos com acomodações simples, mas que oferecem conforto básico ao visitante. O albergue e o camping estão no município de Coronel José Dias, precisamente no Sítio do Mocó, uma das entradas do Parque. O depoimento de uma das senhoras de um grupo de turistas<sup>124</sup> que se hospedava no albergue e visitava o parque, é esclarecedor: “[...] é super arrumadinho. Super limpinho. Bastante simples, não é? Mas muito em ordem, muito atenciosos conosco, muita atenção, comida natural...” (GRUPO DE TURISTAS, 2019).

No decorrer dos anos, outros meios de hospedagem surgiram na cidade de São Raimundo Nonato, a maioria do mesmo porte e características semelhantes ao Hotel Pousada Serra da Capivara. Atualmente, uma pesquisa por hospedagem na cidade feita pela Internet, relaciona 12 hotéis e pousadas, com características variadas.

<sup>123</sup> O projeto é fruto da parceria entre MTUR e a AECID. O IABS estabeleceu convênio com o MTUR para executar algumas de suas atividades (TRESSERAS, 2009).

<sup>124</sup> GRUPO DE TURISTAS. Constituído por senhoras paulistanas, entre 60 e 70 anos de idade, hospedadas no albergue localizado próximo à Cerâmica, durante entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada no Sítio do Mocó, no entorno do Parque, em 27 de nov. 2019.

Em 2008, o SEBRAE, além do apoio à associação de guias habilitados, auxilia a criação da Associação Sanraimundense dos Empreendedores de Turismo (ASSET), a fim de estimular destino *Polo das Origens*. O desenvolvimento de produtos de qualidade que exploram a arte rupestre é uma característica do projeto de Artesanato da Serra da Capivara. Em 2006, foi iniciado projeto de incentivo e fortalecimento do cooperativismo no turismo regional por incubadoras tecnológicas para cooperativas populares em São Raimundo Nonato, Coronel José Dias e João Costa. Foram capacitados diversos grupos que trabalhavam com frutas nativas, produtos de limpeza, artesanato com materiais reciclados, bordados e artesanatos diversos em muitas localidades destes três municípios (TRESSERAS, 2009).

*A gente tem como exemplo, o Sítio do Mocê, que é a comunidade mais próxima do parque assim, que é uma referência muito grande. Desde a questão da consciência do lixo que é uma das que mais tem aqui na nossa região, não é? Esse problema com o lixo a valores econômicos mesmo, tipo todo mundo produz seu artesanato, todo mundo faz alguma coisa para vender, comida, planta alguma coisa natural para poder vender, produz o mel. Então se faz queijo de cabra, faz requeijão. Então tudo eles veem que o turista, que o que tem aqui, tem coisas que só vai ter aqui. Então que esse turista que vem, ele se interessa por isso. Que muitas das coisas daqui que, às vezes, ninguém nem dava valor, eles começam a entender que não têm valor para eles, que eles já estavam acostumados com aquilo ali, mas para as pessoas que vem de fora, eles nunca nem viram (LANDIM, 2019b).<sup>125</sup>*

O controverso *Aeroporto Internacional de São Raimundo Nonato* foi reivindicação dos pesquisadores junto à União e ao Estado do Piauí, na expectativa de atrair muitos turistas. Contudo, o grande retardo na sua construção, dadas as dificuldades de planejamento e a defasagem nos prazos de execução de obras públicas no Brasil, teria frustrado a possibilidade de construir um complexo hoteleiro de trinta mil leitos em quatro anos e um parque temático baseado nos vestígios paleontológicos e pesquisas interdisciplinares. Essas obras faziam parte de um compromisso estabelecido em 2003 entre a FUMDHAM e um grupo investidor de hotelaria internacional,<sup>126</sup> mas vinculado ao funcionamento do aeroporto (TRESSERAS, 2009).

O Museu da Natureza construído pela FUMDHAM, dedicado a história climática, geológica, da flora e fauna da região da caatinga, inaugurado muito tempo

---

<sup>125</sup> LANDIM, Leandro Santos Paes, de 34 anos, morador de São Raimundo Nonato. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada no Museu da Natureza, localizado no município de Coronel José Dias, em: 25 nov. 2019b.

<sup>126</sup> Italian Leisure Group (ILG).

depois, no final de 2018, veio substituir o projeto do parque temático. Ele foi financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Niède explica, ao justificar a necessidade de construir outro museu, que a parte dedicada aos fósseis, aos levantamentos geológicos e à natureza da região, que faziam parte do Museu do Homem Americano, teve que sair para dar lugar à coleção humana, que cresceu muito durante as pesquisas (PIVETTA, 2018). E, ao ser questionada sobre como ele seria mantido, responde:

Vamos inaugurá-lo e depois vamos ver como mantê-lo. O museu é para ser autossustentável. Os governos deveriam estimular o turismo na região, fomentar a construção de hotéis de 4 e 5 estrelas. É caro e difícil chegar aqui. Não é fácil ir para Petrolina pegar o avião. Conseguimos que fosse inaugurado o aeroporto da serra da Capivara, mas ele não opera voos comerciais (PIVETTA, 2018).

O Aeroporto, por sua vez, com o terminal de passageiros em formato de uma capivara em homenagem ao Parque, foi inaugurado em 2015, depois de 12 anos de iniciado, mas ainda permanece sem previsão de voos comerciais (Figura 67).

Figura 67 - Vista aérea do Aeroporto Internacional de São Raimundo Nonato



Fonte: FUMDHAM (s. d.).

A denominação de Aeroporto Internacional não condiz com sua estrutura: não há serviço federal de imigração e aduana, assim como pista para receber voos transcontinentais. Embora o aeroporto tenha autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para funcionar, as companhias aéreas argumentam não haver demanda que justifique os custos operacionais (BELMIRO, 2016). A situação

inusitada da construção de um aeroporto de custo elevado,<sup>127</sup> que permanece praticamente sem uso, é percebida pelos turistas que visitam o Parque:

Agora, me chamou muita atenção também o quanto é vazio (o parque). Para nós, é uma delícia, não é? Mas é uma infra para muito mais gente! Mas é uma coisa que está começando a ser explorada, né? E não vou deixar de falar do aeroporto, porque eu achei o aeroporto daí um absurdo. Ah é! O aeroporto é um verdadeiro absurdo (GRUPO DE TURISTAS, 2019)!<sup>128</sup>

Convém assinalar que, em âmbito local, principalmente junto ao pessoal formado pela FUMDHAM, para trabalhar com atividades turísticas no Parque, a defesa do projeto do Aeroporto é forte.

A Dra. Niède conseguiu a estrutura, conseguiu deixar lá, só que daí precisava despertar o conhecimento e o interesse das pessoas tipo, sei lá, um outro patamar do governo estadual entender que a gente precisa daquele aeroporto ali. E ele viabilizar alguma coisa para trazer as companhias aéreas. A Dra. Niède não ia conseguir fazer isso; ela conseguiu ter a estrutura e isso para as pessoas é difícil, então não conseguiu (LANDIM, 2019b).<sup>129</sup>

A opção de acessar o Parque pelo Aeroporto de São Raimundo Nonato é possível apenas duas vezes por semana através de voos com capacidade para dezoito pessoas operados por empresas aéreas de pequeno porte (OSMAM; ASANO, 2017).

#### 5.4.3.3 O perfil do turista do PARNA SC

De 1992, desde a abertura do PARNA SC ao público, até 2009, os visitantes podiam ser caracterizados como um público adulto, mais escolarizado que a média e de maior poder aquisitivo. Predominava o sexo masculino, entre 18 e 25 anos (maioria solteiros) e 26 e 35 anos (maioria casados), com estudos superiores, renda média e alta. A maior parte dos visitantes era brasileira e nordestina, preponderando os piauienses, indicando um turismo de proximidade. A maioria era composta de

<sup>127</sup> Custo de 18 milhões de reais, segundo Belmiro (2016)

<sup>128</sup> GRUPO DE TURISTAS. Depoimento de outra senhora do grupo de turistas paulistanas, durante entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada no Sítio do Mocó, no entorno do parque, em 27 de nov. 2019.

<sup>129</sup> LANDIM, Leandro Santos Paes, de 34 anos, morador de São Raimundo Nonato. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada no Museu da Natureza, localizado no município de Coronel José Dias, em: 25 nov. 2019b.

estudantes e professores brasileiros, que viajavam em excursão sem a contratação de serviços de uma agência. Os estrangeiros eram poucos, mas predominavam os europeus, em grande parte pesquisadores e cientistas atraídos por promoção realizada pela FUMDHAM e agências estaduais.

Os visitantes alojavam-se principalmente em hotéis, pousadas, casas de familiares e amigos, o que indicava a necessidade de apoio à população para a gestão de empresas dedicadas à hospedagem e alimentação para turistas e ao artesanato. Organizavam-se em grupos de menos de 10 pessoas, seja em excursões, grupos de amigos e familiares, mas havia também uma parcela de 20% que viajava sozinha. As motivações eram relacionadas ao lazer com família e amigos, visitas culturais, de negócios e profissionais (funcionários da administração pública, vendedores e comerciários), mas todos enfatizavam o interesse pelo patrimônio cultural e natural.

As características acima são as conclusões do estudo de demanda do turismo arqueológico no PARNA SC, de 2009, acerca do perfil do turista que o visitava até então. Acreditamos que essa tendência tenha se mantido. Um estudo de amostragem realizado em março e abril de 2014 por Mesquita *et al.* (2015) confirma a maioria dos dados sociodemográficos, embora possa haver alguma distinção quanto ao crescimento dos visitantes de baixa renda (Tabela 15).

Tabela 15 - Dados sociodemográficos dos visitantes do PARNA SC em 2014

Variáveis	n	%
<b>Gênero</b>		
Feminino	90	41,5
Masculino	127	58,5
<b>Idade</b>		
Menor que 18 anos	10	4,6
Entre 18 e 20 anos	56	25,8
Entre 21 e 30 anos	101	46,5
Entre 31 e 40 anos	22	10,1
Entre 41 e 50 anos	28	12,9
<b>Estado Civil</b>		
Solteiro(a)	159	73,3
Casado(a)	48	22,1
Viúvo(a)	5	2,3
União Estável	5	2,3
<b>Filhos</b>		
Sim	66	30,4
Não	151	69,6
<b>Renda Familiar</b>		
A partir de 1 salário mínimo	35	16,1
2 salários mínimos	51	23,5
3 salários mínimos	61	28,1
4 salários mínimos	15	6,9
5 salários mínimos	15	6,9
Mais de 5 salários mínimos	40	18,4
<b>Total</b>	<b>217</b>	<b>100</b>

Fonte: Mesquita *et al.* (2015, p. 81).



No entanto, são poucos os estudos posteriores que tratam do tema com o crescimento dos visitantes durante a segunda década do século XXI (TABELA 16). Nada indica que houve estratégia específica para atrair os visitantes interessados no turismo arqueológico, principalmente os estrangeiros, a fim de aproveitar o potencial do Parque para esse nicho específico, apontado pelo estudo anterior de 2009.

Tabela 16 - Visitação nas unidades de conservação (2000-2020)

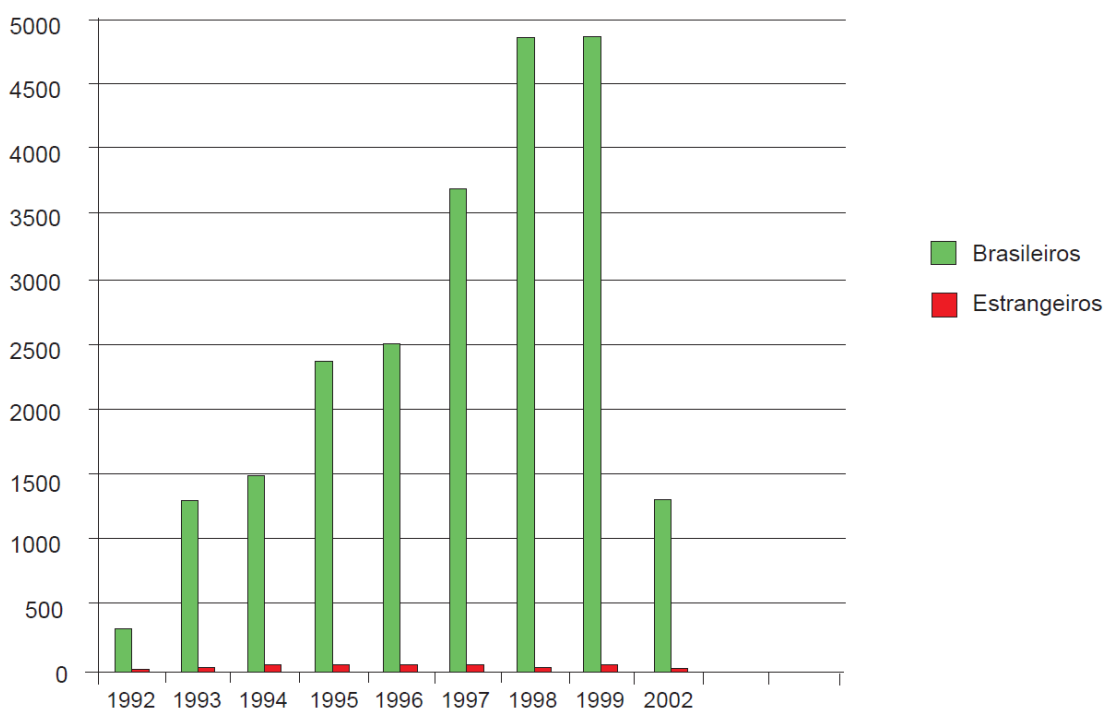
2000-2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
<b>Número de visitantes no total das unidades de conservação</b>						
62.965074	8.296483	10.734422	12.389393	15.335278	8.436782	118.157432
<b>Número de visitantes no PARNA da Tijuca</b>						
23.874.598	2.720.517	3.295.187	2.655.556	2.953.932	1.233.101	36.732.891
<b>Número de visitantes no PARNA do Iguaçu</b>						
18.111.647	1.560.792	1.788.922	1.895.628	2.020.358	658.268	26.035.615
<b>Número de visitantes no PARNA de Jericoacoara</b>						
1.280.401	780000	80001	1091.829	1.322.884	305.286	5.580.401
<b>Número de visitantes no PARNA dos Lençóis Maranhenses</b>						
205.630	40000	89.540	126.454	151.786	120.592	734.002
<b>Número de visitantes no PARNA de Sete Cidades</b>						
337.231	14.367	15.421	19.983	15.736	3.329	406.067
<b>Número de visitantes no PARNA Serra da Capivara</b>						
166.231	13.902	16.658	20.872	29.733	8.486	255.882
<b>Número de visitantes no PARNA Serra das Confusões</b>						
4.524		2565	1085			8.174

Fonte: ICMBIO (2021c).

Os dados quantitativos acerca da visitação dos parques no Brasil são sujeitos à falta de constância e rigor na obtenção dos dados estatísticos pelo IBAMA. Os relativos à Serra da Capivara não constituem exceção. Os dados de visitação de 1992 a 2002, apresentados no Gráfico 2, revelam saltos de crescimento e de decréscimo de visitação que sugerem decorrer dessa inconstância e falta de rigor. A carência desses dados (perfil e números de visitantes) foi apontada pela oficina de elaboração do Plano Manejo do PARNA SC, ao analisar o turismo sustentável, um dos próximos temas aqui abordados (Quadro 24, p. 265).

Segundo o ICMBIO (2020c), depois da sua criação, houve um maior esforço de monitoramento, tendo a visitação crescido em 482%. Em 2018, foi adotada uma nova metodologia de contagem de visitas<sup>130</sup> em vez do número de visitantes, tendo em vista a possibilidade de permanência de mais de um dia em uma unidade de conservação. A visita “é a unidade de medição da visitação, que pode ser expressa em permanências diárias, número de entradas ou número de pernoites, a depender do método de monitoramento adotado” (ICMBIO, 2020c, p. 11).

Gráfico 2 - Número de visitantes do PARNA SC de 1992-2002.



Fonte: Tresseras (2009, p. 77).

Portanto, com base nesses dois tipos de dados, número de visitantes (anteriores a 2018) e número de visitas (2018 e 2019), organizamos a tabela 16 (p. 270). A tabela compila dados de visitação dos parques nacionais que mantêm relações de proximidade e de destinos turísticos com o PARNA SC e com os mais visitados no Brasil, além dos dados dele próprio, de 2000 a 2020.

A inferioridade do número de visitantes do PARNA SC em relação aos parques do Maranhão e Ceará pode ser explicada, em parte, pelo forte apelo dos atrativos ligados à praia e lazer, que atingem um público maior de turistas. A grande diferença

<sup>130</sup> Metodologia regulamentada pela Instrução Normativa (IN) nº 05, de 1º de junho de 2018, que dispõe sobre as diretrizes e procedimentos administrativos para o monitoramento da visitação em unidades de conservação federais.

desses números entre o PARNA SC e as duas joias do Turismo nacional em parques, Tijuca e Iguaçu, deve-se principalmente à sua localização no interior do semiárido nordestino e dificuldade de acesso, características opostas aos dois parques em questão, privilegiados quanto a sua localização e facilidade de acesso.

#### 5.4.3.4 O turismo sustentável no PARNA SC

Os processos de patrimonialização acionados tanto pelo ‘ambientalismo’ quanto pelo turismo articulam lógicas, visões de mundo e práticas diversas e concorrentes que se expressam nos trabalhos dos ‘fóruns participativos’<sup>131</sup> (FERREIRA, 2013, p. 64). Foi o que ocorreu durante a oficina de elaboração do Plano de Manejo do PARNA SC, realizada em agosto de 2018, cujo resultado foi incorporado ao Plano de Manejo. O Turismo sustentável foi apontado como um dos sete recursos e valores fundamentais da unidade de conservação e analisado quanto as suas condições atuais, tendências e ameaças, necessidades de dados e de planejamento (Quadro 24).

Da análise realizada, fica evidente o contraste entre as boas condições da estrutura de visitação e conservação conquistadas pelo Parque ao longo dos anos e a precariedade estrutural do entorno. Nos aglomerados urbanos da vizinhança, chama atenção a carência de infraestrutura, principalmente de saneamento básico. Como foi abordado em item anterior, sobre o projeto de desenvolvimento sustentável para a Serra da Capivara, aquela paisagem é marcada pelo antes e depois do PARNA SC (PLANAP, 2006). A área protegida conquistou projeção internacional e o reconhecimento da UNESCO quanto à sua gestão, mas não houve simultaneidade entre os investimentos públicos que lhe foram destinados e os destinados ao seu entorno.

Depreende-se também que há uma expectativa de aumento da visitação, mas foram consideradas ameaças as mídias negativas repetitivas sobre o fechamento do Parque. Elas são disparadas sempre que se apresentavam dificuldades de conseguir recursos para financiar o alto custo de manutenção da grande estrutura de visitação criada. Dentre outras ameaças, a dificuldade de acesso à região figura como fator importante.

---

<sup>131</sup> Ferreira (2013) define “fóruns participativos” como espaços diferenciados de participação popular e de gestão compartilhada, que englobam os conselhos de unidades de conservação, grupos de trabalho a exemplo das câmaras técnicas, reuniões de consulta pública etc.

Quadro 24 - Avaliação do Turismo Sustentável

<b>TURISMO SUSTENTÁVEL</b>
<b>Condições atuais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Boa estrutura dentro do PNSC, com acessibilidade.</li> <li>• Estrutura precária no entorno do PNSC.</li> </ul>
<b>Tendências</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da visitação.</li> </ul>
<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa divulgação.</li> <li>• Mídias negativas sobre o fechamento do parque.</li> <li>• Alto custo de manutenção.</li> <li>• Alto custo da visitação para o turista.</li> <li>• Dificuldade de acesso até São Raimundo Nonato/PI.</li> <li>• Dificuldades de serviços de apoio ao turista.</li> <li>• Falta de informações disponíveis sobre a visitação.</li> <li>• Falta de sinalização turística na região.</li> </ul>
<b>Necessidades de dados e/ou sistema de informação geográfica (SIG)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitoramento da visitação (perfil e número de visitantes).</li> </ul>
<b>Necessidades de planejamento</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento de desenvolvimento sustentável do entorno do parque, com especial atenção à articulação para melhoria socioambiental dos aglomerados urbanos.</li> <li>• Ampliação/aprimoramento do Programa de Fiscalização.</li> </ul> <p>Observação: deve ser incluída estratégia de fiscalização e controle da caça.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento interinstitucional de fortalecimento de atividades de base comunitária.</li> <li>• Planejamento interinstitucional de comunicação e divulgação do PNSC, com especial atenção aos efeitos causados por ações midiáticas deletérias ao parque, como a redução no número de visitantes.</li> <li>• Planejamento de Educação Ambiental e Patrimonial (relativo ao patrimônio cultural), com ênfase no entorno do PNSC.</li> </ul> <p>Observação: as ações de educação patrimonial devem ser realizadas em parceria com IPHAN ou FUMDHAM.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento de uso público, com manutenção e incremento dos circuitos de interesse cultural, como os maníobeiros, cemitério, etc.</li> <li>• Planejamento integrado de Boas Práticas de conservação de sítios arqueológicos.</li> <li>• Planejamento de manutenção de estradas e trilhas.</li> </ul>

Fonte: ICMBIO (2019b, p. 24).

Contudo, vencida a dificuldade de acesso, o Parque tem capacidade de receber um fluxo maior de turistas, mas o entorno não. O incremento do Turismo requer um estudo de impacto sobre as comunidades do entorno e um planejamento cuidadoso do crescimento da oferta de saneamento básico a essas comunidades. Assim será possível atender o aumento da demanda provocada pelo setor, principalmente quanto

ao abastecimento de água, em razão da limitada capacidade de regularização hídrica da bacia do Canindé/Piauí.

A boa estrutura do Parque é captada pelas percepções de um grupo de seis<sup>132</sup> e de um casal<sup>133</sup> de turistas em início de visitação:

Eu gostei muito, mas ... Maravilhoso! Indescrit vel, você chega l  assim... as pessoas têm que vir, eu acho!   impecável, organizado! Eu achei que seria mais pesado de sol, calor ... Nós tivemos sorte, a gente teve sorte. Tudo verdinho, tudo perfeito, a vegeta o, nossa guia   maravilhosa! Espl ndida, esplêndida! Uma mistura, ela trabalhou no parque! Então, isto também fez a diferença! Muito! Eu estou me sentindo privilegiada por estar com ela. Eu fui pegar um outro l  e ele: que nada! Isto, n ? É primordial! Tem um padrão muito bom de tudo. De tudo: a interven o no parque! É tudo muito bem mantido! Mas poucas pessoas... (GRUPO DE TURISTAS, 2019)

Ah, uma experiência maravilhosa, completa assim... [...] Eu tinha receio que isto aqui fosse muito focado na pintura rupestre. Então que a gente viesse aqui e passasse dias e dias num clima semiárido apenas observando as pinturas, gravuras, objetos e tudo mais e não tivesse um outro aspecto de lazer assim para o turista leigo, n ? No nosso caso a gente faz humanidades, mas a gente não   arqueólogo, a gente não   geógrafo, historiador, nada. Então, para mim está sendo completo porque a gente tem muitas treks (caminhadas) de nível fácil e médio com nosso guia. A gente falou com ele e ele está levando a gente para uns lugares de panoramas, n ? Ele também entende muito de vegeta o aqui da região, então a gente aprende sobre o bioma que eu não conhecia. 34 anos! Primeira vez que a gente vem para uma caatinga, é uma caatinga diferente do que a gente já viu, então também é legal fazer essa rela o com o nosso começo de viagem. Então, eu percebi também, como tem fácil acesso a alguns sítios arqueológicos. Também   fácil para qualquer faixa etária vir visitar, não   só para o pessoal que está super entendido da arqueologia (CASAL DE TURISTAS, 2019).

Nos dois depoimentos é comum a surpresa por encontrar uma estrutura tão organizada em uma região historicamente estigmatizada pela seca e pobreza. A caatinga exuberante do período chuvoso chama a aten o dos dois grupos de visitantes. Ambos destacam a importância do bom preparo dos guias para a recep o dos turistas e a possibilidade de diversifica o de roteiros de acordo com o perfil do turista.

Apesar do esforço institucional para a participa o social na gestão do PARNA SC, as políticas públicas são centradas apenas nas unidades de conserva o e preocupadas em solucionar prioritariamente dificuldades administrativas e financeiras,

<sup>132</sup> GRUPO DE TURISTAS, Várias falas de senhoras paulistas, entre 60 e 70 anos de idade, durante entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora, realizada no Sítio do Moc , no entorno do Parque, em 27 de nov. 2019.

<sup>133</sup> CASAL DE TURISTAS, de São Paulo, de 33 e 34 anos de idade. Entrevista sobre a Serra da Capivara concedida à autora pela mulher, realizada no Sítio do Moc , no entorno do Parque, em: 27 nov. 2019.

assim como promover o aproveitamento turístico de seus recursos. Elas não enfrentam os conflitos sociais e territoriais que influenciam na capacidade de as comunidades estabelecerem arranjos produtivos próprios que permitam o aproveitamento desses recursos e a efetiva participação das comunidades na gestão do Parque.

#### 5.4.3.5 A iniciativa privada na administração das unidades de conservação

A participação da iniciativa privada na administração das unidades de conservação está prevista na Lei do SNUC de 2000, que determina como criar, implementar e gerir essas unidades. As concessões de exploração de atividades turísticas mais antigas são as dos parques nacionais do Iguaçu (PR) (1998), Tijuca (RJ) (2012), Fernando de Noronha (PE) (2010) e Serra dos Órgãos (RJ) (2010). As mais recentes são as dos parques nacionais da Chapada dos Veadeiros (GO) (2018), Pau Brasil (BA) (2018) e Itatiaia (RJ) (2019) (ICMBIO, c2021d). Os parques nacionais da Tijuca e do Iguaçu são considerados as joias do Turismo nacional, respectivamente com 2.953.932 e 2.020.358 visitantes em 2019,<sup>134</sup> quando se atingiu recorde histórico de visitação total de todas as unidades de conservação, com 15.335.272 de visitantes (ICMBIO, 2020c).

Esse resultado que representou um aumento de 20,4% em relação a 2018 foi creditado ao aumento real de visitação (6,4%), ao maior número de visitantes, ao aumento da estadia e à melhoria do monitoramento (ICMBIO, 2020c). Segundo o ICMBIO (2020c), esse desempenho indica o potencial econômico das unidades de conservação e reforçam o papel das concessões, dos contratos com a iniciativa privada, das parcerias, da estruturação e de outras delegações de serviços na prestação de serviço à sociedade (Gráfico 3).

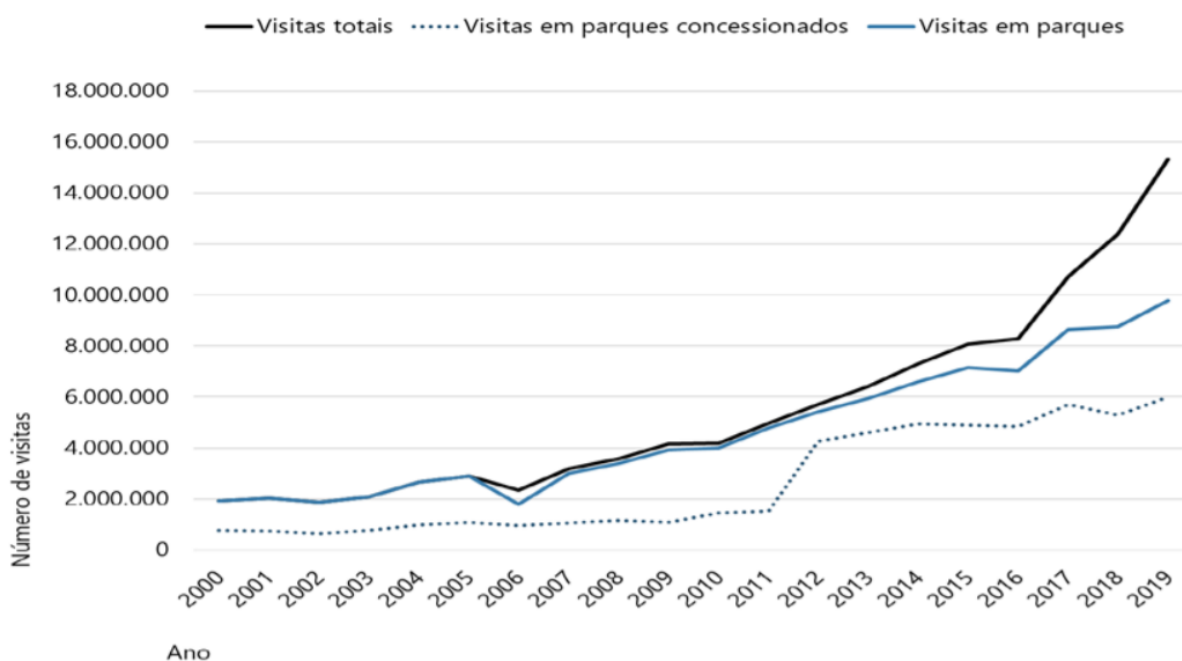
De acordo com o Relatório de Gestão 2020 do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2020), a agenda de concessão à iniciativa privada de parques e florestas nacionais é prioridade. As concessões têm o propósito de estruturar essas unidades a fim de aumentar a oferta de oportunidade de visitação, melhorar a qualidade da experiência do visitante, promover o contato com a natureza e a sensibilização ambiental, a geração de negócios, emprego e renda, o desenvolvimento das

---

<sup>134</sup> Em 2020, devido à Pandemia do COVID-19, as unidades de conservação passaram algum tempo fechadas à visitação, só retomada no segundo semestre, provocando uma queda nos números de visitantes (TABELA 16, p. 262).

comunidades e participação da sociedade na conservação do meio ambiente. A ideia é que as concessionárias fiquem responsáveis pelos serviços de apoio, combate de incêndio, limpeza e manutenção e o ICMBIO com o estudo e a preservação da natureza.

Gráfico 3 - Série histórica de 2000 a 2019 com a visitação total das unidades de conservação monitoradas, nos parques nacionais e nos parques nacionais com serviços de apoio a visitação concessionados



Fonte: ICMBIO (2020c, p. 22).

Em janeiro de 2021, o MMA inaugurou o novo modelo de concessões de unidades de conservação com a realização de leilão de concessão dos parques nacionais Aparatos da Serra e da Serra Geral, localizados na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, obtendo grande interesse da iniciativa privada e resultado positivo no seu objetivo (PODER 360, 2021a). O feito sinalizou o caminho para o Governo Federal acelerar o processo de concessões de outros parques nacionais. Com a parceria da UNESCO, o MMA lançou editais públicos para a realização de estudos de viabilidade econômico-financeiros, projetos de arquitetura e engenharia e de operação para os parques, entre eles o de Jericoacoara e dos Lençóis Maranhenses, considerados aptos à concessão (AGÊNCIA BRASIL, 2021). Posteriormente, o PARNA SC também foi acrescentado ao processo. O BNDS foi acionado para apoiar os projetos de concessão dos parques estaduais, assinando contratos com vários Estados da federação (PODER 360, 2021b).

As atuais concessões baseiam-se nas parcerias público-privadas do Programa de Parcerias em Investimentos (PPI) e têm amparo legal na Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018, que em seu Artigo 14-C prescreve:

Poderão ser concedidos serviços, áreas ou instalações de unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza, precedidos ou não da execução de obras de infraestrutura, mediante procedimento licitatório regido pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (MMA, s. d, p. 18).

Para o MPF, a outorga da concessão deve respeitar a supremacia do interesse ambiental sobre o econômico previsto no artigo 225 da Constituição Federal. Isso significa ser compatível com os objetivos da unidade de conservação; os direitos das comunidades tradicionais impactadas pela criação da unidade de conservação, principalmente quanto à consulta prévia; e a prerrogativa da concessão às populações tradicionais beneficiárias dessas unidades (BRASIL, 2019). Contudo, não são essas as condições e características que prevalecem, segundo a análise de Brumetti e Rozendo (2021), acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil:

A opção pelo modelo é justificada por seu potencial de sustentabilidade, capaz de fazer convergir interesses conservacionistas e econômicos. Essa habilidade tem sido questionada, principalmente, no que tange às possibilidades de participação de comunidades locais na gestão, aspecto basilar da proposta, que pretende ser referência de governança. [...] As análises identificam a prevalência da racionalidade econômica na tomada de decisão e grandes dificuldades em considerar os valores socioculturais na gestão, inclusive na resolução de conflitos fundiários e sociais ocorridos com a implementação dos próprios parques. A participação social é concebida em termos retóricos ou de forma subordinada. Os padrões históricos de exclusão perpetuam-se sob qualificativos de eco ou sustentável sob forte apelo ao ecoturismo, mas sem conexões reais com a proposta (BRUMETTI, ROZENDO, 2021, p. 1).

O PARNA SC possui uma longa tradição de gestão compartilhada. Diferente da racionalidade econômica que preside a atual política de concessões de unidades de conservação, a parceria do ICMBIO com a FUMDHAM, uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), sem fins lucrativos, é marcada por uma racionalidade ambiental. As pesquisas interdisciplinares desenvolvidas ou estimuladas pela FUMDHAM sempre orientaram a gestão do Parque na busca da sustentabilidade ambiental.

Até agora, a exploração de atividades turísticas pela iniciativa privada tem se efetivado principalmente pelo serviço de condução dos visitantes. Os condutores que



pertencem às comunidades do entorno foram formados por uma conjugação de esforços da FUMDHAM, ICMBIO, IPHAN e universidades locais. Seus interesses são defendidos por associações com representação no Conselho Gestor do Parque. Portanto, o aumento da participação da iniciativa privada na gestão do PARNA SC exige muita cautela quanto à prerrogativa das populações tradicionais beneficiárias do Parque, como alertou o MPF (BRASIL, 2019).

Por outro lado, o interesse de grandes empresas com fins lucrativos na exploração de serviços turísticos no Parque é pouco provável de imediato, por causa da carência de infraestrutura de acesso, saneamento básico e de hospedagem, ainda apresentada pelo seu entorno, o que limita o número de visitantes.

Finalizamos esse tópico dedicado à participação da iniciativa privada na gestão das unidades de conservação ao mesmo tempo que o capítulo dedicado ao manejo da paisagem. Contudo, antes de encerrar, destacamos que os olhares dos políticos locais permanecem focados no interior do Parque. Recentemente, em outubro de 2021, uma emenda parlamentar viabilizou a inauguração de uma escadaria de acesso a uma das vistas panorâmica do alto da chapada, a partir do Baixão da Pedra Furada. Outras melhorias destinadas ao uso público foram realizadas dentro do mesmo projeto, com a construção de novos banheiros, reforma de guaritas e do poço, que possui capacidade de abastecimento de água para todo o Parque Nacional Serra da Capivara (ICMBIO, 2021e).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contamos a história da paisagem da Serra da Capivara em ritmos diferentes de tempo, constituídos pela longa, média e curta duração propostos por Braudel (1965). Durante a curta duração, usamos a patrimonialização dessa paisagem como marco divisor entre duas partes.

Primeiramente, apresentamos a discussão sobre o tema central da pesquisa, *A patrimonialização da paisagem da Serra da Capivara*, e os conceitos que trabalhamos para reafirmar a tese do ser humano integrado à paisagem, conforme postula a definição contemporânea desse conceito, defendida pelos geógrafos e vários outros autores. Sobretudo, para reafirmar a necessidade de superar as ambiguidades que ainda permanecem nos textos que fundamentam a proteção do universo simbólico do ser humano e a proteção da sua sobrevivência biológica na paisagem.

*O ser humano na paisagem da Serra da Capivara antes da patrimonialização* foi o tema do segundo capítulo, que fecha a primeira parte da história. Nesse capítulo, discutimos a moldagem da paisagem pelos povos pré-históricos (longa duração), pelos povos originários em contato com o europeu, pelos vaqueiros e maniçobeiros (média duração).

Na segunda parte, abordamos *O ser humano na paisagem da Serra da Capivara depois da patrimonialização*, tema do terceiro capítulo, que começou com a transformação da serra em parque nacional (curta duração). Esse capítulo, além de contar a história da patrimonialização e problematizar a ambivalência e conflitos entre algumas noções e visões que a presidiram, explorou as mudanças ocorridas e as variadas percepções que tais mudanças provocaram na paisagem.

A rigor, a segunda parte da história da paisagem da Serra da Capivara extrapolou o terceiro capítulo e se estendeu pelos dois subsequentes. A história de curta duração ocupou um espaço maior de discussão exigida pelo tema central da patrimonialização da paisagem da Serra da Capivara, numa inversão da ordem de grandeza dos ritmos do tempo que a moldaram.

Em *O encontro das disciplinas na paisagem*, discutimos a trajetória do conceito de paisagem na geografia e outras ciências até chegarmos a uma definição contemporânea que a concebe como indissociável do ser humano. A partir dessa

indissociabilidade discutimos os princípios constitucionais e marcos legais alusivos à sua proteção na política do patrimônio cultural e do meio ambiente brasileiro assim como pela Convenção do Patrimônio Mundial e Convenção Europeia da Paisagem.

Em *O Manejo da Paisagem*, focamos o plano de manejo do PARNA SC, aprovado em 2019, no contexto do Sistema de Unidades de Conservação (SNUC). Apresentamos a metodologia estadunidense que orientou a elaboração desses planos no SNUC, os antecedentes desse PM tão protelado e os principais elementos da versão aprovada em 2019. Investigamos também a instituição e o funcionamento do Conselho Consultivo do PARNA SC, que só passou a se reunir sistematicamente a partir de 2017 em função da elaboração do PM. Contudo, as participações sociais no Conselho ficaram frequentemente subordinadas às decisões técnicas do poder público a despeito de sua composição paritária entre representantes dos governos e da sociedade civil. Na oficina de elaboração do PM a prevalência de representantes do poder público foi notável.

A história da paisagem da Serra da Capivara iniciou por sua história geológica, em um ritmo de tempo de muito longa duração, uma temporalidade que se conta em milhões e bilhões de anos. Encontrou um mar Siluro-devoniano (era paleozoica) contido ao sul pelo escudo cristalino pré-cambriano. A serra emergiu por processos de soerguimento provocados por movimentos tectônicos ocorridos no Triássico (era mesozoica). As rochas soerguidas ficaram expostas aos agentes erosivos nos períodos seguintes, esculpindo o relevo da atual paisagem, formada por chapadas, morros, serras, serrotes e planícies (BARROS *et al.*, 2012).

As chapadas foram recortadas por cânions profundos, paredões ruiformes, aglomerados de seixos e afloramentos rochosos, onde os povos pré-históricos e a fauna encontraram abrigo, há milhares de anos. A água era abundante durante clima úmido existente até a Transição Pleistoceno/Holoceno e o Holoceno Médio (12000 a 5000 anos B.P.) A paisagem exuberante de então, rica em fauna e flora adaptadas a este clima, deu lugar a áreas de vegetação de Caatinga, Cerrado e Mata Úmida, que convivem atualmente com um clima semiárido (GUIDON, 2014a).

As pesquisas arqueológicas realizadas durante cerca de quarenta anos ressaltaram vestígios diversos da cultura material de sucessivos grupos humanos presentes nesta paisagem em diferentes épocas, que vão do Pleistoceno, atravessam o Holoceno, e terminam com o período de contato com os colonizadores. No tempo de média duração contado em séculos, os criadores de gado, que chegaram

tardiamente, em 1830, determinariam o desaparecimento dos grupos originários refugiados na Serra da Capivara, vindos de outras regiões do Nordeste durante o Período Colonial (GUIDON, 2014b).

A partir do século XIX, no tempo de curta duração, que é medido em décadas, as áreas de caatinga da região da Serra Branca, hoje pertencentes ao PARNA SC, seus povos e formas de organização social sofreram grandes mudanças na constituição do mercado mundial da borracha. No final do século XIX, após violento e, na maior parte das vezes, mortal processo de expulsão dos povos originários, essas áreas foram ocupadas por exploradores da maniçoba. Nas chapadas da região, a espécie era abundante e a exploração dos maniçobais nativos se tornou possível devido à valorização econômica da borracha e do aprimoramento de suas técnicas de extração (OLIVEIRA, 2001, 2014).

A década de 1960 marcou o final da exploração do látex da maniçoba no Piauí. A desvalorização da borracha no mercado mundial extinguiu a principal fonte de renda de seus habitantes. Pouco a pouco, os moradores da Serra Branca foram se mudando para os povoados e cidades vizinhas: Zabelê, Coronel José Dias e São Raimundo Nonato.

Na década de 1970, a chegada dos pesquisadores na Região Sudeste do Piauí foi um marco de grandes transformações na paisagem da Serra da Capivara. O contato entre os habitantes, as instituições científicas e preservacionistas brasileiras e estrangeiras e o poder local produziu e revelou os conflitos e interdependência de interesses e induziu transformações mútuas de todos os envolvidos. O espaço como disputa, “cooperação e conflito” caracteriza a Serra (MOREIRA, HESPANHOL, 2007, p. 58).

Antes da patrimonialização, as percepções sobre as pinturas de índios, conhecidos como “caboclos bravos” suscitavam curiosidade nas pessoas do lugar que não se identificavam como seus descendentes, tal a violência da supressão de sua cultura. As “pinturas dos índios” foram descritas com distanciamento, como coisa produzida pelo “outro” e consideradas exotismo e novidade a ser exibida às pessoas de fora. O registro escrito mais antigo dessas pinturas é do século XVIII, relatadas pelos soldados como antigas e que “representavam ‘pássaros, onças, ratos e algumas desonestas’” (OLIVEIRA; NEGREIROS; ASSIS, 2014, p. 810). O julgamento moral das figurações, cujas cenas de sexo são frequentes, se coadunava com a visão católica do colonizador e a presença dos jesuítas no sertão do Piauí, a garantir o

domínio dos valores cristãos, da catequese e da disciplina ocidental infligida aos gentios.

Dois olhares distintos apresentaram diferentes percepções sobre a paisagem. Um deles é o olhar afetivo de um poeta/maniçobeiro que ali viveu no começo do século XIX, uma forma de apreciação “*mesclada com lembranças de incidentes humanos*”, mais pessoal e duradoura porque resulta da experiência (TUAN, 1980, p. 110). Este olhar enraizado, próprio dos habitantes, distinguiu a beleza da paisagem ao descrever suas características, enquanto o olhar científico dos dois médicos da FIOCRUZ, que passaram pela paisagem, na mesma época, enxergou *secura* e o abrasamento das matas. A segunda percepção, caracterizada pelo interesse em servir à ciência, é desenraizada, segundo Relph (1976).

A criação do PARNA SC, em 1979, foi uma resposta do governo brasileiro a um pedido feito pela arqueóloga Niède Guidon, depois de tomar conhecimento do valor científico das pinturas rupestres ali encontradas, do contexto de destruição ao qual estavam submetidas em decorrência da aridez da paisagem e, ao mesmo tempo, do poder de encantamento dessa paisagem. O Parque Nacional é uma unidade de proteção integral da natureza, entendida pela “*manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana*, admitido apenas o uso indireto de seus atributos naturais” (BRASIL, 2011, p. 5, grifo nosso) e pressupondo a propriedade do seu território pela União.

Essa definição denota uma perspectiva de natureza separada do ser humano, que excluiu o ser humano do presente e afastou as comunidades tradicionais, como foi o caso da comunidade Zabelê. Ela é fruto da preocupação com a ecologia e a proteção do meio ambiente que não admite a interferência humana. Entretanto, admitiu a inserção do ser humano do passado na paisagem, através da proteção dos vestígios da sua cultura material.

Em 1991, durante o processo de reconhecimento do PARNA SC como Patrimônio Mundial, a UNESCO ainda trabalhou com a abordagem dicotômica entre cultura e natureza, cujos valores foram avaliados por organismos diferentes, ICOMOS e IUCN. A noção de paisagem integrada aos bens culturais e naturais e o seu emprego por diversas disciplinas resultou na adoção, somente em 1992, da categoria de proteção de paisagem cultural na Convenção do Patrimônio Mundial (RIBEIRO, 2010).

O tombamento, da mesma forma, lançou mão de fundamentos legais distintos para a proteção ora do patrimônio arqueológico pela Lei nº 3921, de 1962, ora da paisagem natural circundante pelo Decreto-lei nº 25, de 1937.

A preservação da Serra da Capivara certamente foi uma entre tantas que desafiaram a forma ambivalente como o Brasil e a própria UNESCO tratavam a relação entre patrimônio natural e cultural, apesar da ampliação e difusão do conceito de patrimônio nos anos 1960. A forma estanque de tratar esses patrimônios por organismos distintos, demarcando suas respectivas áreas e com reduzidos esforços na sua conexão, ainda persiste no cenário brasileiro. Algumas tênues aproximações entre os dois foram provocadas principalmente pelos patrimônios arqueológico e imaterial no contexto do licenciamento ambiental.

O IPHAN buscou uma maior integração entre os dois patrimônios com instituição da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, em 2009, considerada uma abordagem perfeita devido a estrutura de interação que caracteriza a paisagem. Nesta nova abordagem a paisagem cultural foi definida como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do ser humano com o meio natural, a qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009, p. 35). Entretanto, a patrimonialização da paisagem cultural brasileira continua a impor grandes desafios, pois é dependente da participação e conciliação dos interesses de inúmeros atores.

Por seu lado, a Convenção do Patrimônio Mundial continuou, por longo tempo, classificando esses dois patrimônios separadamente. No caso específico do PARNA SC, ao considerar apenas critérios culturais para sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, apesar da indicação brasileira como patrimônio misto, diminuiu a importância da forte imbricação dos vestígios da cultura material de comunidades humanas pretéritas com o seu meio, relegando-o a segundo plano. Em 1992, ano seguinte à inscrição do PARNA SC na Lista do Patrimônio Mundial, acrescentou-se a paisagem cultural como tipologia de inscrição na lista, definindo-a como representante do “trabalho combinado da natureza e do homem... sob a influência de determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas” (UNESCO, 1992).

Entretanto, até 2005, os bens candidatos ao título ainda foram selecionados com base em seis critérios culturais e quatro naturais separadamente. A partir daí

foram reunidos em dez critérios sem distinção, como forma de quebrar a sua prolongada dicotomia, indicativo da dificuldade de assimilação das mudanças operadas em 1992 pelo próprio Comitê do Patrimônio Mundial, presidido pelo Eurocentrismo. Cauquelin (2007) observou o desempenho importante da paisagem para a encenação dos elementos naturais – água, terra, fogo e ar –, que separadamente são invisíveis e são retomados e assumidos no conjunto pela arte de enquadrar e compor. Seu significado ultrapassou em muito o rótulo estético, mesma constatação feita por Besse (2014) ao assegurar “os quadros de uma percepção comum” (CAUQUELIN, 2007, p. 10) e unir em uma só visão os diversos setores da política ambiental.

O encontro entre a planície pré-cambriana da depressão periférica do São Francisco e o planalto da bacia sedimentar Maranhão-Piauí produziu múltiplas formações geológicas, ecossistemas e recursos naturais. Barros *et al.*(2012) observaram que a paisagem da borda da bacia do Parnaíba preservou registros históricos da evolução da Plataforma Sul-Americana, da evolução geológica e da vida na Terra, assim como da chegada do ser humano às Américas. Os autores consideraram tais qualidades credenciais para mais um processo de patrimonialização junto a UNESCO, como um Geoparque da Rede Global de Geoparques (RGG). Uma proposta que englobava o Parque e uma área maior do seu entorno foi elaborada, em 2012, pela FUMDHAM e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), mas o requisito de envolvimento da população no processo dificultou sua efetivação (BARROS *et al.*, 2012).

Segundo Barros *et al.*(2012) o geoparque permite o uso e ocupação da área assim reconhecida e estimula a população ali residente a praticar a preservação do patrimônio geológico como base do ecoturismo, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, diferindo do parque previsto no SNUC. Entretanto, para o reconhecimento do geoparque, os autores enfatizaram a necessidade de participação popular em todo o processo e que população possua convivência harmônica com o patrimônio geológico. Mais uma vez o turismo foi apontado como atividade econômica redentora da população que vive nas proximidades ou na própria paisagem patrimonializada da Serra da Capivara, desta vez pelo geoturismo que se soma ao ecoturismo, ao turismo cultural e ao turismo arqueológico.

Entretanto, a complexidade de implementar um processo participativo entre a população do entorno desestimulou a FUMDHAM a prosseguir com a proposta. No

PLANAP (2006) do território da Serra da Capivara, a análise da dimensão ambiental apontou a baixa capacidade de organização da população e listou como limitações “a dificuldade de aliança com a população devido a aridez do solo, programas assistenciais paternalistas, pobreza, poucos investimentos envolvendo a população em ações educativas, preservacionistas e de convívio com o patrimônio natural” (PLANAP, 2006, p. 36).

No tempo curto, de depois da patrimonialização, a paisagem foi transformada em um grande museu a céu aberto, com uma ampla infraestrutura para a realização de pesquisas e para a visitação. Os municípios mais próximos do Parque, São Raimundo Nonato e Coronel José Dias, foram os mais beneficiados com a implantação de equipamentos culturais, universidades e projetos sociais desenvolvidos pela FUMDHAM. As percepções dos moradores sobre essas mudanças foram evidenciadas por diversos depoimentos.

O termo paisagem foi apropriado de maneiras diferentes pela arte e diversos campos do saber, e foi muito usado, acompanhado de diversos qualificativos, como argumento no discurso da patrimonialização da Serra pelos cientistas e agentes técnicos da preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural. Como observou Tuan (1980), as mais intensas experiências estéticas são descobertas surpreendentes da beleza. No primeiro contato com a região, o impacto que a natureza e a arte rupestre provocaram na pesquisadora Niède Guidon foi determinante na patrimonialização da Serra da Capivara. O encantamento com a beleza da paisagem e a concentração dos registros rupestres impactam quem conhece o PARNA SC pela primeira vez.

A patrimonialização da Serra também pôde ser lida em nível discursivo com o aporte de Foucault (2015). Para o autor, a emergência histórica de um acontecimento discursivo ocorre em um jogo de relações com outros sistemas exteriores, que teria permanecido invisível, embora não seja secreto ou novo.

Entre os ambientalistas, há um movimento que reconhece os direitos das comunidades tradicionais se beneficiarem da conservação ambiental. Outro que utiliza a noção metafísica de natureza para defender a biodiversidade em si, afastada da presença humana. A noção de natureza intocada ainda é adotada por diversos pesquisadores. Ela credita à conservação tradicional das unidades de conservação integral, que permitem apenas os usos científico e turístico dentro dessas unidades, o retardo do colapso ecológico global (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014).



Pesquisadores da fauna no PARNA SC e seu entorno, que participaram do Plano de Manejo de 1991 pela FUMDHAM, revelaram claramente posição favorável à conservação tradicional. Eles atribuíram o aumento da população de várias espécies de animais sob ameaça de desaparecimento à fiscalização intensa e sistemática trazida pelo PARNA SC. E consideraram positivo o desaparecimento de aves domésticas (*Passer domesticus*) nas antigas áreas exploradas pelos moradores do Zabelê, substituídas por áreas de vegetação mais fechada (OLMOS, BARBOSA, ANDRADE, 2014).

Entre os pesquisadores, inclusive os reunidos na FUMDHAM, ainda permaneceram noções divergentes da paisagem: ora se atribuiu aos povos pré-históricos da Serra Capivara e aos povos exterminados no contato com o colonizador uma relação harmoniosa com a natureza (PESSIS, 2013, GUIDON, 2014), ora se admitiu a sua participação na extinção da fauna de grande porte (OLMOS *et al.*, 2001; PESSIS, MARTIN, GUIDON, 2014).

Ao nomear e separar o ser humano da paisagem e inferir nessa operação um conflito inerente entre eles, a conservação tradicional considera as comunidades locais incapazes de estabelecer um manejo equilibrado do seu entorno (ARRUDA, 1999). Se há ou houve excessos em algumas formas de exploração, como o que ocorreu anteriormente com a Serra da Capivara, isso não pode ser generalizado, nem eternizado. No modelo de gestão construído pela FUMDHAM em parceria com agências do Estado, elogiado pelo Comitê do Patrimônio Mundial em 2003, destacaram-se dois aspectos essenciais. De um lado, a gestão se baseou na fiscalização intensiva e punitiva da unidade de conservação integral, defendida por Olmos *et al.* (2001), acompanhada por trabalhos de ótima qualidade na conservação e promoção do patrimônio cultural e da biodiversidade. De outro, apostou em uma mudança de mentalidade por meio da educação ambiental e patrimonial das gerações mais novas, além da promoção social, com ênfase na promoção do trabalho feminino como forma de sustento das famílias e de combate à violência de gênero.

As conquistas sociais e econômicas desse modelo de patrimonialização da área beneficiaram as comunidades de Coronel José Dias e São Raimundo Nonato, ao tempo em que se interrompeu um processo acelerado de destruição da biodiversidade e dos sítios arqueológicos. O custo alto dessas conquistas foi o modo de afastamento da população que vivia na área do Parque ou a utilizava como fonte de extrativismo e de cultivo de lavouras, que provocou muitos ressentimentos. Em

consequência, houve uma grande resistência dessas pessoas para se reaproximarem da área patrimonializada.

Apenas o ser humano pré-histórico, pertencente a um passado distante, foi eleito elemento integrante da paisagem da Serra da Capivara. A presença e memória do ser humano da atualidade nesta paisagem foram desconsideradas. As pessoas que ali viviam se ressentiram pela liberdade perdida de transitar pela área sem serem vigiadas. Ademais, ao designar apenas o Turismo como atividade econômica para a região, declarando as terras improdutivas para a agricultura e criação de animais, desconsiderou-se também todo o saber fazer da população rural.

A visão contemporânea reconhece a presença do ser humano, no passado e no presente, como elemento da paisagem ou da sua formação. A partir de demanda da própria população, essa visão exerceu e ainda exerce alguma influência nas ações e projetos relacionados ao PARNA SC, incorporando a presença do ser humano como partícipe da vida na Serra, em uma espécie de combinação híbrida entre as duas concepções de preservação. Assim, surgiram os projetos educacionais da FUMDHAM.

Ao longo de toda a tese, percebe-se a dificuldade que tivemos de ficar de fora do binômio natureza/cultura, embora estarmos ciente da sua limitação. O tempo todo tentamos ultrapassá-lo, mas através das próprias fontes e da bibliografia as palavras voltavam ao texto. O dossiê do patrimônio mundial e o processo de tombamento federal da Serra da Capivara e a existência de um museu do homem e outro da natureza no seu entorno são apenas dois dos muitos exemplos que demonstraram a forma ambivalente de como o Brasil e a própria Unesco trataram a paisagem.

A patrimonialização da paisagem da Serra da Capivara diz respeito ao patrimônio paisagístico, uma noção a exigir uma concepção e prática de gestão integradas. O patrimônio paisagístico não possui um arcabouço próprio no ordenamento jurídico nacional. Foi tratado na Constituição Federal como uma espécie de direito supérfluo nos domínios sobre o meio ambiente e a cultura, disperso em normativas setoriais, entre as quais se destacam as dos campos do patrimônio cultural e do patrimônio natural (CRESPO, 2015). Embora de gênese comum, esses dois campos se afastaram nas narrativas e práticas políticas das respectivas agências nacionais (IPHAN e ICMBIO) à medida de sua especialização.

O afastamento se verificou no interior do próprio IPHAN, por meio da progressiva diferenciação dada ao patrimônio arqueológico, protegido por lei

específica e associado ao licenciamento ambiental e distinguido muito raramente pelo tombamento, como é o caso da Serra da Capivara. O patrimônio paisagístico, por sua vez, ao ser contemplado pelo tombamento, subordinou-se aos valores do patrimônio arquitetônico e urbanístico. No campo patrimonial, a consideração do valor social da paisagem como 'espaço vivido' ganhou relevância com o acautelamento do patrimônio imaterial e da paisagem cultural, após a Constituição Cidadã de 1988.

O desafio atual é juntar o que foi separado no instrumento de chancela da paisagem cultural, que permaneceu muito tempo e ainda permanece sem aplicabilidade, considerando como complementares os demais instrumentos de proteção consolidados na longa trajetória do IPHAN. Ainda há o desafio adicional de integrar as atuais políticas do patrimônio cultural e do meio ambiente para o patrimônio natural, presididas por óticas diferentes, mas também complementares, nos capítulos dedicados à cultura e ao meio ambiente na Constituição de 1988.

No artigo 216, que define o patrimônio cultural, o patrimônio natural foi apresentado pelos "sítios de valor paisagístico, paleontológico e ecológico" associados a valores estéticos, científicos e, principalmente valores sociais por suas "referências à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira" (BRASIL, 1988). O Artigo 225, por sua vez, contemplou a preservação da natureza sob uma ótica biológica. Nesta ótica preponderou a preocupação com o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade através de espaços especialmente protegidos.

Estes desafios crescem em dimensão se considerarmos a atual vinculação do IPHAN ao Ministério do Turismo, dominado pela lógica da sustentabilidade econômica do patrimônio. O Turismo também se insinua como sustentabilidade econômica para os parques e florestas nacionais, integrantes do SNUC, diante do projeto prioritário do Ministério do Meio Ambiente na implementação da concessão de parques e florestas nacionais para sua exploração.

O protagonismo do Turismo representa uma grande inflexão nas políticas ambiental e do patrimônio cultural. Ele pode acarretar uma verdadeira substituição do Estado na administração e gestão das unidades de conservação brasileiras e dar lugar a uma racionalidade econômica que prepondere sobre a racionalidade ambiental e cultural. A cautela torna-se necessária na implementação dessa política em unidades como o PARNA SC, localizado no interior semiárido do Nordeste brasileiro. Ali, o

aumento do fluxo turístico pode produzir graves consequências para a preservação da paisagem patrimonializada e para a população do entorno.

Na era do Antropoceno (ISSBERNER, LENÀ, 2018), a crise climática reforça a preocupação com a paisagem. E nos convida a mudar nossa relação com a natureza, de dependência e dominação para interação e cooperação. Um futuro mais preocupado com a nossa experiência sensível depende de uma racionalidade baseada no sensível, no inteligível, na “coisa pensante” e na “coisa extensa”. Assim propõe Collot (2013, contracapa).

## REFERÊNCIAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia. **Nota Técnica da Associação Brasileira de Antropologia sobre o Decreto nº 10.673, de 13 de abril de 2021**. Brasília, ABA, 8/06/2021. Disponível em: <<http://www.portal.abant.org.br/2021/06/09/nota-tecnica-da-associacao-brasileira-de-antropologia-sobre-o-decreto-no-10-673-de-13-de-abril-de-2021/>> Acesso em: 18 jun. 2021.

AB'SABER, Aziz. A quem serve a transposição. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2005. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/258122389/AZIZ-AB-SABER-A-QUEM-INTERESSA-A-TRANSPOSICAO-DO-SAO-FRANCISCO>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 9-26. Disponível em: <<https://www.doccity.com/pt/ab-saber-aziz-os-dominios-de-natureza-no-brasilun1/4844859/>>. Acesso em: 1 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Mesa-redonda: patrimônio natural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 217-232, 1987.

\_\_\_\_\_. O tombamento da Serra do Mar. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 21, p. 06-20, 1986. 1987. <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=7730>

AGÊNCIA BRASIL. **Meio Ambiente lança editais para estudos de concessão de parques**. 23/02/2021. Brasília, DF: MMA, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-02/meio-ambiente-lanca-editais-para-estudos-de-concessao-de-parques>> Acesso em: 29 out. 2021.

AGÊNCIA ESTADO. **Caçador jura matar conservacionista**. 22/01/2002. Disponível em: <<https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,cacador-jura-matar-conservacionistas,20020122p58605>> Acesso em: 2 de out. 2020.

ALMEIDA Fernando Ozorio de; KATER, Thiago. As cachoeiras como bolsões de histórias dos grupos indígenas das terras baixas sul-americanas. **Rev. Bras. Hist.** vol. 37 n. 75. São Paulo, maio/ago. 2017, p. 39-67. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882017000200039&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882017000200039&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 1 set. 2019.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Âmbito do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Revista Cultura**, nº 7, Rio de Janeiro, p. 32-35, 1968.

ASSIS, Rafael da Silva. **Os índios do território Serra da Capivara** [manuscrito]: história, memória e ensino. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PPGEHIST) – Universidade Federal do Tocantins-UFT, Araguaina-TO, 2016.

ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente e Sociedade**, n. 5, p. 79-92, 1999. ISSN 1809-4422. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>> Acesso em: 3 out. 2020.

BAIÃO FILHO, Luiz Gonzaga. Parque Nacional Serra da Capivara e Gestão Interdisciplinar das Narrativas do Patrimônio Cultural. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n. 31.1, p. 1-18, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/download/24426/19765>> Acesso em: 18 maio 2018.

BAILLY, Antoine; RAFFESTIN, Claude; REYMOND, Henri. Les concepts du paysage: problématique et représentations. **L'espace géographique**. 9 (4), p. 277-280, 1980 *apud* HOLZER, Werther. Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 17-18, p. 55-63, jan./dez. 2004.

BARROS, José Sidiney et al. Geoparque Serra da Capivara (PI): proposta. **Geoparques do Brasil: propostas** / organizadores Carlos Schobbenhaus [e] Cássio Roberto da Silva. Rio de Janeiro: CPRM, v. 1, p. 493- 542, 2012.

BELMIRO, Daniele. Às moscas, aeroporto na Serra da Capivara é internacional só no nome. **Folhapress**, 17 fev. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1740167-as-moscas-aeroporto-na-serra-da-capivara-e-internacional-so-no-nome.shtml>>. Acesso em: 28 out. 2021.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cinq Propositions pour une Théorie du Paysage**. Paris: Editions Champ Vallon, 1994.

\_\_\_\_\_. **Les Raisons du paysage**. De la Chine antique aux environnements de synthèse. Paris: Éditions Hazan, 1995. 192 p. Disponível em: <<http://a3137264956f3c3a808b453df359dd63.sosps.com.br/read/berque-a-les-raisons-du-paysage.pdf>> Acesso em: 15 set. 2019.

BESSE, Jean Marc. **Ver a terra: seis ensaios sobre a geografia e a paisagem/** Marc Besse; Tradução: Vladimir Bartalini - São Paulo: Perspectiva, 2014.

BONALUME NETO, Ricardo. Americanos questionam datas do Piauí. Reportagem de 19 de junho de 2003 do **Jornal eletrônico Folha de São Paulo**. Ciência. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1906200301.htm>>. Acesso em: 15 de set. 2019.

BORGES, Jóina Freitas; SANTANA, Jaime de. Sociedade, Arqueologia e Patrimônio: as relações de pertencimento da Comunidade Zabelê com a área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). **História Unicap**, v. 2, n. 3, p. 108-121, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/579/504>>. <<https://doi.org/10.25247/hu.2015.v2n3.pp.%20108-121>>. Acesso em: 17 maio 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Leis que tratam de concessões em UCs devem respeitar plano de manejo e consulta prévia às comunidades tradicionais**. 21 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/665041453/leis-que-tratam-de-concessoes-em-ucs-devem-respeitar-plano-de-manejo-e-consulta-previa-as-comunidades-tradicionais>> Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: IPHAN, 1937. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)>. Acesso em: 18 maio, 2018.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm#art175](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm#art175)>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Lei 3924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília: IPHAN, 1961. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_3924\\_de\\_26\\_de\\_julho\\_de\\_1961.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2018.

BRASIL. **Decreto nº 85.548, de 5 de junho de 1979**. Cria, no Estado do Piauí, o Parque Nacional da Serra da Capivara, com os limites que especificam e dão outras providências. Brasília, DF: IBDF. 1979a.

BRASIL. **Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979**, que aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Brasília, DF: IBDF. 1979b.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988**. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html)>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Coordenação de Sílvio Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA/SBF, 2011. 76 p. Disponível em: <[http://frepep.org.br/wp-content/uploads/2017/08/livro\\_snuc\\_pnap.pdf](http://frepep.org.br/wp-content/uploads/2017/08/livro_snuc_pnap.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o programa do patrimônio imaterial e dá outras providências. [Brasília], IPHAN, 2000. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_n\\_3.551\\_de\\_04\\_de\\_agosto\\_d\\_e\\_2000.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_d_e_2000.pdf)> Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Decreto nº 7387, de 9 de dezembro de 2010**. Institui o Inventário Nacional de Diversidade Linguística e dá outras providências. Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto%207387%20-%202010.pdf>> Acesso em: 20 maio. 2021.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. Trad. Ana Maria Camargo. **Revista de História**, vol. 30, n. 62, p. 261-194, abr./jun. 1965.

BROEK, Jan O. M. **Iniciação ao Estudo da Geografia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

BRUMATTI, P. N. M.; ROZENDO, C. Parques Nacionais, turismo e governança: Reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo**, 15 (3), e-2119, p.1-16, set./dez. 2021. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i3.2119>.

BUCO, Cristiane de Andrade; GUIDON, Niède. Serra da Capivara: Cultural Heritage and socioeconomic development in the Northeast. **Global Quality Cultural Heritage Management**, n. 26. Luiz Oosterbeek, Cecilia Buonsanto, Maurizio Quagliuolo (Editores); Instituto Politécnico de Tomar (IPT), p.1-11, 2008.

BUCO, Cristiane de Andrade. **Arqueologia do Movimento**: Relações entre a Arte Rupestre, Arqueologia e Meio Ambiente da Pré-história aos dias atuais, no Vale da Serra Branca. Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2012.

\_\_\_\_\_. O caso da Serra da Capivara, vinte anos de socialização do conhecimento através da arte-educação. **Revista ALTER IBI**, v. 1, n. 1, p. 34- 45, 2014. ISSN 2183-2927.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; BRUNO, Ana Carla dos Santos. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. São Paulo: **Ambiente & Sociedade**, v. XVII, n. 3, p. 115-134, 2014.

CÂMARA, Rafael Sette. História e luta dos maniçobeiros no Piauí. **360Meridianos**. 26 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.360meridianos.com/especial/ciclo-manicoba>>. Acesso em: 18 set. 2019.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. Visão de Vidal de La Blache a respeito de Friedrich Ratzel. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 26 (3): 419-432, set./dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320140302>. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-45132014000300419&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132014000300419&lng=pt&tlng=pt)> Acesso em: 6 mar. 2021.

CANCELA D'ABREU, Alexandre et al. **A Paisagem Na Revisão Dos PDM**. Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no Âmbito Municipal. Documentos de Orientação 02/2011. Direcção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2011. Disponível em: <[https://premiopaisagem.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/CEP\\_paisagemPDM\\_DGOTDU\\_2011.pdf](https://premiopaisagem.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/CEP_paisagemPDM_DGOTDU_2011.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2021.

CARVALHO, Aline Vieira; BACKX, Isabela. Patrimônios em Unidades de Conservação no Brasil: reflexões necessárias. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul-RS: Universidade de Caxias do Sul, v. 17, n. 33, 2018. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/6695>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Paisagem cultural e patrimônio: desafios e perspectivas. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci; MONGELLI, Mônica Medeiros (Org.). **COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO**. 1. 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]** n. 6, v. 1. Brasília, DF: Iphan; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017, p.17-27. 501 p. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb\\_2.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb_2.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CASTRO, Sádía Gonçalves de. **Elogio do cotidiano: educação ambiental e a pedagogia silenciosa da caatinga no sertão piauiense**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, 2009.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 196 p. (Coleção Todas as Artes).

CEPRO. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Diagnóstico socioeconômico**: São Raimundo Nonato. Teresina, 2000. Disponível em: <[http://www.cepro.pi.gov.br/download/201106/CEPRO21\\_4fb7f12358.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201106/CEPRO21_4fb7f12358.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2021.

CEPRO. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Diagnóstico socioeconômico**: João Costa, 2000. Disponível em:



<[http://www.cepro.pi.gov.br/download/201102/CEPRO28\\_7e28b10162.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201102/CEPRO28_7e28b10162.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2021.

CEPRO. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Diagnóstico socioeconômico**: Coronel José Dias. Teresina, 2000. Disponível em: <[http://www.cepro.pi.gov.br/download/201102/CEPRO25\\_c9f95327ab.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201102/CEPRO25_c9f95327ab.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2021.

CEPRO. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Diagnóstico socioeconômico**: Brejo do Piauí. Teresina, 2010. Disponível em: <[http://www.cepro.pi.gov.br/download/201309/CEPRO27\\_076cf2c993.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201309/CEPRO27_076cf2c993.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2021.

CHAME, Marcia. Manejo da água e implicações para a conservação do Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno. In: PESSIS, Anne Marie; MARTIM, Gabriela; GUIDON, Niède (Org.). **Os Biomas e as sociedades humanas na Pré-História da região do Parque Nacional Serra da Capivara**, Brasil, v. II-A, p. 255-296. São Paulo: A&A Comunicação, 2014.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul./dez. 2003. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA2c%20Marcia%20R\\_%20Fundando%20a%20Nacao.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA2c%20Marcia%20R_%20Fundando%20a%20Nacao.pdf)>. Acesso em: 23 maio. 2020.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. “Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)”. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 13-74.

COLLOT, Michel. **Poética e filosofia da paisagem**. Tradução de Ida Alves et al. 1. ed. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.

CBHSF. Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. **A agricultura de sequeiro**. Disponível em: <[https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/cultura\\_blog/a-agricultura-de-sequeiro-3/](https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/cultura_blog/a-agricultura-de-sequeiro-3/)>. Acesso em: 7 jul. 2021.

CONVERSA COM BIAL. Entrevista Niède Guidon. **Rede Globo de Televisão**, 41 min. Exibição em 24 de jun. 2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7716769/>> Acesso em: 21. jul. 2019.

CEP. CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, feita em Florença em 20 de out. 2000. Disponível em: <<https://rm.coe.int/16802f3fb7>>. Acesso em: 18 out. 2020.

CORRÊA, Dora Shellard. História ambiental e a paisagem. **HALAC**, vol. II, n. 1, set. 2012 / feb. 2013. Belo Horizonte, p. 47-69. Disponível em: <<http://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/download/187/182/>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

CORBIN, Alain. **L’homme dans le paysage**. Paris: Les Editions Textuel, 2001. 190 p.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda a parte. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

CRESPO, Jeanne Cristina Menezes. **Das “Minas” e suas serras**. Narrativas de construção das paisagens da mineração no quadrilátero ferrífero (MG). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

CULTURAL LANDSCAPES. **UNESCO World Heritage Centre**. 1992-2020. United Nations, 2020. Disponível em: <<https://whc.UNESCO.org/en/culturallandscape/>> Acesso em: 8 fev. 2020.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Brasília: IPHAN, 2000. 383 p. Disponível em: <<https://portal.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=17575&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

D’ALENCASTRE, José Martins Pereira. Memória Chronologica, Histórica e Corographica da Província do Piauhy. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo XX, 1º trim., p. 5-164, 1857.

DANNER, Fernando. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos n. 4 /2010** – versão eletrônica, UFSJ - São João del-Rei-MG p. 143 – 157. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. Ampliada. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras: USP, 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2000.

DESCOLA - Descola P. et Scarso D. «A ontologia dos outros. Entrevista com Philippe Descola». **Revista de Filosofia Aurora**, vol. 28, n. 43, p. 251-276, 2016. Disponível em: doi:10.7213/aurora.28.043. EN01.

DICIONÁRIO IPHAN DE PATRIMÔNIO CULTURAL. Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência - COPEDOC. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. 84 p.; 21cm. (Cadernos de Pesquisa e Documentação do IPHAN, 3).

DOCUMENTOS DO IPHAN. Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Anexos. In: CATRIOTA, Leonardo Barci; MONGELLI, Mônica Medeiros (Org.). **COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO**. 1. 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]** n. 6, v. 1. Brasília, DF: Iphan; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017, p. 467-488. Disponível em:

<<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280834>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba**. São Paulo: Annablume, 2010. 466p.

DUARTE, Cristiane Delfina Santos. **A mulher original: produção de sentidos sobre a arqueóloga Niède Guidon**. 2015. 242 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/271103>>. Acesso em: 3 out. 2020.

DUDA. **Declaração Universal dos Direitos da Água**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <[http://www.cecol.fsp.usp.br/dcms/uploads/arquivos/1483371864\\_ONU-Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20da%20%C3%81gua.pdf](http://www.cecol.fsp.usp.br/dcms/uploads/arquivos/1483371864_ONU-Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20da%20%C3%81gua.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2021.

DURÃES, Carol. André Pessoa pôs o Piauí nos jornais e revistas do mundo. **Meionorte.com**. 2019. Disponível em: <<https://www.meionorte.com/especiais/nossagente/andre-pessoa-pos-o-piaui-nos-jornais-e-revistas-do-mundo-14>>. Acesso em: 11 set. 2019.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo**. Brasília, 2004.

EMPERAIRE, Laure. **Végétation et Gestion des Ressources Naturelles dans la Caatinga du Sudest du Piauí (Brésil)**. Paris: Editions de l'ORSTOM, n. 1989 (Thèse de Doctorat d'Etat ès Sciences Naturelles, Université Pierre et Marie Curie - Paris 6).

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Britannica Digital Learning**. CAPES, Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/artigo/homem-de-Cro-Magnon/483198>>. Acesso em: 19 maio 2020.

FALLEIRO, Rodrigo de Moraes; SANTANA, Marcelo Trindade; BERNI, Cendi Ribas. As contribuições do Manejo Integrado do Fogo para o Controle dos Incêndios Florestais nas Terras Indígenas do Brasil. **Revista Biodiversidade Brasileira - BioBrasil**. 2016, n. 2. Número temático: Manejo do fogo em áreas protegidas. ICMBIO, 2016. p. 88-105. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR/article/download/655/492>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

FELICE, Gisele Daltrini; GUIDON, Niède; MENDES, Vinícius Ribau. A evolução da paisagem no Pleistoceno Superior/Holoceno, na região do Parque Nacional Serra da Capivara. In: PESSIS, Anne Marie; MARTIM, Gabriela; GUIDON, Niède (Org.). **Os Biomas e as sociedades humanas na Pré-História da região do Parque Nacional Serra da Capivara**, Brasil, v. II-A, p. 69-87. São Paulo: A&A Comunicação, 2014.

FERREIRA, Helena Catão Henriques. Turismo, Natureza e Cultura: Disputas por “patrimônios” nos debates “participativos” da Ilha Grande-RJ. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVI, n. 4, p. 63-82, out./dez. 2013.

FERREIRA, Jéssica Viviane Amorim et al. Utilização de mamíferos não voadores cinegéticos no semiárido brasileiro. **Anais I CONIDIS...** Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/24246>>. Acesso em: 4 out. 2021.

FERREIRA, Murilo Cunha et al. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII** [manuscrito]. Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras: dossiê de tombamento. Teresina: IPHAN-PI, 2009.

FIGUEIREDO, Diva M. F. Ações exemplares da 1ª Sub RII da 3. SR/ IPHAN. **Relatório Técnico**, 2003.

FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. A participação social na instituição e gestão dos sítios históricos brasileiros: a articulação das teorias de Bourdieu e Moscovici para o estudo das práticas patrimoniais. In: **Anais do Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**. Belo Horizonte (MG) UFMG, 2018, p. 1-19. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/PAPCSseminario/76322-A-PARTICIPACAO-SOCIAL-NA-INSTITUICAO-E-GESTAO-DOS-SITIOS-HISTORICOS-BRASILEIROS-A-ARTICULACAO-DAS-TEORIAS-DE-BOUR>>. Acesso em: 26 set. 2019.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: Inspirações à política de preservação cultural no Brasil**. Tese (Doutorado) – FAUUSP, São Paulo, 2014.

FIGUEIREDO, D. M. F.; LOPES, M. B.. Paisagem e estratégias de patrimonialização na Serra da Capivara. **Paisagem e Ambiente**, v. 30, p. 1-28, 2019.

FIGUEIREDO, D. M. F.; LOPES, M. B.. Percepções da paisagem da Serra da Capivara. **Paisagem e Ambiente**, v. 32, p. 85, 2021.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

FONTUGNE et al. Cross-dating (Th/U-14C) of calcite covering PreHistoric paintings at Serra da Capivara National Park, Piauí, Brazil. ResearchGate. **Article in Radiocarbon**. January 2013. DOI: 10.1017/S0033822200048104>. Disponível em:<<https://www.researchgate.net/publication/291426545>>. Acesso em: 10 maio 2020.

FONSECA NETO, Antônio et al. **Piauí dos séculos XVIII e XIX**. Elaboração do Dossiê de tombamento de Parnaíba [manuscrito]. Teresina: IPHAN-PI, 2009.

FORMAN, Richard. **Introduction to Landscape Ecology: Patch / Matrix / Edge**. Harvard GSD Career Discovery, 2013.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. **Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de**

**pensamento**/Michel Foucault; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOWLER, P. J. World Heritage Cultural Landscapes, 1992-2002: a Review and Prospect. World Heritage Papers, n. 7. **Cultural landscapes: The challenges of conservation**. Paris: UNESCO World Heritage Centre, 2003. Disponível em: <<https://unesdoc.UNESCO.org/ark:/48223/pf0000132988>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

FREITAS, Lysa. Serra da Capivara: nova chefe focará em aprovação do plano de manejo. **Cidadeverde.com**. 9 jan. 2019. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/saoraimundononato/95772/serra-da-capivara-nova-chefe-focara-em-aprovacao-do-plano-de-manejo>>. Acesso em: 15 set. 2019.

FUNAI, 2014. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2914-terras-indigenasapresentam-o-menor-indice-de-desmatamento-na-amazonia-legal>>.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória** [manuscrito]: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.

GONÇALVES, Carla; CURATO, Maria José. As políticas da paisagem depois da Convenção Europeia da Paisagem. Paper Conference: **I Colóquio Ibérico de Paisagem – O estudo e a construção da Paisagem como problema metodológico**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017. p.1-25. Researchgate. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/315743070\\_AS\\_POLITICAS\\_DA\\_PAISAGEM\\_EM\\_DEPOIS\\_DA\\_CONVENCAO\\_EUROPEIA\\_DA\\_PAISAGEM](https://www.researchgate.net/publication/315743070_AS_POLITICAS_DA_PAISAGEM_EM_DEPOIS_DA_CONVENCAO_EUROPEIA_DA_PAISAGEM)>. Acesso em: 2 mai. 2020.

GONÇALVES et al. **Plano de Manejo da Serra das Confusões**. Brasília (DF): IBAMA, Diretoria de Ecossistemas, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996. 156 p.

GUIDON, Niède. A Fundação Museu do Homem Americano e o Parque Nacional Serra da Capivara: um relato sucinto de quatro décadas de pesquisa. In: PESSIS, Anne Marie; MARTIM, Gabriela; GUIDON, Niède (Org.). **Os Biomas e as sociedades humanas na Pré-História da região do Parque Nacional Serra da Capivara**, Brasil, V. II-A, p. 27-44. São Paulo: A&A Comunicação, 2014a.

GUIDON, Niède. O Pleistoceno Superior e o Holoceno Antigo no Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno: as ocupações humanas. In: PESSIS, Anne Marie; MARTIM, Gabriela; GUIDON, Niède (Org.). **Os Biomas e as sociedades humanas na Pré-História da região do Parque Nacional Serra da Capivara**, Brasil, v. II-B, p. 445-453. São Paulo: A&A Comunicação, 2014b.

HELAL FILHO, William. Voltar ao normal seria como se converter ao negacionismo e dizer que a Terra é plana. **O Globo**, 6 abr. 2020.

HERZOG, Hener. **Cave of Forgotten Dreams** (Caverna dos Sonhos Esquecidos). Direção e Roteiro: Werner Herzog. Direção de Fotografia: Peter Zeitlinger. Produção: Ministère de la Culture de la République Française. Documentário Histórico: 1h 30min, 2010.

HOLZER, Werther. Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 17-18, p. 55-63, jan./dez. 2004.

IBAMA. **Roteiro Metodológico para a Elaboração de Plano de Manejo em Unidades de Conservação de Uso Indireto**. Brasília: IBAMA/GTZ, 1996.

IBAMA. **Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica**. Brasília (DF): IBAMA, 2002. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/sites/uc/files/2019-04/roteiroplanomanejo.pdf>> Acesso em: 21 set. 2021.

IBGE. **São Raimundo Nonato**. Panorama. Censos 2000 e 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/sao-raimundo-nonato/panorama>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

IBGE. **João Costa**. Panorama. Censos 2000 e 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/joao-costa/panorama>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

IBGE. **Coronel José Dias**. Panorama. Censos 2000 e 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/coronel-jose-dias/panorama>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

IBGE. **Brejo do Piauí**. Panorama. Censos 2000 e 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/brejo-do-piaui/panorama>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ICMBIO. **Portaria 128, de 14 de dezembro de 2010**. Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional Serra da Capivara - PI. Diário Oficial da União, Seção 1, nº 241, p. 179, 17 de dezembro de 2010. Disponível em: <[https://documentacao.socioambiental.org/ato\\_normativo/UC/618\\_20101217\\_110632.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/618_20101217_110632.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2021.

ICMBIO. **Ata Reunião de posse do Conselho Consultivo do PARNA SC**, em 26 e 27 de setembro de 2011. São Raimundo Nonato, 2011.

ICMBIO. **Ata da Primeira Reunião Ordinária do Conselho Gestor do PARNA SC**, em 10 de maio de 2012. São Raimundo Nonato, 2012a.

ICMBIO. Portaria nº 110, de 18 de outubro de 2012. Modifica o Conselho Consultivo do Parque Nacional Serra da Capivara, no Estado do Piauí. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Nº 203, p. 93, 19 de outubro de 2012b. Disponível em:

<[https://documentacao.socioambiental.org/ato\\_normativo/UC/1173\\_20121019\\_100621.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/1173_20121019_100621.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2021.

ICMBIO. **Ata da Terceira Reunião Ordinária do Conselho Gestor do PARNA SC**, em 10 de outubro de 2013. São Raimundo Nonato, 2013.

ICMBIO. **Portaria nº 8, de 5 de fevereiro de 2014**. Estabelece normas e procedimentos para o ordenamento da visitação e para o credenciamento e a autorização de uso para exercício da atividade comercial de condução de visitantes no Parque Nacional da Serra da Capivara. Diário Oficial da União, Seção 1, nº 26, p. 101, 06 de fevereiro de 2014a. Disponível em: <[https://documentacao.socioambiental.org/ato\\_normativo/UC/1440\\_20140207\\_141519.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/1440_20140207_141519.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2021.

ICMBIO. **Ata da Quarta Reunião do Conselho Consultivo do PARNA SC**, de 10 de abril de 2014. São Raimundo Nonato, 2014b.

ICMBIO. **Instrução Normativa nº 09**, de 05 de dezembro de 2014. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. Brasília (DF): ICMBIO, 2014c. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao\\_normativa/2014/in\\_icmbio\\_09\\_2014\\_diretrizes\\_modifica%C3%A7%C3%A3o\\_conselhos\\_gestores\\_und\\_conserva%C3%A7%C3%A3o\\_federais.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2014/in_icmbio_09_2014_diretrizes_modifica%C3%A7%C3%A3o_conselhos_gestores_und_conserva%C3%A7%C3%A3o_federais.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ICMBIO. Portaria nº 93, de 3 de outubro de 2016. Exclusão de instituição membro do Conselho do Parque Nacional da Serra da Capivara (Processo nº 02123.010804/2016- 21). **Diário Oficial da União**, Seção 1, Nº 192, p.54, de 05 de outubro de 2016. Disponível em: <[https://documentacao.socioambiental.org/ato\\_normativo/UC/2385\\_20161005\\_104022.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/2385_20161005_104022.pdf)> Acesso em: 07 de set. 2021.

ICMBIO. **Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo do PARNA SC**, de 28 de setembro de 2017. São Raimundo Nonato, 2017a.

ICMBIO. **Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo do PARNA SC**, de 13 de dezembro de 2017. São Raimundo Nonato, 2017b.

ICMBIO. **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PARNA SC**, de 10 de janeiro de 2018. São Raimundo Nonato, UESPI, 2018a.

ICMBIO. **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PARNA SC**, de 04 de abril de 2018. São Raimundo Nonato, Caritas Diocesana, 2018b.

ICMBIO. **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PARNA SC**, de 06 de junho de 2018. São Raimundo Nonato, UESPI, 2018c.

ICMBIO. **Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo do PARNA SC**, de 18 de out. de 2018. São Raimundo Nonato, 2018d.

ICMBIO. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais** (2018: Brasília, DF) / Organizadores: Ana Rafaela D'Amico, Erica de Oliveira Coutinho e Luiz Felipe Pimenta de Moraes. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio, 2018e.

ICMBIO. **MapaUCS\_junho\_2018\_V03\_web.indd**. 2018f. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/geoprocessamento/DCOL/dados\\_vetoriais/MapaUCS\\_junho\\_2019\\_web.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/geoprocessamento/DCOL/dados_vetoriais/MapaUCS_junho_2019_web.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2021.

ICMBIO. **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PARNA SC, de 21 de maio de 2019**. São Raimundo Nonato, UESPI, 2019a.

ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara**. Brasília (DF): MMA/ICMBIO, 2019b.

ICMBIO. **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PARNA SC, de 21 de agosto de 2020**. São Raimundo Nonato, UESPI, 2020a.

ICMBIO. **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PARNA SC, de 12 de novembro de 2020**. São Raimundo Nonato, UESPI, 2020b.

ICMBIO. **Monitoramento da visitação em Unidades de Conservação Federais: resultados de 2019 e breve panorama histórico**. Brasília, DF: ICMBIO, MMA, 2020c. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/monitoramento\\_visitacao\\_em\\_ucs\\_federais\\_resultados\\_2019\\_breve\\_panorama\\_historico.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/monitoramento_visitacao_em_ucs_federais_resultados_2019_breve_panorama_historico.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2021.

ICMBIO. **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PARNA SC, de 16 julho de 2021**. São Raimundo Nonato, UESPI, 2021a.

ICMBIO. **Painel dinâmico de informações**. Brasília (DF): MMA/ICMBIO, 2021b. Disponível em: <[http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel\\_corporativo\\_6476.qvw&host=Local&anonymous=true](http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true)>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ICMBIO. **Visitação nas Unidades de Conservação (2000-2020)**. Detalhamento COEST/CGEUP. Dados atualizados em 05/08/2021. Brasília, DF: ICMBIO, 2021c. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDkxY2JjN2UtMjE4Zi00NzNjLWJjYzltNDFkYzhmYzBmZjUxliwidCI6ImMxNGUyYjU2LWw1YmMtNDNiZC1hZDIjLTQwOGNmNmNjMzU2MCJ9>>. Acesso em: 30 out. 2021.

ICMBIO. **Concessão de Serviços de apoio à visitação**. Brasília, DF: ICMBIO, 2021d. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/concessao-de-servicos>>. Acesso em: 30 out. 2021.

ICMBIO. **Ministro do Meio Ambiente visita o Parque Nacional Serra da Capivara (PI)**. Brasília, DF: ICMBIO, 2021e. Disponível em: <<https://www.gov.br/icmbio/pt->



br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/ministro-do-meio-ambiente-visita-o-parque-nacional-serra-da-capivara-pi>. Acesso em: 2 nov.2021.

IPHAN. **Lei 3924**, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília: IPHAN, 1961. p. 1-6. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_3924\\_de\\_26\\_de\\_julho\\_de\\_1961.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Processo de Tombamento da Lapa da Cerca Grande/MG**. Arquivo Central IPHAN, Seção Rio de Janeiro, 1962. Processo de Tombamento n. 0491-T-53, V. 01. Documentação abrangendo o período de 1953-1962.

\_\_\_\_\_. **Processo de Tombamento da Serra da Capivara**. v. 1. Arquivo Central IPHAN, Seção Rio de Janeiro, 1992. Processo de Tombamento n. 1.322 - T- 92. Documentação abrangendo o período de 1990-1993. 1992a.

\_\_\_\_\_. **Processo de Tombamento da Serra da Capivara**. v. 2. Arquivo Central IPHAN, Seção Rio de Janeiro, 1992. Processo de Tombamento nº 1.322 - T- 92. Documentação abrangendo o período de 1990-1993. 1992b.

\_\_\_\_\_. **Processo de Tombamento da Serra da Capivara**. Anexo 1. Arquivo Central IPHAN, Seção Rio de Janeiro, 1992. Processo de Tombamento nº 1.322 - T- 92. Documentação abrangendo o período de 1990-1993. 1992c.

\_\_\_\_\_. **Ata da 50ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Brasília, DF: IPHAN, 2006.

\_\_\_\_\_. **Carta da Paisagem Cultural**. Bagé (RS): IPHAN, 2007.

\_\_\_\_\_. **Paisagem Cultural**. Brasília, DF: Depam, 2009.PDF. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto\\_paisagem\\_cultural.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf). Acesso em: 10 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Conselho Consultivo**. Brasília, DF: IPHAN, c2014a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/220>>. Acesso em: 28 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Educação Patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, c2014b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>. Acesso em: 19 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar**. Brasília, DF: IPHAN, c2014c. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/45/>> Acesso em: 8 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio Arqueológico**. Brasília, DF: IPHAN, c2014d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1376/>> Acesso em: 29 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Conjunto moderno da Pampulha - Belo Horizonte (MG)**. Brasília, DF: IPHAN, 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/45/>>. Acesso em: 8 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Paraty e Ilha Grande (RJ): Cultura e Biodiversidade**. Brasília, DF: IPHAN, 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/45/>> Acesso em: 8 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico Final do Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira**- 2018. Brasília, DF: IPHAN, 2018 (Trabalho não publicado).

\_\_\_\_\_. **Lista de Bens Tombados e Processos em andamento (1937- 2019)**. Brasília, DF: IPHAN, 2019.

ISSBERNER, Liz-Rejane; LÉNA, Philippe. Antropoceno: os desafios essenciais de um debate científico. **Correio da UNESCO, 2018-2**. Disponível em: <<https://pt.UNESCO.org/courier/2018-2/antropoceno-os-desafios-essenciais-um-debate-cientifico>> Acesso em: 4 nov. 2021.

JEUDY, H. P. **O espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2005.

KNAPP, B.; ASHMORE, W. Archaeological landscapes: constructed, conceptualized, ideational. In: ASHMORE, W. e KNAPP, B. **Archaeologies of Landscape: Contemporary perspectives**. Massachussets and Oxford: Blackwell, 1999, p. 1-30. Disponível em: <[https://www.academia.edu/5271922/Archaeological\\_Landscapes\\_Constructed\\_Conceptualized\\_Ideational\\_A\\_Bernard\\_Knapp\\_and\\_Wendy\\_Ashmore\\_1999\\_](https://www.academia.edu/5271922/Archaeological_Landscapes_Constructed_Conceptualized_Ideational_A_Bernard_Knapp_and_Wendy_Ashmore_1999_)>. Acesso em: 24 jan. 2019.

KRENAC, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia da Letras, 2020.

LACERDA, N.. Olhando o passado, enfrentando o presente e construindo o futuro (1997-1999). In: FERNANDES, A. C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V.. (Org.). **Estudos urbanos e regionais no Brasil 1983-2013: A trajetória de um campo disciplinar e de sua associação nacional**. 1ed.Rio de Janeiro: Carta Capital, 2015, v. 1, p. 121-133

LAGE, Laura Beatriz. **Paisagem como ligação entre a conservação do patrimônio e o planejamento territorial** [manuscrito]: conservation through development. 2018. 473 f.: il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LAGE, Maria Conceição Soares Meneses. M. Os trabalhos de conservação dos sítios de arte rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara. In: PESSIS, Anne Marie; MARTIN, Gabriela; GUIDON, Niède (Org.). **Os Biomas e as sociedades humanas na Pré-História da região do Parque Nacional Serra da Capivara, Brasil**, V. II-B, p. 706- 724. São Paulo: A&A Comunicação, 2014.

LAMING-AMPERAIRE, A. **La signification de l'art rupestre paléolithique**. Paris: Picard, 1962.

LANDIM, Joseane Pereira Paes. **Serra Branca dos maniçobeiros** [manuscrito]: um conjunto habitacional sob rocha que (sobre)vive na memória. 2014. 96 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 2014. 48 f.: il.

LAUSCHE, B. **Guidelines for Protected Areas Legislation**. Gland: IUCN, 2011. (IUCN Environmental Policy and Law Paper n. 81).

LEITE, A. F. O lugar: Duas Acepções Geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências** - UFRJ, 21, p. 9-20,1998.

LEROI-GOURHAN, André. **Pré-história**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.

LEVIS, Carolina. **Ancestrais moldaram a Amazônia por meio das plantas que cultivaram e da arte que deixaram**. A árvore-avó. New York Times, 02/10/2020. Traduzido por Ana Beatriz Bersano. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/pt/2020/10/02/opinion/arvores-amazonicas.html>> Acesso em: 6 out. 2020.

LEVY, Claudia. **Gestão e Usos do território**: Conflitos e Práticas Socioespaciais no Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Brasil. Dissertação (Mestrado em Geociências) – 2006. 190 f. Campinas, SP: [s.n.], 2006.

LIMA, I. M. M. F. Hidrografia do Estado do Piauí, disponibilidades e usos da água. In: AQUINO, C. M. S. A.; SANTOS, F. A. **Recursos hídricos do Estado do Piauí**: fundamentos de gestão e estudos de casos em bacias hidrográficas do centro-norte piauiense. Cap. 3. Teresina: EDUFPI, 2017, p.43-68. Disponível em:<[http://files.iracildefelima.webnode.com/200000130-6d7826e7ca/Cap.%203\\_livro%20Hidrografia%20do%20Piau%C3%AD.pdf](http://files.iracildefelima.webnode.com/200000130-6d7826e7ca/Cap.%203_livro%20Hidrografia%20do%20Piau%C3%AD.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2019.

LIMA, Tania Andrade. A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências. **Revista de Arqueologia Americana**. n. 20, pp. 51-79, 2001.

\_\_\_\_\_. Luiz de Castro Faria, também um arqueólogo. Brasília: CNPq, 2009. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/publicacoes3.html>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

LINO, Jaisson Teixeira. A arqueologia da paisagem como enfoque teórico para o estudo arqueológico da guerra do Contestado. **Revista Tempos Acadêmicos**, Dossiê Arqueologia Histórica, n. 10, 2012. Criciúma, Santa Catarina, 2012, p. 58-67. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/historia/article/download/1110/1069>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

LOPES, Myriam Bahia. A torção do horizonte: a história da cidade e a montanha. **Urbana**, [S.l.], v. 6, n. 8, nov. 2014. ISSN 1982-0569. Disponível em: <[file:///C:/Users/DIVA/Downloads/A\\_torcao\\_do\\_horizonte\\_a\\_historia\\_da\\_cidade\\_e\\_a\\_mon.pdf](file:///C:/Users/DIVA/Downloads/A_torcao_do_horizonte_a_historia_da_cidade_e_a_mon.pdf)>. Acesso em: 13 dez. 2017.

LOURDEAU, Antoine. A Serra da Capivara e os primeiros povoamentos sul-americanos: uma revisão bibliográfica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**.

Ciências Humanas, Belém, v. 14, n. 2, p. 335-366, maio-ago. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.812.22019000200005>.

LUZ, Carolina Francisca Marchiori da. **Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre** [manuscrito]: Gestão Compartilhada e as Ações de Preservação do Iphan no Parque Nacional Serra da Capivara e entorno – Piauí, Brasil. 2012. 174 f.: il. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

MA-AKARON, Bertha, O modo de funcionamento da humanidade entrou em crise. **Estado de Minas**, 3 abr. 2020.

MACEDO, Jorge Luiz de. **Análise do sistema de abastecimento de água de São Raimundo Nonato – Piauí da companhia de saneamento básico sob o foco do planejamento e controle da produção**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção. São Paulo, 2016.

MAGALHÃES, C. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. **Revista CPC**, (15), p. 7-26. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i15p7-26>>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/61287/64223>>. Acesso em: 22 maio 2020.

MAIOR, Paulo Martin Souto. **Patrimônio arqueológico, ambiente e inclusão social no plano diretor de São Raimundo Nonato**. Síntese dos biomas e das sociedades humanas da região do Parque Nacional Serra da Capivara-PI; v. 3. São Paulo: 2016. 208 p.

MARTINS, Christiana. Não sou um pregador do apocalipse. Contra esta pandemia é preciso ter cuidado e depois coragem. **Expresso**, Lisboa, 7 de abril de 2020.

MEC/SPHAN/próMemória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/próMemória, 1980.

MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. A contribuição da categoria paisagem cultural à preservação do patrimônio no Brasil e seus desafios. In: CATRIOTA, Leonardo Barci; MONGELLI, Mônica Medeiros (Org.). COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO. 1. 2010, Belo Horizonte. **Anais** [...] n.6, v. 1. Brasília, DF: Iphan; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017, p. 29-50. 501 p. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb\\_2.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb_2.pdf)>.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: Yázigi, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. Campinas: Contexto, 2002. p. 29-64.

\_\_\_\_\_. O campo do Patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009 /

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. Brasília, DF: Iphan, 2012.

MERLEAU-PONTY, M. A Natureza. **Cursos no Collège de France** (Texto estabelecido e anotado por Dominique Séglaard). Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 10. Disponível em: <[https://www.academia.edu/35590670/A\\_NATUREZA\\_Maurice\\_Merleau\\_Ponty](https://www.academia.edu/35590670/A_NATUREZA_Maurice_Merleau_Ponty)> Acesso em: 29 out. 2020.

MESQUITA, Rafael Fernandes de et al. Comportamento turístico dos visitantes do Parque Nacional da Serra da Capivara. **Tourism & Management Studies**, 11(2) (2015), 78-85. 2015.

MEYER, Mônica. **Ser-tão-natureza: a natureza em Guimarães Rosa**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 240 p.

METZGER, Jean Paul. **Biota Neotropica** v. 1, v. 12, p. 1-9. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/abstract?thematic-review+BN00701122001>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

MICHAELIS, **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/tau%C3%A1/>>. Acesso em: 14 set. 2019.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Relatório de gestão 2020**. Brasília, DF: MMA, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/exercicio-2020/RelatriodeGestodoMMA2020.pdf/view>>. Acesso em: 30 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Processo de Concessão de Unidades de Conservação**. PDF. Brasília, DF: PPI/ICMBIO/Ministério da Economia/MMA, p. 1-21.s.d. Disponível em: <<file:///C:/Users/DIVA/Downloads/Palestra%20de%20Concessao%20de%20UCs%20-%20MMA.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2021.

MOHEN, Jean-Pierre et al. Archéologie de la France. Paris: Flammarion, 1990. In: REIS, José Alberione dos. **Não pensa muito que dói: um palimpsesto sobre a teoria na arqueologia brasileira**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. O lugar como uma construção social. **Revista Formação** (Presidente Prudente), n. 14, v. 2, p. 48-60, 2007.

MOTT, Luiz R. B. Etno-história dos Índios do Piauí Colonial. In: PESSIS, Anne Marie; MARTIM, Gabriela; GUIDON, Niède. (Org.). **Os Biomas e as sociedades humanas na pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara, Brasil**, V. II-B, p. 786-798. São Paulo: A&A Comunicação, 2014.

\_\_\_\_\_. **Piauí colonial: população, economia e sociedade.** Teresina: Comepi, Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo do Piauí, 1985. Projeto Petrônio Portela.

\_\_\_\_\_. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. **Revista de Antropologia**, Separata do volume XXII, p. 61-78, USP, 1979.

NOGUÉ, Joan; PUIGBERT, Laura; BRETCHA, Gemma. **Ordenació i Gestió Del Paisatge a Europa.** Olot: Observatori del Paisatge de Catalunya, 2009. Disponível em: <[https://sirio.ua.es/cat/ordenacio\\_paisatge\\_europa.pdf](https://sirio.ua.es/cat/ordenacio_paisatge_europa.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2021.

OLIVEIRA, Ana Stela de N. **Catingueiros da borracha** [manuscrito]: Vida de Maniçobeiro no Sudeste do Piauí 1900/1960. 2001. Dissertação (Mestrado) – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

\_\_\_\_\_. **O povoamento colonial no Sudeste do Piauí** [manuscrito]: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. 2007. 202 f. Tese (Doutorado em História) – Recife: Universidade Federal do Pernambuco – UFPE, 2007.

\_\_\_\_\_. **Catingueiros da borracha** [manuscrito]: Vida de Maniçobeiro no Sudeste do Piauí 1900/1960. São Raimundo Nonato: FUMDHAM/PETROBRÁS, 2014.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros; NEGREIROS, Rômulo Macêdo Barreto de; ASSIS, Nívia Paula Dias de. A presença indígena no Sudeste do Piauí: registros históricos, cultura material e o discurso oficial. In: PESSIS, Anne Marie; MARTIM, Gabriela; GUIDON, Niède (Org.). **Os Biomas e as sociedades humanas na Pré-História da região do Parque Nacional Serra da Capivara**, Brasil, V. II-B, p. 808-832. São Paulo: A&A Comunicação, 2014.

OLMOS, Fábio; BARBOSA, Maria Fátima Ribeiro; ANDRADE, Rute Maria Gonçalves de. Biodiversidade no Holoceno: a fauna. In: PESSIS, Anne Marie; MARTIM, Gabriela; GUIDON, Niède (Org.). **Os Biomas e as sociedades humanas na Pré-História da região do Parque Nacional Serra da Capivara**, Brasil, V. II-A, p. 207-234. São Paulo: A&A Comunicação, 2014.

OLMOS, F. et al. Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das populações tradicionais à Mata Atlântica. In: ALBUQUERQUE, Jorge L. B. et al. (Ed.). **Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias.** Tubarão: Unisul, 2001. Disponível em: <[file:///C:/Users/USER/Downloads/Olmos\\_Correopolitica%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/Olmos_Correopolitica%20(1).pdf)>. Acesso em: 1 jun. 2020.

PAES, Maria Tereza Duarte. Paisagem cultural e patrimonialização contemporânea da cultura: apontamentos geográficos. In: CATRIOTA, Leonardo Barci; MONGELLI, Mônica Medeiros (Org.). **COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO.** 1. 2010, Belo Horizonte. **Anais** [...] n. 6, v. 1. Brasília, DF: Iphan; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017, p. 73-89. 501 p. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb\\_2.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb_2.pdf)>.

PENA, Belisário; NEIVA, Artur. “Viagem Científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte ao Sul de Goiás”. In: **Memórias do Instituto**

**Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 1916. p. 1-179. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0074-02761916000300001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0074-02761916000300001)>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PEREIRA, Danilo Celso. Patrimônio Natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do Iphan. **Rev. CPC**, v.13, n.25, p. 34-59, jan./set. 2018a.

PEREIRA, Danilo Celso. **Paisagem como patrimônio**: entre potencialidades e desafios para a implementação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2018b.

PEREIRA, M. A. C. S.. Dimensões da experiência: espaço público, alteridade e lugar. **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, v. XIV, p. 01-01, 2012.

PEREIRA, Polyana Faria; SCARDUA, Fernando Paiva. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. **Ambiente & Sociedade**, 2008, p. 81-97. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-53X2008000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-53X2008000100007)>. Acesso em: 25 jun. 2019.

PERH-PI. **Plano Estadual de Recursos Hídricos do Piauí**. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMAR-PI). Teresina, 2010.

PESSIS, A. M. (Coord.). **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara**. Brasília: FUMDHAM/IBAMA, 1991.

PESSIS, A. M. Pinturas e Gravuras Rupestres do Parque Nacional da Serra da Capivara. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Processo de Tombamento da Serra da Capivara**. Anexo 1. Arquivo Central IPHAN, Seção Rio de Janeiro, 1992. Processo de Tombamento nº 1.322 - T-92. Documentação abrangendo o período de 1990-1993, p. 69-86, 1992c.

PESSIS, Anne Marie. **Imagens da Pré-História**. 2. ed. P.:il. color; 24x30cm. FUMDHAM, 2013, 319 p.

PESSIS, Anne Marie; MARTIN, Gabriela; GUIDON, Niède (Org.). Ambiente e paleoambiente na região do Parque Nacional Serra da Capivara. **Os Biomas e as sociedades humanas na Pré-História da região do Parque Nacional Serra da Capivara**, Brasil, V. II A, p. 55-56. São Paulo: A&A Comunicação, 2014a.

PESSIS, Anne Marie; MARTIN, Gabriela; GUIDON, Niède (Org.). O Homem na Pré-história do Parque Nacional Serra da Capivara. In: **Os Biomas e as sociedades humanas na Pré-História da região do Parque Nacional Serra da Capivara**, Brasil, V. II-B, p. 438-440. São Paulo: A&A Comunicação, 2014b.

PESSIS, Anne Marie; MARTIN, Gabriela; GUIDON, Niède. Da confiabilidade dos registros gráficos rupestres da Pré-História. PESSIS, Anne Marie; MARTIN,

Gabriela; GUIDON, Niède (Org.). In: **Os Biomas e as sociedades humanas na Pré-História da região do Parque Nacional Serra da Capivara**, Brasil, V. II-B, p. 643-656. São Paulo: A&A Comunicação, 2014c.

PESSIS, A-M.; CISNEIROS, D.; MUTZENBERG, D. Identidades Gráficas nos Registros Rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. **FUMDHAMentos**, vol. XV, n. 2, p. 33-54, 2018.

PESSOA, André. Chefe da Serra da Capivara é exonerada e deixa a gerência do parque: denúncias serão investigadas pelo MPF. **Meionorte.com**. 29 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.meionorte.com/noticias/chefe-da-serra-da-capivara-e-exonerada-e-deixa-a-gerencia-do-parque-349173>>. Acesso em: 15 set. 2019.

PERH-PI- **Plano Estadual de Recursos Hídricos do Piauí**. Teresina: SEMAR, 2010.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; PIMENTA, Luís Fugazzola. Paisagem e diversidade culturais como perspectiva de construção social. In: CATRIOTA, Leonardo Barci; MONGELLI, Mônica Medeiros (Coord. Editorial). Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto (1.: 2010: Belo Horizonte, BH) [anais...] / 1º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017, **Anais...** n. 6, v. 1, p. 73-89. 501 p.

PIVETTA, Marcos. Niède Guidon: “Inauguro o museu da Natureza e vou descansar”. Entrevista. **Boletim Pesquisa FAPESP**. Edição 270, out. 2018. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/10/17/niede-guidon-inauguro-o-museu-da-natureza-e-vou-descansar/>>. Acesso em: 4 de nov. 2021.

PLANAP. **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba**: síntese executiva: Território Serra da Capivara / Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. – Brasília, DF: TDA Desenhos & Arte Ltda., 2006.

PODER 360. **Ministério do Meio Ambiente leiloa parques nacionais em SC e RS**. RODRIGUES, Fernando (Diretor de Redação e Editor). 12 jan. 2021. 2021a. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/ministerio-do-meio-ambiente-leiloa-parques-nacionais-em-sc-e-rs/>>. Acesso em: 30 out. 2021a.

\_\_\_\_\_. **BNDS firma contrato para concessão de 26 parques estaduais ao setor privado**. RODRIGUES, Fernando (Diretor de Redação e Editor). 26 Jan. 2021. 2021b. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/bndes-firma-contrato-para-concessao-de-26-parque-estaduais-ao-setor-privado/>>. Acesso em: 30 out. 2021.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PORTO, Maria Emília Monteiro. **Cultura Histórica pós anos 70: entre dois paradigmas**. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR,



Raimundo Barroso. *Cultura histórica e historiografia: legados e contribuições do século 20*, João Pessoa, editora universitária/UFPB, 2010. p. 131-146.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. André Prous. Brasília, DF: UnB, 1992. 613 p.

\_\_\_\_\_. **Artes pré-históricas do Brasil** / André Prous. Projeto Pedagógico. Lúcia Gouvêa Pimentel. Editor: Fernando Pedro da Silva. Belo Horizonte: C/Arte, 2007. 128 p.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920**. Teresina: UFPI: Academia Piauiense de Letras, 1994. 178 p.

RAFAEL, Larissa Monteiro. Considerações sobre a seleção de Áreas Protegidas, o Planejamento Sistemático da Conservação e a escala de abordagem. **Anais do XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada: os desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**. Campinas (SP): Instituto de Geociências-Unicamp, 2017.

RECOMENDAÇÃO EUROPA, 1995. Recomendação Europa sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais com as políticas paisagísticas, adotada pelo Comitê de Ministros por ocasião do 543º encontro de vice-ministros. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. IPHAN, 2000. 383 p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Europa%201995.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

RECOMENDAÇÃO PARIS, 1972. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. IPHAN, 2000. 383 p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Espistemologia, Fenomenologia. Eduardo Marandola Jr., Werther Holzer, Lívia de Oliveira (Org.). São Paulo: Perspectiva, 2012.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

REIS, José Alberione dos. **Não pensa muito que dói: um palimpsesto sobre a teoria na arqueologia brasileira**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280834>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RIBEIRO, Guilherme. « Fernand Braudel e as metamorfoses do tempo e do espaço : o conceito de geohistória em *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949 e 1966) », **Confins** [En ligne], 21 | 2014, mis en ligne le 19 août

2014, consulté le 25 avril 2022. URL :  
<http://journals.openedition.org/confins/9654> ; DOI :  
<https://doi.org/10.4000/confins.9654>

RIBEIRO, Rafael Winter. Um conceito, várias visões: paisagem cultural e a UNESCO. In: CATRIOTA, Leonardo Barci; MONGELLI, Mônica Medeiros (Org.). Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. 1. 2010, Belo Horizonte. **Anais** [...] n. 6, v. 1. Brasília, DF: Iphan; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017, p. 29-50. 501 p. Disponível em:  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb\\_2.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb_2.pdf). Acesso em: 18 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN; COPEDOC, 2007. 152 p. (Pesquisa e Documentação do IPHAN: 1). Disponível em:  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1\\_PaisagemCultural\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf). Acesso em: 17 jul. 2018.

ROCHA, Leonardo G. M. da; DRUMMOND, José Augusto; GANEM, Roseli Senna. Parques Nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para sua resolução. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31639/20169>. Acesso em: 21 ago. 2019.

RODA VIVA. Niède Guidon. **TV Cultura**. YouTube Vídeo Editor. Exibido em 29 set. 2014. Disponível em: Acesso em: 21 jul. 2019. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=AXa2e5AcU0E>. Acesso em: 21 jun. 2019.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. **Parque Nacional Serrada Capivara e Comunidade**: Educação, Preservação e Fruição Social. Um estudo de caso em Coronel José Dias, Piauí. 2011. Dissertação (Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) – Instituto Politécnico de Tomar – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Departamento de Geologia da UTAD – Departamento de Território, Arqueologia e Patrimônio do IPT). Tomar, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Temática do patrimônio cultural no currículo escolar** [manuscrito]: Unidade Escolar Elzair Rodrigues de Oliveira Parque Nacional Serra da Capivara - São Raimundo Nonato-PI. Monografia (Especialização) – PEP/MP IPHAN, 2009.

RODRIGUES, Ramilla. Parque promove concurso Caçadores de Fotografia. Fotos devem incentivar antigos caçadores a eternizar animais e valorizar as belezas do Parque Nacional Serra da Capivara. **Portal de notícias do ICMBIO**. 10 jan. 2019. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10171-parque-promove-concurso-cacadores-de-fotografia>. Acesso em: 15 set. 2019.

ROIZ, Diogo da Silva. A interpretação da “história total” no pensamento de Fernand Paul Braudel entre 1949 e 1958. *Biblos*, Rio Grande, 23 (1): 185-217, 2009.

RÖSSLER, Mechtild. Linking nature and culture: World heritage cultural landscapes. *World Heritage Papers*, n. 7. **Cultural landscapes**: The challenges of conservation.

Paris: UNESCO World Heritage Centre, 2003. Disponível em:  
<<https://unesdoc.UNESCO.org/ark:/48223/pf0000132988>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

SAFE, S. M. S. ; PEREIRA COSTA, STAËL DE ALVARENGA. Paisagem e Patrimônio: o papel da historicidade. **Fórum Patrimônio, Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**(UFMG. online), v. 1, p. 1-19, 2015.

SALDANHA, P. H. O conceito de Etologia, com especial referência ao comportamento dos primatas. **Bol. Zool. Biol. Mar.**, N. S., n. 30, p. 797-808. São Paulo: USP, 1973.

SANSOT, Pierre. « Le principe de visibilité » **Variations paysagères**. Paris: Payot & Rivages, 2009, pp. 35-59. LOPES, M.B. (org.) Paisagem, Belo Horizonte, NEHCIT, 2019.

SANTANA, Elizabeth Abreu de Sousa. **O Parque Nacional da Serra da Capivara: Turismo arqueológico no município de São Raimundo Nonato/PI**. Dissertação em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados e Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016.

SANTIAGO, Djalma Guimarães. **A proteção do patrimônio arqueológico: motivações, critérios e diretrizes no tombamento de sítios arqueológicos pelo Iphan**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional como pré-requisito à obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural. RJ, 2015.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. 3. reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Paulo Cesar dos; FOCHI, Graciela Márcia; SILVA, Thiago Rodrigo da. **Teoria e historiografia**. Indaial, SC: UNIASSELVI, 2016. p. 209. ISBN 978-85-7830-952-7

SCHLEE, A. R.; QUEIROZ, H. F. O jogo de olhares. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 35, p. 105-119, 2017.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (Verbetes). ISBN 978-85-7334-299-4.

SCIFONI, Simone. **A construção do Patrimônio Natural**. São Paulo: FFLCH, 2008, 199p.

SEAMON, David. Lugarização vivida e a localidade do ser: um retorno à geografia humanística? **Rev. NUFEN**, vol. 9 n. 2. Belém, 2017. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912017000200012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912017000200012)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SERRA DA CAPIVARA (Dir.). Edson Fogaça. Produção: Renan Montenegro. Produção executiva: Rodoferrô. Direção de fotografia: Patrícia Sardá. Roteiro: Edson Fogaça. Trilha sonora: Hamilton Pinheiro. Coordenação: Representação da

STANCHI, Roberto Pontes. A proteção do patrimônio arqueológico a partir das práticas administrativas do IPHAN: das delegações às consultorias. Tese (Doutorado em Arqueologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

UNESCO no Brasil. 2013. Documentário. (40 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9576H-X39J8&feature=youtu.be>>. Acesso em: 16 maio 2018.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 5, n. 1. abr./set, 1997. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1997. p. 119-156. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/108/104>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. **A trajetória inicial do Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN na preservação do patrimônio arqueológico**. s. d. Disponível em: <[https://www.academia.edu/5385726/A\\_trajet%C3%B3ria\\_inicial\\_do\\_Instituto\\_do\\_patrim%C3%B4nio\\_Hist%C3%B3rico\\_e\\_Art%C3%ADstico\\_Nacional\\_IPHAN\\_na\\_preserv%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_patrim%C3%B4nio\\_arqueol%C3%B3gico](https://www.academia.edu/5385726/A_trajet%C3%B3ria_inicial_do_Instituto_do_patrim%C3%B4nio_Hist%C3%B3rico_e_Art%C3%ADstico_Nacional_IPHAN_na_preserv%C3%A7%C3%A3o_do_patrim%C3%B4nio_arqueol%C3%B3gico)>. Acesso em: 14 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Os desafios da preservação arqueológica: uma arqueologia da Lei 3.924/61. **Revista do IPHAN**, Rio de Janeiro, n. 33, 2007.

SIMMEL, Georg. Filosofía del paisaje. In: \_\_\_\_\_. **El individuo y la libertad: ensayos de crítica de la cultura**. Barcelona: Península, 1986. p. 175-186.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **O povo do Zabelê e o Parque Nacional Serra da Capivara no Estado do Piauí: tensões e riscos da gestão principiológica da complexidade constitucional**. 2009. 266 f. Tese (Doutorado em direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4355>>. Acesso em: 29 set. 2019.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. V.2 Coleção Reconquista do Brasil.

TEIXEIRA, Francly. Justiça Federal assegura recursos para manutenção da Serra da Capivara. O cumprimento de sentença decorre da Ação Civil Pública ajuizada pela OAB. **Meionorte.com**. 8 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.meionorte.com/politica/justica-federal-assegura-recursos-para-manutencao-da-serra-da-capivara-354749>>. Acesso em: 25 set. 2019.

TILLEY, Christopher Y. **A phenomenology of landscape**: places, paths, and monuments. Oxford: Berg, 1994.

TRESSERAS, Jordi Juan. **Turismo arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara Piauí, Brasil**: estudos da demanda nacional e internacional. Brasília: IABS/Ibertur/Aecid/MTur, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980. 260 p.

\_\_\_\_\_. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Yi-Fu Tuan. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

Welch, J.R., Brondizio, E., Hetrick, S.S. & Coimbra Jr, C.E.A. 2013. Indigenous burning as conservation practice: neotropical savanna recovery amid agribusiness deforestation in Central Brazil'. **PLOS ONE**, 8(12): e81226.

WENZEL, Fernanda. Serra da Capivara: ICMBio condiciona repasses à contratação de terceirizada. **O Eco**. 24 out. 2018. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/serra-da-capivara-icmbio-condiciona-repasses-a-contratacao-de-terceirizada/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

WINGE, M. et. al. **Glossário Geológico Ilustrado**. SIGEPE/ Serviço Geológico do Brasil – CPRM, 2001 – 2021. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/glossario/verbete/cuesta.htm>>. Acesso em: 15 out. 2021.

WORLD HERITAGE CULTURAL LANDSCAPES. Paris: UNESCO-ICOMOS Documentation Centre, 2011. 169 p. Disponível em: <[https://www.icomos.org/centre\\_documentation/bib/2011\\_Cultural\\_landscapes\\_complete.pdf](https://www.icomos.org/centre_documentation/bib/2011_Cultural_landscapes_complete.pdf)>. Acesso em: 6 fev. 2020.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL. Instituto Socioambiental. [s.d.]. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1275#gestao>>. Acesso em: 15 set. 2019.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. UNESCO, World Heritage Convention, 2021. Disponível em: <<https://whc.UNESCO.org/en/guidelines/>>. Acesso em: 16 out. 2021.

\_\_\_\_\_. UNITED NATIONS, EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Cultural Landscape**. Paris: World Heritage Centre, 2020a. Disponível em: <<https://whc.UNESCO.org/en/culturallandscape/>> Acesso em: 4 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **The Criteria for Selection.** Paris: World Heritage Centre, 2020b. Disponível em: <<https://whc.UNESCO.org/en/criteria>> Acesso em: 24 mar. 2020b.

\_\_\_\_\_. **Interactive Map.** Paris: World Heritage Centre, 2020c. Disponível em: <<https://whc.UNESCO.org/en/interactive-map/>> Acesso em: 4 abr. 2020c.

\_\_\_\_\_. **Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention.** Paris: World Heritage Centre, 2008. Disponível em: <<https://whc.UNESCO.org/archive/opguide08-en.pdf#annex1>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decisions adopted by the 27th session of the World Heritage Committee in 2003.** Paris: World Heritage Centre, 2001. Disponível em: <<http://whc.UNESCO.org/archive/decrec03.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Cultural Landscape: History and Terminology.** Paris: World Heritage Centre, 1992. Disponível em: <<https://whc.UNESCO.org/en/culturallandscape/#1>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention.** Paris: World Heritage Centre, 1980. Disponível em: <<http://whc.UNESCO.org/archive/opguide80.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro de; DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Diretrizes para a análise e a classificação do patrimônio natural.** Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. 1988. (Mimeo).

ZEDEÑO, Maria N.; BOWSER, Brenda J. The Archaeology of Meaningful Places. In: BOWSER, Brenda J.; ZEDEÑO, Maria N. (Ed.) The Archaeology of Meaningful Places. Salt Lake City: University of Utah Press, 2009. p.1-14.